



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Unidade Universitária de Ciências
Sócios-Econômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação “Território e
Expressões Culturais no Cerrado”



NILTON RABELLO URURAHY

**A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: UMA ABORDAGEM MÉDICO-SANITARISTA
ATRAVÉS DOS DISCURSOS, PLANOS E PROJETOS (1930-1942).**

Anápolis – Goiás
2015

NILTON RABELLO URURAHY

**A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: UMA ABORDAGEM MÉDICO-SANITARISTA
ATRAVÉS DOS DISCURSOS, PLANOS E PROJETOS (1930-1942).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa em **Dinâmicas Territoriais no Cerrado.**

Orientadora: Profa. Dra. Milena d' Ayala Valva

Bxxxx Ururahy, Nilton Rabello.

A Construção de Goiânia: Uma Abordagem Médico-Sanitarista através dos Discursos, Planos e Projetos (1930-1942) / Nilton Rabello

Uruahy; Anápolis, 2015.

232f.

Dissertação de Pós Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás

1. Medicina e urbanismo: dispositivos políticos da modernidade.
2. Do discurso à prática: a modernização da cidade através da ordenação do espaço urbano.
3. A nova capital de Goiás: o discurso médico-sanitarista e as novas concepções urbanísticas

CDU - xxx:xxx

NILTON RABELLO URURAHY

**A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: UMA ABORDAGEM MÉDICO-SANITARISTA
ATRAVÉS DOS DISCURSOS, PLANOS E PROJETOS (1930-1942).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa em Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Profa. Dra. Milena d' Ayala Valva

Banca Examinadora

Profa. Dra. Milena d' Ayala Valva

Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) – UEG.

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira

Membro Interno – Professor do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) – UEG.

Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Gonçalves

Membro Externo – Diretor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniEvangélica – Anápolis.

Prof. Dr. Marcelo de Mello

Suplente – Professor do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) – UEG.

Ao meu porto seguro e amor incondicional Grazielle Coelho Rodrigues Ururahy, pela paciência, compreensão e por acreditar no meu potencial.

Ao meu ídolo e pai e a minha deusa do Olímpio e mãe, os meus amores, Nilton Rabello Júnior e Maria José Rabello, pela força, amor e dedicação, alicerces da minha educação moral e espiritual.

A minha querida e amada irmã, Luíza Rabello Ururahy, pela companhia e apoio em todos os momentos da minha vida.

Aos meus eternos laços espirituais, que sempre estarão no meu coração e pensamento: vô Augusto, vô Fia, vô Nilton e vô Geralda.

AGRADECIMENTOS

Ao grande Pai Celeste e ao meu mentor espiritual, que me deram força e raça para enfrentar esta árdua caminhada.

A minha orientadora Prof. ^a Dra. Milena d'Ayala Valva, por me nortear, ter paciência e dedicação, além de acreditar nessa trajetória.

Aos professores: Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira, Dr. Alexandre Ribeiro Gonçalves, Dr. Marcelo de Mello, Dr. Ademir Luiz da Silva, Prof. Gustavo Neiva Coelho, Dra. Dulce Portilho Maciel, Dra. Maria de Fátima Oliveira, Profa. Celina Fernandes Almeida Manso, pelas disposições e colaborações bibliográficas, teóricas e metodológicas fundamentais à elaboração deste trabalho.

Aos meus irmãos de coração: Carlos Henrique, Helton Chaves, Leandro Mendanha, Victor P. M. Mendanha e Silva e Victor Creti, por me apoiarem nesta longa empreitada.

Aos companheiros de mestrado, Andréia, Arnaldo, Bruno, Genilder, Márcio, Talliton, Vagner e Wesley, pelas contribuições durante as aulas e as trocas de informações durante esta longa jornada acadêmica.

Ao Einstein pelo apoio e indicação de livros.

RESUMO

Esta pesquisa tem a finalidade de compreender as práticas discursivas calcadas nos saberes técnico-científicos da medicina e do urbanismo como mecanismos de poder e dominação política e social, perpassando os diferentes contextos históricos da modernidade europeia, brasileira e, em especial, goiana. O objeto de estudo deste trabalho, busca analisar os discursos médico-higiênicos-sanitárias enquanto uma das estratégias de poder utilizadas pelo Estado goiano para legitimar e concretizar a ideia de mudança da Capital do Estado de Goiás, de modo a possibilitar a manutenção da ordem política sobre o controle do interventor Pedro Ludovico Teixeira, de seus correligionários políticos e das novas oligarquias do sul e sudoeste goiano. Entre 1930-1942, o Estado de Goiás passou por transformações de ordem política, econômica, social e cultural que surgiram em virtude de vários acontecimentos históricos de âmbito nacional e regional: Revolução de 1930; ascensão econômica e política de novas oligarquias do sul e sudoeste goiano; reafirmação da tese mudancista; construção de Goiânia; transferência da Capital da cidade de Goiás para Goiânia; implantação do Estado Novo Vargasista; Marcha para o Oeste; e, por último, Batismo Cultural da Nova Capital do Cerrado Goiano. A hipótese norteadora desta pesquisa pretende demonstrar que discursos oficiais pautados nos argumentos médico-higiênicos-sanitárias da medicina sanitária e do urbanismo moderno contribuíram enquanto estratégia de poder para a consolidação dos anseios mudancistas, assim como forjar representações de Goiânia expressas nos vocábulos: Progresso e Modernidade. Contudo, o processo construtivo da Nova Capital mostrou-se contraditório e ambíguo, de tal modo que se urdiram discursivamente dissonantes, que não validaram a modernidade anunciada pelas práticas discursivas oficiais.

Palavras-chave: Discursos, Modernidade, Saber Médico, Urbanismo, Goiânia.

ABSTRACT

This research aims to understand the discursive practices sidewalks in the technical-scientific knowledge of medicine and urbanism as mechanisms of power and political and social domination, passing the different historical contexts of European modernity, Brazilian and, in special, goiana. The target of this work is to analyze the medical and hygienic-sanitary discourse as one of the strategies of power used by Goiás State to legitimize and implement the change the State of Goiás Capital so as to maintain political order the control of the intervening Pedro Ludovico Teixeira, of his political associates and new oligarchies of the south and southwest goiano. Between 1930-1942, the State of Goiás has undergone changes, political, economic, social and cultural order that emerged as a result of various historical events of national and regional level: the 1930 Revolution; economic and political rise of new oligarchies of the south and southwest goiano; reaffirmation of mudancista thesis; construction of Goiânia; transfer of the Capital City to Goiânia; implementation of the State New Varguista; March to the West; and, finally, at the Cultural Baptism for the capital's Cerrado goiano. The guiding hypothesis of this research, we intend to demonstrate that official speeches lined in medical and hygienic-sanitary arguments medicine and modern urbanism contributed as power strategy for the consolidation of mudancistas desires, as well as forge representations of Goiânia expressed in words: progress and modernity. However, the construction process of the New Capital proved to be contradictory and ambiguous, so that emerged discourses dissonant, not validated modernity announced the official discursive practices.

Keywords: Speeches, Modernity, Saber Medical, Urbanism, Goiânia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – MEDICINA E URBANISMO: DISPOSITIVOS POLÍTICOS DA MODERNIDADE	22
1.1 - MODERNIDADE: ENTRE O ANTIGO E O NOVO	24
1.2 - MEDICINA SOCIAL: UMA CIÊNCIA A SERVIÇO DO ESTADO	33
1.3 - HIGIENE: UMA FACE DO URBANISMO	40
1.4 - NORMATIZAÇÃO DA VIDA URBANA: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA EUROPA NO SÉCULO XIX	47
1.5 - POR UMA URBS MODERNA	59
CAPÍTULO 2 – DO DISCURSO À PRÁTICA: A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE ATRAVÉS DA ORDENAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	76
2.1-O DISCURSO MÉDICO NO BRASIL: DO COLONIAL À ERA VARGAS	78
2.2 - DA HIGIENE À CONSTRUÇÃO DA CIDADE: TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BRASIL NA VIRADA PARA O SÉCULO XX.....	101
2.3 - A REVOLUÇÃO DE 1930 E O MUDANCISMO EM GOIÁS.....	123
CAPÍTULO 3 – A NOVA CAPITAL DE GOIÁS: O DISCURSO MÉDICO-SANITARISTA E AS NOVAS CONCEPÇÕES URBANÍSTICAS	142
3.1 - MUDANCISMO LUDOVQUISTA: O DISCURSO MÉDICO-SANITÁRIO A SERVIÇO DO PODER.....	145
3.2 - NOVA CAPITAL: ENTRE O SONHO E A REALIDADE	180
3.3 - GOIÂNIA: OS DISCURSOS SANITARISTAS NAS PROPOSTAS URBANÍSTICAS DE ATTÍLIO CORRÊA LIMA E ARMANDO AUGUSTO DE GODOY	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS.....	221
FONTES.....	229

INTRODUÇÃO

A modernidade, no mundo ocidental, refere-se ao período marcado pelas intensas transformações de ordem política, econômica, social e cultural. Na Europa, a noção de modernidade envolveu contextos históricos que tiveram início nos séculos XVII e XVIII, a partir dos debates entre antigo - o que é arcaico e deve ser superado – e novo – o que está ligado à noção de progresso e desenvolvimento das coisas. Gradualmente, nos séculos XIX e XX, a noção de modernidade foi estendida a todo mundo ocidental capitalista, inclusive no Brasil.

Mais precisamente entre os séculos XVIII ao XX, emergiram-se discursos pautados na ideia de progresso. No entanto, os enunciados proferidos não eram homogêneos e unívocos, aliás, se mostravam muitas vezes divergentes. Deste modo, as discrepâncias discursivas produziam diferentes representações sobre uma realidade pensada e defendida. A respeito desta questão, Roger Chartier (2002) enfatiza que os discursos apresentam uma finalidade pragmática e não se constituem como discursos neutros, pois:

[...]produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p. 17).

Os discursos, então, são proferidos com a pretensão de defender ideias, saberes, conhecimentos, visões de mundo, bem como, posicionamentos políticos, econômicas e sociais de determinados grupos sociais. As expressões discursivas, nesse sentido, criam representações de uma realidade na qual um grupo pretende impor-se aos outros grupos sociais ou até legitimar um projeto nas instâncias de ordem política, jurídica e científica. Por isso, os discursos se constituem em termos de domínio e poder, uma vez que, eles querem legitimar politicamente e socialmente os interesses de determinado grupo social, indivíduo e instituição. Assim, conforme as reflexões de Michel Foucault (2008) são as práticas discursivas que:

Dão lugar a um saber, e em que esse saber assume o status e o papel de ciência. Empreender nesse nível uma história das ciências não é descrever formações discursivas sem considerar estruturas epistemológicas; é mostrar como a instauração de uma ciência, e eventualmente sua passagem à formalização, pode ter encontrado sua possibilidade e sua incidência em uma formação discursiva e nas modificações de sua positividade. Trata-se, pois, para tal análise, de traçar o perfil da história das ciências a partir de uma descrição das práticas discursivas; de definir como, segundo que regularidade e graças a que modificações ela pôde dar lugar aos processos de

epistemologização, atingir as normas da cientificidade e, talvez, chegar ao limiar da formalização (FOUCAULT, 2008, p. 213).

Não quer dizer que todo discurso tem a finalidade de tornar-se científico, mas estes são articulados com a pretensão de legitimar algo como verdade, ou seja, de formalizar ou institucionalizar um ponto de vista, assim como a ciência.

A ciência deste modo ambiciona buscar a verdade sobre todos os aspectos que envolvem a natureza e a vida humana. Segundo Roberto Machado “A questão da verdade se relaciona intimamente com a prioridade conferida à ciência a propósito do sentido a ser dado às palavras conhecimento e razão” (MACHADO, 1981, p. 21). É nesse sentido que o racionalismo fruto da renascença moderna – do século XVI – mostra-se imperativo nos meios intelectuais da Europa Ocidental – dos séculos XVIII e XIX – bem como no Brasil – entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX – imprimindo a confiança de que a razão científica era o principal instrumento do homem para enfrentar os desafios da vida e conduzir o progresso humano.

O pensamento progressista do século XVIII e XIX forjou distintas representações de modernidade no mundo ocidental, isto é, a noção de modernidade urdiu de forma fluída e contraditória, variando conforme as dinâmicas sociais produzidas nos diferentes tempos e espaços históricos. Neste sentido, o iluminismo, o cientificismo, as revoluções burguesas, a industrialização, urbanização e o avanço do capitalismo pelo mundo são produtos de um mito: a ideia de progresso baseada no anseio de romper, mudar e transformar o velho/antigo para alcançar o novo/moderno¹. Deste modo disseminou-se a crença de que três instrumentos seriam de posição *sine qua non*² para impulsionar a marcha em direção ao progresso e a modernidade humana: a razão, a ciência e a tecnologia.

Através do tripé *razão-ciência-tecnologia* o progresso seria colocado em prática, a partir das transformações políticas, econômicas e sociais, resultantes da modernização – que deve ser pensada como as transformações de toda ordem, que levam países, cidades e homens rumo aos

¹ A modernidade poder ser caracterizada como fruto das transformações de ordem política, econômica e sociais e culturais, iniciadas nos séculos XVII e XVIII, na Europa e chegando a todo o mundo ocidental entre os séculos XIX e XX. A partir do advento da modernidade criou-se uma ambiguidade em virtude da produção de um novo estilo de vida ao homem, que se caracterizava como urbano, industrial, racional e técnico-científico. Esse novo modelo rivalizava-se com o modelo tradicional ainda em vigência atribuído pelo rural, agrário, irracional e místico. A noção de modernidade, nesse sentido, esteve inserida nos embates entre o *antigo/tradicional* – o que deve ser modificado e transformado – e o *novo/moderno* – o que denota inovação e está conectado à ideia de progresso das coisas. Ver em: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*, 1999; BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, 1996; GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*, 1991.

² É uma locução adjetiva, do latim, que significa “sem a qual não”. É uma expressão frequentemente usada no nosso vocabulário e faz referência a uma ação ou condição que é imprescindível ou que é essencial.

símbolos que marcam o progresso, como: máquinas, indústrias, ferrovias, portos, estradas, luz elétrica e fontes de energia (carvão, gás e petróleo). Todos esses símbolos de modernização foram produzidos graças aos avanços no campo da ciência.

A ciência neste aspecto, conforme ilustrada por Foucault “localiza-se em um campo de saber e nele tem um papel que varia conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações” (FOUCAULT, 2008, p. 206). A ciência, portanto, adquire um *status* institucionalizado a partir da legitimação de seus discursos e saberes dos seus conhecimentos especializados. Ao longo do tempo a ciência torna-se um dispositivo de poder utilizado pelo Estado para intervir e controlar os indivíduos e os espaços das cidades, com a finalidade de construir uma nova civilização pautada nos pilares capitalistas da ordem, do progresso e da modernidade.

Contudo, apesar do discurso progressista, o processo de modernização do mundo capitalista ocidental esteve atrelado de maneira predominante aos interesses políticos e econômicos capitalistas da burguesia e da aristocracia e em grande parte dela quase que “aburguesada”. O projeto de modernidade nesse sentido pode ser atribuído como elitista, conservador e racionalista, já que atendia quase exclusivamente os interesses burgueses e nobiliárquicos, excluindo do cenário político e do direito à cidadania os homens pobres e as mulheres.

A modernidade, portanto, só poderia ser alcançada através de ideia e projetos que viabilizassem transformações políticas, sociais e econômicas com o objetivo incessante de alcançar o desenvolvimento. Assim, as práticas discursivas oriundas da razão iluminista e do cientificismo tiveram grande importância na legitimação e na consolidação do projeto civilizador.

O objetivo deste trabalho é analisar os discursos *médicos-higiênicos-sanitários* enquanto uma das estratégias de poder utilizadas pelo Estado goiano para legitimar e concretizar os anseios mudancistas de tal modo a possibilitar a manutenção da ordem política, sob o controle do interventor Pedro Ludovico Teixeira e seus correligionários políticos e das novas oligarquias do sul e sudeste e sudoeste goiano. No intervalo entre os anos de 1930 a 1942, o Estado de Goiás passou por transformações de ordem política, econômica, social e cultural que foram materializadas em virtude de variados acontecimentos históricos de âmbito nacional e regional: a Revolução de 1930; a ascensão econômica e política das novas oligarquias do sul e sudoeste goiano; o renascimento da tese mudancista; a construção de Goiânia; a transferência da Capital da cidade de Goiás para Goiânia; a implantação do Estado Novo Vargasista; a Marcha para o Oeste; e por último, o Batismo Cultural da Nova Capital do Cerrado goiano. Na pretensão

de compreender o referido contexto histórico, levantou-se a hipótese de que os “discursos oficiais” fundamentados nos “argumentos médico-higiênico-sanitários” da medicina sanitária e do urbanismo moderno contribuíram enquanto mecanismos de poder para a consolidação dos anseios mudancistas, assim como, para forjar representações de Goiânia expressas nos vocábulos: progresso e modernidade. Contudo, o processo construtivo da Nova Capital mostrou-se contraditório e ambíguo, de tal modo que urdiram-se “discursividades dissonantes”, que não validaram a modernidade anunciada pelas “práticas discursivas oficiais”.

Buscando confirmar as hipóteses deste trabalho, foi adotada uma pesquisa qualitativa embasada em diversas referências bibliográficas com a finalidade de construir um conhecimento interdisciplinar baseado no diálogo entre diferentes especialidades das ciências humanas e sociais: História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Economia, Arquitetura e Urbanismo, entre outras. Valer-se de fontes históricas como relatórios oficiais, decretos governamentais, discursos em solenidades, publicações em jornais e periódicos, entre outros; que cerceiam o período entre 1930 a 1942, foi de posição fundamental para verificar e identificar nos discursos oficiais os argumentos de ordem médica, higiênica e sanitária que serviram de estratégias de poder para legitimar e consolidar a tese mudancista, e não obstante, afastar qualquer ameaça política que fosse corromper a permanência de Pedro Ludovico Teixeira e seus correligionários no domínio político do Estado de Goiás. Coube também examinar as concepções higiênicas, sanitárias e urbanísticas presentes no relatório técnico-científico do engenheiro Armando de Godoy e no memorial do projeto de Goiânia do arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima, que foram fundamentais para materializar a construção de Goiânia. Ainda com a pretensão de ampliar os horizontes de compreensão sobre o objeto proposto nesta pesquisa, fez-se necessário a utilização de fontes históricas, memórias e depoimentos que promoveram práticas discursivas destoantes das ditas oficiais, permitindo observar as representações e imagens antagônicas e paradoxais que envolveram o processo construtivo de Goiânia³.

³ Destacam-se aqui, algumas fontes utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho: REGULAMENTO da Saúde Pública de Goiás, 1931; RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, d.d. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930 – 1933, Seção de Obras da Imprensa oficial – Goiaz – Capital; A INFORMAÇÃO GOYANA. Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001; REVISTA OESTE. Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001; VARGAS, Getúlio. *O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942; VARGAS, Getúlio. *Planalto goiano: miradouro do Brasil*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942; TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias; autobiografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973; MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938; LIMA, Atílio Corrêa. *Goiânia – A nova capital de Goiaz*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942; LIMA, Atílio Corrêa. *Plano*

Esclarece-se, que esta pesquisa não tem a pretensão metodológica de promover uma análise do discurso dentro da proposta formal da linguística, mas sim de produzir um efeito retórico de modo a compreender as argumentações enquanto estratégias de poder e dominação. Aclara-se, que a concepção de modernidade mais apropriada para a análise do objeto deste trabalho, é a representação progressista urdida no século XIX, apesar de seus primeiros alicerces situarem-se nos séculos XVII e XVIII, por isso faz-se aqui importante contextualizar a constituição e a tomada de consciência da modernidade. Torna-se necessário então, salientar que o pensamento progressista dos séculos XVIII e especialmente do século XIX, apesar das especificidades temporais, espaciais e conjunturais entre Europa e Brasil, em ambos os lugares, emergiram-se as argumentações que forjaram diferentes noções de modernidade, que em certa medida apresentaram-se convergentes enquanto ao escopo de promover a constituição de uma nova civilização engendrada na *razão-técnico-científica*, em outros termos, na emergência de uma sociedade moderna capaz de racionalizar-se obtendo o progresso.

Metodologicamente os autores que fundamentaram este trabalho são aqueles que abordaram de forma crítica o projeto de modernidade: Monica Pimentta Veloso (2010), que diferencia os vocábulos “modernos”, “modernismo” e “modernidade”; Jacques Le Goff (1997), que aborda o embate entre antigo e moderno; Robert Jaus (1996), que busca estabelecer uma genealogia no que se refere à história do moderno; Francisco Falcon (1996), que analisa a constituição e a tomada de consciência da Modernidade por seus agentes contemporâneos; Anthony Giddens (1991), que elucida os riscos promovidos pela modernidade; Henri Lefebvre (1969), que aborda a modernidade enquanto produtora de ambiguidades que ora causa segurança, ora causa incerteza; David Harvey (2000), afirma que a modernidade inclinou a sociedade para um caos totalizante; Marshall Berman (1996), que concebe a modernidade como um paradoxo e contradição; Zygmunt Bauman (1999), que destaca a modernidade enquanto agente impulsionador da desordem.

Ainda sobre as balizas metodológicas para alicerçar esta pesquisa, fez-se de grande valia, utilizar as tipologias explicativas de Michel Foucault (1984), (2008) e (2011) que remete ao contexto de expansão do capitalismo e do processo de industrialização e urbanização dos países europeus, que fizeram crescer a importância da medicina social como uma medicina de

Diretor da cidade. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942; ALVARES, Geraldo Teixeira. *A Luta na Epopeia de Goiânia*. Rio de Janeiro: Gráfica do “Jornal do Brasil”, 1942; GODOY, Armando Augusto. *A urbs e seus problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943; GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. *Memória cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia: Assessoria Especial de Cultura, 1985; PIMENTA NETTO. *Anais do batismo cultural de Goiânia: 1942*. Goiânia: Gráfica e Editora Luzes Ltda, 1993.

caráter social, coletiva e urbana, isto é, enquanto um dispositivo discursivo e político utilizado com a finalidade de intervir e controlar os indivíduos e os espaços das cidades. Utilizam-se também neste trabalho, as análises de Roberto Machado (1978) e outros autores⁴ que salientam a formação da medicina social no Brasil, de maneira a possibilitar uma compreensão do contexto de industrialização, urbanização e expansão capitalista brasileira. Por fim, no que acena o contexto mudancista goiano, elencou-se para melhor compreensão do objeto desta pesquisa, os autores Itami Campos (1980) e (1996) e Nasr Fayad Chaul (1999) e (2010) que abordam o saber médico como instrumento de poder de Pedro Ludovico para governar e manter-se no poder através da legitimação e materialização da mudança da Capital do Estado de Goiás.

Visando reforçar as análises referentes ao contexto de industrialização e urbanização da Europa, fez-se necessário recorrer metodologicamente às análises de Françoise Choay (1979), Leonardo Benevolo (1983) e (2001), José M. Ressano Garcia Lamas (1993), Sigfried Giedion (2004), Peter Hall (2009), Maria Stella Bresciani (2009), Donatella Calabi (2012), que elucidam: as péssimas condições higiênicas dos indivíduos e as caóticas condições sanitárias dos espaços urbanos que criavam barreiras que afetaram os interesses do Estado, assim como, as pretensões econômicas que passaram a ter obstáculos nos negócios das elites devido às avarias causadas à mão de obra e, conseqüentemente à produção e ao comércio. Para alguns destes autores supracitados, o projeto político do Estado e os interesses econômicos da burguesia convergiram sob as questões ligadas à estratégia de poder e ao controle social. Por isso, a vontade de intervir, controlar e disciplinar as classes trabalhadoras e pobres de maneira

⁴ A respeito dos estudos sobre a medicina no Brasil, destacam-se alguns especialistas e suas respectivas produções: BRAGA, José Carlos & PAULA, Sérgio Góes. *Saúde e Previdência: estudos de política social*. São Paulo: Editora CEBES/HUCITEC, 1981; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Governar por retas: engenheiros na belle époque carioca*. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1994; COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985; CZERESNIA, Dina. *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997; ENGEL, Magali Gouvêa. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989; HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993; HERSCHMANN, Micael. *A arte do operatório: Medicina, naturalismo e positivismo –1900-37*. In: HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994; LUZ, Madel Therezinha. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982; MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994; MASSAKO, Iyda. *Cem anos de saúde pública: a cidadania negada*. São Paulo: Editora UNESP, 1994; RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública, São Paulo, 1880-1930*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993; SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*. Goiânia: Editora UFG, 2002; STEPHANOU, Maria. *Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores*. História da Educação. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, set. 1997.

a adestrá-los às exigências dos novos modos de vida modernos, seguindo os padrões de moralidade e produtividade no trabalho gerado pela industrialização e urbanização. Foi neste contexto, que, fizeram-se necessárias as intervenções urbanas e sociais com a finalidade de purificar, higienizar e regenerar os espaços e os indivíduos nas cidades. Nesta conjuntura, emergiram-se várias experiências urbanísticas calcadas nas pretensões médicas, higiênicas, sanitárias e econômicas de domínio e controle social, conforme expressadas na reforma de Haussmann em Paris e no Plano de Cerdà em Barcelona. Nesse ambiente de regeneração social e urbana, o urbanismo validou-se enquanto uma especialidade científica, apresentando reformulações teóricas que permitiram a criação de diferentes interpretações de *urbs* moderna, anunciadas nas propostas de saneamento, das cidades-jardim, do zoneamento, entre outras.

Essas experiências urbanísticas nos permitem compreender a constituição do urbanismo enquanto ciência, além de servirem como modelos que influenciaram intervenções e reformas urbanas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Várias gerações de engenheiros, sanitaristas e arquitetos viram-se entusiasmados com as experiências urbanísticas estrangeiras e em certa medida buscaram materializá-las nas cidades brasileiras, sob a nuança do progresso e da modernidade. Por isso, com a finalidade de colaborar com propostas deste trabalho, fez-se salutar elencar autores como Maria Cristina da Silva Leme (1999), Vera F. Rezende (1999), Hugo Segawa (2002), Yves Bruand (2002), que enfatizavam a formação do urbanismo no Brasil e, não obstante, aborda as experiências urbanísticas arroladas às argumentações progressistas e médicos, higiênicos e sanitárias, como por exemplo: a construção de Belo Horizonte e a Reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro.

A escolha destas experiências urbanísticas europeias e brasileiras não foi eventual, elas são fundamentais para compreender o objeto desta pesquisa, que remete a construção de Goiânia na década de 1930. A proposta urbanística original da Nova Capital do Cerrado goiano combinou princípios urbanísticos de diferentes modelos de experiências europeias e brasileiras. As propostas de Atílio Corrêa Lima e as ideias de Armando Augusto de Godoy foram as bases da concepção original de Goiânia, que uniu princípios do urbanismo clássico e moderno.

Neste trabalho buscou-se abordar o contexto goiano entre 1930 a 1942, que envolve os antecedentes mudancistas até a materialização de Goiânia. Para discorrer sobre os variados temas: modernidade, medicina, saúde, urbanismo, arquitetura e representação recorrentes a conjuntura política, econômica, social e cultural do Estado de Goiás na década de 1930, fez-se necessário criar um sustentáculo bibliográfico, isto é, valer-se de variadas referências da historiografia goiana: Luis Palacín (1976), Ana Lúcia da Silva (1982), Itami Campos (1980) e (1996), Nasr F. Chaul (1999) e (2010), Dulce Portilho Maciel (1996), Lena Castelo Branco

Ferreira de Freitas (1999), Gustavo Neiva Coelho (1997) e (2000), Celina Fernandes Almeida Manso (2001), Alexandre Ribeiro Gonçalves (2002), Eliézer Cardoso Oliveira (2005), Genilda D’Arc Bernardes (2009).

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, fomentou-se algumas reflexões sobre a modernidade, apresentando suas contradições e incertezas, diante da tentativa de superar o “velho” – o tradicional – e buscar o “novo” –, em outros termos, a romper com o arcaico de maneira a alcançar o moderno. Configuravam-se, entre os séculos XVIII ao XX, que a razão, a ciência e a tecnologia eram consideradas os instrumentos capazes de conduzir os indivíduos ao progresso. Verifica-se, que a Europa Ocidental, entre os séculos XVIII e XIX, conviviam em um acelerado processo de industrialização e urbanização, causando uma desordem nos espaços das cidades que passou a afetar a saúde e a higiene dos indivíduos. Esta situação adversa, fez com que a medicina tornar-se um dispositivo de poder político para intervir e controlar os indivíduos e os espaços das cidades. Acerca da medicina moderna, as reflexões de Michel Foucault (1984), (2008) e (2011) tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento de trabalhos que envolvem a história da medicina, permitindo-nos compreender os diferentes contextos. As considerações deste autor fundamentaram-se no contexto da expansão do capitalismo e no processo de industrialização e urbanização dos países europeus, que fizeram crescer a importância da medicina social enquanto uma medicina de caráter social, coletiva e urbana.

Planejou-se assim, uma preocupação no que se refere à complexidade das cidades europeias entre o final do século XIX e início do século XX. O frenético processo de industrialização; o forte crescimento demográfico; a insalubridade dos edifícios, habitações e fábricas; as tipologias estreitas das ruas; a proliferação de epidemias; as revoltas sociais; as dificuldades de locomoção e segurança; o crescimento desenfreado das cidades e a especulação imobiliária; eram os grandes problemas estruturais, sociais e higiênicos das cidades europeias do século XIX. Todo esse quadro agudo de entraves nas cidades europeias possibilitou as intervenções urbanísticas mediadas pelo Estado, para eliminar os problemas físicos e morais dos habitantes ocasionados pela desorganização, pela falta de higiene e pela insalubridade dos ambientes das cidades. O higienismo, portanto, tinha como foco principal as classes pobres e trabalhadoras e os espaços insalubres das cidades. Tal contexto contribuiu para a emergência de uma nova ciência: o urbanismo. Esta ciência também se tornou aliada do projeto de progresso e modernidade capitalista burguesa. Deste modo o Estado além de utilizar a medicina social como estratégia de poder, empregou um novo saber: o urbanismo.

Durante segunda metade do século XIX, apareceram diferentes propostas de organizações e formas urbanas alternativas à cidade industrial e burguesa, que utilizariam as novas potencialidades tecnológicas e as necessidades induzidas pelos novos modos de vida. As experimentações urbanísticas representaram respostas às transformações sociais, econômicas e demográficas da revolução industrial, isto é, as intervenções urbanas visavam adaptar a cidade aos novos meios de transportes e as novas infraestruturas, vias, ferrovias e avenidas. É sobre esta conjuntura que destaca o projeto de reforma de Haussmann. Este projeto objetiva renovar e modernizar os tecidos urbanos de Paris, remodelando os traçados orgânicos e ruas estreitas da cidade e corrigindo os problemas de circulação, salubridade e higiene da cidade. Todavia, a reforma de Paris buscou também priorizar os interesses econômicos da burguesia e dos especuladores do mercado imobiliário, expulsando as classes pobres e trabalhadoras de modo a segregá-los do centro da cidade. A Haussmannização de Paris tornou-se, então, um dos modelos de intervenção urbana que influenciariam mais tarde a escola urbanística de Paris, uma das primeiras destinadas ao ensino acadêmico do urbanismo. Outra experiência importante a ser destacada é o plano de extensão de Barcelona elaborado por Cerdà, que anunciava um novo instrumento científico para organizar a cidades: o planejamento urbano.

Configurou-se, entre o segundo quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX, e emergência de diferentes concepções de “*urbs moderna*”, que este trabalho elenca: as ideias de cidade-jardim de Ebenezer Howard, que preocupou-se com as questões referentes a higiene e a demografia; e as propostas de Tony Garnier conexas ao zoneamento funcional da cidade. A grande importância destas concepções urbanísticas modernas pode ser explicada pelas suas assimilações em diferentes países do mundo, quando se tratam das projeções, remodelações e edificações das cidades no século XX, inclusive encontram-se, em certa medida, nas propostas urbanísticas de Goiânia – a Nova Capital do Estado de Goiás erigida na década de 1930.

O segundo capítulo abordou o nascimento e o desenvolvimento de uma medicina social no Brasil entre os séculos XIX e XX. Partindo das abordagens de Roberto Machado (1978) e de outros especialistas buscou-se apreender a medicina social enquanto um mecanismo político de controle social e urbano utilizado pelo Estado brasileiro para intervir, controlar, disciplinar e educar e sanear os cidadãos brasileiros com o escopo de “*civilizar a nação*”, norteado pelo modelo de progresso e modernidade europeia. Esta pesquisa busca compreender a medicina social e o saber médico como dispositivos de poder e dominação. A medicina foi, portanto, uma ciência orientada pelas concepções de ordem e progresso constituídas na Europa, que se abria para a modernidade. A medicina no contexto europeu foi submetida ao interesse do Estado a

partir do século XVIII e, posteriormente, no século XIX, ela já se consolidava como uma esfera social, coletiva e urbana. No Brasil, a medicina só começou a tornar-se social, coletiva e urbana no decorrer do século de XIX. Por conseguinte, no século XX, a medicina social brasileira ampliou as intervenções sanitárias e urbanas com o objetivo de concretizar o progresso e desenvolvimento econômico baseado no modelo capitalista. Contudo, as intervenções e as reformas nos espaços das cidades possibilitaram a emergência de outras ciências que, gradualmente tornaram-se institucionalizadas. Deste modo, além de utilizar a medicina como estratégia de poder, outro saber foi empregado, paralelamente, pelo Estado neste processo: o urbanismo.

De certo modo análogo aos grandes centros europeus, as principais cidades brasileiras ainda com o semblante colonial, passavam por problemas higiênicos, sanitários e epidêmicos que afetavam os interesses políticos e econômicos das classes dirigentes e burgueses. Como resposta a estes entraves, no Brasil emergiram-se intervenções urbanísticas e sanitárias entre as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Nesta época os arquitetos, engenheiros e médicos-sanitaristas tiveram contato com as diversas concepções urbanísticas dominantes no cenário internacional. Isso possibilitou a construção de novas capitais planejadas, como: Belo Horizonte; e algumas transformações urbanas e sanitárias, como: a Reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro. Estas experiências urbanísticas tinham como finalidade integrar o Brasil as ideologias de progresso e modernidade capitalista inspiradas no modelo europeu. As experiências da construção de Belo Horizonte e da Reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro tornaram-se modelos de intervenções de ordem médica, sanitária e urbanística que visavam modernizar as estruturas das cidades. Neste sentido compreendê-las é de suma importância, uma vez que as concepções médicas, sanitárias e urbanísticas balizadas nos pilares progressistas decorrentes das experiências mineira e carioca influenciaram nas futuras intervenções urbanas no Brasil e, de certa forma, em Goiás, cuja as “discursividades oficiais” proferiam que estas experiências urbanísticas tornaram-se marcos de progresso e modernidade no país, de maneira a contribuir como argumentos favoráveis a construção de uma Nova Capital moderna no Estado de Goiás, na década de 1930.

O espírito de regeneração e modernização urbana das décadas anteriores, que maquiou o Novo Brasil, foi acompanhado em Goiás, a partir da Revolução de 1930, quando um novo grupo político, liderado por Pedro Ludovico Teixeira empregou-se de práticas discursivas baseadas na ideologia política progressista de Getúlio Vargas, chefe da nação. Como estratégia política para apoiar as novas oligarquias do sul e do sudoeste goiano, continuar no poder e se

afastar de qualquer ameaça aos seus projetos políticos; o interventor Pedro Ludovico trouxe novamente à tona: a ideia de mudança da Capital do Estado de Goiás.

O terceiro capítulo analisou os discursos oficiais que apoiaram a ideia da mudança da Capital do Estado de Goiás, utilizando o saber médico, assim como, outras especialidades da ciência moderna, dentre as quais: o urbanismo. Pedro Ludovico Teixeira com auxílio de peritos da ciência moderna utilizou-se de argumentos médico-higiênicos-sanitários enquanto dispositivo de poder e dominação para legitimar e, conseqüentemente, concretizar a construção de uma Nova Capital como estratégia de manter-se na chefia política do Estado e segregar do poder seus inimigos políticos. Goiânia foi construída em um período de intensas batalhas políticas e discursivas entre “mudancistas” e “antimudancistas”. As “discursividades oficiais” forjaram imagens da Nova Capital do Cerrado expressas nos vocábulos de progresso e modernidade. Com a decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937, e o anúncio da campanha civilizadora da “Marcha para o Oeste”, em 1938, Goiânia foi incorporada aos “discursos progressistas estadonovista” que urdiram representações de que a Nova Capital goiana seria o motor que impulsionaria a “onda modernizadora” para o Centro-Oeste brasileiro.

As etapas construtivas da Nova Capital do sertão goiano foram realizadas em meio a uma série de dificuldades. A Goiânia do sonho dos mudancistas esteve longínqua da realidade. Entre os anos de 1933 a 1942, urdiram-se *discursos dissonantes* que emanaram das próprias contradições do processo de construção de Goiânia. Forjaram-se assim, duas *representações discursivas* alusivas a *imagem* de Goiânia: uma, idealizava a Nova Capital como resultado de árduo esforço que resultou no advento do progresso e da modernidade; a outra, concebia que a Cidade-Capital não manifestou-se enquanto uma *urbs* moderna e inovadora, não rompendo com o passado arcaico do Estado de Goiás.

Goiânia foi concebida nas propostas do arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima, responsável pelas primeiras ideias e desenhos, assim como, nas consultorias do engenheiro-urbanista Armando Augusto de Godoy, que contribuiu como mentor intelectual, em outras palavras, emprestando ideias. As concepções destes peritos visavam atender os anseios de modernização do Estado a partir da edificação de uma *urbs* moderna, concebida de acordo com os preceitos higiênicos e sanitários do urbanismo moderno. Mas por motivos de ordem política e econômica as propostas e ideias destes dois peritos não foram materializadas na íntegra: da proposta original de Atílio foram concretizadas, em certas medidas nos Setores Centrais e Norte; e das ideias urbanísticas de Godoy foram materializadas, de certa maneira, no Setor Sul.

Esta dissertação valeu-se do método dedutivo que partiu de uma análise do contexto geral para o particular. Desta forma, a pesquisa inicia-se do contexto europeu dos séculos XVIII ao XX, perpassando o contexto brasileiro do XVIII ao XX, até, por fim chegar ao contexto goiano da década de 1930 e início de 1940.

CAPÍTULO 1 – MEDICINA E URBANISMO: DISPOSITIVOS POLÍTICOS DA MODERNIDADE

O século XVIII foi marcado por práticas discursivas de cunho progressista e racional, que repercutiu em grande parte do território europeu, influenciando o pensamento de cientistas, intelectuais e filósofos da época⁵. De acordo com Ernst Cassirer (1992), para a difusão das ideias iluministas, os intelectuais das luzes abandonaram os circuitos fechados e reuniões restritas que passaram a divulgar as ideias e discursos progressistas pelas ruas e salões, praticando e versando a razão pelas cidades. Conforme descreve Cassirer, para os filósofos propagandistas “a razão é a região das ‘verdades eternas’, essas verdades que são comuns ao espírito humano e ao espírito divino” (CASSIRER, 1992, p. 32).

Os iluministas enfatizavam, assim, a capacidade humana de fazer uso da razão para conhecer, intervir e organizar as “realidades”, de modo a romper com os modelos políticos, econômicos, sociais e culturais tradicionais e dominantes no período – o *Antigo Regime*. Desta forma, por meio da razão e da ciência ativar-se-ia o processo de “ilustração” – isto é o pleno desenvolvimento intelectual, que conduziria a criação de novos modelos civilizatórios para se alcançar o progresso.

Sobre esse contexto, Francisco José Calazans Falcon (1994) e Luis R. Salinas Fortes (1993) abordam que o iluminismo foi um movimento ideológico que forjou uma noção de progresso atrelado aos interesses econômicos da crescente burguesia. O pensamento iluminista teve efervescência nos debates entre os intelectuais europeus da época, dentre eles, destacam-se: Locke, Montesquieu, Voltaire e Rousseau⁶. Esses intelectuais pensaram, elaboraram e propuseram novos modelos políticos e sociais que visavam romper com o modelo tradicional do *Antigo Regime* – caracterizado politicamente, pelo absolutismo monárquico;

⁵ No período sobressaíram os pensadores iluministas: John Locke (1632-1704); Charles-Louis de Secondat, conhecido como barão de Montesquieu (1689-1755); François-Marie Arouet, denominado de Voltaire (1694-1778); Denis Diderot (1713-1784); e Jean D’Alembert (1717-1783); Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); Adam Smith (1723-1790); Immanuel Kant (1724-1804), entre outros.

⁶ Os pensadores iluministas não apresentavam discursos unívocos, mas, muitos deles, convergiam no que se refere ao questionamento do poder real absoluto e dos privilégios políticos do clero e da nobreza. Os discursos tinham pretensões universalistas, porém tangenciavam diferentes questões como: a liberdade política; a igualdade jurídica; a defesa dos direitos naturais – que de acordo com Locke, estavam conectados a defesa da vida, liberdade e propriedade –; a divisão dos poderes em esferas – ideia de Montesquieu em partilhar o poder em esferas autônomas: executivo, legislativo e judiciário –; a liberdade religiosa e de expressão – que conforme Voltaire era um direito natural dos homens –; e a organização política do Estado por meio do contrato social – que na concepção de Rousseau, o contrato social era uma convenção entre os governantes e a vontade geral dos cidadãos. Ver em LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*, 1978; MONTESQUIEU, Charles. *O espírito das Leis*, 1996; ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato Social*, 2000; VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Cartas inglesas*, 1978.

economicamente, pelo mercantilismo e; socialmente, pela sociedade estamental de privilégios que predominou no cenário europeu entre os séculos XV ao XVIII.

No que se refere às questões econômicas da época, Henry Denis (1982) destaca o pensamento de Adam Smith, que sistematizou uma análise econômica, elaborando e demonstrando leis as quais regem a economia. Para o autor, o economista inglês condenava o controle estatal na economia e defendia que a divisão e produtividade do trabalho, a concorrência e o livre-comércio seriam os meios fundamentais para conduzirem as nações ao desenvolvimento econômico. As explanações econômicas de Smith estavam carregadas de fundamentos iluministas e auxiliaram na sustentação dos interesses econômicos industriais da burguesia⁷.

Contudo, apesar do discurso liberal, o movimento iluminista defendia de forma predominante os interesses políticos e econômicos capitalistas da burguesia e da nobreza – em grande parte dela quase que “aburguesada”. O projeto iluminista, nesse sentido, pode ser atribuído como elitista, conservador e racionalista, já que atendia quase exclusivamente os interesses burgueses e nobiliárquicos, excluindo do cenário político e do direito à cidadania os homens pobres e as mulheres.

A modernidade, portanto, só poderia ser alcançada através de ideia e projetos que viabilizassem transformações políticas, sociais e econômicas com o objetivo incessante de alcançar o progresso, ou seja, o desenvolvimento. Assim, o iluminismo e o cientificismo tiveram grande influência para consolidar essas transformações.

Com base nas análises de Eric J. Hobsbawm (2003), a “Era das Revoluções” corresponde às grandes transformações sociais ocorridas no mundo ocidental entre as décadas finais do século XVIII e todo o século XIX. A era revolucionária, segundo as descrições do autor:

Fez crescer o número de cientistas e eruditos e estendeu a ciência em todos os seus aspectos. E ainda mais, viu o universo geográfico das ciências se alargar em duas direções. Em primeiro lugar, o progresso do comércio e o processo de exploração abriram novos horizontes do mundo ao estudo científico, e estimularam o pensamento sobre eles. [...]. Em segundo lugar, o universo das ciências se ampliou para abraçar países e povos que até então só tinham dado contribuições insignificantes (HOBSBAWM, 2003, p. 386-387).

⁷As ideias de Adam Smith contribuíram para o rompimento com o modelo econômico tradicional que se apresentava na Europa no século XVIII: o mercantilismo caracterizado pela sua forte intervenção estatal e tributação. Ver em DENIS, Henry. *História do pensamento econômico*, 1982. As proposições do economista inglês atenderam quase que em sua totalidade os interesses econômicos da burguesia em ascensão.

Entre as revoluções analisadas por Hobsbawm (2003), destacam-se: as Revoluções Industriais caracterizadas pelo desenvolvimento técnico-científico e pelos investimentos da burguesia capitalista em expansão; a Revolução Francesa marcada pelo rompimento dos modelos tradicionais do *Antigo Regime* – atribuídos, respectivamente ao absolutismo monárquico (em termos políticos), mercantilismo (em termos econômicos) e a sociedade estamental de privilégios (em termos de organização social) – que afetavam a sociedade francesa. Ambas as revoluções tornaram-se referências para outros movimentos no mundo. Elas abriram caminho para um fortalecimento da ciência, da filosofia e das artes. Desta forma a ideologia do progresso forjada pela burguesia foi a grande mola impulsora das mudanças e transformações no que se refere as questões de ordem política, econômica, social e cultural, que constituíram o molde do mundo ocidental no século XX⁸.

Em síntese, a modernidade criou uma ambiguidade a partir da produção de um novo estilo de vida ao homem representado pelo urbano, industrial, racional e científico que se contrastava com o estilo tradicional do *Antigo Regime*, ainda em vigência, caracterizado pelo rural, agrário, irracional e místico.

O presente capítulo tem a pretensão de fomentar discussões acerca da modernidade para posteriormente abordar o nascimento e o desenvolvimento da medicina social e do urbanismo enquanto dispositivos de controle estatal no contexto da industrialização e da urbanização europeia, assim como, pontuar algumas intervenções urbanas pautadas nos preceitos *médico-higiênicos-sanitários*.

1.1 - MODERNIDADE: ENTRE O ANTIGO E O NOVO

O termo modernidade é bastante explorado nas diversas vertentes das ciências sociais e humanas, assim como: a história, a antropologia, a geografia, a sociologia, a economia, a arquitetura e o urbanismo. Todas essas áreas do conhecimento científico trazem reflexões e abordagens no que se refere o tema modernidade.

Conforme as concepções de Monica Pimenta Velloso (2010), os vocábulos “*moderno*”, “*modernidade*” e “*modernismo*” são correlatos, porém não apresentam o mesmo significado. Muitas vezes, esses termos assumem um caráter fronteiro a partir do entrecruzamento de seus sentidos. De fato, então, torna-se fundamental compreendê-los em seus respectivos contextos históricos de origem, decodificando seus significados polissêmicos⁹.

⁸ Ver em HOBBSAWM, Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*, 2003.

⁹ Ver em VELLOSO, Monica Pimenta. *História & Modernismo*, 2010.

O termo moderno constituiu uma natureza ambígua e mutável. De acordo com Jacques Le Goff (1997) o embate entre *antigo* e *moderno* torna-se fundamental para a construção dos pilares da cultura ocidental, mas essa relação se mostra variável, ou seja, quem vai determinar o que é moderno são os próprios indivíduos no momento quando contrapuser o passado¹⁰. Reforçando as reflexões de Le Goff, Hans Robert Jauss (1996) estabelece a construção de uma genealogia no que refere-se a história do moderno, no qual a temporalidade do termo moderno está atribuída ao século XVI, quando constituiu-se o debate entre o *antigo* e *moderno* no contexto do Renascimento Cultural¹¹.

Quando nos referimos ao termo moderno estamos, portanto, remetendo a uma associação entre tempo e história, ou seja, aos valores sociais, políticos, econômicos e culturais criados em diferentes épocas e períodos. Por isso a palavra, *moderno* configura-se em um termo flexível e abrangente. Essa transitoriedade admite-se afirmar que o moderno “é aquilo que existe no presente. [...] Isso nos faz concluir que existem tantas modernidades e antiguidades quanto às épocas e sociedades” (VELLOSO, 2010, p. 11).

Velloso, ainda, salienta que nem sempre as noções de antigo e moderno existiram, elas apresentam uma historicidade pertencem a diferentes contextos históricos. Desta maneira, à medida que percorre o tempo essas categorias possibilitam a construção de novas identidades. O moderno precisa do antigo para adquirir sentido e validar-se como tal. Desta forma, essa relação caracteriza-se pelo “[...] caráter indissociável que liga o moderno ao antigo” (Velloso, 2010, p. 12). Mas isso não quer dizer que o antigo perdeu totalmente a sua importância como *modelo/referência* para os indivíduos. As tradições seriam mantidas, embora, muitas vezes, transformadas e resinificadas¹².

A ideia de moderno inseriu-se em um contexto que atravessou os séculos XVI e o XVIII, instaurando uma profunda tensão entre valores do antigo e do novo. Esse período foi marcado pela influência do espírito renascentista baseado na “querela entre o antigo e o moderno” (VELLOSO, 2010, p. 13). Isto permite reforçar a existência de um antagonismo, entre a segurança do que já existe e da incerteza no que se pretende fazer existir. Não é por acaso que o debate que buscava compreender relação entre *antigo* e o *novo* manteve-se no decorrer do século XVIII, resultando nas bases do pensamento iluminista que influenciou as grandes

¹⁰ Ver em LE GOFF, Jacques. *Antigo/Moderno*, 1997, p. 370-372.

¹¹ Ver em JAUSS, Hans Robert. *Tradição literária e consciência atual da modernidade*, 1996.

¹² A autora elabora análise genealógica do moderno na cultura ocidental, visando compreender as práticas, as representações e as sensibilidades sociais que constituídas em cada época. Para a autora, a relação entre antigo e moderno estende-se entre os séculos XVI até o XX, absorvendo diferentes configurações. Ver em VELLOSO, Monica Pimenta. *História & Modernismo*, 2010.

transformações sociais do século XIX e XX. Na Europa das luzes, a cidade de Paris figurou-se como o centro dos debates entre o antigo e o moderno. Contudo, esses debates adquiriram novas formas de compreender o passado, que conforme as palavras de Velloso:

O passado continuou a ser a referência, mas o olhar sobre ele é que mudava. [...] Os conceitos e as palavras-chave desses séculos são: progresso, evolução, liberdade, democracia, ciência e técnica. Todas elas reforçavam o espírito crítico que era o traço diferencial da modernidade (VELLOSO, 2010, p. 14).

Entre o último quartel do século XVIII e todo o curso do século XIX, inicia-se o compartilhamento de um sentimento revolucionário, caracterizado por grandes transformações: Independência dos Estados Unidos, Revoluções Industriais, Revolução Francesa, Independência dos países da América hispânica e portuguesa. O clima de mudança havia se instalado em várias partes do mundo ocidental, embora “ainda estarmos distantes, de um mundo moderno, as ideias do novo começavam a penetrar nos domínios da vida pública e privada. Conclamava-se a consciência do presente e o experimento do novo” (VELLOSO, 2010, p. 15).

Nesta conjuntura tem-se a constituição de um período intitulado de *modernité*¹³ – *modernidade*. Esse termo compreende-se como o processo de dissolvência dos modelos de organização tradicional em decorrência de uma sociedade racional, industrial e urbana, portanto, moderna.

Sobre modernidade, Francisco Falcon (1996) ressalta a importância de compreendê-la mediante duas perspectivas de análise: a abordagem *analítico-explicativa* e a abordagem *hermenêutico-compreensiva*. A perspectiva *analítico-explicativa* admite variados enfoques teóricos. Ela se preocupa em explicar, internamente, o período histórico da Idade Moderna, ou seja, tem a ambição de analisar as origens, os processos, as rupturas e permanências, os elementos que constituem a modernidade. A perspectiva *hermenêutico-compreensiva* tem como objetivo alcançar a tomada de consciência da Modernidade por seus agentes contemporâneos. Ela busca investigar quando a modernidade foi reconhecida e identificada pelos próprios agentes históricos – indivíduos e/ou grupos sociais inseridos e envolvidos pela modernidade¹⁴.

¹³ Esse termo é atribuído a Charles Baudelaire. Quando este realizou um ensaio intitulado “*A pintura da vida moderna*”, escrito entre 1859 e 1860 e publicado pela primeira vez em 1863. Neste contexto, a noção de modernidade permeia a mediação entre o antigo e o moderno, buscando compreendê-los ultrapassando os limites temporais e cronológicos, sob a ótica de que o passado não se resume apenas a aquilo que já calhou e o moderno não se restringe somente a atualidade. A modernidade, portanto, “é passado/presente, integrando novidade e curiosidade à celebração do antigo”. Ver em VELLOSO. *História & Modernismo*, 2010, p. 16.

¹⁴ O processo de construção do conceito de modernidade implica mergulhar na denominada Idade Moderna, pois as suas origens estão no contexto histórico europeu ocidental iniciado entre os séculos XVII/XVIII e no início do

A modernidade, então, corresponde a constituição de um novo tempo, que abriu caminhos para a formação de uma “*nova civilização*” pautada na razão e na ciência como meios de se alcançar a ordem e o progresso humano. Por isso, a superação dos modos de vida tradicionais fazia-se fundamental para consolidar o projeto de modernidade, que de acordo com as explicações de Velloso:

Vínculos comunitários, construídos com base em valores corporativos, religiosos; laços fundamentados em lealdades pessoais e honra, enfim, todo esse universo de crenças e valores perdeu sentido e fragmentou-se em um mundo que passava a ser regido por novos referenciais de ação e de conduta. Fundamentado na razão científico-pragmática, tal sistema reforçava a racionalização dos comportamentos e o individualismo incentivando, em escala sem precedentes, o processo de urbanização e da divisão do trabalho (VELLOSO, 2010, p.15).

Em uma análise semelhante, Anthony Giddens (1991) aponta três discontinuidades da era da modernidade que separam as ordens sociais modernas: urbana, capitalista e industrial; das ordens sociais tradicionais: agrária, mercantilista e manufatureira. A primeira é o *ritmo da mudança* que, na modernidade, torna-se mais rápida e dinâmica. A segunda é o *escopo da mudança*, que refere-se às transformações sociais ocorridas em todo mundo ocidental. E a terceira é a *natureza intrínseca das instituições modernas*, a qual algumas formas sociais criadas a partir do advento da modernidade não se encontraram nos períodos anteriores¹⁵.

Giddens (1991) explana a respeito do dinamismo da modernidade sob três aspectos: a *separação entre tempo e espaço*, o *desencaixe* e a *reflexividade*. A *separação entre tempo e espaço* consiste na uniformidade da medição do tempo e, por conseguinte, da uniformidade na organização social do tempo, ou seja, criam-se mecanismos que caracterizam a vida social moderna como uma organização racionalizada e cronometrizada que atinge o cotidiano das pessoas. O *desencaixe* que é o deslocamento das atividades sociais de contextos locais e suas reorientações para contextos globais como, por exemplo: a expansão dos mercados capitalistas no mundo e dinamização e expansão das culturas dominantes. Por último, a *reflexividade* que trata do contraste entre tradição e a modernidade, ou seja, a modernidade retira da vida social a solidez da tradição, possibilitando rompimentos, mudanças, transformações e, até a criação de

século XIX. A noção de modernidade envolve elementos histórico-filosóficos que se inicia com a discussão entre o “antigo e moderno”, nos finais do século XVII, bem como, a formação da concepção progressista e racional do iluminismo no século XVIII e, o desenvolvimento das “Revoluções” – Independência dos Estados Unidos, Revolução Industrial, Revolução Francesa e Independência dos países da América espanhola e portuguesa – que passaram os finais do século XVIII e chegaram ao século XIX. Todos esses acontecimentos históricos citados corroboram para a construção de um contexto que configurou a tomada de uma autoconsciência da modernidade. Ver em FALCON, Francisco José Calazans. *Utopia e modernidade*, 1996, p. 121-145.

¹⁵ Ver em GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*, 1991, p. 15-16.

novas tradições. Esta transitoriedade faz a modernidade constituir um carácter flexível, que conforme os escritos de Guiddens, na modernidade “muitas combinações do moderno e do tradicional podem ser encontrados nos cenários sociais concretos” (GIDDENS, 1991, p. 43). A modernidade, portanto, consiste na análise e na reformulação de suas próprias práticas sociais.

A modernidade, nesse sentido, insere-se em uma complexa conjectura de ideias e de valores produzidas pela expansão capitalista no mundo. Todavia, tensões e contradições marcaram a modernidade. Efeitos devastadores resultantes da razão iluminista-pragmática, do desenvolvimento capitalista, da urbanização acelerada e do progresso científico e tecnológico fez a modernidade impor-se de maneira traumática e opressora, deteriorando a subjetividade humana.

Assim, entre o segundo quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, consolida-se no mundo ocidental o modelo de modernização social e econômica capitalista que influenciou e integrou o campo da arte e do pensamento, possibilitando a constituição do modernismo. De acordo com Jacques Le Goff (1997), os termos “*modernidade*” e “*modernismo*”, embora indissociáveis, são elementos diferentes do mundo moderno. Para o autor, a modernidade está ligada aos reflexos e reações culturais do mundo industrial. Já o modernismo está conectado aos diversos sentidos, muitos deles contraditórios quando nos remetemos aos movimentos artísticos que percorrem o segundo quartel do século XIX e a primeira metade do século XX¹⁶.

Colaborando com as reflexões acima, Velloso (2010) enfatiza que o modernismo abrange o conjunto de transformações sofridas nos campos das artes¹⁷ entre a década 1870 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que percorreram a Europa, os Estados Unidos e, nas primeiras décadas do século XX, o Brasil. Conforme a ótica da autora, a geração modernista presenciou na virada do século XIX para o século XX à ruína da razão e do tecnicismo abalizado pelos pilares da razão e progresso capitalista¹⁸. Deste modo o modernismo, emergiu sobre um contexto que presenciava, segundo as elucidações de Velloso:

Uma crise cultural sem precedentes, o movimento criou linguagens e expressões artísticas que buscavam entender o caos social decorrente de uma mudança radical de

¹⁶ Ver em LE GOFF, Jacques. *Antigo/Moderno*, 1997, p. 378-390.

¹⁷ A autora refere-se aos movimentos artísticos que emergiram nas últimas décadas do século XIX e boa parte século XX. Variedades de grupos artísticos tiveram destaque, dentre eles: expressistas, futuristas, simbolistas, cubistas, dadaístas, imagistas, surrealistas. Esses grupos artísticos desenvolveram diferentes propostas e concepções filosóficas em defesa ao espírito decadentista: caracterizado pela afeição aos elementos irracionais e inconscientes que rivalizava coma razão instrumental e mecanicista. Ver em VELLOSO. *História & Modernismo*, 2010, p. 18.

¹⁸ A derrocada civilização pautada na razão e no tecnicismo teve como marco inicial e simbólico a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ver em VELLOSO. *História & Modernismo*, 2010, p. 19.

referências e padrões civilizatórios. A crise afetava sobretudo a auto configuração dos intelectuais e dos artistas. Se eles se sentiam estimulados a forjar uma nova consciência social e estética, essa liberação se dava em um clima de forte tensão histórica. O poder imaginativo conjugava-se à consciência da contingência, vivenciada como catástrofe gerando a sensação de desorientação e pesadelo (VELLOSO, 2010, p. 19).

Nesta ótica, Henri Lefebvre (1969) destaca como característica da modernidade a ambiguidade entre: segurança e promessa do bem *versus* incerteza e imprevisibilidade. Para o autor, o projeto de modernidade visava o progresso e o bem-estar por meio das melhorias sociais nas condições de saúde, educação, trabalho, ciência e tecnologia. Entretanto, por outro lado, a modernidade produziu uma série de tragédias, dentre os quais: guerras, genocídios, segregações, miséria, crises econômicas e outras ações traumáticas¹⁹.

Corroborando com as análises de Lefebvre, David Harvey (2000) expõe duras críticas a modernidade. O autor elucida que as rupturas nos modelos sociais tradicionais e a insegurança são circunstâncias inerentes à ideia de modernidade. Segundo o autor, “a única coisa segura sobre a modernidade é a sua insegurança e até a sua inclinação para o caos totalizante” (HARVEY, 2000, p. 22). Harvey afirma essa expressão após comparar as ideologias de emancipação humana originárias do pensamento iluminista do século XVIII – que atribuía o progresso humano à ciência objetiva, à moralidade e às leis universais – com as tenebrosas e traumáticas destruições promovidas pelas duas grandes guerras mundiais do século XX.

Em uma reflexão análoga, Giddens descreve a modernidade como “um fenômeno de dois gumes” em razão de seu caráter contraditório no que se refere as questões que envolvem “os temas *segurança versus perigo e confiança versus risco*” (GIDDENS, 1991, p. 16). A modernidade, neste sentido, desenvolve várias instituições sociais que se espalharam pelo mundo e permitiram aos homens usufruir uma vida mais satisfatória e segura – a partir do desenvolvimento tecnológico, industrial, científico e urbano – do que qualquer sistema pré-moderno – tradicional, rudimentar, agrário e rural. Não obstante, a modernidade também apresenta seu lado de insegurança em virtude das guerras, das crises econômicas, dos regimes totalitários, desigualdades sociais – acontecimentos estes que marcaram o século XX como a “*era das incertezas*”²⁰.

A tonalidade pessimista sobre a modernidade também se encontra presente nas ideias de Marshall Berman (1996), que apresenta a modernidade como o conjunto de experiências no

¹⁹ Ver em LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*, 1969, p 236-240.

²⁰ A era da incerteza é o título da obra do economista John Kenneth Galbraith, que analisa, relaciona e compara as grandes convicções econômicas do século XIX com as inseguranças econômicas geradas pelas crises do século XX. Ver em GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*, 1986, p. 206.

tempo e no espaço que configuram a vida humana. As descobertas científicas, a industrialização, a urbanização e a tecnologia são, segundo o autor, algumas das experiências humanas que criam e elaboram novos valores sociais, mas também destroem e remodelam os antigos. Nesta perspectiva, a modernidade insere-se “em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor” (BERMAN, 1996, p. 15).

A modernidade, então, permitiu aos homens ampliar o seu universo de possibilidades, oportunidades e transformações, aliando-se a ideologia do progresso. Contudo, a modernidade, mesmo atrelada à concepção de progresso, apresenta contradições e incertezas, pois ela procura superar o velho – o tradicional, o *démodé*, o conservador – e buscar o novo – a aventura, o moderno, o revolucionário, a transformação do arcaico. Neste jogo ambivalente, o velho por mais que esteja prestes a ser rompido e superado, ainda pode trazer segurança diante das incertezas do novo, que, até então, apresenta-se como desconhecido ou algo a ser desbravado. Esta ambivalência entre a superação do velho e a criação do novo produz uma ambiguidade na vida humana. Assim, a modernidade representa para Berman:

Uma vida de paradoxo e contradições. [...] É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura [...] as quais tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz (BERMAN, 1996, p.13-14).

Na concepção de Berman, à medida que a noção de modernidade se expandiu pelo mundo, muitas concepções criadas sobre a própria ideia de modernidade fragmentaram-se em caminhos distintos, perdendo clareza, equilíbrio e sua capacidade de ordenar à vida das pessoas. “Em consequência disso, encontramos-nos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade” (BERMAN, 1996, p. 17).

Neste olhar crítico e pessimista sobre a modernidade, Zygmunt Bauman (1999) aborda a modernidade como o resultado das severas e violentas transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas no mundo. O autor analisa a relação entre o caos – estágio que se encontra a *ambiguidade/ambivalência* – e a ordem – que se referem ao projeto da modernidade. A modernidade tinha como projeto trazer a nitidez e a clareza para a vida humana por meio da razão. Mas para Bauman, isso não aconteceu, pois a existência e os projetos de vida humana cada vez mais encontram em um universo ambíguo, ou seja, na inevitável presença da ambivalência. Nesta perspectiva, ordem e caos “são gêmeos modernos” (BAUMAN, 1999, p. 12). Daí nota-se que os anseios de ordem e progresso da modernidade faz-se utópica, pois não

se concretiza por completo, permanecendo os indivíduos no pêndulo da incerteza e da insegurança²¹.

Entre as múltiplas tarefas da modernidade encontram-se: a busca pela ordem – que engloba a organização e a estabilidade das coisas referentes ao cotidiano e a vida humana – e o combate ao caos ou a desordem – que eliminam a segurança e o equilíbrio da vida humana. Nesta ótica, Bauman apresenta a modernidade:

Como um tempo em que se reflete a ordem – a ordem do mundo, do hábitat humano, do eu humano e da conexão entre os três: um objeto de pensamento, de preocupação, de uma prática ciente de si mesma, cônica de ser uma prática consciente e preocupada com o vazio que deixaria se parasse ou meramente relaxasse (BAUMAN, 1999, p. 12).

A implantação da ordem e a eliminação do caos, portanto, se fazem necessárias para reajustar e remodelar racionalmente a vida humana. A ordem é uma atividade de cunho racional, ela é o planejamento que possibilita a negação da desordem e a afirmação positiva da ordem do mundo e da existência humana. Assim, conforme as palavras de Bauman:

A existência é moderna na medida em que é produzida e sustentada pelo *projeto, manipulação, administração, planejamento*. A existência é moderna na medida em que é administrada por agentes capazes (isto é, que possuem conhecimento, habilidade e tecnologia) e soberanos. Os agentes são soberanos na medida em que reivindicam e defendem com sucesso o direito de gerenciar e administrar a existência: o direito de definir a ordem e, por conseguinte, pôr de lado o caos como refúgio que escapa à definição (BAUMAN, 1999, p. 15).

É neste sentido que, para alcançar a ordem das coisas, a ordem da humanidade e a ordem do mundo, fez-se necessário ao homem recorrer aos princípios da ciência moderna – que

²¹ Em síntese, pode-se afirmar que a modernidade é resultado da necessidade de transformação e readaptação do mundo ocidental, a partir dos ideais de ordem, progresso, ciência, industrialização e desenvolvimento, em um determinado contexto histórico, político, econômico e sociocultural, perpassando historicamente o século XVII até a atualidade. Deste modo, essas transformações trouxeram uma série de rupturas e permanências, certezas e inseguranças, ordem e caos para as sociedades em todo o planeta, gerando um conflito entre o *antigo* e o *novo*. Conflitos esses que produziram uma negação do *arcaico/antigo* e a afirmação positiva do *novo/moderno*, ou vice-versa. Inicialmente, no século XVIII, a modernidade foi pensada como um projeto de evolução e desenvolvimento humano na tentativa de negar e romper com *Antigo Regime Europeu*. No século XIX, teve-se a imposição dos interesses burgueses, culminando no avanço técnico-científico, na industrialização, na urbanização, bem como, na expansão do capitalismo pelo mundo. Finalmente, no século XX, em virtude da razão controladora, instrumental e excludente aconteceram vários eventos históricos catastróficos e traumáticos tais como, as Grandes Guerras Mundiais, as crises econômicas e os embates políticos-ideológicos, étnicos, econômicos e sociais que deram lugar ao pessimismo e aos questionamentos acerca da eficácia da modernidade. Ver em BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*, 1999; BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*, 1996; GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*, 1991; HARVEY, David. *Condição pós-moderna*, 2000; LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*, 1969.

buscava legitimizar e institucionalizar os saberes como verdade por meio de práticas discursivas. Deste modo, nos termos elaborados por Machado (1981):

A ciência é essencialmente discurso, um conjunto de proposições articuladas sistematicamente. Mas, além disso, é um tipo específico de discurso: é um discurso que tem a pretensão de verdade (MACHADO, 1981, p. 20).

A ciência moderna, portanto, refere-se ao sistema utilizado para adquirir saberes baseados no método científico, ou seja, os conhecimentos são elaborados a partir de práticas discursivas e técnicas partilhadas por um grupo de especialistas que o reconhecem como verdade, validando-o como tal. Este modelo científico foi desenvolvido na Idade Moderna, que conforme a exposição de Marivalde Moacir Francelin (2004):

Comporta as primeiras e substanciais mudanças no desenvolvimento do pensamento filosófico científico. Copérnico (1473-1543) defende o heliocentrismo em oposição ao teocentrismo; Galileu (1564-1642) transporta o pensamento ao “experimento”; Bacon (1561-1626) aplica o método visando à objetividade científica, Descarte (1596-1650) desenvolve a metodologia em direção à verdade; e Newton (1642-1727) isola o objeto e entende o mundo como uma máquina que pode ser dividida em partes. A modernidade se caracteriza, portanto, pela supremacia do ser enquanto pensador e enquanto dominador do mundo pela razão. O ser humano transforma e domina tudo ao seu redor. Não é possível conceber qualquer evento que fuja à sua inteligibilidade. Os fenômenos devem ser explicados racionalmente. (FRANCELIN, 2004, p. 51).

A ciência moderna nasceu com o papel de proporcionar a ordem racional, tendo a ambição de dominar a natureza para sustentar as necessidades humanas. A ciência, então, observa a natureza sob a ótica:

De algo que deve ser subordinado à vontade e razão humanas – um objeto passivo da ação com um propósito, um objeto em si mesmo desprovido de propósito e portanto à espera de absorver o propósito injetado pelos senhores humanos. O conceito de Natureza, na sua acepção moderna, opõe-se ao conceito de humanidade pelo qual foi gerado. Representa o outro da humanidade. É o nome de que não tem objetivo ou significado. Despojada de integridade e significado inerentes, a Natureza parece um objeto maleável às liberdades do homem (BAUMAN, 1999, p. 48).

A ciência, logo, é um dispositivo fundamental para conduzir os homens ao projeto de modernidade, que segundo as palavras de Roberto Machado (1981):

O progresso é uma característica essencial da ciência significa que ela é um processo normatizado, que tem uma direção e mesmo sentido, isto é, é um processo finalizado. A ideia de progresso aplicada à ciência assinala o fato de o conhecimento científico se desenvolver no sentido de uma verdade e uma racionalidade cada vez maior (MACHADO, 1891, p. 31-32).

Neste contexto, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, a expansão do capitalismo e o processo de urbanização dos países europeus fizeram crescer importância de uma nova ciência: a medicina social. Esta ciência, de fato, configurou-se em um produto da era moderna. Calcada nos pilares de progresso e modernidade capitalista, a medicina social passou a ser utilizada como instrumento de intervenção estatal para controlar e disciplinar os indivíduos e os espaços das cidades.

1.2 - MEDICINA SOCIAL: UMA CIÊNCIA A SERVIÇO DO ESTADO

Nos séculos XVIII e XIX, a medicina tornou-se um dispositivo de poder político para intervir e controlar os indivíduos e os espaços das cidades. No que se refere à temática acerca da medicina moderna, as reflexões de Michel Foucault (1984), (2008) e (2011) tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento de trabalhos que envolvem a história da medicina, permitindo-nos compreender os diferentes contextos históricos. Suas considerações fundamentam-se no contexto da expansão do capitalismo e no processo de urbanização dos países europeus, que fizeram crescer a importância da medicina social como uma medicina de caráter social, coletiva e urbana²². Daí a grande relevância dos estudos de Foucault sobre a medicina, que analisou o contexto da normalização e institucionalização desta ciência. Assim, Foucault define a medicina:

[...] (como instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração) tornou-se, no século XIX, a instância superior que, na sociedade, distingue, designa, nomeia e instaura [...] (FOUCAULT, 2008, p. 47).

A medicina, portanto, adquiriu esse estatuto na virada do século XVIII para o século XIX, a partir do nascimento de uma medicina moderna de caráter social calcada em bases científicas. A medicina, então, tornando-se uma medicina social, imprimiu um controle sobre o corpo social que ultrapassou os procedimentos individualizados, atentando para o desenvolvimento de práticas de caráter coletivo.

De acordo com Foucault (2011), o caráter coletivo das práticas médicas permitiu que o controle do indivíduo na sociedade capitalista não se realizasse apenas pela ideologia, mas se iniciasse pelo controle do corpo. O corpo então seria visto como símbolo da força de trabalho

²² Ver em FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 1984; FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011; FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, 2008.

e produção. Nesta ótica, “o corpo era uma realidade biopolítica. A medicina, uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2011, p. 405). Portanto, a medicina se desenvolveu acionada estrategicamente tanto às questões de ordem política quanto às questões que envolvem o fator biológico, corporal.

No bojo destas questões, a medicina social nasce tendo a preocupação com a saúde dos indivíduos sob a pretensão de atender os interesses políticos e econômicos dos Estados europeus, fundamentados na razão científico-pragmática pautada nos pilares de progressos e modernidades capitalistas burguesas. Daí a demarcação da medicina “em pontos múltiplos do corpo social, da saúde e da doença como problemas que exigem um encargo coletivo” (FOUCAULT, 1984, p.195).

Corroborando com as reflexões de Foucault, Georges Vigarello descreve que: “Recensar as epidemias, definir as doenças mal conhecidas, forçar a saúde, é agir diretamente sobre a quantidade de habitantes” (VIGARELLO, 1988, p. 115). A medicina, neste sentido, tem a pretensão de atuar como um aparato político para incutir na manutenção ou melhor no prolongamento da vida dos indivíduos. Todavia, além das pretensões de ordem política, essa ciência estava conectada aos interesses econômicos capitalistas das indústrias ou, seja, a mão de obra deveria ser objeto de organização e fiscalização médico e sanitária, como postado pelo autor, ao analisar uma visão economicista do século XIX, “os homens são a verdadeira riqueza dos estados” (VIGARELLO, 1988, 197).

Isso nos permite salienta a emergência de uma medicina social com a missão *educativa-preventiva*, e não somente curativa. Conforme a ótica de Maria Stephanou (1997), o médico surge como agente social capaz de desempenhar a função de educador. Para a autora, este especialista apresentou-se com o status de educador em virtude de suas práticas individualizadas e coletivas. Tais práticas médicas implicavam no desenvolvimento de uma relação especial com a educação sanitária, desenvolvida ao longo do século XIX²³.

O caráter *educativo-preventivo* da medicina pode ser percebido nas análises de Foucault (2011), quando o próprio elucida que nos séculos XVIII e XIX, a população paulatinamente passa a ser compreendida sob a ótica de um “perigo”, especialmente os pobres, que contribuíam para o alastramento das doenças e das anomalias morais. Os pobres, neste prisma, passaram a ser considerados os grandes agitadores sociais em razão das revoltas, dos comportamentos perversos e por estarem situados em sua maioria em locais e edificações insalubres e anti-higiênicas. Isto fez com que o Estado utilizasse a medicina como aparato de educação, de

²³ Ver em STEPHANOU, Maria. *Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores*, 1997, p.146.

vigília, de intervenção, de análise e prática *controladora/disciplinadora/ segregadora* dos indivíduos. Instaure-se, de fato, um poder sustentado pelo argumento técnico-científico cuja finalidade era esquadrihar os indivíduos e os espaços das cidades.

Para uma melhor compreensão do contexto que envolve a medicina moderna, Foucault (2011) divide e distingue em três etapas o processo de formação da medicina social, que se desenvolveu em diferentes contextos histórico-espaciais na Europa. A primeira a se constituir foi a *medicina de Estado*, seguida pela *medicina urbana* e, por último, a *medicina da força de trabalho*. A medicina de Estado²⁴ foi desenvolvida na Alemanha entre os séculos XVII ao XIX, a partir da criação da *Polícia Médica*²⁵ - um aparato estatal que através de seus saberes científicos atuava como uma *ciência de Estado* destinada a melhorar o estado de saúde da população. Essa ação do Estado Alemão permitiu ao médico gradativamente ser atribuído como administrador da saúde dos indivíduos e das cidades. Nos termos mais elaborados de Foucault,

[...] foi na Alemanha que se formou, no século XVII, muito antes da França e da Inglaterra, o que podemos chamar a ciência do Estado. O conceito de *Staatswissenschaft* é um produto da Alemanha. Sob o nome de “ciência do Estado” podemos reagrupar dois aspectos surgidos, então, nesse país: - de um lado, um saber cujo objeto é o Estado. Não apenas os recursos naturais de uma sociedade ou as condições de vida de sua população, mas também o funcionamento geral da máquina política. As pesquisas sobre os recursos e o funcionamento dos Estados constituem uma disciplina alemã do século XVIII; - de outro, a expressão designa também os métodos que ajudam o Estado a produzir e acumular os conhecimentos que lhe permitem garantir seu funcionamento (FOUCAULT, 2011, p. 405-406).

A segunda etapa da medicina social, conforme as proposições de Foucault (2011) se constituíram na França, no século XVIII. Ela esteve ligada ao desenvolvimento das estruturas urbanas – associada urbanização –, por isso foi denominada de medicina urbana. Esta medicina foi instituída em razão dos problemas de Paris entre 1750-1780, quando esta cidade não apresentava uma unidade territorial, mas sim múltiplos territórios heterogêneos de poderes

²⁴ Na época, os problemas de ordem política (a Alemanha não era unificada politicamente, isso só ocorreu no século XIX) e econômica (a burguesia alemã teve seu dinamismo econômico bloqueado devido às questões aduaneiras durante o século XVII e XVIII) se apresentaram como razões fundamentais para o desenvolvimento de uma ciência de Estado. Ver em FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011, p. 405-407.

²⁵ A Polícia Médica possuía quatro atribuições: a primeira se refere à criação de um sistema completo de observação da morbidade – com tabelas de natalidade, mortalidade e registro de fenômenos epidêmicos e endêmicos; na segunda designa-se a normalização do exercício médico e do saber médico – com o controle público do programas de ensino e das atribuições dos diplomas, deixando o poder nas mãos da corporação médica; a terceira relaciona-se ao controle administrativo das atividades médicas mediante um escritório especializado para reunir informações médicas, verificar como eram realizados os tratamentos, descrever as reações dos pacientes após a manifestação das doenças epidêmicas e centralizar as informações para tomar medidas cabíveis; por último, tem-se a nomeação de funcionários pelo governo para exercer o poder de determinada localidade. Ver em FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011, p. 408-409.

rivalizados. Isto permitiu que o Estado francês utilizasse a medicina como dispositivo político para esquadrihar os indivíduos e os espaços da cidade. Esquadrihar, neste trabalho, significa o mesmo que intervir organizar, ordenar, controlar, educar, disciplinar, enfim, até mesmo segregar e vigiar os indivíduos e os espaços da cidade com a pretensão de afastar qualquer ameaça de doenças endêmicas e eliminar maus comportamentos que possam desencadear qualquer agitação social²⁶.

Nesta configuração, Foucault atenta-se para o que ele próprio denomina de “um medo urbano, um medo das cidades, uma angústia diante da cidade” (FOUCAULT, 2011, p. 412). Isto calhou porque as cidades tornaram-se locais de conflitos sociais, maus comportamentos, infecções, epidemias e problemas sanitários. Deste modo, o medo urbano conferiu aos médicos o papel de organizar “o corpo urbano, esquadrihar e regulamentar os comportamentos da população urbana, por razões econômicas e políticas, nisto se inscreveu a necessidade de unificação do poder urbano” (STEPHANOU, 1997, p.148). Assim, o modelo da quarentena foi um dos mecanismos de controle social utilizados por médicos, higienistas e autoridades francesas para enfrentar os problemas de saúde, higiene e comportamento dos indivíduos. O esquema da quarentena era, no século XVIII, uma medida política e médica de caráter controlador e segregador, utilizado para a organização sanitária das cidades. Ele é analisado por Foucault em cinco pontos:

1. Todas as pessoas deviam permanecer em casa para serem localizadas em um único local. Cada família em sua casa e, se possível, cada pessoa em seu próprio quarto. Ninguém deveria se mexer. 2. A cidade deveria ser dividida em bairros situados sob a responsabilidade de uma pessoa especialmente designada. Desse chefe de distrito dependiam os inspetores, que deveriam percorrer as ruas durante o dia ou espreitar suas extremidades a fim de zelar para que ninguém saísse de sua casa. Tratava-se, então, de um sistema de vigilância generalizado que compartimentava e controlava a cidade. 3. Esses vigilantes de rua ou de bairro deveriam apresentar ao prefeito da cidade, todos os dias, um relatório detalhado sobre tudo o que eles haviam observado. Utilizava-se, assim, não apenas um sistema de vigilância generalizado, mas também um sistema de informação centralizado. 4. Todos os dias, os inspetores deveriam passar em revista todas as habitações da cidade. Em todas as ruas por onde eles passavam, eles pediam a cada habitante para aparecer na janela, a fim de verificar se este ainda estava vivo, para, em seguida, anotar seu registro. O fato de uma pessoa não aparecer na janela significava que ela estava doente, que havia contraído a peste e, conseqüentemente, era preciso transportá-la para uma enfermaria especial, fora da

²⁶ A falta de unidade territorial e a existência de poderes paralelos nos múltiplos espaços de Paris, fez emergir a necessidade de unificação do poder urbano visando organizar o espaço urbano de forma homogênea, coerente e regida por um poder centralizado. Contudo, outras razões são apresentadas pelo autor, como as questões de ordem econômica, as quais envolvem a cidade como um local de mercado (relações comerciais) e produção (indústria), sendo necessária a criação de mecanismos de regulação eficientes como, por exemplo, a criação de infraestrutura e segurança. Foucault, também elenca razões de ordem política, tais como o crescimento das cidades e o aumento da população trabalhadora que ocasionou divergências de interesses entre operários, burguesia industrial e Estado, desencadeando tensões sociais. Ver em FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011, p. 411-412.

cidade. Tratava-se, então, de uma atualização exaustiva do número dos vivos e dos mortos. 5. Procedia-se à desinfecção, casa por casa, com a ajuda de perfumes e incensos (FOUCAULT, 2011, p. 413).

O modelo da quarentena, portanto, simbolizou uma estratégia política e médica de organização e intervenção sanitária que controlava e segregava os indivíduos, principalmente os pobres e os espaços das cidades considerados perigosos e insalubres. Inaugura-se, assim, uma forte vigília a saúde física e moral dos indivíduos, bem como, a realização de reformas nos espaços urbanos imundos e insalubres de modo a revitalizar a saúde sanitária das cidades.

Sobre a organização sanitária das cidades, Foucault (2011) elucida basicamente três objetivos. O primeiro visa a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano para melhorar o arejamento das cidades e manter a saúde da população, evitando os miasmas e as doenças; o segundo busca o controle da circulação, especialmente, da água e do ar; o terceiro está relacionado com a questão sanitária, os problemas da água e do esgoto. Deste modo, a medicina social penetra na sociedade, no espaço urbano e nas instituições políticas através da medicalização²⁷.

A medicalização dos indivíduos e dos espaços das cidades foi um ponto de extrema importância da medicina urbana no que refere-se a aproximação da prática médica de outras ciências extra médicas – como a química e a engenharia. Com o objetivo de analisar o ar e as condições de vida, a ciência médica e a ciência química tiveram uma aproximação e passaram a obter uma proximidade de contato. Vale lembrar ainda, que a medicina urbana não é apenas dos homens, mas também das coisas, tais como: a água, o ar e as decomposições. Desta maneira, também é válido ressaltar que a medicina social e urbana teve uma grande importância sobre a noção de salubridade – ela é o estado que permite a saúde das pessoas. É a partir da noção de salubridade que surge a noção de higiene pública, responsável pelo controle e pelas transformações materiais do ambiente que podem favorecer ou não a saúde dos indivíduos. Ela é, então, utilizada como controle político-científico do meio urbano. Nesse sentido, a noção de salubridade conforme a ótica de Foucault:

[...] não significa a mesma coisa que saúde, pois se refere ao estado do meio ambiente e aos elementos constitutivos que permitem justamente melhorar saúde. A salubridade

²⁷ Esse termo poder ser utilizado para caracterizar a medicina social quando o médico passa a intervir em todas as questões, seja elas de ordem política, econômica, social e urbana. A medicina ultrapassa as fronteiras da saúde, passando a penetrar e intervir na sociedade, nas cidades, nos espaços públicos e privados, nas instituições. Ela estabelece leis, normas, regulamentos que produzem mecanismos de controle social para prevenir as doenças, os miasmas e o perigo urbano. Nessa perspectiva, verifica-se que o saber científico se fez a partir da socialização da medicina, tornando-se coletiva, social e urbana. Ver em FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011, p. 403.

é a base material e social capaz de garantir a melhor saúde possível aos indivíduos. Ligado a isso, aparece o conceito de higiene pública como técnica de controle e de modificação dos elementos do meio que podem favorecer essa saúde, ou, ao contrário, lesá-la. Salubridade e insalubridade designam o estado das coisas e do meio como afetando a saúde: a higiene pública é o controle político-científico desse meio (FOUCAULT, 2011, p. 419).

A terceira etapa da medicina social, segundo Foucault (2011), refere-se à medicina da força de trabalho desenvolvida na Inglaterra, no século XIX. É relevante ressaltar que a medicina social inglesa elegeu os trabalhadores como objeto privilegiado de medicalização. Conforme o espectro do autor, os trabalhadores passaram a ser compreendidos sob a ótica de “perigo” em razão dos interesses políticos do Estado e econômicos da burguesia industrial e dos empresários do ramo imobiliário. Isto fez com que os espaços das cidades fossem delimitados em “*espaços sadios*” – espaços estes vigiados e protegidos – e “*espaços doentios*” – espaços perigosos que eram isolados. A medicina inglesa, então, constituiu-se como social e urbana a partir da criação da *Lei dos pobres*, que tinha por finalidade o controle médico do pobre. Quando este fosse beneficiado pelo sistema de assistência, ele deveria submeter-se ao controle médico. A lei dos pobres assegurava o controle dos indivíduos e de sua saúde, garantindo uma grande reserva de mão de obra apta e saudável para o desenvolvimento do trabalho, além de proteger as classes ricas de qualquer subversão social da classe trabalhadora e pobre, impondo-os sob um rígido controle. Sobre a Lei dos pobres, Foucault ressalta que:

Na legislação médica, via-se claramente a transposição do grande problema da burguesia da época: A que preço? Sob que condições? Como garantir sua seguridade política? A legislação médica contida na lei dos pobres correspondia a esse processo. Mas essa lei – e a assistência proteção, assim como a assistência controle nela implicada – foi apenas um primeiro elemento de um sistema complexo do qual outros elementos só apareceram mais tarde, por volta de 1870, com os grandes fundadores da medicina social inglesa, principalmente John Simon, que completaram a legislação médica com um serviço autoritário, organizando não os cuidados médicos, mas um controle médico da população (FOUCAULT, 2011, p. 422).

Em uma visão análoga, Vigarello (1988) enfatiza que o saber médico torna-se um aparato estatal utilizado para atender aos projetos políticos do Estado e aos interesses econômicos da burguesia. De modo que, a intervenção médica-sanitária não dar-se-ia incisivamente nos espaços nobiliárquicos e burgueses, isto é, as operações higienistas envolveriam intensamente os espaços dos pobres, como destaca o autor:

Os locais em causa são aqueles em que se amontoam os pobres, e os corpos são aqueles que a roupa nem sempre protege. É o povo o principal atingido. Evocar a higiene é contrariar a “negligência” popular, o fedor urbano, a promiscuidade

incontrolada. [...] as práticas do povo começam a ser condenadas como nunca o tinham sido (VIGARELLO, 1988, p. 117).

É nítido o caráter excludente e segregatório da medicina social inglesa que é descrito por Foucault como “um cordão sanitário autoritário no interior das cidades, entre ricos e pobres” (FOUCAULT, 2011, p. 421). O pobre e a miséria passam a ser compreendido como ameaça a cidade industrial em razão do alcoolismo, das revoltas, dos maus comportamentos, da prostituição, da ociosidade, e, por encontrarem-se em localidades insalubres suscetíveis a epidemias. A higienização do pobre e de seu espaço simbolizava uma garantia de saúde, moralidade e mão de obra.

Ainda sobre as questões de saúde e higiene, Ruth Harris (1993) elucida que os discursos médicos sanitários não se prendiam apenas às questões de classe, mas também buscavam explicar questões que envolvem gênero e raça, muitas vezes, apoiando-se em alicerces científicos para justificar estereótipos e racismos que estigmatizavam grupos sociais a partir de discursos fundamentados na biologia social²⁸.

A partir das reflexões acerca da medicina social, entende-se que esta ciência constituiu-se entre os séculos XVIII e XIX, na Europa, no contexto alemão, francês e inglês de industrialização e urbanização – como um instrumento utilizado pelo Estado para intervir, educar, disciplinar, organizar, controlar e segregar os indivíduos e os espaços das cidades, com base nos preceitos e discursos científicos atrelados à noção de modernidade e progresso capitalista, atendendo os projetos políticos do Estado e aos interesses econômicos da burguesia. A medicina social, neste sentido, utiliza o seu saber científico para legitimar as ações do Estado; ela se torna social por meio da medicalização, ultrapassando os limites de seu ofício e infiltrando-se na sociedade, nas cidades, nas instituições, nas normas e leis.

Em suma, a medicina através de práticas discursivas conquistou o apoio do Estado, normalizando e institucionalizando o seu saber. Esta ciência, portanto, tornou-se um dispositivo de poder político para intervir e controlar os indivíduos e os espaços das cidades, evitando tensões sociais, maus comportamentos, doenças, miasmas e tudo que possa produzir desordem, caos e ameace destruir o projeto de modernidade.

O saber médico, portanto, foi produto da modernidade. Em outros termos, a medicina teve sua constituição baseada nas ideias de ordem e progresso inseridas na Europa a partir do século XVIII. A medicina na Europa foi submetida ao interesse do Estado a partir do século XVIII e, posteriormente, no século XIX, a medicina europeia já se consolidava como uma

²⁸ Ver em HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*, 1993, p. 98.

esfera social, coletiva e urbana. As preocupações de ordem *higiênico-sanitárias*, fizeram que além do saber médico, outra especialidade da ciência moderna fosse empregada enquanto estratégia de poder: o urbanismo.

1.3 - HIGIENE: UMA FACE DO URBANISMO

No curso do século XIX, duas questões tornaram-se alvo de preocupação nos países europeus: a saúde dos habitantes e a higiene das cidades. Vale destacar, que os surtos epidêmicos decorrentes das péssimas condições higiênicas dos indivíduos e das caóticas condições sanitárias dos espaços urbanos criavam barreiras que afetavam os interesses do Estado em razão da emergência de revoltas dos setores populares – trabalhadores, desempregados, marginalizados e pobres –, assim como, os prejuízos econômicos que comprometiam os negócios das elites em virtude dos danos causados à mão de obra e, conseqüentemente, à produção e ao comércio.

O projeto político do Estado e os interesses econômicos da burguesia convergiram no momento em que tiveram pretensões análogas: às estratégias de poder e controle social. Por isso, intervir, controlar e disciplinar as classes trabalhadoras e pobres de maneira a adestrá-los às exigências dos novos modos de vida modernos – padrões de moralidade e produtividade no trabalho – gerados pela industrialização e urbanização. Foi, pois, com o amparo das especialidades da ciência moderna – direito, medicina, engenharia e, a posteriori o urbanismo – e de suas práticas discursivas e técnicas, que, muitas vezes, em convergência aos interesses das classes dominantes – agentes do poder e burguesia – produziram estrategicamente mecanismos de poder com a finalidade de estabelecer uma nova civilização: regulada em modos de vida harmônicos, evitando que as mazelas físicas e morais os corrompessem.

Logo, higienizar fisicamente os espaços da cidade e seus habitantes seria fundamental para estabelecer a saúde e o controle moral de seus habitantes, indispensáveis para prosseguir na caminhada rumo à modernidade e ao progresso. Nas palavras de Françoise Choay, a “higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das contradições ‘para o maior número’” (CHOAY, 1979, p. 06). O Estado utilizou então, o saber científico de médicos, sanitaristas, higienistas, engenheiros e arquitetos para organizar, higienizar e embelezar os espaços da cidade, bem como, eliminar as mazelas físicas e comportamentais dos indivíduos mediante medidas de controle e segregação social, especialmente das classes sociais menos abastadas.

Assim, os problemas sociais – epidemias, falta de higiene, dificuldades sanitárias e revoltas sociais – nos espaços das cidades europeias do século XIX proporcionaram a efervescência de inquietações no que acena: a higiene dos indivíduos e do espaço urbano. Sobre este contexto, Calabi enfoca que:

A história desse período é essencial para entender o contexto da mudança, representado pelas relações entre poder central e poder local, e pelo modo em que os acontecimentos políticos influíram na vida da população. Recorre-se a uma intensificação das vistorias nacionais e municipais sobre as condições sanitárias urbanas. [...] Intervenções construtivas à parte, a primeira aplicação em ampla escala dos princípios científicos e inovações tecnológicas refere-se ao abastecimento hídrico e à eliminação do lixo (CALABI, 2012, p. 81-82).

Similar a ótica de Calabi, Lamas (1993) afirma que “a especulação fundiária é desde logo incompatível com o desenho urbano” (LAMAS, 1993, p. 208). Não é obstante, que, nesse período surgiram grandes extensões de loteamentos que repetiam quadriculas até a exaustão sem preocupações urbanísticas, higiênicas, sanitárias e estéticas²⁹. No século XIX, as expansões urbanas desenfreadas ao lado das péssimas situações sociais e sanitárias das cidades industriais europeias motivaram intervenções calcadas no pensamento higienista de médicos, engenheiros e sanitaristas.

Conforme as análises de Benevolo (1983), o desenfreado crescimento das cidades industriais europeias provocou profundas transformações nas configurações urbanas, inaugurando uma nova faixa ao redor do centro das cidades: a periferia. Esta nova extensão urbana surgiu com o crescimento demográfico, uma vez que o núcleo central das cidades apresentava várias dificuldades estruturais, destacando-se as ruas estreitas, o aumento do trânsito e a aglomeração de casas compactas com grandes densidades. Estes obstáculos possibilitaram modificações no espaço urbano, segundo enfatiza o autor:

As classes abastadas abandonam gradualmente o centro e se estabelecem na periferia: as velhas casas se tornam casebres onde se amontoam os pobres e os recém-imigrados. Entrementes, muitos edifícios monumentais das cidades históricas – palácios nobiliários, conventos etc. – são abandonadas por causa das revoluções sociais, e são divididos em pequenas moradias improvisadas. As zonas verdes compreendidas no organismo antigo – os jardins por trás das casas em fileira, os jardins maiores dos palácios, os hortos – são por novas construções, casas e barracões industriais (BENEVOLO, 1983, p. 565).

²⁹ A especulação imobiliária alimentaria, portanto, o desequilíbrio entre oferta e procura de alojamento, abrindo caminho para a sobreposição dos interesses econômicos sobre o desenho urbano das cidades industriais. De modo que, os processos de loteamentos e edificações desligaram-se do método da arquitetura e engenharia, e transformaram-se em simplórias ferramentas de preparação do solo para os investimentos e construções. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 208.

Benevolo (1983) esclarece que as alterações urbanas ocasionaram vários desdobramentos para os espaços das cidades, destacando a perda da homogeneidade social e arquitetônica da cidade. A periferia, então, torna-se um dos espaços da cidade caracterizado por ser um território autônomo com numerosas instalações independentes, tendo: indústrias, depósitos, bairros pobres e de luxo, isto é, diferentes acomodações nela estabelecidas. Sobre a heterogeneidade social e edilícia nos espaços urbanos, Benevolo ressalta que:

Os indivíduos e as classes não desejam integrar-se na cidade como num ambiente comum, mas as várias classes sociais tendem a se estabelecer em bairros diversos – ricos, médios, pobres – e as famílias tendem a viver o mais possível isoladas. A residência individual com jardim – reservada antigamente para os reis e os nobres – é agora acessível (numa versão reduzida) aos ricos e aos médios burgueses, e o grau de independência recíproca se torna a marca mais importante do nível social: os ricos têm casas mais isoladas – vilas ou vilazinhas –, os pobres têm habitações menos isoladas: casas em fileira ou moradas sobrepostas em edifícios de muitos andares (BENEVOLO, 1983, p. 565).

De acordo com as descrições acima, as tipologias urbanas das cidades europeias exibiam variadas distinções sociais e econômicas. Destaca-se, assim, a separação entre os bairros de ricos e os bairros de pobres. Tal episódio deflagrou-se em razão da falta de regulamentos ou da falha na aplicação e fiscalização das construções, resultando nas péssimas condições das moradias populares ocupadas pelos trabalhadores mal remunerados e marginalizados. Os interesses de ordem econômica, portanto, nutriram uma segregação social e urbana entre bairros ricos e bairros pobres nas grandes cidades industriais. No que se refere aos méritos econômicos, Benevolo destaca que:

Grupos de especuladores se encarregam de construir estas casas, umas poucas por vez ou em grandes conjuntos, tendo em vista apenas obter o lucro máximo: o operário, que recebe um salário apenas compatível com a sobrevivência, deve usar parte dele para pagar o aluguel, e o proprietário, que construiu uma casa o mais apertada possível e com os materiais de qualidade inferior deve conseguir um lucro superior ao custo de construção. O encontro destas duas exigências determina o caráter da casa e do bairro (BENEVOLO, 1983, p.566).

Nota-se, que as cidades industriais europeias tornaram-se espaços de caráter desordenado, caótico e segregatório, demarcando os espaços urbanos por critérios econômicos de maneira a separar ricos e pobres. É fato que, as transformações urbanas produzidas foram abalizadas pelos interesses econômicos industriais e imobiliários, a partir do intermédio entre os interesses de poder do Estado e os interesses econômicos privados. Benevolo, por sua vez, afirma que tais características são desdobramentos das ações públicas e privadas “não-reguladas

e não-coordenadas” (BENEVOLO, 1983, p.567). Por isso, muitas vezes, essas mediações entre os interesses públicos e privados subverteram as instâncias sociais, estéticas, sanitárias e higiênicas das cidades³⁰.

Nessa conjuntura, surgem propostas de intervenção pública para corrigir os problemas dos espaços das cidades. As ordens sociais populares – trabalhadores, desempregados e marginalizados – sofreram constantemente com os percalços das cidades industriais. Não obstante, as ordens sociais dominantes – agentes políticos e burguesia – não tiveram imunidade aos entraves das cidades. De acordo com Calabi, foi organizado, na Inglaterra, um movimento de pressão social em decorrência dos grandes surtos epidêmicos de cólera³¹. Inicia-se, de fato, a produção de pesquisas a respeito das condições higiênicas das habitações depois de divulgado que a transmissão de epidemias estaria relacionada com a qualidade do ar, água, luz e das habitações das cidades. Deste modo, regulamentos de higiene foram criados como o Ato de Saúde Pública (*Public Health Act*) de 1847. Essa medida legal, conforme as elucidações da autora:

Constitui-se numa das leis europeias mais importantes nesse setor, determinando uma grande quantidade de regulamentos locais de higiene. No fim do século, tais expedientes se ligam à questão das moradias, pois estabelecem a realização de pesquisas detalhadas sobre a qualidade do bairro, da casa e de seus aspectos internos, além de outras sobre a qualidade do ar e da luz nesses espaços. Esse movimento cultural e legislativo a favor de uma melhoria das questões higiênicas, em meados do século XIX, ocorre, poucos anos depois, também na Alemanha e na Holanda (CALABI, 2012, p. 82).

Françoise Choay elucida que a gênese da crítica à cidade industrial configura-se em dois pontos de vista: *o qualitativo*, que refere à revolução industrial e ao crescimento demográfico vertiginoso das cidades europeias; e *o estrutural*, que baseia nas transformações sociais dos meios de produção, bem como, a emergência de novas funções urbanas com a finalidade de

³⁰ Diante disso, é evidente, que a sobreposição dos aspectos higiênico-sanitários e sociais pelos interesses econômicos imobiliários trouxe para estas cidades industriais uma grandiosidade de defeitos físicos e sociais – congestionamento do tráfego, insalubridade e falta de higiene dos espaços públicos e privados, crescimento demográfico, epidemias e as revoltas sociais. Essas entrevas às cidades “tornam intolerável a vida das classes subalternas, e ameaçam, a partir de certo momento em diante, o ambiente em que vivem todas as outras classes”. Ver em BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*, 1983, p. 552.

³¹ Na década de 1830, a cólera instala-se nas cidades europeias, obrigando os governos dos países europeus à intervirem nos espaços urbanos com a finalidade de eliminar os problemas sanitários e higiênicos das cidades. Em muitos países europeus, a opinião pública criticava as péssimas condições higiênicas das casas e bairros operários, como exemplo a Inglaterra, que em 1848, apesar de acirradas discussões, foi votada a lei sanitária; na França, inquéritos sobre as catastróficas condições de vida dos operários induziram a aprovação da lei sanitária de 1850; na Itália, a lei sanitária foi anunciada em 1865 e em outros países da Europa essa lei seria acatada apenas no final do século XIX. Ver em BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*, 1983, p. 567; CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*, 2012, p. 82-88.

adaptar a cidade às novas exigências econômicas e sociais. Choay também ilustra o aparecimento de diferentes propostas de organização e formas urbanas que buscavam novas alternativas de cidades mediante a crítica e a condenação à cidade industrial e burguesa. A autora destaca o papel dos pré-urbanistas³² que produziam discursos que denunciavam “a higiene física deplorável das grandes cidades industriais: o habitat insalubre do trabalhador, [...] os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares” (CHOAY, 1979, p. 06).

Verifica-se, que o estado caótico das cidades europeias fez florescer propostas reformistas no que acena às questões de ordem higiênica e social nos espaços urbanos. Os princípios políticos e econômicos liberais calhados nas ambições progressistas da modernidade reforçavam os interesses capitalistas da burguesia e as estratégias do Estado de impor-se aos indivíduos. Todavia, constituiu-se um empecilho aos anseios modernizantes das elites: as péssimas condições higiênicas e sanitárias das cidades europeias.

Inaugurava-se, neste sentido, um período tomado pelo espírito de “regeneração urbana” que integrava: as estratégias de poder e controle social dos dirigentes políticos com os interesses dos grupos economicamente privilegiados. Nasce uma nova concepção de cidade, aliada às práticas de “higienização” – purificação – do espaço urbano, instigada pela necessidade de modernização. Reformar os espaços urbanos tornou-se uma solução às cidades. Os termos “restaurar”, “regenerar”, “reorganizar” e “purificar” deixaram de ser apenas discursos para transformarem em práticas de cunho salvacionistas às cidades.

Vale destacar, que por constituírem saberes técnico-científicos especializados, tanto a medicina e, quanto a engenharia, configuram-se em instrumentos fundamentais para materializar a “*utopia modernizadora*”. Enfatizam Benevolo (1983) e Calabi (2012), que para a modernização das cidades faziam-se necessárias a instalação de uma infraestrutura básica – tratamento de água e esgoto; melhorias nos transportes, iluminação e ventilação das habitações e edifícios –, garantindo boas condições de saúde, higiene, salubridade e circulação³³.

³² Dentre os pensadores evidenciados, destacam-se: Robert Owen, Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon, John Ruskin, William Morris, Karl Marx e Friedrich Engels. Eles destacaram-se por criticar e questionar os problemas das grandes cidades europeias do século XIX, tanto no que se refere às questões estruturais quanto às sociais. Alguns deles, até formularam propostas de cidades alternativas à cidade industrial. Por isso, a autora denominar os de pré-urbanistas – ou seja, suas propostas urbanísticas foram constituídas no período anterior a normalização e institucionalização do urbanismo como ciência. As propostas pré-urbanistas, portanto, buscaram novas organizações e tipologias urbanas, visando resolver um problema – o planejamento da cidade industrial. Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 03-17.

³³ Ver em BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*, 1983; CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*, 2012.

A cidade é comparada a um corpo humano, que precisa de saúde para desempenhar um perfeito e harmônico funcionamento. Nos termos elaborados por Choay, a grande cidade é concebida “como um processo patológico e criam, para designá-la, as metáforas do câncer e do tumor” (CHOAY, 1979, p. 05). Para extirpar as epidemias e as anomalias morais dos indivíduos, um grande inimigo social e sanitário deveria ser eliminado dos espaços urbanos: o cortiço. Foi sobre esse prisma caótico, que os países europeus passaram a utilizar os conhecimentos higienistas – da medicina social e da engenharia sanitária – para realizar pontuais intervenções urbanas e sanear fisicamente e moralmente seus habitantes.

Acerca desta temática, Peter Hall (2009) não apresenta apenas as problemáticas em torno da ventilação, luminosidade, higiene e salubridade dos cortiços. O autor preocupa-se também em explanar as péssimas condições sociais e morais no interior dos cortiços londrinos, destacando as epidemias, a prostituição, o alcoolismo, a miséria e o elevado número de pessoas morando num alojamento. Hall demonstra a caótica situação da cidade de Londres. Gestores, médicos, higienistas e engenheiros partilhavam a ideia de que os cortiços estavam desfalecendo a ordem física e moral dos habitantes londrinos. Para o autor, o Governo Britânico tentou eliminar os problemas das cidades inglesas por meio de leis, porém pouco eficientes e eficazes. Devido a pressão exercida pelos agentes públicos, especialistas (médicos, higienistas, engenheiros, sanitaristas), classes econômicas privilegiadas e classes populares preocupados com o estado caótico das cidades inglesas e de seus habitantes, além do risco de revoltas sociais foram aprovadas pelo Governo Britânico as leis sanitárias.³⁴

Na visão analítica de Foucault (2011), as cidades tornaram-se espaços de conflitos sociais, de perversão moral, de problemas higiênicos, sanitários e de surtos epidêmicos. Por isso, configurou-se nos espaços urbanos um clima de angústia, de medo e de perigo nas cidades, constituindo assim, um “*medo urbano*”³⁵. Essa situação caótica espalhou-se pelas cidades de diferentes países da Europa – França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Instaurou-se, nesses países um esforço da administração pública em organizar o espaço urbano de maneira a intervir, controlar, disciplinar e segregar as classes populares com base nos interesses ideológicos das

³⁴ Dentre os atos legais, destacaram-se: a *Lei da Saúde Pública* de 1875, pouco eficaz pela falta de inspetores para fiscalizar um grande número de habitantes; a *Lei Torrens* de 1868, designada para as moradias de artesões e operários, admitindo os gestores a construir novas habitações para os trabalhadores, que não foi posta em prática; a *Lei Cross* de 1875, criada para melhorar as habitações de artesões e operários, permitindo demolir várias habitações construídas em locais impróprios e realocar seus habitantes para outras áreas, mas que quase não passou do papel, permanecendo pouco ativa e, por último, a *Lei para a Moradia das Classes Trabalhadoras* de 1885, que também permaneceu muito pouco acionada. Ver em HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*, 2009, p. 25-26.

³⁵ Ver em FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011, p. 412-413.

elites políticas e econômicas. Nota-se, que as classes populares e seus espaços foram o centro das intervenções urbanas baseadas nos saberes médicos, higienistas e sanitários.

As intervenções urbanas, seguindo as analogias de Calabi, eram exibidas nos discursos higienistas como “justificativas por expressões obtidas no vocabulário de cirurgia elementar e por metáforas do corpo humano como ‘*sventramento*’ (extirpação)” (CALABI, 2012, p. 82). Pode-se dizer que vários termos médicos eram utilizados nos discursos higienistas favoráveis às reformas urbanas. Nas elaborações explicativas de Calabi, conclui-se que:

Extirpar, significa atacar o mal em seu epicentro segundo procedimentos que se contrapõem polemicamente aos custosos esforços da arquitetura. Demolições e reconstruções assumem o nome de saneamentos ou “higienização” (CALABI, 2012, p. 82).

A ciência médica e a engenharia sanitária, por seus saberes técnico-científicos especializados conexos à noção de higiene e saneamento, tornaram-se os instrumentos pragmáticos primordiais para eliminar os cortiços e outras mazelas dos espaços urbanos. O empenho às causas da higiene pública inaugurou novos horizontes à administração pública, que, segundo as análises de Calabi:

Não somente nos escritórios e nos regulamentos, mas também em outros setores, da instrução pública à assistência aos pobres, do sistema viário e manutenção das ruas ao desenvolvimento construtivo e ornamental da cidade. A higiene pública aparece em condições de determinar até mesmo a configuração planivolumétrica das quadras. Luz e ventilação tornam-se parâmetros indiscutíveis para definir a altura das fachadas, a largura dos recuos dos edifícios, as características dos pátios internos. Além disso, a higiene pode estabelecer, em bases objetivas, as dimensões ideais de uma habitação saudável, as características dos equipamentos coletivos, a evolução dos serviços de rede. Essa ampla gama de questões, uma vez submetidas ao domínio da higiene, torna-se objeto da “engenharia sanitária”. Matéria de cunho positivista, ela estabelece relações diretas entre causa e efeito, diagnóstico e terapia, conhecimento e intervenção. A pesquisa de conhecimento das condições higiênicas e sociais torna-se uma premissa da fase operativa (CALABI, 2012, p. 87).

Sanear e higienizar, de fato, significaria “*purificar*” os espaços das cidades de forma a modernizá-los por meio da construção de redes de água e esgoto; do fornecimento de gás e eletricidade; da abertura de avenidas; da destruição de espaços indutores à perversidade moral e aos desequilíbrios físicos como ruas estreitas, cortiços, casa de jogos, prostíbulos, bares. De acordo com Hall (2009), as dificuldades higiênicas, sanitárias e sociais estiveram presentes em diversas cidades europeias e da América. Para o autor, Londres, Paris, Berlim e Nova York são exemplos importantes de cidades que enfrentavam variados problemas urbanos. Entre as décadas de 1890 a 1910, as precariedades das habitações coletivas, as densidades demográficas

e as limitações de infraestrutura levaram diversos países da Europa e da América a cercarem-se de atos legislativos para promoverem transformações urbanas e sociais, visando sanear as condições anti-higiênicas das cidades³⁶.

Em linhas gerais, o estado calamitoso dos espaços das cidades em várias partes do mundo – especialmente, na Europa – inauguraram uma fase marcada pelas intervenções urbanas e sociais que visavam assegurar, dois interesses: o primeiro, encontrava-se ligado à manutenção do poder político sob domínio das classes dirigentes e, o segundo, depara-se conexo no apoio aos negócios mercadológicos das classes econômicas dominantes. Não foi à toa que na modernidade ocidental, os discursos reformistas pautados na racionalidade *técnico-científica* – da medicina e engenharia – com base nos anseios de saneamento, higienização e modernização do espaço urbano foram fundamentais para criar um sustentáculo ideológico que resultaram em práticas interventoras nas cidades. Reformar, (re)organizar, purificar, regenerar e higienizar os espaços urbanos, eram palavras e ações de ordem do Estado. A aparência e a saúde física de uma cidade representariam, portanto, a saúde física e moral de seus habitantes. Essa concepção torna-se um elemento basilar utilizado pela visão higienista que buscou nos planejamentos e nas intervenções urbanas uma forma de intervir, controlar, adestrar, segregar ou integrar as massas populares de modo a “curá-los” de seu próprio flagelo.

1.4 - NORMATIZAÇÃO DA VIDA URBANA: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA EUROPA NO SÉCULO XIX

As concepções ideológicas decorrentes do iluminismo, cientificismo, industrialização, urbanização e positivismo colocavam o tripé *razão-ciência-técnica* como o elemento fundamental encarregado de erradicar os problemas resultantes da relação dos homens entre si e com o meio. Foi, pois, com o pensamento orientado para o futuro, isto é, apoiado na ideia de progresso, que as discursividades científicas produzidas na modernidade europeia apresentavam conteúdos inflamados de “propostas regenerativas” de médicos, higienistas, sanitaristas e engenheiros do século XIX.

³⁶Desencadeou-se em várias cidades da Europa e América intervenções urbanas e sociais que pautaram-se: na destruição dos cortiços; na construção de habitações de baixo custo à classe trabalhadora; na instalação de bondes; na construção de ruas e avenidas; na implantação de sistemas de encanamento; na edificação de escolas; e, no controle da imigração. Ver em HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*, 2009, p. 34-52.

Constata-se, assim, que a imagem do especialista – pessoa detentora de um saber científico institucionalizado e normatizado, ou seja, validado como verdade – torna-se reconhecida e legitimada pelo próprio Estado. Cabe, então, aos peritos – médicos, higienistas, sanitaristas e engenheiros – a missão salvacionista de “*purificar*” os espaços insalubres das cidades e “*higienizar*” fisicamente e moralmente os indivíduos.

Emergiram-se – mesmo anteriormente, à normalização do urbanismo como ciência – novas propostas alternativas à cidade industrial e burguesa durante o século XIX, visando solucionar os problemas relacionados as transformações demográficas, sociais e econômicas decorrentes dos fenômenos da industrialização e urbanização. A execução de reformas de cunho “regenerativo” fazia-se essencial para extirpar espaços insalubres, enfermos e perversos, visto que, as péssimas condições sanitárias, higiênicas e infraestruturais corrompiam a saúde, a moral e a mão de obra de seus habitantes, especialmente, das camadas populares.

Diante de tais problemas, as críticas elaboradas – pelos reformistas³⁷ – à cidade industrial no decorrer do primeiro quartel do século XIX, seriam (re)organizadas e (re)adaptadas por peritos – médicos, higienistas, sanitaristas e engenheiros – para servir como instrumentos de intervenção do espaço urbano e controle social dos indivíduos de modo a atender os interesses de dois grupos: o primeiro, refere-se aos negócios imobiliários das elites econômicas e, o segundo, relaciona-se as estratégias de poder das classes dirigentes. As enunciações discursivas eram os dispositivos das classes dominantes para forjar uma atmosfera de mudança que sustentassem os anseios de progresso e modernidade. Mas, é importante salientar, que as intervenções modernizadoras nos espaços das cidades tornaram-se possíveis no momento em que se estabeleceu uma consonância entre os interesses da esfera pública – Estado – e os interesses da esfera privada – grupos econômicos: burguesia e empresários. Nota-

³⁷ A desordem das cidades industriais abriu espaço para o surgimento de propostas de organização urbana fundamentadas por três modelos pré-urbanistas: progressistas, culturalistas e sem modelo. Os pré-urbanistas progressistas visavam realizar projeções espaciais de cidades futuras, criticando à cidade industrial no que se refere à alienação do indivíduo; a noção do indivíduo humano independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo; a ideia de que o racionalismo, a ciência e a técnica deveriam possibilitar a resolução dos problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si e, finalmente, o pensamento orientado para o futuro amparado à ideia de progresso. Dentre os pré-urbanistas progressistas, destacam-se: Robert Owen, Charles Fourier e Pierre-Joseph Proudhon. Os pré-urbanistas culturalistas não estavam atrelados às noções espaciais futuras, mas sobre tudo, ao estabelecimento de uma relação harmoniosa entre os indivíduos sustentada pelo caráter comunitário e anti-industrialistas. As grandes referências do modelo pré-urbanista culturalista foram os pensadores socialistas John Ruskin e William Morris. Já os pensadores, Karl Marx e Friedrich Engels, são classificados à categoria de pré-urbanistas sem modelo, já que esses pensadores não criaram planos, projetos e desenhos. Marx e Engels ressaltaram a cidade como lugar privilegiado na história devido ao seu papel revolucionário. No entanto, para os pensadores, a cidade seria também entendida como o local das contradições e desigualdades econômicas e culturais, por isso, defendiam que ordem capitalista burguesa construída e legitimada nas cidades deveria ser destruída e eliminada. Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 03-16.

se, portanto, que os interesses privados sobrepujaram-se às delimitações existentes nos espaços das cidades. Sobre a situação referida, Benevolo reforça que:

A burguesia vitoriosa estabelece, assim, um novo modelo de cidade, no qual os interesses dos vários grupos dominantes – empresários e proprietários – estão parcialmente coordenados entre si, e as contradições produzidas pela presença das classes subalternas são parcialmente corretas. A liberdade completa, concedida às iniciativas privadas, é limitada pela intervenção da administração – que estabelece os regulamentos e executa as obras públicas – mas é garantida claramente dentro destes limites mais restritos. [...] Este modelo tem sucesso imediato e duradouro: permite reorganizar as grandes cidades europeias (antes de todas as outras, Paris) [...] (BENEVOLO, 1983, p. 573).

Compreende-se que, as grandes cidades eram espaços de disputas de poder e de dominação. Tecendo uma análise genealógica sobre o poder e a dominação, Foucault descreve que por “dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas múltiplas formas de dominação que se pode exercer na sociedade” (FOUCAULT, 1984, p. 181). As classes dominantes por cercarem-se de mecanismos de poder coesos as forças políticas, econômicas, jurídicas, científicas; fizeram triunfar o seu objetivo principal: institucionalizar e legitimar o domínio sobre as classes populares por meio de práticas discursivas que produzem uma “violência simbólica”, mas que, muitas vezes, torna-se materializada mediante ações de “exclusão”, “controle”, “adestramento”, “discriminação” e “segregação social”.

As reformas urbanas, nesse sentido, embora vinculadas às pretensões higienistas, sanitárias, econômicas e sociais estavam, sobretudo, integradas às estratégias e práticas de poder e dominação. A experiência urbanística promovida pelo prefeito de Paris, Georges-Eugène Haussmann³⁸, é um dos exemplos que envolvem o contexto histórico referido e, portanto, deve ser analisada.

Acerca da Reforma de Paris, Benevolo (1983) e Calabi (2012) enumeraram três antecedentes favoráveis à transformação de Paris: o primeiro, de ordem política; o segundo, de critério técnico; e, o terceiro, de instância jurídica³⁹. Em uma abordagem semelhante, Antoine

³⁸ Georges-Eugène Haussmann nasceu em Paris, em 1809, filho de um intendente-militar do imperador Napoleão I. Frequentou o Collège Bourbon, concluindo os estudos, em 1825. Formou-se em Direito; Foi nomeado prefeito de Bordeaux, em 1851, até que, em 1853, foi nomeado, pelo imperador Napoleão III, prefeito do Sena, um dos cargos de maior prestígio da França, pois, gozava de amplos poderes. Esse fato, portanto, permitiu que Haussmann fosse o encarregado oficial do imperador, responsável pela condução da reforma de Paris, implantada entre 1853-1869. Ver em CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*, 2012, p. 168-173.

³⁹ O antecedente político é explicado em razão dos amplos poderes políticos e normativos do prefeito Haussmann – poderes esses concedidos pelo imperador Napoleão III. O antecedente técnico é compreendido no que refere-se ao conhecimento técnico e prático dos peritos nomeados por Haussmann: o engenheiro Jean-Charles Adolphe Alphand e o arquiteto Gabriel Jean Antoine Davioud, encarregados da administração dos jardins, passeios e praças;

Picon (2001), analisa o modelo haussmanniano, recorrendo às concepções e atuações dos engenheiros que conduziram a reforma⁴⁰. Para o autor, a Paris de Haussmann não é tão somente uma cidade de políticos e arquitetos, mas será uma cidade de engenheiros, sobretudo, de Eugène Belgrand e Jean-Charles Alphand. Esses engenheiros trazem atribuições fundamentais nas produções técnicas, determinando novas configurações à Paris, relacionadas às questões essenciais ao espaço urbano: salubridade, higiene, saneamento, estética, circulação e segurança. Por conseguinte, os resultados satisfatórios das reformas transformariam o modelo Haussmanniano em uma referência urbanística na própria França, bem como reconhecida em todo o mundo⁴¹, tendo ressonância no Brasil a partir do início do século XX.

Mesmo antes da administração de Haussmann, a administração pública e técnicos especializados estudavam formas de (re)organizar a cidade de Paris. Buscou-se, de fato, “higienizar” os espaços insalubres e pútridos da cidade, bem como, sanear os indivíduos, sobretudo, das classes populares de modo a adestrá-los e adaptá-los aos padrões modernos referentes à saúde, higiene, trabalho e moralidade. Nas palavras de Picon: “Era necessário, antes de tudo, assegurar a livre circulação do ar, da água e da luz a fim de combater os miasmas da cidade grande” (PICON, 2001, p. 68). Mas, segundo ressalva o autor, a reforma da cidade parisiense não aconteceu antes da nomeação de Haussmann devido às dificuldades de ordem jurídica.

Para confirmar esse episódio, Picon utiliza o relato de um escritor do jornal *Le Globe*, Michel Chevalier, do ano de 1831, que reclamava a demora na modificação da lei de desapropriação para enfim iniciar a reforma de Paris. Nos discursos de Chevalier, era enfatizado a necessidade de “mudar por decreto a lei de desapropriação, de maneira a atender ao interesse do proprietário, mas reduzindo a poucos dias as intermináveis delongas que prescrevem a legislação atual” (CHEVALIER *apud* PICON, 2001, p. 82). Todavia, em 1832, uma crise sanitária e médica instalou-se na cidade, fazendo aumentar a pressão por reformas, em virtude de uma epidemia de cólera. Durante o período, uma série de artigos foram publicados no *Le*

o engenheiro Eugène Belgrand, responsável pelo departamento de água e esgoto; e, o engenheiro Pierre Barillet-Deschamps para departamento de áreas verdes. O antecedente jurídico está relacionado aos elementos de regularização de obras por meio de duas normas: a lei de expropriação de 1840 e a lei sanitária de 1850. Ver em BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*, 1983, p. 589; CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*, 2012, p. 173.

⁴⁰ O autor buscou compreender a gênese da haussmannização a partir da transformação do papel dos engenheiros na cidade, uma vez que, antes, esses especialistas limitavam-se somente na edificação de instrumentos técnicos, tais como pontes e portos. Mas, na guinada dos séculos XVIII e XIX, os engenheiros assumiram novas competências, dentre elas a responsabilidade de solucionar os problemas sanitários, higiênicos, estéticos e viários das cidades. Ver em PICON, Antoine. *Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização*, 2001, p. 67-69.

⁴¹ Ver em PICON, Antoine. *Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização*, 2001, p. 77-88.

Globe, reivindicando uma política de obras públicas para sanear a higiene da capital francesa e criar empregos aos mais desamparados. As preocupações de ordem médica, higiênica e social faziam-se presentes no pensamento do engenheiro, Stéphane Flachath que, em 1832, relatava que:

Os bairros próximos do rio só podem ser saneados com destruição da quase totalidade de casas que compõem a *Cité*, os cais e todas as ruazinhas adjacentes. [...] se essa medida fosse enfim tomada, toda a população ribeirinha, a população mais pobre, a mais fraca de Paris, seria levada a buscar novas habitações, e boa parte dela deixaria o centro da cidade para ir morar no subúrbio, onde encontraria, pelo mesmo preço que paga hoje, alojamentos mais salubres e melhor arejados (FLACHAT *apud* PICON, 2001, p. 81).

Para Picon (2001), as preocupações levantadas acima por Flachath, não eram apenas dos engenheiros, mas de gestores, médicos, arquitetos, higienistas e sanitaristas. A posteriori, em virtude da criação da lei de expropriação de 1840 e da lei sanitária de 1850, foi permitida uma atuação mais efetiva desses profissionais, em especial os engenheiros, pondo fim aos impasses jurídicos que travavam a implantação das obras nos espaços da cidade. O caos instalado nos espaços da cidade parisiense possibilitou que o saber técnico-científico da engenharia tornasse um instrumento político do Estado, de maneira que esses peritos fossem requisitados para compor um quadro de especialistas essenciais no processo de modernização da cidade⁴².

Os engenheiros, de fato, passaram a ser cada vez mais requisitados para corrigir os entraves urbanos por meio de obras públicas. Isto, progressivamente, resultou na redefinição de determinados postulados teóricos que acabaram por influenciar na atuação profissional desses especialistas. De acordo com Picon (2001), entre décadas de 1830 e 1840, alguns engenheiros franceses estiveram entusiasmados com os movimentos utópicos, dentre eles o sansimonismo e o fourierismo⁴³. Esses movimentos, além de debaterem os problemas sociais e econômicos decorrentes da produção industrial capitalista, também formularam críticas e propostas alternativas que visavam modificar a realidade caótica das cidades industriais. Assim, a teoria *fourierista* e, particularmente, a teoria *sansimonista* nortearam vários elementos da reforma de Haussmann. De acordo como o autor, essa influência de ideias baseava-se:

⁴² Ver em PICON, Antoine. *Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização*, 2001, p. 81.

⁴³ O sansimonismo é definido como uma doutrina inspirada nas concepções socialistas utópicas de Claude Saint-Simon, abalizada nos princípios como coletivismo e crítica à organização caótica de produção capitalista que consagra a exploração do homem pelo próprio homem. O fourierismo caracteriza-se como uma doutrina inspirada nos princípios socialistas de Charles Fourier, cuja finalidade era projetar comunidades ideais de igualdade absoluta para superar a desarmonia capitalista nascida da divisão do trabalho e do papel desarmonioso desempenhado pelo comércio na sociedade. Ver em PICON, Antoine. *Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização*, 2001; SALGUEIRO, Heliana Angotti. *O pensamento Francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas*, 2001.

Nas reflexões feitas nos meios de engenheiros ligados a movimentos utópicos, como o sansimonismo e o fourierismo. Em diversos aspectos, as concepções sansimonistas anunciam as orientações gerais de Haussmann e de seus engenheiros. É essencial lembrar essa base utópica. De fato, não existe racionalidade técnica pura, e sim muitas formas sucessivas de racionalidade, todas inspiradas em seu respectivo meio social e cultural. Noutros termos, o componente técnico do modelo haussmanniano mostra-se inseparável de um conjunto de valores e de representações [...] (PICON, 2001, p.67).

Picon refere-se à racionalidade encontrada nas ideias dos sansimonistas, que induziram os engenheiros de Haussmann a deixar de compreender a cidade sob o prisma de um espaço imóvel e estático para concebê-la como um espaço móvel e dinâmico, de maneira a acompanhar as constantes transformações da sociedade e economia industriais⁴⁴. Essa concepção racional colocou, então, a cidade como o palco das mudanças. Consolida-se, assim, a ideia de que uma cidade moderna, organizada e saudável edificaria uma sociedade civilizada, harmônica e sadia, ou seja, o homem seria produto do meio.

Calabi descreve, que para “obter apoio político e financeiro para a atuação de um projeto relevante, o barão de Haussmann, prefeito de Sena, apresenta motivos de segurança social e higiênica” (CALABI, 2012, p. 170). A saúde do espaço urbano e de seus habitantes, bem como, o progresso da cidade parisiense, dependiam então, da urgência dos “*grands travaux*”, ou seja, das “*grandes obras*” como: a destruição dos espaços insalubres e epidêmicos; a dinamização social e econômica da cidade por meio de grandes avenidas de modo a facilitar a circulação, a comunicação, os interesses comerciais e militares e, por fim, a criação de monumentos para embelezar a cidade.

Despertam-se, de fato, os anseios modernizantes que buscavam romper com o passado medieval – cidade fechada, estática, epidêmica, anti-higiênica e desprovida de beleza –. Isto é, romper com o passado inglório torna-se uma exigência fundamental para conduzir a cidade de Paris de modo a transformá-la em um novo modelo de civilização: que tem como suporte os pilares de progresso e de modernidade. A metrópole seria olhada como uma cidade de interligações, ou seja, em expressões urbanísticas e arquitetônicas ligadas “à busca de um equilíbrio harmonioso entre razão e sentimento, ciência e arte, técnica e inspiração poética” (PICON, 2009, p. 84). Esses pontos, segundo o autor, constituem as preocupações mais frequentes da reforma.

A cidade de Paris carecia de espaços propícios para a livre circulação de ar, água e luz e também sofria com a densidade demográfica e o engessamento de seu espaço urbano. Por

⁴⁴ Ver em PICON, Antoine. *Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização*, 2001, p. 67-68.

isso, para o crescimento e expansão da cidade na visão dos gestores, arquitetos e engenheiros, seria imprescindível romper com as morfologias medievais da cidade. Sobre esse aspecto, Picon salienta que:

A cidade fechada, cercada de fortificações ou de bulevares difíceis de deslocar, era substituída por uma cidade com limites sempre provisórios, a serem tratados de forma dinâmica. Paralelamente, começava a nascer a ideia de uma solidariedade econômica entre as cidades dispersas no território. A noção de malha iria emergir progressivamente de um conjunto de reflexões sobre essa solidariedade (PICON, 2001, p. 69).

A circulação, logo, era uma das preocupações mais atenuantes dos engenheiros de Haussmann. No entanto, as questões de ordem higiênica e sanitária também foram elementos essenciais no processo de implantação do sistema de aberturas em Paris, pensados pelo prefeito. De acordo com Benevolo (1983), a transformação de Paris pode ser compreendida em quatro pontos fundamentais: o primeiro, diz respeito à abertura de novas ruas traçadas no conjunto habitacional existente e na faixa periférica; o segundo, refere-se aos novos serviços criados: sistema de esgoto, instalação da iluminação a gás e rede de transportes públicos com ônibus puxados a cavalo; o terceiro, está ligado aos serviços secundários (parques públicos, quartéis, prisões, escolas e hospitais) e, o quarto, é marcado pela expansão da cidade através da criação de uma nova estrutura administrativa⁴⁵.

Em uma perspectiva analítica semelhante à de Benevolo, Lamas (1993) avalia as transformações haussmannianas em três aspectos: circulação, salubridade e monumentalidade⁴⁶. Conforme o autor, o projeto de Haussmann buscou renovar e modernizar os tecidos urbanos de Paris, remodelando os traçados orgânicos e ruas estreitas da cidade, mediante: a organização de novos traçados, a reestruturação fundiária e a construção de infraestrutura e de espaços livres. Mas, mesmo após a execução do plano urbanístico de Haussmann, a cidade parisiense continuou a reproduzir alguns elementos da tradição barroca⁴⁷, do século XVIII. Todavia, segundo elucida Lamas, o modelo Haussmanniano criou elementos próprios como, por exemplo:

⁴⁵ Ver em Leonardo. *História da cidade*, 1983, p. 589-593.

⁴⁶ A circulação permitiria garantir o fácil acesso em todas as partes da cidade; a salubridade, que estabeleceria mais saúde à cidade mediante a eliminação da insalubridade e dos bairros degradados, além da criação de novos espaços à cidade parisiense, permitindo acesso à luz, ventilação e arborização, e a monumentalidade, que visava revalorizar e reenquadrar os monumentos, integrando-os por eixos viários. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 208.

⁴⁷ Os elementos urbanísticos da tradição barroca do século XVIII e XIX, caracterizam-se por: sistemas de traçados, quadriculas, quarteirões, ruas, avenidas e praças. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 203.

O traçado em avenida – *o boulevard* – que une pontos da cidade; a praça como lugar de confluência de vias e placa giratória das circulações, quase sempre em rotunda, que organiza o cruzamento de vários traçados; o quarteirão, que é determinado como produto residual de vários traçados, e não como módulo de composição urbana. Tem forma irregular, poligonal, retangular, triangular ou vai aproximar-se da forma do bloco, sendo então compacto, e apenas um saguão no seu interior (LAMAS, 1993, p. 214).

O quarteirão, de fato, tornou-se um elemento basilar do modelo de Haussmann. Essa composição urbana apresenta atribuições funcionais e espaciais responsáveis por delinear a estética e a vida social da cidade de Paris.

Ainda sobre a Reforma de Paris, Sigfried Giedion (2004) enumera quatro eixos fundamentais das propostas urbanísticas de Haussmann. O primeiro voltado para isolar os grandes edifícios, palácios e quartéis de modo a embelezá-los, além de oportunizar uma defesa militar no caso de rebelião. O segundo destinava-se em possibilitar a melhoria do estado de saúde da cidade a partir da eliminação das vielas infecciosas e epidêmicas. O terceiro visava garantir a criação de grandes *boulevards* com o objetivo de permitir a circulação de ar e luz, bem como, assegurar o movimento das tropas concedendo a paz pública. O quarto eixo almejava facilitar o tráfego nas estações ferroviárias por meio de criação de vias arteriais, esquivando-se dos atrasos, congestionamentos e, por fim, acidentes⁴⁸.

Vale destacar, conforme a crítica de Calabi, que nesse período o Segundo Império Francês “assiste a um crescimento do mercado financeiro e poder dos bancos, instrumento principal da expansão econômica, industrial e comercial”. Isto é, as elites econômicas viam nos planos dos “*grands travaux*” uma forma de ampliar seus negócios e rendimentos através do aumento da “renda fundiária como mecanismo estimulador da expansão urbana, não somente para as áreas centrais, mas também nas novas áreas edificáveis” (CALABI, 2012, p. 70).

Outra função dos “*grands travaux*” refere-se aos aspectos relacionados às estratégias políticas, pois, de fato, a abertura de largas e longas avenidas traçando a cidade parisiense, além de expulsar a população pobre do centro levando às regiões periféricas, também facilitaria às ações militares do governo de modo a circular com maior destreza e rapidez pelos novos espaços com a finalidade de controlar e até mesmo de erradicar as revoltas sociais. Mas, a Haussmannização da Paris, também apresentou uma pretensão social que resultou na segregação social, sobretudo, das classes pobres e trabalhadoras, evitando a coexistência entre

⁴⁸ Ver em GIEDION, Sigfried. *Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição*, 2004, p. 767-769.

ricos e pobres. Sobre os mecanismos de poder empregados na reforma com a finalidade de delimitar espaços, pautados em critérios de renda, prestígio e poder, Calabi contextualiza que:

O ritmo do crescimento dos subúrbios também é muito rápido. Diferente de Londres, a maior densidade do tecido urbano e a disseminação de imóveis de aluguel com diversos andares impedem uma segregação social em vasta escala, com a coexistência de burgueses e proletários. Com os *grands travaux* começa a delinear-se também uma divisão social do espaço inusitada para Paris. A burguesia se localiza cada vez mais nos bairros ocidentais, próximos ao Bois de Boulogne, enquanto o proletariado, expulso pelos rasgos realizados pelos novos *Boulevards*, vai morar nos bairros orientais. O bulevar Sebastopol torna-se um divisor de águas entre a Paris rica e a pobre (CALABI, 2012, p. 171).

A reforma de Paris, portanto, foi executada para atender os variados anseios do Estado e seus cidadãos, sejam eles: higiênicos, sanitários, salubres, estéticos, circulatórios, sociais e militares. Todavia, é da grande valia ressaltar que as intervenções urbanas de Haussmann configuraram-se, de fato, como um mecanismo de poder institucionalizado e legitimado pelo Império Francês para assegurar os interesses das classes dirigentes e das elites econômicas de Paris. Os “*grands travaux*” executadas em Paris decorreram da vontade política do barão de Haussmann enquanto “*artista demolidor*”, no qual, ele mesmo defende essa “*mentalidade obreira*” para esquivar-se das críticas feitas pelos patronos da velha Paris, manifestando que:

As ruas estreitas e tortuosas, principalmente aquelas do centro, fossem quase impenetráveis à circulação, sujas, fedidas, insalubres: com isso eles não se preocupam. Que os nossos rasgos, nossos “desejos de embelezamento” tenham proporcionado espaço, ar, luz, plantas, flores aos bairros velhos e novos, em uma palavra, aquilo que proporciona salubridade, para a alegria dos olhos, que beleza! Mas de qualquer maneira não aos olhos deles. Porém, boa gente enfiada em suas bibliotecas, que parece que nada viram, citem pelo menos um velho monumento merecedor de interesse, um edifício precioso para a arte, curioso pelas suas lembranças que minha administração tenha demolido (HAUSSMANN *apud* CALABI, 2012, p. 175-176).

Em suma, a Haussmannização de Paris tornou-se um modelo urbanístico de excelência na França, que em seguida, tornou-se uma referência reconhecida em todo o mundo, de modo a inspirar experiências urbanas posteriores, na própria Europa, bem como, no Brasil. Contudo, essa experiência urbanística não pode ser considerada uma intervenção simplória que apenas modificaria as morfologias urbanas de Paris, já que o modelo haussmanniano alteraria o caráter imóvel e estático da cidade a partir de uma nova configuração, caracterizada pela constituição de espaços dinâmicos e flexíveis, visando eliminar as mazelas sociais estimuladas pelo estado caótico do espaço urbano parisiense. A nova Paris, por conseguinte, projetada por Haussmann e seus engenheiros, representaria a materialização de uma cidade industrial atrelada ao espírito de modernidade e progresso, mediado pela união de interesses políticos, econômicos e sociais

que envolviam: a circulação, a proteção militar, a monumentalidade, o embelezamento, a salubridade, a higienização, o saneamento, o controle social e o mercado imobiliário. Lembrando que, é importante frisar que a Reforma de Paris desenhou-se como uma estratégia de poder e domínio que materializou os interesses das classes dirigentes e econômicas da capital francesa.

Nas quatro últimas décadas do século XIX, desencadeou-se na Europa, após experiência de Paris, várias reformas em grandes cidades europeias – Viena, Berlim, Turim, Florença, Roma, Milão, Amsterdã. As grandes cidades eram, conforme as enunciações de Calabi, “vistas como emblemas de modernidade e de progresso” (CALABI, 2012, p.168), pois demonstravam a capacidade de modificar-se rapidamente. Defendendo essa ideia, o autor exemplifica que:

O ritmo acelerado da realização dos *travaux publics*, isto é, as grandes aberturas viárias do barão Haussmann, em Paris após meados do século, parece ditar as leis na França, em boa parte da Europa e até mesmo do outro lado do Atlântico. Nas cidades italianas, por exemplo, Turim, Florença e Roma, aquele modelo parecia constituir um texto a substituir a falta geral de uma preparação cultural específica, uma espécie de frase feita como elemento de composição, exemplo por si mesmo positivo. Igualmente, em Viena, primeiro através da experiência de Ring e depois da rede ferroviária metropolitana, desloca-se a indicação de um crescimento urbano em anéis concêntricos com expansão progressiva, como círculo na água. A experiência planejada de Milão, como também a de Amsterdã, observa essa lógica, enquanto que a experiência de Berlim é o exemplo de um possível desenvolvimento radial (CALABI, 2012, p. 168).

Inaugura-se, nesse período, uma preocupação que circula entre gestores, higienistas, sanitaristas, engenheiros e arquitetos no que aludi à organização espacial das cidades. Essa inquietação compreendia uma necessidade basilar: a ampliação (extensão) ordenada das cidades. A desorganização do espaço urbano, a urgência de higienização e saneamento, a carência de moradia devido à explosão demográfica, a falta de espaços impedia a expansão comercial, industrial e bancária, selando a urgência de criar novos espaços.

Constitui-se, de fato, um clima indutor de estudos sobre a cidade. O urbanismo busca, inicialmente uma fundamentação técnico-científico amparada nas variadas especializações da ciência moderna. Higienistas, sociólogos, geógrafos, demógrafos, engenheiros e arquitetos produzem trabalhos que enfocam as temáticas: da organização social e espacial das cidades. Entre 1859 à 1904, foram publicadas várias pesquisas que apresentam um objeto de estudo em comum: a cidade e seus cidadãos. Sobre os trabalhos produzidos nesse período, destacam-se: *Teoria General de la Construction de las Ciudades e Teoria General de la Urbanización* (1867), de Ildefonso Cerdà; *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* (1889), de Camillo Sitte; *Der Städtebau*, de Joseph Stübben; *Tomorrow, a Peaceful Path to Real Reform*

(1898), de Ebenezer Howard; *Reginal Survey*, de Patrick Geddes; e, *Une Cité industrielle*, de Tony Garnier(1901-1904). De acordo com Calabi, a “partir dessas obras, [...], foram definidos os conteúdos inovadores do urbanismo” (CALABI, 2012, p. XXIII).

Dentre as obras supracitadas, faz-se importante analisar o plano de Ildefonso de Cerdà⁴⁹ para a cidade de Barcelona, por seu caráter pioneiro em atribuir, o urbanismo, a um “*corpus científico*” cujo o objetivo principal destinava à organização do espaço urbano e seus habitantes. Segundo Lamas (1993) e Calabi (2012), antecedendo a execução do plano de Cerdà, a região da Catalunha entre o século XVIII e XIX conviveu com um forte crescimento econômico e cultural, que, por conseguinte, resultou na expansão demográfica da cidade de Barcelona⁵⁰.

Calabi (2012) elucida que entre os anos de 1759 a 1859, a cidade de Catalão cresceu respectivamente de 70 mil para 150 mil habitantes, ou seja, mais que o dobro. Instaure-se, assim, a necessidade imperiosa de expandir de forma organizada a cidade. Barcelona via o seu velho centro alcançar uma densidade demográfica extrema, chegando à marca de 1700 habitantes por hectares – esses números superavam as densidades de Londres e Berlim. A explosão demográfica trouxe, nos termos elaborados pela autora:

Efeitos nocivos à saúde dos cidadãos. Além do acúmulo de habitações, a carência de instalações higiênicas na cidade ocasionara um dos mais altos índices de mortalidade da Europa. Barcelona era uma cidade fortificada, e a demolição das muralhas, símbolo da arrogância madrilenha em relação à cidade mais moderna do país também considerado asfíxiante, tornara-se palavra de ordem para as forças progressistas; sua demolição era vista como panaceia de todos os males, principalmente após os motins de 1848 (CALABI, 2012, p. 24).

Engajado, o Governo Espanhol através de um despacho real, em junho de 1859, confere a aprovação do plano de extensão e reforma da cidade catalã, elaborado por Ildefonso Cerdà. Por Lamas (1993), o plano de Cerdà contempla dois problemas: a organização da grande expansão (*o ensanche*) e a análise sobre a quadrícula e o quarteirão. Cerdà tem a pretensão de ordenar a cidade catalã tratando-a como se fosse um “organismo complexo e integrador de

⁴⁹ Ildefonso de Cerdà formou-se em engenharia, em 1841, na *Real Escuela de Caminos, Canales, Puertos* de Madri. Desenvolveu trabalhos destinados às obras viárias e fornecimento de água. Foi deputado, em 1850, e comandante da milícia municipal de Barcelona, em 1854. Esteve em Paris, em 1856, onde acompanhou as primeiras realizações do plano de Haussmann de 1853. Em 1859, por ordem real, seu plano de extensão e reforma (*o ensanche*) da cidade de Barcelona foi imposto e implantado na cidade catalã. Ver em CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*, 2012, p. 25; LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 216.

⁵⁰ Nesse período, a Espanha passava por uma onda modernizadora, mas, que, era travada em razão de conflitos políticos que envolviam questões fundiárias, militares e clericais. A cidade de Barcelona, a mais industrializada (setor têxtil) do país, passava por um estrondoso crescimento demográfico, que fez emergir uma inevitável necessidade de ampliação. Ver em CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*, 2012, p. 25; LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 216-218.

vários sistemas”, isto é, ordenar “os aspectos espaciais e físicos com preocupações funcionais, sociológicas, económicas e administrativas” (LAMAS, 1993, p. 216).

Em linhas gerais, o principal objetivo do plano foi o de ampliar a cidade com base em um sistema viário e de quadras capazes de estender-se ilimitadamente. Em uma análise técnica, Lamas (1993) enumera as divergências entre o plano de Cerdà e o plano de Haussmann. No caso de Paris, Haussmann e seus engenheiros tiveram a pretensão de reordenar e de adaptar a cidade já existente. No caso de Barcelona, Cerdà organizou o crescimento da cidade. No entanto, Paris e Barcelona, mesmo após a execução dos planos, mantiveram guardadas suas especificidades, alguns elementos urbanísticos da composição clássico-barroca – praças, ruas, parques, avenidas, quadras, quarteirões⁵¹.

Todavia, o grande legado de Idefonso de Cerdà, foi a publicação de uma obra, em 1867, com o título: *Teoria General de la Urbanización*, que prenunciava a existência de uma nova ciência. O autor ilustrava: “Iniciarei o leitor no estudo de uma matéria completamente nova, intacta, virgem [...] ofereço um mundo novo à ciência” (CERDÀ *apud* CALABI, 2012, p. 27). Parafrazeando Calabi, “a ciência do urbanismo que Cerdà propõe é um instrumento de planejamento urbano. Esse é o verdadeiro objeto de seu manual” (CALABI, 2012, p. 27).

Sintetizando, as transformações urbanas ocorridas na segunda metade do século XIX – especificamente, as transformações de Haussmann em Paris e a extensão de Barcelona – romperam com os padrões urbanísticos tradicionais que trouxeram mazelas às cidades. Todavia, esse rompimento não foi total, pois, continuou-se a reproduzir elementos urbanísticos clássicos-barrocos. No que refere-se as vontades da especulação fundiária e valorização dos espaços das cidades, tanto o plano de Haussmann quanto o plano de Cerdà, materializaram os anseios das elites dirigentes e económicas no que acena a “utopia da modernização” calcadas nos pilares de modernidade e progresso. Mas, como fator primordial que conduz este trabalho, deve-se compreender que essas transformações urbanas também fizeram-se em termos estratégicos de poder: legitimar e institucionalizar o domínio social das classes dominantes de modo a controlar e, muitas vezes, segregar às classes populares.

A Haussmannização de Paris tornou-se, portanto, um dos modelos de intervenção urbana que influenciaria posteriormente a escola urbanística de Paris – uma das primeiras destinadas ao ensino acadêmico do urbanismo. O plano de extensão de Barcelona elaborado por Cerdà engendraria o anúncio de um novo instrumento científico para organizar a cidades: o planejamento urbano. Configurou-se na Europa, entre o segundo quartel do século XIX e o

⁵¹ Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 218-221.

primeiro quartel do século XX, e emergência de diferentes concepções de “*urbs moderna*”, que, algumas destas, serão abordadas a seguir.

1.5 - POR UMA URBS MODERNA

Decodificar os significados e as representações discursivas acerca do termo urbanismo torna-se *sine qua non*, neste trabalho, de tal modo que possibilite ampliar o horizonte de compreensão no que se refere a normatização do urbanismo enquanto disciplina científica e acadêmica, cujo o seu dever principal destinava-se na organização dos espaços das cidades e de seus habitantes, adaptando-os aos novos modos de vida econômicos, sociais e culturais adventos da modernidade.

A cidade é atribuída como uma criação da antiguidade, mas suas próprias concepções e funções foram modificadas a partir das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no percurso da história. Diferentemente da cidade, o urbanismo configurou-se na modernidade, tendo sua gênese no contexto histórico que envolve as quatro décadas finais do século XIX e as duas décadas iniciais do século XX, consolidando-se como uma disciplina científica moderna que visava buscar soluções para os graves problemas presentes nas grandes cidades industriais europeias.

Maria Stella Bresciani (2009), acerca dessa temática, demonstra uma certa apreensão com o uso genérico do termo urbanismo nos trabalhos acadêmicos. Em seu argumento, a autora baseia-se nos postulados de Donatella Calabi, que em seu trabalho, observou a necessidade de esclarecer a nítida diferença entre a história da cidade, a história dos projetos urbanos e a história do urbanismo. Assim, utilizando a ótica de Calabi, Bresciani ressalta que a imprecisão do conceito de urbanismo encontra-se:

Na ambiguidade que acompanha a história do urbanismo e na dificuldade dessa disciplina em demarcar o seu começo. Afinal, autores clássicos, cujos livros se tornaram manuais, confundiram urbanismo com cidade e iniciaram suas narrativas com as primeiras formações da “civilização urbana” delas fazendo uma leitura baseada na noção de evolução acoplada à “história da civilização”. Do espaço construído do Antigo Oriente, do mundo clássico às regulamentações medievais, aos fundamentos do pensamento autônomo e racional da tratadística renascentista, à monumentalidade barroca, à simetria neoclássica, às grandes reestruturações dos oitocentos e à desordem urbana da época industrialização, a narrativa constrói, nesses manuais, a “História da Cidade” e a ela faz aderir a “História do urbanismo”. Uma leitura aplainada e contínua que aplica os mesmos cânones à cidade antiga como à cidade moderna (BRESCIANI, 2009, p. 28).

Diante do esforço de compreender o conceito de urbanismo, Bresciani (2009) ainda recorre às análises de Calabi para expor didaticamente as diferenças semânticas do termo urbanismo em várias línguas de diferentes países. Em italiano, o termo *urbanismo*, ou *urbanesimo*, significava a disposição e a expansão de alguns centros urbanos pela imigração, ou seja, apresenta uma acepção demográfica e social. A palavra italiana *urbanizzazine* era utilizada para indicar a transformação da utilização do solo agrícola para solo urbano. As expressões britânicas *urban*, *city* e *town* estavam arroladas ao termo *to urbanize*, que significa modificar um ambiente de maneira a transformá-lo em urbano. O vocábulo britânico *urbanization* refere-se ao crescimento demográfico. Os termos britânicos *plan* ou *planning* designam planta ou projeto. A expressão estadunidense *town planning*, ou *city planning*, está relacionada a um projeto desenhado e formalmente executado. Já no início do século XX, Marcel Poete designa a palavra *urbanisme* (em francês) “como ciência da evolução da cidade” (CALABI *apud* BRESCIANI, 2009, p. 31).

Após decodificar as representações e empregos do termo urbanismo, Bresciani (2009) ressalta a ausência de clareza que atingiu a área de desempenho e atuação urbanística. Essa ambiguidade, portanto, perdurou ao redor deste termo, percorrendo ao mesmo tempo os universos de atuação acadêmica e profissional de diferentes países. Explicando essa situação, a especialista exemplifica três contextos: o italiano, o francês e o inglês. No contexto italiano, o urbanismo forjou-se como da disciplina auxiliar dos cursos de engenharia e arquitetura; na conjuntura francesa, encontrou-se atrelado ao campo da geografia; já no caso inglês, inseriu-se no campo das ciências sociais⁵². A imprecisão conceitual do termo urbanismo e a indefinição do lugar acadêmico desta disciplina refletiram tanto no campo acadêmico quanto no campo profissional, criando entraves para as práticas de intervenção urbana nas cidades.

De forma análoga à Bresciani, Choay (1979) adverte que as indefinições acerca do urbanismo encontram-se imersas tanto nos trabalhos dos especialistas quanto nos planos das cidades ou nas configurações urbanas específicas de cada período⁵³. Também inserido na discussão da ambiguidade do termo urbanismo, Giulio Carlo Argan afirma que “o urbanismo é uma disciplina moderna”, isto porque o urbanismo teve a sua normatização como ciência tardiamente, ou seja, apenas entre o final do século XIX e início de século XX. A nova ciência, contudo, inicialmente apresentou imprecisões na área de atuação acadêmica e profissional (ARGAN, 1993, p. 240).

⁵² Ver em BRESCIANI, Maria Stella. *Cidades e Urbanismo. Uma possível análise historiográfica*, 2009, p. 28-33.

⁵³ Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979.

Para Argan (1993), o urbanismo refere-se à prática de peritos responsáveis pelas operações urbanísticas e arquitetônicas que, muitas vezes, estiveram submetidas aos interesses econômicos, estatais e aos distintos conhecimentos que compõem a área do planejamento e dos modos de intervir no espaço urbano⁵⁴. Essa diversidade de interesses políticos e mercantis, causaram imprecisões sobre os regulamentos acadêmicos, as teorias e as práticas urbanísticas. Já à pluralidade de saberes – demográficos, econômicos, produtivos, higiênicos, sanitários, tecnológicos, sociológicos, históricos e estéticos – constituídos pelos especialistas do urbanismo criou uma indefinição metodológica.

O urbanismo, então, constituiu-se progressivamente como uma disciplina autônoma e pluridisciplinar. Para Bresciani (2009), essas duas características podem ser explicadas em virtude da temporalidade própria do urbanismo: últimas décadas do século XIX e décadas iniciais do século XX. Nesta época, a normatização da nova ciência constituiu-se quando os pressupostos teóricos se arranjaram com a ambição de formar um arcabouço definido sobre uma base formal, isto é, a partir de um plano que admitiu a sistematização edilícia de uma cidade⁵⁵. Sobre esse feito, o urbanismo torna-se uma ciência com a finalidade de aliar teoria, técnica e prática para organizar o funcionamento da vida urbana. Em suma, o urbanismo é:

Apresentado como disciplina relativa ao controle do crescimento e da transformação espacial dos assentamentos urbanos com pretensão científica e globalizante; propõe-se resolver os conflitos sociais, por meio de um projeto de organização técnica da cidade e de regulamentação do uso do solo, numa divisão lógica dos ambientes públicos e privados (CALABI *apud* BRESCIANI, 2009, p. 30).

Para Bresciani (2009), resumidamente, o urbanismo formou-se como uma disciplina autônoma com o intuito de resolver os problemas consequentes da industrialização, do crescimento demográfico, dos problemas sociais, higiênicos e epidêmicos, das edificações insalubres, das dificuldades no trânsito urbano e da necessidade de expansão de várias cidades europeias ao longo da segunda metade do século XIX. Choay (1979) reforça que “a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica” (CHOAY, 1979, p. 02). O urbanismo, a partir desta análise, aparece como uma ciência política que foi corporificada a partir de elementos *técnico-científico-administrativos* capazes de organizar e projetar os espaços públicos e privados das cidades.

⁵⁴ Ver em ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*, 1993, p. 210-211.

⁵⁵ Ver em BRESCIANI, Maria Stella. *Cidades e Urbanismo. Uma possível análise* historiográfica, 2009, p. 30-32.

Conforme Choay (1979), Lamas (1993) e Manso (2001), a palavra urbanismo teve sua criação com Clerget Paul, no *bulletin de la Société Géographique de Neufchatel*, publicado em 1910, para atribuir o nascimento de uma nova ciência destinada ao planejamento das cidades⁵⁶. Segundo os especialistas, durante a primeira metade do século XX, uma intensa prática urbana foi desenvolvida na França graças à criação de instituições que atribuíam o urbanismo como uma ciência mediada pela teoria e prática. Destaca-se, nessa época, a *Société Française des Urbanistes (SFU)*, criada em 1913, uma associação profissional que buscou expor o urbanismo como ciência e prática profissional. Esta instituição teve Eugène Hénard como seu primeiro presidente e contou com vários arquitetos colaboradores e membros fundadores: Alfred Donat Agache, Alberty Parenty, Leon Jaussely, Henri Prost, Marcel Poëte, George Risler, Tony Garnier, entre outros⁵⁷.

Na visão de Lamas (1993), o urbanismo, devido ao seu gradual status científico e profissional, tornou-se um instrumento de intervenção do Estado Francês a partir da criação da *lei Cornudet*, em 1919. Lei que compôs a primeira Carta do Urbanismo, que impunha a criação imprescindível de um plano para as cidades francesas com mais de 10.000 habitantes. A *lei Cornudet* foi fundamental para instituir uma prática urbanística na França, que visava embelezar e expandir as cidades francesas⁵⁸. Colaborando com as ideias de Lamas, Manso (2001) destaca que os primeiros planos elaborados buscavam coordenar os aspectos estéticos e as diversas questões urbanas – infraestrutura, coleta de lixo e transportes públicos⁵⁹.

O arquiteto Marcel Poëte, para os autores citados, foi um dos membros participantes da criação da *École Pratique d'Études Urbaines et d'Administration Municipales* (1919), que posteriormente tornou-se a *École Supérieure d'Art Publique* e que, em 1924, transformou-se no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* – uma das primeiras escolas de urbanismo a ser fundada. O Instituto – bastante conceituado – recebeu estudantes de diversas partes do mundo. Poëte, na época, era um dos grandes teóricos da escola parisiense. Conforme Lamas (1993) e Manso (2001), o arquiteto concebia as cidades como um organismo com vida própria no qual seria necessário estabelecer um método para elaborar um conhecimento histórico sobre as cidades. Era imperativo observar e compreender a cidade antes de intervir, ou seja, o plano

⁵⁶ Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 02; LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 259; MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 43.

⁵⁷ Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 259-260; MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 44.

⁵⁸ Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 259.

⁵⁹ Ver em MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 43-44.

seria iniciado por observações e análises do geral para o particular, da cidade ao bairro, numa perspectiva cartesiana⁶⁰. Nota-se, que Poëte confiou o método científico dedutivo matemático como meio de auxiliar na elaboração dos planos de intervenção nas cidades.

Sintetizando, Manso (2001) esclarece que o urbanismo assumiu paulatinamente um caráter científico e pluridisciplinar com a finalidade de estudar as formas urbanas e teorizar sobre o desenho das cidades, retratando sobre o traçado viário a estrutura das ruas e praças e a composição fundiária⁶¹. Logo, o estilo global, pluridisciplinar, dialógico, reflexivo e autônomo adquirido pelo urbanismo é assinalado por Lamas como competências que:

[...] não são o simples somatório dos conhecimentos do arquiteto, do engenheiro, do sociológico, do urbanista, do administrador, do higienista, do geológico, do climatólogo, do geógrafo, do naturalista, do historiador, do etnográfico, etc. O urbanismo, embora enformado por todas essas ciências (suas auxiliares) no que se refere à cidade, compõe por si mesmo um conjunto orgânico cuja essência não se situa nos pormenores, mas nas relações vivas entre esses elementos. É este o ponto de vista que é novo: a cidade já não é considerada do ponto de vista da arquitetura, das técnicas, ou da sociologia... mas simplesmente do ponto de vista – cidade (LAMAS, 1993, p. 260).

O pensamento acima remete ao período em que o *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* estabeleceu o ensino do urbanismo, tendo como seu foco principal as composições da cidade. A escola francesa caracterizou-se pela utilização de traçados clássicos, baseados em: sistemas de traçados, quadrículas, quarteirões, ruas, avenidas e praças. Estes atributos fariam do urbanismo francês um produto de exportação. O instituto francês desempenhou atribuições importantes no que refere-se: ao debate teórico, técnico e prático; a realização de projetos e planos urbanísticos; a circulação de conhecimento, saberes e formação através de conferências, congressos e simpósios que expunham temas ligados às questões urbanísticas; e, a exportação de arquitetos, engenheiros e urbanistas confiados a trabalhar na organização das cidades de várias partes do mundo⁶².

⁶⁰ Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 259-260; MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 44.

⁶¹ Ver em MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 43-45.

⁶² Destacando a influência do urbanismo francês pelo mundo enumeram-se diversos trabalhos realizados no estrangeiro por acadêmicos franceses. Entre os trabalhos urbanísticos franceses realizados em variadas cidades do globo, evidenciam-se: o Plano de Barcelona (1903) por Leon Jaussely; os Planos de Casablanca, Fez, Marrakech, Meknes, Kenitra, El Jadida e Rabat por Henry Prost; os Planos de Camberra (1913), Rio de Janeiro (1928-1930) e Lisboa (1933) por D. A. Agache; o Plano de Filadélfia (1917) por J. Greber; e o Plano de Buenos Aires (1923) por Forestier. A partir dessas experiências urbanas, a escola francesa inspirou grande parte do movimento urbanístico internacional entre 1880 a 1940. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 260-264.

A importância da escola francesa é de grande relevância, teve uma posição fundamental na consolidação acadêmica, científica e profissional do urbanismo. As concepções urbanísticas francesas influenciaram teoricamente e tecnicamente arquitetos, engenheiros e urbanistas em vários países do mundo. Nesse clima favorável que permeava as formulações e intervenções urbanas, em seguida, contribuiu para a criação de novos postulados teóricos, técnicos e práticos que constituiriam o urbanismo moderno. Todavia, a concepção da cidade moderna, assim como, todas as transformações presentes na história da humanidade, deve ser compreendida como um processo de experiências urbanísticas teóricas e práticas que não acompanharam um processo unidimensional, nem tiveram a sua essência estabelecida num unívoco tempo e espaço.

A cidade moderna constituiu-se como o resultado das projeções de novos elementos urbanos que romperam com algumas estruturas da cidade clássica-barroca⁶³. A (re)organização das cidades antigas e a edificação de novas cidades tornaram-se possíveis quando peritos da ciência moderna: engenheiros, higienistas, médicos-sanitaristas, arquitetos e urbanistas foram respaldados, requisitados e utilizados como dispositivos estatais para cooperar com a organização das cidades.

A projeção de novos modelos de cidade foi sustentada pelos pilares de ordem e progresso fruto da modernidade. Esse “*anseio modernizador*” fez emergir uma nova necessidade: adequar as cidades aos novos modos de vida modernos através de realização de obras de infraestrutura. Benevolo (1993) aponta que, a partir da segunda metade de século XIX, os avanços tecnológicos proporcionaram transformações nas morfologias urbanas das cidades, buscando renovar o ambiente construído das velhas cidades industriais⁶⁴.

⁶³ As cidades clássicas-barrocas eram compostas por elementos morfológicos – sistemas de traçados, quadrículas, quarteirões, ruas, avenidas e praças – do período clássico. O período clássico dividiu-se em quatro fases: o primeiro, denominado de Renascimento, entre 1420 e 1500 (restrito à Itália); o segundo, conhecido como Renascimento tardio, entre 1500 e 1600; o terceiro, intitulado de Barroco, entre 1600 e 1765 e o quarto, nomeado de Rococó ou Neoclássico, entre 1750 e 1900. Assim, as cidades oitocentistas continuaram as tendências morfológicas do período clássico, contudo, posteriormente, as cidades novecentistas requintaram a morfologia urbana do século XVIII, tornando as cidades mais heterogêneas a partir da implantação de novos elementos espaciais: jardins, parques, alamedas, avenidas e *boulevards*. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 167.

⁶⁴ Dentre as tecnologias, destacam-se: a “invenção do processo de Bessemer (1856) facilita a difusão do aço, que permite construir novas máquinas mais eficientes e novas estruturas nunca vistas no passado: grandes coberturas sem suportes intermediários (a rotunda da Exposição Universal de Viena, de 1873, com o diâmetro de 102 metros, a sala das máquinas da Exposição Universal de Paris de 1889, de 115 por 420 metros), pontes suspensas cada vez mais longas (desde a Ponte de Brooklyn de 1873, de 488 metros, à Ponte Washington sobre o Hudson, de 1928, de 1050 metros), arranha-céus cada um mais altos (dos primeiros de Chicago, no fim do século XIX, de 20-30 andares, aos de New York nos primeiros decênios do século XX, de 100 andares e mais. A invenção do dínamo (1869) permite usar eletricidade como força motriz e torna possíveis infinitas aplicações: o telefone (1876), a lâmpada elétrica (1879), o elevador (1887). A invenção do motor a explosão (1885) permite usar o petróleo para mover os navios, os automóveis e, mais tarde, os aviões”. Ver em BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*, 1983, p. 616.

As novas tecnologias e os novos sistemas de construção permitiram o crescimento acelerado de várias cidades de diferentes partes do mundo, favorecendo a exigência de novas projeções urbanas que, muitas vezes, rompiam com os modelos urbanísticos tradicionais. Para Benevolo, essa conjuntura conduziria a cidade moderna a superar a divisão tradicional entre arte e técnica, buscando o equilíbrio do espaço construído a partir da aproximação “entre o método objetivo do trabalho científico e o método subjetivo do trabalho artístico” (BENEVOLO, 1983, p. 618). Em uma perspectiva similar, Choay (1979) elucida que a ideia de progresso e modernidade submeteu o urbanismo em dois campos: indústria e arte. A cidade do século XX, nos termos elaborados pela autora:

Precisa realizar, por sua vez, a revolução industrial: e não basta empregar sistematicamente os materiais novos, aço e concreto, que permitem uma mudança de escala e de tipologia; é preciso, para obter a “eficácia” moderna, anexar os métodos de estandarização e de mecanização da indústria. (CHOAY, 1979, p. 20).

Choay (1979) defende que as concepções técnicas e estéticas buscaram estabelecer algumas necessidades humanas universais, criando representações de espaços adequados e eficazes aos habitantes das cidades. A cidade moderna, portanto, deveria possibilitar uma vida dinâmica e harmônica aos seus cidadãos. Cria-se nos meios acadêmicos e profissionais de distintas especialidades – demógrafos, geógrafos, médico-higienistas, engenheiros, arquitetos, cientistas sociais, entre outros – um clima engajador que fez emergir diferentes concepções em relação a cidade moderna.

Neste trabalho, será proposto pontuar duas referências do urbanismo moderno, respectivamente: Ebenezer Howard⁶⁵ (1850-1928), Tony Garnier (1869-1948). Tecer considerações acerca das concepções urbanísticas destas duas personalidades da história do urbanismo torna-se fundamental devido a razões metodológicas que visam ampliar o horizonte de compreensão sobre o ponto focal deste trabalho: o contexto mudancista que envolve a construção da Nova Capital de Goiás na década de 1930. Já que, as ideias urbanísticas de Garnier e Howard fizeram-se presentes e, de certo modo, materializadas na cidade de Goiânia.

⁶⁵ Ebenezer Howard foi militante do movimento socialista inglês desde 1879. Esteve antenado às concepções teóricas dos pensadores utópicos: Robert Owen, Charles Fourier, Sain-Simon, Spencer, Mill e outros. Foi fortemente marcado pelas obras *Progress and Poverty* (1881), de Henry George, e *Looking Backward* (1888), de Edward Bellamy. As duas obras criticavam as densidades demográficas e os modos de vida das grandes cidades que contribuía, muito, para a deterioração dos aspectos físicos, morais e mentais do homem. O conteúdo crítico das obras dos estadunidenses George e Bellamy influenciou Howard na elaboração das propostas de cidade-jardim. Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 219; CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*, 2012, p. 31; OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. *Cidade-Jardim: formação e percurso de uma ideia*, 1996, p. 43.

Na ótica de Choay (1979), o estenógrafo Ebenezer Howard é qualificado como um integrante do modelo urbanístico culturalista, enquanto o arquiteto Tony Garnier é um dos representantes do modelo urbanístico progressista⁶⁶. A proposta de cidade-jardim foi uma concepção de cidade moderna nascida na última década do século XIX. Essa proposta buscou romper com as adversidades frequentes das cidades industriais europeias no final do século XIX. Concluindo, segundo as posições analíticas de Choay (1979), Lamas (1993) e Ottoni (1996), as cidades-jardim foram estimuladas em razão dos problemas acerca da concentração demográfica dos centros urbanos e das deficiências nas condições de salubridade e higiene⁶⁷.

O termo *cidade-jardim*, conforme Choay (1979), Lamas (1993) e Hall (2009) enunciam, desenvolveu-se no contexto britânico da última década do século XIX, visando procurar soluções para o grande crescimento das grandes cidades e resolver os problemas de higiene e salubridade. Em 1898, a partir da publicação de *Tomorrow, a Peaceful Path to Real Reform (Amanhã, Um Caminho Tranquilo para a Reforma Autêntica)*, por Ebenezer Howard, e a sua reedição em 1902 com o título *Garden Cities of Tomorrow (Cidades-Jardins de Amanhã)*, a proposta de cidade-jardim ganha notoriedade na Inglaterra e, posteriormente, no mundo⁶⁸.

Choay (1979), Lamas (1993) e Calabi (2012) enfatizam que o modelo de cidade-jardim de Howard foi uma resposta aos problemas da cidade industrial, que se manifestaram no final do século XIX. Howard através do desenvolvimento de um diagrama, idealizou uma nova tipologia urbana fundamentada na descentralização da metrópole (Londres), visando estabelecer uma ocupação de baixa densidade a partir da criação de unidades autônomas com habitações unifamiliares e a presença marcante de espaços verdes. No diagrama de Howard, a cidade-jardim situa-se na periferia da metrópole, unindo as vantagens da vida no campo e na cidade⁶⁹. Ou seja, elaborar uma cidade nova que reunisse, conforme expõe Calabi:

⁶⁶ O modelo urbanístico de Ebenezer Howard caracterizou-se pela relação entre história e passado, buscando um novo arquétipo de cidade que reuniria de forma harmônica os valores do campo e da cidade, isto é, estava ligado aos fatores de ordem sociológica e cultural. Por isso, atribuído como “urbanismo culturalista”. O modelo urbanístico de Tony Garnier era orientado pela ótica progressista de futuro, pautada nas concepções de racionalidade e funcionalidade espacial; por este fator, foi denominado de urbanismo progressista. Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p.18-29.

⁶⁷ Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 220; LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 311; OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. *Cidade-Jardim: formação e percurso de uma ideia*, 1996, p. 39-41.

⁶⁸ Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 219-220; LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 311; HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*, 2009, p. 104.

⁶⁹ Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 220-223; LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 311; CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*, 2012, p. 28-29.

Trabalho intelectual, agricultura e produção industrial. Uma cidade que se autogoverne, que disponha coletivamente da propriedade do solo e que não possa crescer além de certo limite (CALABI, 2012, p. 29).

Com os objetivos traçados em seu diagrama, Howard firmou que o problema do descontrolado crescimento demográfico das cidades era uma questão consensual em várias partes do mundo. Sobre o superpovoamento das cidades, ele concluiu que:

Praticamente não se manifestam quaisquer diferenças de opinião. É quase universalmente aceito por homens, de todos os partidos, não somente na Inglaterra, mas em toda Europa, América e em nossas colônias, ser profundamente deplorável que pessoas continuem afluindo a cidades já superpovoadas, esvaziando ainda mais os distritos rurais (HOWARD, 1996, p.105).

Aferindo os problemas causados pela superpopulação nas cidades, Howard mencionou o discurso realizado em março de 1891 pelo presidente do Conselho do Condado de Londres, Lord Rosebery, que ressaltava o seguinte ponto:

Não há o menor orgulho em minha mente associado à ideia que tenho de Londres. Londres sempre me apavorou por sua horrorosidade, pelo fato assustador desses milhões de indivíduos descartados, como que por caso, às margens desse nobre rio, cada um trabalhando em sua própria cova e em sua própria cela, sem consideração nem conhecimento mútuo, sem levar em conta os demais, sem a mais pálida ideia de como vivem...; e pelas perdas que, sob a indiferença geral, sofre este exército de inumeráveis milhares de criaturas. Há sessenta anos, um grande inglês, Cobbett, disse que Londres era um abscesso. Se era então um abscesso, o que se tornou hoje? Um tumor, uma elefantíase, sugando goela abaixo a vida, o sangue e os ossos dos distritos rurais (ROSEBERY *apud* HOWARD, 1996, p.105).

A explosão demográfica, portanto, era apontada como uma das razões principais do estado miasmático da cidade londrina. Mas para solucionar esse entrave, seria necessário desestimular o êxodo rural. Defendendo essa ideia, Howard utilizou as sugestões de Sir John Gorst, expostas em 1891 no *Daily Chronicle*, no qual dizia:

Se quiserem um remédio permanente para o mal, deveriam eliminar a causa; deveriam deter a onda e conter a migração para as cidades, mantendo as pessoas no campo. O interesse e a segurança das próprias cidades estão envolvidos na solução do problema (GORST *apud* HOWARD, p. 105).

Ainda avaliando o contexto inglês, Howard identificou outros obstáculos presentes nas cidades, pontuando: a falta de higiene; as precariedades sanitárias; e, a miséria da população. Mas, para melhor destacar todas as problemáticas das grandes cidades inglesas, ele recorreu aos questionamentos de Dean Farrar publicados no *The Times*, em 1891, que proferia:

Estamos nos tornando um país de grandes cidades. As aldeias estão estagnadas ou em retrocesso; as cidades expandem-se enormemente. E se for verdade que as grandes cidades tendem cada vez mais a se tornar as sepulturas da compleição física de nossa raça, admirar-nos-íamos disso ao ver as casas imundas, miseráveis, carentes de equipamentos sanitários, contaminadas pela negligência e pela sujeira? (FARRAR *apud* HOWARD, 1996, p. 106).

Os males das cidades incidiam, em suma, sobre as questões sociais: a migração campo-cidade; o crescimento demográfico; a miséria da população; a falta de higiene; e, as deficiências nas estruturas sanitárias. No entanto, Howard afirmava que a chave do problema seria a combinação harmônica entre as vantagens da vida urbana e a beleza e os gozos da vida no campo. Resumidamente, ele defendia que:

A cidade e o campo poderiam ser vistos como dois ímãs, cada um buscando atrair as pessoas para si – uma rivalidade da qual uma nova forma de vida, conjugando a natureza de ambas, viria a participar. Isso pode ser ilustrado pelo diagrama “Os Três Ímãs”, no qual as principais vantagens da cidade e do campo são confrontadas com suas correspondentes desvantagens, ao passo que as vantagens da Cidade-Campo são vistas livres das desvantagens dos casos anteriores (HOWARD, 1996, p.108).

Utilizando o diagrama – “Os Três Ímãs”: *Cidade, Campo e Cidade-Campo* –, o referido autor esclarece as vantagens e desvantagens da cidade quando rivalizada com o campo. Ponderando que, o ímã da cidade:

Oferece como vantagens altos salários, oportunidades de emprego, tentadoras perspectivas de melhora de vida, contrabalançadas, todavia, pelos altos preços e aluguéis. Suas oportunidades sociais e seus locais de diversão são muitos sedutores, mas a jornada de trabalho excessiva, a distância dos locais de trabalho e o “isolamento das massas” tendem a reduzir enormemente o valor dessas coisas boas. As ruas bem iluminadas são grande atrativo especialmente no inverno, mas a luz solar vem sendo cada vez mais barrada e o ar está tão viciado que belos edifícios públicos, assim como os pardais, rapidamente se cobrem de fuligem, estando as próprias estátuas em condição desesperadora. Edifícios suntuosos e aterrorizantes cortiços são estranhas feições complementares das cidades modernas (HOWARD, 1996, p. 108-109).

Em seguida, em uma perspectiva inversa, compara a vida no campo com a vida na cidade. Avaliando que, o ímã do campo era:

A fonte de toda a beleza e riqueza, mas o ímã da cidade o faz recordar zombeteiramente que é assaz monótono por cárcere de vida social e que é avaro de seus dons por falta de capital. Há no campo belas paisagens, parques soberbos, bosques perfumados por violetas, ar puro, murmúrios das águas; mas vê-se também com frequência as temíveis advertências: “os invasores são processados”. Certamente, os aluguéis são baixos se avaliados por acre, mas esses baixos aluguéis são fruto natural dos baixos salários, mais do que a causa de um conforto substancial, enquanto o arrastar das horas e a ausência de diversões impedem que o brilho do sol e o ar puro alegrem o coração das pessoas. A única atividade, a agricultura, frequentemente, sofre

com as chuvas excessivas, mas a maravilhosa seara das nuvens raramente é armazenada, de forma que, em épocas de estiagem, é comum que, mesmo para beber, a oferta de água seja mais insuficiente. Mesmo a salubridade natural do campo perde-se pela falta da devida drenagem e de outras medidas sanitárias, enquanto em lugares quase abandonados, os poucos que ficam mesmo assim amontoam-se como se quisessem rivalizar com os cortiços de nossas cidades (HOWARD, 1996, p. 110).

Verifica-se, assim, que na concepção de Howard tanto o ímã da cidade quanto o ímã do campo separadamente não comportavam todas as necessidades humanas. Por isso, para contemplar todas as necessidades dos homens, a cidade e o campo devem fundir-se, permitindo a constituição de um novo ímã: a Cidade-Campo. Esta nova concepção permitiria à sociedade humana desfrutar de uma vida harmônica. Não é obstante, que um dos objetivos da obra, *Garden Cities of Tomorrow (Cidades-Jardins de Amanhã)*, era convencer os leitores de que a Cidade-Campo seria uma nova esperança às cidades, ou seja, ela estabeleceria a gênese de uma nova civilização. Então, de acordo com o ponto de vista do autor, o ímã Cidade-Campo, oferecia:

Oportunidades iguais [...], melhores, que as de intercâmbio social de qualquer cidade apinhada, enquanto, ainda assim, as belezas da natureza possam ali abraçar e desenvolver cada um dos habitantes; como salários mais altos poderão ser compatíveis com taxas e aluguéis reduzidos; como oportunidades fartas de emprego e perspectivas brilhantes de melhoria de vida poderão ser garantidas para todos; como o capital poderá ser atraído e a riqueza gerada; como as mais belas casas e jardins poderão estar ao alcance de todos; como os limites da liberdade poderão ser ampliados e ainda assim todos os melhores resultados de entendimento e da cooperação serem colhidos por um povo feliz (HOWARD, 1996, p. 110).

De acordo Ottoni (1996), a obra de Howard foi muito objetiva e precisa no que refere-se ao anseio de viver em habitações individualizadas envolvidas por ambientes saudáveis e com presença de espaços verdes⁷⁰. Em um olhar complementar às ideias de Ottoni, Choay (1979) expõe que Ebenezer Howard combinou a preocupação relacionada à higiene e ao progresso da vida moderna com o ideal culturalista de pequenas comunidades limitadas em espaço e dotadas de um espírito comunitário, combinando os modos de vida da cidade aos elementos do campo. O modelo de cidade-jardim caracterizava-se por um cinturão verde destinado a impedir qualquer aglutinação com outras aglomerações, ou seja, visava controlar a expansão urbana e demográfica. Na concepção de Choay, a Cidade-Jardim:

Não pode estender-se pelo espaço, só pode desdobrar-se como células vivas, a população supranumerária indo fundar um novo centro, a uma distância razoável, que será também cercado de verde. [...] Cada cidade ocupa o espaço de modo particular e diferenciado; é a consequência do papel que os culturalistas atribuem à

⁷⁰ Ver em OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. *Cidade-Jardim: formação e percurso de uma ideia*, 1996, p. 45.

individualidade. Na pesquisa da diferenciação, Howard enfatiza sobretudo os fatores sociológicos; a população deve ser equilibrada nas diferentes classes etárias e em todos os setores do trabalho (CHOAY, 1979, p. 27).

A cidade-jardim de Howard, diferentemente dos protótipos urbanísticos dos pensadores utópicos materializou-se, pois, conforme afirma Calabi: “é, antes de tudo, proposta como um bom negócio, e somente em segundo lugar como solução socialmente válida (CALABI, 2012, p. 30)”. Howard, nesse sentido, evitou cair no mesmo erro dos utópicos: a comunhão de bens. Mas, ao contrário, segundo destaca a autora:

Exaltava o direito individual de propriedade de uma casa e um pedaço de terra. Os terrenos limítrofes deveriam ser um bem coletivo da comunidade residente, mas isso não modifica a lógica do investimento imobiliário. Suas considerações sobre a conveniência econômica da edificação da cidade-jardim são escrupulosamente sustentadas por uma comparação documentada com as condições reais do mercado dos solos (CALABI, 2012, p. 32).

Percebe-se, que Howard teve uma preocupação metódica com os orçamentos, tendo a intenção de demonstrar às possibilidades de financiamento e construção, bem como, o funcionamento de sua cidade-jardim. Sobre a viabilidade financeira de seu modelo, Calabi conclui que:

Sua “garden city” constituindo uma sociedade anônima que garantisse o capital inicial e limitando os dividendos sobre os lucros, de maneira a fazer recair sobre a comunidade os benefícios derivados da valorização do solo. Clareza e praticidade financeira garantem o grande sucesso do esquema, que atraiu homens de negócios, tanto que, após cinco anos da publicação de *Tomorrow*, iniciava-se a primeira realização, Letchworth (CALABI, 2012, p. 32).

Devido a viabilidade econômica, o modelo de cidade-jardim materializou-se em “Letchworth (1904), Hampstead (1909) e Welwyn (1919), que deveriam envolver Londres como polos alternativos de desenvolvimento e fixação habitacional” (LAMAS, 1993, p. 311). Mas, Choay (1979) adverte que para concretizar as propostas de cidades-jardins, Howard – que não era arquiteto-urbanista – confiou aos arquitetos Barry Parker e Raymond Unwin o projeto de Letchworth; já o projeto de Welwyn foi confiado ao arquiteto Louis de Soissons⁷¹.

As cidades-jardins de Letchworth e Welwyn transformaram-se em modelos tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, influenciando, sobretudo, os urbanistas estadunidenses Henry Wright e Clarence Stein. Mesmo após as duas grandes guerras mundiais, essas duas

⁷¹ Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 220.

idades serviram de protótipos para a construção de cidades-jardins em vários países⁷². O diagrama de Howard e as experiências de Letchworth e Welwyn tornaram-se modelos que inspiraram várias práticas urbanísticas modernas em diferentes países, especialmente, durante a primeira metade do século XX.

Resumindo, Ebenezer Howard concebeu a cidade-jardim como um modelo de organização social, econômico e espacial, cuja concretização implicaria na constituição de um novo ambiente: de baixa densidade demográfica; de boa higiene e salubridade; de predominância de espaços verdes; e, de bom convívio social. O modelo de cidade-jardim, portanto, atribuiu-se pela combinação do melhor que se possuía dos modos de vida da cidade e do campo – *Ímã Cidade-Campo*.

Compreender, então, as concepções de Howard somadas à experiência de Letchworth, torna-se fundamental para dialogar com o contexto que envolve a construção de Goiânia na década de 1930 – o eixo central deste trabalho. Busca-se identificar, assim, até que ponto as proposições urbanísticas de Howard influenciaram na formação e na prática urbanística do engenheiro Armando de Godoy, membro da comissão responsável pela escolha do local da Nova Capital de Goiás e, o principal idealizador do setor sul de Goiânia – este construído com base nos moldes da cidade-jardim howardiana.

Outra grande referência do urbanismo moderno foi Tony Garnier⁷³. O arquiteto francês destacou-se pela elaboração de um plano de cidade modelo entre 1901 a 1904. Mas, sua obra, *Uma Cidade Industrial*, seria publicada e circulada apenas em 1917. De acordo com Choay (1979) e Lamas (1993), a grande contribuição de Garnier para a arquitetura e o urbanismo moderno está expressa na obra *La Cité Industrielle (A Cidade Industrial)*⁷⁴.

Segundo Lamas (1993), a proposta de *A Cidade Industrial*, pode ser atribuída pela continuidade e inovação. Continuidade, pois, Garnier utilizou alguns princípios do urbanismo

⁷² Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 220; LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 312.

⁷³ Também compreenderas concepções de Tony Garnier torna-se fundamental para dialogar com o fio condutor deste trabalho: o contexto que envolve a construção de Goiânia na década de 1930. É importante verificar em que medida as propostas urbanísticas de Garnier estiveram presentes na prática urbanística do arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima, responsável pelo projeto edilício da Nova Capital de Goiás. Isto pode ser percebido no momento em que Atílio propôs: o zoneamento – princípio urbanístico proposto por Tony Garnier em sua obra, *A Cidade Industrial*, publicado em 1917.

⁷⁴ Tony Garnier é um dos grandes ícones da arquitetura e urbanismo moderno. Em 1905, Garnier assumiu o cargo de arquiteto-chefe da cidade Lyon sob convite do prefeito da cidade, Edouard Herriot. O arquiteto executou várias obras na cidade, dentre elas: o matadouro de Mouche (1909); o estádio olímpico (1913-1916); o hospital de Grange Blanche (1915-1930); e, a habitação social “Estados Unidos” (1919-1933). Tony Garnier também atuou na *Société Françaisedes Urbanistes (SFU)*, criada em 1913. Na função de colaborador dessa associação, desempenhou um importante papel: o de divulgar o urbanismo como ciência e prática profissional. Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 163-164; LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 268.

clássico, em particular: sistemas de traçados, eixos, quadrículas, ruas, lotes e edifícios; inovação, pelo fato do arquiteto-urbanista desenvolver em seu plano o princípio do zoneamento funcional (zona residencial, zona comercial, zona industrial, zona hospitalar, zona administrativa, zona universitária), permitindo à cidade fragmentar-se em áreas distintas⁷⁵. Sintetizando, nos termos elaborados por Calabi: “O plano proposto por Tony Garnier para sua cidade industrial imaginária é outro exemplo de plano de zoneamento, cuja primeira formulação (1901) foi quase contemporânea à dos alemães, mesmo se conhecida somente em uma edição bem posterior (1917)” (CALABI, 2012, p. 134).

Também analisando a obra de Garnier, Choay (1979) destaca alguns princípios inovadores, dentre eles: a separação das funções urbanas, a valorização dos espaços verdes que exercem funções de elementos isoladores e a utilização de materiais novos, em especial, o concreto armado⁷⁶. Reforçando as ideias de Choay, Calabi enfatiza que o esquema de Garnier refere-se a uma cidade média – cidade de Lyon. Ainda ressalva autora, que o projeto do arquiteto tinha o escopo de:

Demonstrar os aspectos inevitáveis, e de qualquer forma positivos, do desenvolvimento industrial, dos quais o autor do projeto é um testemunha atenta e entusiasta. [...] Em vez de considerar a indústria como um mal a ser extirpado, ela é vista como um produto inevitável do nosso tempo e, portanto, como um problema de projeto a ser resolvido racionalmente. Garnier, com seu projeto, rompe a ideia da cidade compacta; decide fragmentar a imagem urbana por motivos de higiene e também para deixar uma margem de crescimento autônomo às várias partes (CALABI, 2012, p. 134-135).

A *Cidade Industrial*, então, foi criada por motivações industriais acolhendo os diversos interesses econômicos da burguesia. Para Choay (1979), o modelo de Garnier poderia ser aplicado nas cidades de Rive-de-Gier, Saint-Étienne, Saint-Chamond, Chasse e Givors. Por isso, o sítio por ele idealizado localizar-se-ia na região sudeste da França devido “a presença próxima de matérias-primas, ou a existência de uma força natural suscetível de ser utilizada para o trabalho, ou ainda a comodidade dos meios de transporte” (GARNIER *apud* CHOAY, 1979, p. 164). No entanto, as preocupações de ordem material, moral, higiênica e sanitária também eram ressaltadas por Garnier, que proferia que:

Ao buscar as disposições que satisfizessem melhor as necessidades materiais e morais do indivíduo, fomos levados a criar regulamentos sobre essas disposições: regulamentos de inspeção de limpeza, regulamentos sanitários, etc., e a supor como já realizados certos progressos de ordem social de onde resultaria um alcance normal

⁷⁵ Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 270.

⁷⁶ Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 170;

para esses regulamentos, alcance este que as leis atuais não autorizam. Admitimos, pois, que a sociedade pode de agora em diante dispor livremente do solo, e que cabe a ela cuidar da provisão de água, pão, carne, leite e medicamentos, por causa dos múltiplos cuidados que esses produtos exigem (GARNIER *apud* CHOAY, 1979, p. 165).

Nota-se, que o arquiteto-urbanista apresenta uma atenção especial com as condições de ventilação, iluminação, circulação, higiene, saneamento, saúde, localização e clima dos espaços a serem edificados. Todos esses fatores levaram Tony Garnier a propor uma fragmentação dos espaços da cidade, separando-os por funções urbanas: por meio do zoneamento funcional, isto é, as habitações, os estabelecimentos públicos, as escolas, os estabelecimentos de saúde e as fábricas eram divididos nos espaços conforme suas respectivas funções. Sobre as questões, Garnier propõe, detalhadamente que:

Muitas cidades já puseram em vigor regulamentos de higiene, variáveis segundo as condições geográficas ou climatológicas. Supusemos que, em nossa cidade, a orientação e o regime dos ventos levaram a estipular normas que podem ser resumidas: – 1º Na habitação, os dormitórios devem ter pelo menos uma janela orientada para o sul, bastante grande para que haja luz no cômodo todo e para deixar que os raios do sol entrem amplamente; – 2º Os pátios maiores e menores, quer dizer, os espaços, fechados por paredes, que servem para iluminar ou para arejar, estão proibidos. Qualquer espaço, por menor que seja, deve ser iluminado e ventilado pelo exterior. – 3º Dentro das habitações, as paredes, o chão, etc., são de materiais lisos, com os ângulos arredondados. Essas regras impostas para a habitação inspiram o mais possível as disposições tomadas com respeito aos edifícios públicos. [...] Os estabelecimentos sanitários (715 leitos) situados na montanha, ao norte do centro da cidade, são protegidos dos ventos frios pela montanha, emoldurados por cortinas de verde a leste e a oeste. Abrangem quatro partes principais: – 1º O hospital. – 2º O setor de helioterapia. – 3º O setor das doenças contagiosas. – 4º O setor dos inválidos. O conjunto e o detalhe são ali tratados de acordo com o avanço atual da ciência médica. A disposição de cada um dos elementos foi feita a uma possível ampliação. [...] O bairro da estação é reservado principalmente às habitações comunitárias: hotéis, grandes lojas, etc., de modo que o restante da cidade fique livre das construções elevadas. Na praça em frente à estação há um mercado ao ar livre. A estação, de importância média, fica no cruzamento da grande avenida que vem da cidade com ruas que levam à cidade velha, às margens da torrente; a fábrica principal fica bem perto dali. A estação conta com serviços públicos ao nível das ruas; as linhas ficam no subsolo e dispõem de plataformas e de salas de espera em seu nível. Uma grande torre de relógios é visível de toda a cidade. A estação dos comerciantes fica mais a leste; a da fábrica, mais a oeste. A estrada de ferro de longo percurso deve ser completamente reta, de modo a servir para trens de alta velocidade (GARNIER *apud* CHOAY, 1979, p. 165-169).

Resumindo, Garnier mostrou-se preocupado em atender as necessidades de habitação, higiene, saúde, salubridade, circulação, trabalho, produção, comércio, transporte e indústria. Por isso, buscando uma organização mais racional da cidade, propôs em sua obra: um zoneamento urbano partilhando os espaços por funções. Acerca desta questão, Choay (1979) reforça que o modelo de cidade industrial caracterizou-se por ser uma nova versão do modelo

progressista, cujo a cidade deve desempenhar uma função de instrumentalidade, ou seja, cada função deve ocupar uma área especializada. O funcionalismo de Tony Garnier influenciaria uma geração de urbanistas modernos, conforme aponta autora:

Segundo Tony Garnier, os urbanistas progressistas separam cuidadosamente as zonas de trabalho das zonas de habitat, e estas dos centros cívicos ou dos locais de lazer. Cada uma dessas categorias é, por sua vez, dividida em subcategorias igualmente classificadas e ordenadas. Cada tipo de trabalho, burocrático, industrial, comercial recebe sua atribuição (CHOAY, 1979, p. 22).

A morfologia urbana elaborada, por Garnier, permitiu mesclar elementos tradicionais do urbanismo clássico com a novidade do zoneamento funcional – componente urbanístico que seria incorporado pela cidade moderna. A sua obra, *A Cidade Industrial*, forneceu às bases urbanísticas fundamentais para a constituição da arquitetura e do urbanismo moderno, influenciando os princípios urbanísticos do arquiteto-urbanista Le Corbusier⁷⁷ e dos CIAM⁷⁸ (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), sintetizados, na *Carta de Atenas* – um “manual” da arquitetura e do urbanismo moderno que reunia os princípios (habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito) da cidade racional e funcional. As concepções

⁷⁷ Le Corbusier, foi um arquiteto-urbanista suíço que tornou-se uma das principais referências do urbanismo moderno, em razão da sistematização de princípios como o racionalismo e o funcionalismo, que mais tarde estariam reunidas na Carta de Atenas – considerada um manifesto do urbanismo moderno. Segundo a ótica de Choay, as experiências urbanísticas de Le Corbusier caracterizam-se em três momentos; no primeiro momento, o arquiteto elaborou e projetou a cidade-jardim de Pessac (1925) – composta somente por habitações, sendo a maioria delas individuais – e posteriormente desenvolveu o plano de Chandigarh, capital de Punjab (Índia); no segundo momento, Le Corbusier produziu planos que não foram executados, como o plano para uma cidade contemporânea de 3 milhões de habitantes, de 1922, que configurou-se no Plano Vizinho de Paris de 1925. Nas décadas de 1930, vários planos elaborados por Le Corbusier também não foram executados, destacando-se: os planos Argel, Nemours (Argélia), Barcelona, Buenos Aires, Montevidéu, São Paulo e Paris. Por fim, no terceiro momento, o arquiteto suíço preocupou-se em divulgar os princípios do urbanismo moderno por meio de obras escritas: *Vers une architecture* (1923); *Urbanisme* (1925); *La ville radieuse* (1935); *La Charte d’Athènes* (1943); *Propos d’urbanisme* (1946); *Manière de penser l’urbanisme* (1946) e *L’unité d’habitation de Marseille* (1950). Ver em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*, 1979, p. 183-184.

⁷⁸ Arquitetos-urbanistas europeus, preocupados em estabelecer princípios e diretrizes que permitissem resolver os problemas das cidades europeias, reuniram-se nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Ao todo foram elaboradas 10 edições dos CIAM, de acordo com Barone e Lamas, que tratavam de diferentes temáticas: I Congresso (1928): organizado em La Sarraz – assinalou a fundação dos CIAM; II Congresso (1929): realizado em Frankfurt – desenvolveu o estudo da moradia mínima; III Congresso (1930): elaborado em Bruxelas – preocupou-se com o estudo do loteamento racional; IV Congresso (1933): deu-se no navio Patris durante o percurso Marselha-Atenas – analisou 33 cidades, resultando na constituição da Carta de Atenas (uma carta da arquitetura e do urbanismo moderno que elucidaria os princípios da cidade funcional); V Congresso (1937): ocorrido em Paris – elaborou estudos acerca da habitação e do lazer; VI Congresso (1947): desenvolvido em Brigwater – realizou estudos sobre o ambiente físico que satisfaria as necessidades emocionais e materiais do homem, reafirmando os objetivos do CIAM; VII Congresso (1949): realizado em Bérgamo – permitiu a execução da Carta de Atenas; VIII Congresso (1951): realizado em Hoddesdon – estudou o coração da cidade, o centro; IX Congresso (1953): organizado em Aix-en-Provence – promoveu estudos sobre o habitat humano; X Congresso (1956): ocorrido em Dubrovnik – abordou o tema da relação entre forma física e a necessidade sociológica, sendo este o último congresso dos CIAM. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 337; BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura com crítica*, 2002, p. 27-58.

corbuserianas e os princípios da *Carta de Atenas*, foram em parte, anexas e materializadas na construção de Brasília (Nova Capital Federal brasileira edificada na guinada das décadas de 1950 e 1960).

Gradualmente, tanto o modelo de Ebenezer Howard quanto a obra de Tony Garnier tornaram-se referências urbanísticas de ordem internacional, bem como, os trabalhos de outros personagens do urbanismo moderno. As ideias, portanto, circularam nos meios acadêmicos de diferentes países do globo. O que propiciou essa repercussão não foram, exclusivamente, os fatores relacionados à genialidade das concepções urbanísticas, mas também porque os conteúdos das propostas urbanísticas corresponderam: as necessidades econômicas da burguesia; os interesses políticos e sociais do Estado e as “*utopias*” de progresso da modernidade.

A ideia de cidade-jardim de Ebenezer Howard atentou-se às questões ligadas à higiene e ao controle demográfico e a proposta da cidade industrial de Tony Garnier destacou um novo elemento urbanístico: o zoneamento funcional. Vale ressaltar a tamanha relevância destas concepções urbanísticas modernas no que acena as suas apropriações em diferentes países do mundo, quando trata-se das projeções, remodelações e edificações das cidades no século XX, que inclusive, encontram-se, de certa forma, nas propostas urbanísticas de Goiânia – Cidade-Capital erguida na década de 1930 em Goiás.

CAPÍTULO 2 – DO DISCURSO À PRÁTICA: A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE ATRAVÉS DA ORDENAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

As discursividades da modernidade nos setecentos e oitocentos baseavam-se em pretensões de verdade e, muitas vezes, apresentavam ambições científicas. Para Foucault (2008) e Machado (1981), as práticas discursivas buscam validar algo como verdade⁷⁹. Por isso, evidencia-se que os discursos não são constituídos de neutralidade, pois exibem uma finalidade pragmática, isto é, buscam institucionalizar um interesse, uma ideia, um projeto ou um saber. Nas palavras de Foucault, os discursos constituem-se:

Como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 54-55).

Os discursos, portanto, forjam “*verdades*” de modo que ao serem internalizadas pelos indivíduos ou grupos sociais possam constituir um *status* de *saber*, que, segundo as análises de Foucault:

É aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. Há saberes que são independentes das ciências; mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (FOUCAULT, 2008, p. 204-205).

Reforçando a ideia acima, Chartier (2002) enfatiza que os discursos produzem estratégias e práticas de poder e dominação que visam impor ou legitimar interesses de determinados indivíduos ou grupos sociais⁸⁰. Semelhante a Europa, no processo de industrialização e urbanização das cidades brasileiros, os termos “ordem”, “progresso”, “evolução”, “desenvolvimento”, “avanço”, “razão”, “moderno” “ciência” e “tecnologia”, “indústria”, “cidade” tornaram-se palavras-chave dos discursos produzidos no Brasil. Nota-se,

⁷⁹ Ver em FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, 2008, p. 213-214; MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*, 1981, p. 20-21.

⁸⁰ Ver em CHARTIER, ROGER. *A história cultural: entre práticas e representações*, 2002, p. 17-18.

então, que as práticas discursivas constituíram-se como dispositivos de poder para engendrar a *razão-técnico-científica* como motor impulsor da construção de uma “*Nova Nação*”, isto é, de um “*Novo Brasil*”.

As cidades, nesta ótica, tornaram-se o símbolo dos anseios modernizantes em virtude dos avanços técnico-científicos – máquinas, indústrias, estradas, portos, ferrovias e fontes de energias (carvão, gás, luz elétrica e petróleo). As discursividades, calcadas na ideia de progresso e modernidade nos moldes europeus, reclamaram práticas de intervenção para organizar o espaço urbano com a finalidade de conter as “*mazelas urbanas*”. Parafraseando Donatella Calabi: “É necessário pôr um limite ao risco de que a cidade possa ser a origem de mortes por poluição, falta de água potável e edifícios com superlotação. O desafio é [...] planejar um futuro no qual os ‘males’ urbanos possam ser debelados” (CALABI, 2012, p. 81).

A higiene pública e o saneamento das cidades passaram a ser as preocupações de ordem tanto na Europa quanto no Brasil. Foi, neste sentido, que a medicina e o urbanismo destacaram-se por apresentarem suas bases científicas calcadas nas ideias de ordem e progresso. No Brasil, os discursos produzidos pelos especialistas destas ciências ressaltavam um otimismo no que refere-se a capacidade da *razão-técnico-científica* em conduzir o homem a triunfar diante das dificuldades do mundo moderno. Por isso, nota-se, que a qualidade e a praticidade destes saberes e de suas práticas discursivas tornaram-se fundamentais quando remete-se às questões que envolvem as estratégias de poder. Não é obstante, que essas duas especialidades da ciência foram normatizadas e utilizadas como instrumentos de poder político, pois seus saberes técnico-científicos tinham uma finalidade pragmática – disciplinar, higienizar e sanitizar – que correspondia aos interesses políticos de controle dos indivíduos pelo Estado e também satisfaziam os interesses econômicos das elites – nos setores da indústria, construção civil e especulação imobiliária. Desta forma, a modernização das cidades a partir da emergência dos novos meios de transportes: bondes, locomotivas e veículos motorizados –; das novas estruturas – vias, ferrovias e avenidas –; e da “*regeneração*” e da “*higienização*” dos espaços das cidades – que tiveram a finalidade de sanear os espaços urbanos mediante a destruição de cortiços, ruas estreitas, vielas, edifícios insalubres, isto é, tudo o que pudesse corromper a saúde física e moral dos indivíduos.

Neste espectro, o presente capítulo tem a finalidade de abordar a constituição da medicina social brasileira como estratégia de dominação e poder presentes em diferentes contextos históricos entre o século XVIII ao XX, assim como, analisar algumas experiências urbanísticas ocorridas no Brasil sob as preocupações “*médica-higiênica-sanitárias*” calcadas nos preceitos de uma nova especialidade científica: o urbanismo.

2.1 - O DISCURSO MÉDICO NO BRASIL: DO COLONIAL À ERA VARGAS

A medicina social no Brasil desenvolveu-se ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esta ciência esteve calcada nos discursos iluministas que apontavam a razão e a ciência moderna como dispositivos responsáveis pela condução da humanidade à modernidade. A medicina brasileira, neste aspecto, caracterizou-se em ciência social, coletiva e urbana, não preocupou-se apenas em tratar somente das questões médico-sanitaristas do país, mas também em empregar-se como um instrumento de intervenção do Estado para intervir, controlar, disciplinar e educar os indivíduos visando alcançar o progresso.

Durante o período colonial brasileiro, o modelo econômico exploratório ignorava os aspectos higiênicos e sanitários. No entanto, com base nas análises de Roberto Machado (1978), a Coroa portuguesa demonstrava preocupações com a saúde da colônia brasileira utilizando a Fisicatura. Ela era o órgão responsável pelas questões da saúde, ou seja, era um tribunal com atribuições de legislar, fiscalizar e punir⁸¹.

As questões referentes saúde durante o período colonial envolviam a sociedade brasileira e seus hábitos higiênicos, pois a preocupação do Governo Ibérico estava ligada ao dever de zelar pela limpeza das cidades, eliminando, assim, a sujeira. A fiscalização da higiene pública era função das Câmaras Municipais reguladas pelas Ordenações Filipinas do século XVII. Elas estabeleciam inúmeras normas e atribuições que se referiam a fiscalização do comércio, dos portos, dos gêneros alimentícios, do controle do exercício da profissão médica e da limpeza, esta última geralmente feita de forma precária e ineficaz. Desta maneira, tanto as Câmaras Municipais quanto a Fisicatura realizavam ações posteriores ao aparecimento das doenças e epidemias, ou seja, não praticavam a prevenção. Essas instituições se restringiam apenas em fiscalizar o exercício profissional e organizar as cidades, evitar a expansão do mal e garantir a punição dos infratores⁸².

Notadamente, não existia no período colonial brasileiro um projeto de medicina social, especialmente no que se referia a saúde pública. As ações da Fisicatura e das Câmaras Municipais não se caracterizavam até a metade do século XVIII pela eficácia da organização do espaço público, ou seja, pelo combate organizado/planificado das causas de doenças e epidemias. A saúde no período colonial brasileiro não apareceu como algo que podia ser

⁸¹ Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p. 26-27.

⁸² Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p. 38-58.

pensada, planejada e produzida, muito pelo contrário, notada de maneira negativa e percebida apenas com o aparecimento da doença.

Conforme as abordagens de Jurandir Freire Costa (1989), foi a partir do século XVIII que a administração lusitana desenvolveu um novo interesse pelas cidades brasileiras devido as razões de ordem econômica, política e social, possibilitando a medicina um papel de destaque⁸³. Desta maneira, a Coroa portuguesa percebeu que a “cidade tornara-se um foco permanente de contestação do poder real e precisava ser dominada” (FREIRE COSTA, 1989, p. 19).

É sobre este prisma, que o governo português a fim de evitar revoltas sociais buscou controlar a população e a cidade. De forma que, a cidade do Rio de Janeiro “por sua posição estratégica do ponto de vista econômico e militar, vai converter-se em laboratório dessas experiências” (FREIRE COSTA, 1989, p. 20). Nessa ótica, a Metrópole portuguesa intervirem nas cidades brasileiras para tentar restabelecer a ordem colonial.

Segundo Freire Costa (1989), as tentativas de controle lusitano eram orientadas por instrumentos de ordem jurídico-policial, ou seja, por meio de *normas/leis* ou da *vigilância*, mas ambas se limitavam apenas em punir. Esse motivo é apontado pelo autor como uma das razões do insucesso do controle colonial. Além de punir era necessário prevenir qualquer ação que possibilitasse uma desordem social⁸⁴. Este problema permitiu o estabelecimento de uma nova estratégia política que viabilizasse novos agentes e instrumentos de controle social. Nas palavras do autor este contexto possibilitou a “inserção da medicina higiênica no governo político dos indivíduos” (FREIRE COSTA, 1989, p. 28).

Para Machado (1978) e Freire Costa (1989), foi a partir do final do século XVIII que as questões relacionadas à saúde começaram a estabelecer timidamente novos focos. A administração colonial brasileira estava preocupada com a recuperação do estado de saúde dos seus colonos e para isto criou o Hospital Militar em 1768, no Rio de Janeiro. O hospital tinha o objetivo inicial de reintegrar o enfermo/doente à sociedade. Esse novo espaço passa a se relacionar mais ativamente com os problemas gerais de saúde da cidade. É nesta perspectiva que a administração colonial buscou conhecer as causas das doenças que se alastravam no Rio de Janeiro – na época sede do governo colonial – visando uma intervenção na cidade, em que

⁸³ Esse papel de destaque da medicina constituiu-se em razões de ordem econômica, dentre elas: a descoberta do ouro, a expansão das cidades ligadas à extração aurífera e a comercialização do ouro. Logo, apareceram as razões de ordem política e social, destacando: o surgimento de uma elite – comerciantes, intelectuais, militares, religiosos, funcionários públicos – com interesses distintos do governo português. Esses grupos sociais passaram a se opor aos constantes abusos políticos e as extorsões econômicas de Portugal. Ver em FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*, 1989, p. 19-20.

⁸⁴ Ver em FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*, 1989, p. 28.

as classes populares – pobres, negros, doentes – e os espaços insalubres passaram a ser considerado perigo a saúde pública, sendo necessário higienizá-los⁸⁵.

De acordo com as análises de Foucault (2011), a noção de higiene pode ser atribuída como um avanço nos conhecimentos e práticas médicas desenvolvidas, gradativamente na Europa a partir do século XVIII⁸⁶. Na ótica de Freire Costa (1989), a medicina e o Estado, até então, convergiam e divergiam, por variadas vezes, suas políticas e estratégias de intervenção social. Entretanto, aos poucos, um acordo entre Estado e a medicina foi estabelecido, tendo, então, as ações médicas o reconhecimento por parte do Estado. Esse acordo foi firmado a partir da noção de salubridade que chegou ao Brasil na segunda metade do século XVIII. A questão da salubridade foi levantada pela medicina e, imediatamente foi acatada pelo Estado. Assim, eram objetos da ação médica e da política de Estado os problemas sanitários, os focos de infecção e contágio, as doenças e as epidemias que afetavam a administração colonial portuguesa e prejudicavam a organização social. Os indivíduos e as cidades brasileiras, portanto, são concebidos como objetos de intervenção médica⁸⁷.

Segundo Freire Costa (1989), a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, provocou uma série de transformações significativas na relação entre Estado, povo e medicina. Nesse período, algumas transformações foram relevantes no campo da saúde e merecem destaque como, por exemplo, o deslocamento do objeto de intervenção médica da doença para a saúde, sendo o médico o agente dificultador do aparecimento da doença⁸⁸.

Em uma visão semelhante, Machado (1978) enfatiza que o médico, além de praticar a cura, passava também a praticar prevenção. Foi a partir desta prática que, paulatinamente, a medicina foi se configurando em uma das armas de intervenção do Estado para controlar a sociedade e os espaços das cidades. A saúde da população tornou-se um dos focos essenciais da política de Estado. Assim, cabe ao médico o dever de atuar por meio da prevenção, já que a própria sociedade é desarticulada e fomentadora de enfermidades devido ao mau comportamento e aos hábitos anti-higiênicos⁸⁹. Portanto, os miasmas urbanos não poderiam ser aniquilados pela ação médica fragmentada e individualizados. A medicina necessitava ser transformada, ou seja, tornar-se coletiva; o Estado tinha o dever de legitimar as ações médicas

⁸⁵ Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978; FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*, 1989.

⁸⁶ Ver em FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011, p. 419.

⁸⁷ Ver em FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*, 1989, p. 28.

⁸⁸ Ver em FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*, 1989, p. 29-31.

⁸⁹ Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p 156-161.

e a sociedade, por conseguinte, deveria ser medicalizada. É sob esse prisma que Freire Costa aponta que:

[...] a medicina contava com a participação do Estado na sustentação de sua política de saúde. [...] a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder. Matas, pântanos, rios, alimentos, esgotos, água, ar, cemitérios, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas foram alguns dos inúmeros elementos urbanos atraídos para a órbita médica (FREIRE COSTA, 1989, p. 30).

A prática médica de prevenção, portanto, consistia na ação de criar mecanismos e estratégias para precaver o aparecimento das doenças. Por isso, a sociedade e o espaço urbano tornaram-se focos de controle e intervenções médicas com a finalidade de evitar comportamentos e hábitos que pudessem oferecer risco à ordem social e à saúde pública. Nesse sentido, para prevenir as doenças e maus comportamentos, os médicos apoiados pelo Estado estimularam algumas inovações institucionais criadas no Rio de Janeiro, dentre elas a Intendência Geral de Polícia, de 1808, e a Provedoria de Saúde, de 1809. A primeira se preocupava com a organização da cidade e o combate à ociosidade; já a segunda estava ligada ao saneamento das cidades, ao controle de alimentos, de navios, de matadouros e do exercício da medicina⁹⁰.

Ainda sobre inovações institucionais médicas foram criadas na Bahia a Escola de Cirurgia (Hospital Militar), em 1808. Já na época do Império Brasileiro, em 1828, foi extinta a Fisicatura – órgão responsável pelas questões de saúde do período colonial com atribuições de legislar, fiscalizar e punir – e a Provedoria de Saúde. Em 1829, foi fundada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Academia Imperial de Medicina, em 1835⁹¹. A medicina fortaleceu o seu poder político a partir da criação do Código de Posturas do Rio de Janeiro, em 1830, e da criação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, em 1832⁹². Assim, a institucionalização e a normatização da medicina brasileira podem ser atribuídas à Sociedade de Medicina por elaborar uma prática de higiene pública ligada à medicina social que caracterizava-se:

⁹⁰ Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p 168-170.

⁹¹ A criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro imprimiu um novo modelo de medicina no Brasil – denominada de medicina social. Apesar da influência, sobretudo francesa, não se deve pensar em mera cópia ou imitação de um modelo, mas como um ajuste e articulação de práticas médicas especificamente brasileiras. Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p 184-185; LUZ, Madel Therezinha. *Medicina e ordem política brasileira*, 1982, p. 121-124.

⁹² Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p 190-193.

Pela criação ou reformulação dos regulamentos sanitários, pelo controle de sua aplicação por médicos, por mudança de costumes, por intervenção em hospitais, prisões e outros lugares públicos, pelo controle da venda de medicamentos, pelo estudo de epidemias, endemias e doenças contagiosas, pela criação de lugares de consultas gratuitas aos pobres, etc. (MACHADO, 1978, p. 186).

É importante destacar a transformação que a medicina sofreu entre o período colonial e o período imperial no Brasil. A medicina praticada no período colonial pode ser caracterizada como individualizada, curativa e com ações médicas não apoiadas de maneira efetiva pelo Estado. Ou seja, ela não conseguiu se tornar um instrumento estatal que permitia o controle e a organização eficaz da sociedade e de seu espaço. Já a medicina desenvolvida durante o Império brasileiro pode ser atribuída por ser social, coletiva, urbana, preventiva e um instrumento político de Estado. Ela conseguiu penetrar na sociedade e no espaço urbano de maneira totalizante a partir do seu saber científico, empírico, teórico e normativo, claramente legitimado pelo Estado. É sob esse viés que focalizará as abordagens entorno da formação e do desenvolvimento da medicina social no Brasil durante os séculos XIX e XX.

Nesta configuração, segundo Machado (1978), o médico torna-se institucionalizado e o charlatão – pessoa que exercia ilegalmente a medicina, não tinha diploma e detinha práticas pseudocientíficas não reconhecidas como ciência – passa a ser repreendido pelo Estado. A medicina legal e institucionalizada começa ser aplicada no Brasil a partir do momento em que os médicos passam a se infiltrar em outras áreas, como por exemplo, nas questões jurídicas⁹³. Neste contexto, os próprios médicos responsabilizavam a medicina pelo progresso socioeconômico de algumas civilizações que criaram leis fundamentadas sobre o saber médico. Portanto, a medicina, gradualmente, foi se atribuindo às estratégias de poder. Essa articulação política dos médicos foi claramente de posição *sine qua non* para a penetração do saber médico nas decisões políticas das cidades e da própria sociedade, como elucida o autor:

Com relação à política, os médicos, por um lado, ligam a medicina ao patriotismo, procurando mostrar aos políticos a importância da medicina enquanto propiciadora de saúde aos cidadãos, que somente se saudáveis podem contribuir para o engrandecimento da pátria. Patriotismo é civilização e civilização é liberdade. A medicina é incompatível com o despotismo. O poder médico só se exerce em época de liberdade política. Por outro lado, procuram articular a atividade médica à atividade política: defendem a inclusão de médicos nas Câmaras Municipais, para tornar eficazes as medidas de higiene pública e política médica; oferecem a assessoria de suas luzes; criticam a falta de saber médico das Câmaras e sua inércia na execução das medidas de higiene. O longo debate entre a medicina e a Câmara é um atestado de que a medicina como poder é essencialmente ligada ao Estado, não só no sentido

⁹³ Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p. 197-200.

de que dele depende fundamentalmente, mas também de que cada vez mais o apoio do saber médico lhe é indispensável (MACHADO, 1978, p. 195).

Outro caráter da medicina social que podemos destacar foi a sua capacidade de socialização. A ciência médica aproximou-se gradualmente de outras ciências extra médicas buscando novos métodos e conceitos. Ela passa a dialogar com a estatística, com as ciências da natureza – física, química, geologia, geografia – e as ciências sociais – história, economia –⁹⁴. Esse novo tipo de saber adquirido pela medicina sobre o homem e a saúde está ligado a questões de ordem física, mental e moral.

No Brasil, a prática médica intensificou-se sobre a população, o trabalho e o espaço urbano. O aspecto da moralidade foi colocado como um dos problemas causadores de doenças. A ociosidade, a vadiagem e a imoralidade eram consideradas pelo Governo Imperial e pelos médicos, comportamentos desencadeadores de doenças e desordem social e, por isso, deveriam ser combatidos. A moral, então, transformou-se em um objeto da medicina a partir do momento em que a ciência médica defende o princípio da saúde e do equilíbrio social. A saúde, deste modo, para ser preservada deveria eliminar da prática social os maus hábitos, os devaneios, os vícios, os excessos, a desordem e o caos. Assim, de acordo com Machado:

A medicina também se relaciona com a moral. Se a moral passa também a ser vista como causa de doença, isto não significa uma incursão médica em uma área que lhe seria alheia. Existe um elemento comutador entre medicina e moral, e este elemento é o equilíbrio, percebido em um fundo que mostra o homem como “resultado de dois princípios - físico e moral”. Homem definido como organismo, como possuidor de uma estrutura interna cujo conhecimento e o privilégio da medicina, que estuda “a formação e função de seus diversos órgãos, a influência necessária sobre todo o seu ser, a poderosa influência que as paixões humanas exercem sobre os desarranjos da organização, estas e aquelas propensões, e segundo sua organização, seus vícios e maus costumes, (impondo) ao médico a obrigação de remediá-los ou modificá-los”. Através do conhecimento do que é o organismo, a medicina defende o equilíbrio e se opõe às paixões, aos excessos, aos extremos. Tendo-se em mente a relação entre o físico e o moral neste funcionamento, pode-se compreender a relação entre medicina e moral (MACHADO, 1978, p. 196-197).

Para Machado, sob influência do modelo médico alemão, foi criada no Brasil, no século XIX, a polícia médica – instituição que esteve ligada por uma ação permanente de controle social. De tal modo, o “médico não é apenas alguém que possui uma técnica, conhece os grandes tratados teóricos, observa e, portanto, detém um saber. É também uma autoridade, alguém que intervém: decide, executa, fiscaliza, pune” (MACHADO, 1978, p. 258). De modo que, a polícia médica pode ser percebida como um elemento da medicina social atribuída ao projeto de

⁹⁴ Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p. 249-251.

normalização e institucionalização da prática médica a partir da entrada da medicina na esfera política, estabelecendo dois pontos: o controle da sociedade e o exercício da medicina.

O homem era o eixo central da medicina social, ou seja, ele pode ser o próprio vilão ou vítima do caos urbano. Na transição do Império para a República, o crescimento demográfico das cidades brasileiras também se tornou foco de atenção do saber e da ação médica. Para compreendermos essa questão vamos exemplificar o crescimento populacional do Rio de Janeiro, que em 1872 tinha por volta de 235.391 habitantes e em 1890 passou a ter 522.651 habitantes⁹⁵. Esse crescimento populacional causou uma enorme especulação imobiliária, que teve como consequência o aumento dos preços dos aluguéis, afetando, especialmente, a população pobre. Essa situação inaugurou problemas de ordem habitacional, social e sanitária, com a instalação e proliferação de cortiços na cidade. Para Noé Freire Sandes (2002), o cortiço passou a ser objeto de intervenção médica, não somente por representar um inimigo à higiene e à saúde da cidade, mas também por simbolizar um perigo social, ou seja, era considerado um local de tensão social que reunia marginalizados, boêmios, desocupados⁹⁶. Dessa forma, higienizar e sanear o espaço seriam a solução encontrada pelo governo imperial para destruir os cortiços, espaços identificados como ambientes da escória social e epidemias.

Conforme as elucidações de Nilson do Rosário Costa (1985), os avanços teóricos e práticos no campo médico europeu dos séculos XVIII e XIX foram acompanhados com uma certa tautocronia pelos médicos brasileiros⁹⁷. De acordo com Maria Stephanou (1997), isto ocorreu em razão:

Do acesso sistemático às publicações estrangeiras, especialmente as francesas relativas ao movimento higienista, ou as alemãs e italianas relativas à patologia e bacteriologia, seja realizando sua formação no exterior ou em viagens de estudo. A imprensa nacional da época dá conta deste acompanhamento, não só no que se refere ao campo da medicina, mas igualmente em outras esferas, como a educação, engenharia, direito, e até os movimentos operários. Os médicos, nas últimas décadas do século XIX até o primeiro terço do século XX, estiveram atentos às discussões travadas pela medicina de seu tempo, fortemente marcada por este caráter social instaurado a partir do século XVIII (STEPHANOU, 1997, p. 151).

⁹⁵ Ver em *Synopse de Recenseamento*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905, p. XII.

⁹⁶ Ver em SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*, 2002, p.26-27.

⁹⁷ Na Europa da segunda metade do século XIX teve-se uma efervescência de pesquisas científicas – como as descobertas de Pasteur (fermentação para eliminar microrganismos que podem ser nocivos à saúde) e Robert Koch (desvendou a gênese da tuberculose, em 1882, e da cólera, em 1883) – e avanços tecnológicos – como o uso do microscópio – que contribuíram para o desenvolvimento da microbiologia, parasitologia, imunologia e investigações sobre as doenças tropicais. Estas descobertas técnico-científicas chegaram ao Brasil influenciando as práticas de controle das doenças coletivas e os serviços de saúde pública durante o período da República Velha (1889-1930). Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p 27-31.

Com base nas análises de Massako Iyda (1994), o Brasil nas últimas décadas do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, em particular algumas cidades capitais como: Rio de Janeiro e São Paulo, sofreram um processo de rápidas e profundas transformações intimamente conectadas à emergência do capitalismo industrial e financeiro e à instauração do processo de industrialização⁹⁸. Corroborando com as análises acima, Costa (1985) destaca que as novas formas econômicas de produção estavam ligadas à lógica capitalista e ao mercado internacional, que se fizeram hegemônicas em algumas regiões brasileiras, impondo a necessidade de políticas públicas de saúde para a preservação da força de trabalho⁹⁹. As cidades brasileiras, neste sentido, conforme os apontamentos Stephanou:

Apresentam-se como centros de atividades comerciais e fabris, bem como de uma série de serviços próprios da vida urbana, envolvendo crescentes contingentes populacionais, dentre os quais, imigrantes e recém libertos que migravam das zonas rurais. O crescimento imprevisto e desorganizado das cidades trouxe à tona expressivos problemas de gestão das condições de vida, dos meios de existência e das populações cidadinas. [...] para os administradores, políticos e intelectuais da época, a realidade urbana apresentou-se caótica e perigosa. Os discursos recorrentemente evocavam a falta de infraestrutura básica: descontrole na distribuição espacial da população ocasionando amontoamentos e contatos sociais promíscuos; o lixo e dejetos de todo tipo depositados a céu aberto, cujas emanções impetavam o ar; os hábitos dissolutos e a proliferação de gatunos, vadios e prostitutas; e enfim, a eclosão de movimentos sociais ameaçadores da ordem e da tranquilidade social (STEPHANOU, 1997, p. 151-152).

Segundo as elucidações de Costa (1985), no segundo quartel do século XIX, a política de saúde esteve articulada aos interesses econômicos e políticos das classes dominantes – os latifundiários e os emergentes, mas ainda incipientes industrialistas. As práticas sanitárias visavam o controle de doenças que ameaçassem a manutenção da força de trabalho e a expansão das atividades capitalistas no espaço das cidades e do campo. Para o autor, o objetivo da política de saúde pública brasileira não foi proteger a totalidade dos habitantes do país dos surtos

⁹⁸ Neste período, o Brasil passou por mudanças de cunho econômico a partir do desenvolvimento de bases estruturais que permitiram o início da constituição de uma sociedade burguesa. Esse processo foi facilitado com a Segunda Revolução Industrial, que alterou a produção de mercadorias e a produtividade em razão da introdução de máquinas e motores à combustão interna (movidos a petróleo). Inaugura-se, portanto, o final da fase mercantilista e o início da fase concorrencial do capitalismo internacional cujo os países industrializados buscariam novos mercados para seus produtos manufaturados e novos fornecedores de matérias-primas. Essas mudanças econômicas internacionais refletiram no Brasil, onde “as relações mercantis tornam-se mais monetarizadas, a produção assume um caráter mais mercantil, inclusive parte da produção de bens de consumo necessários ao trabalhador; ou seja, cria-se um mercado interno para a incipiente indústria nacional e local, estende-se a rede ferroviária, fluvial e marítima, favorecendo a circulação de mercadorias. A propriedade privada e a introdução de uma mão-de-obra livre são, ao mesmo tempo, pressupostos da formação de uma burguesia nacional e consequência do capitalismo liberal, ao qual essa burguesia se vinculava pelos financiamentos”. Ver em MASSAKO, Iyda. *Cem anos de saúde pública: a cidadania negada*, 1994, p. 28.

⁹⁹ Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 11-14.

epidêmicos e nem de recuperar a saúde do comum dos homens. As intenções das ações sanitárias obedeceram aos critérios utilitários, definidos a partir dos interesses dos grupos dominantes internos ou pela expansão do capitalismo em escala internacional. A saúde pública, então, a partir das décadas finais do século XIX desenvolveu uma “*medicina de massas*” preocupada em assegurar condições mínimas de saúde a setores da classe trabalhadora. Esta medicina, então, recorreu aos instrumentos disponíveis para combater enfermidades epidêmicas, favorecendo o desenvolvimento de estudos e saberes sobre diferentes etiologias, de meios precisos de diagnósticos e generalizações das medidas de imunização¹⁰⁰.

Com base nas observações de Luiz Augusto Maia Costa (2003), as práticas médicas atentaram-se em criar boas condições de organização do espaço urbano, favorecendo a ideia de progresso e civilização. No século XIX, os homens e as cidades tornaram-se foco de problematizações no que se refere à saúde. Consequentemente, três questões foram notadas: a estética, a circulação e a higiene¹⁰¹. Deste modo, a partir da noção de higiene física e moral, a cidade passou a ser observada como um espaço propulsor de doenças por conta do crescimento elevado de pessoas coabitando. Essa convivência urbana crescente entre indivíduos proporcionou problemas como agitações sociais, desordem e degeneração do espaço público e a propensão de doenças¹⁰². Foi nesta conjuntura que a medicina agiu para proteger o homem do seu próprio modo de vida caótico. Conforme as formulações de Costa:

Os médicos e os reformadores do século XIX buscavam entender os problemas da cidade dentro dessa perspectiva. Para eles, os males da cidade advinham de emanções pútridas, os chamados miasmas, originados de matérias orgânicas em decomposição existentes em pântanos, águas estagnadas, esgotos, ar viciado das habitações coletivas e da falta da circulação de ar (COSTA, 2003, p. 85).

Para o combate às doenças – febre amarela, peste bubônica, varíola, malária, cólera, hanseníase – e focos de epidemias nas cidades brasileiras, um grande debate técnico-teórico se configurava no final do século XIX em duas vertentes distintas: o *sanitarismo*

¹⁰⁰ Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 12.

¹⁰¹ As questões que dizem respeito à circulação e à estética podem ser analisadas sob diferentes percepções. A circulação se refere ao escoamento da produção e acesso dos trabalhadores aos seus locais de trabalho, ou seja, as questões de ordem socioeconômicas que permitem mudanças de infraestrutura (como a criação de ferrovias, rede de estradas, portos, entre outros) para atender as demandas econômicas nas cidades. A questão estética esteve ligada aos aspectos organizacionais das edificações e mercadológicos (especulação imobiliária) da cidade, vista como “civilizada, higiênica e ‘moderna’”. Ver em COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*, 2003, p. 86.

¹⁰² Ver em COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*, 2003, p. 84-85.

mesológico/contágio e o *sanitarismo microbiano*¹⁰³. De acordo com as exposições de Dina Czeresnia (1997), a teoria mesológica buscava explicar as condições do ambiente que favoreciam a propagação de doenças. Nesta teoria as técnicas utilizadas para o controle das epidemias eram o cordão sanitário e a quarentena. Já a teoria microbiana afirmava que as doenças eram transmitidas por micróbios e seus vetores. Este embate teórico entre contagionistas e anticontagionistas pode ser notado quando, a autora elucida que:

A teoria do contágio foi identificada com a institucionalização da quarentena. Os contagionistas estiveram, grosso modo, comprometidos com a burocratização dessas práticas, imprimindo ao “contágio” um caráter conservador, associado a poderes arcaicos. A concepção de que a doença se propagava individualmente de um para outro estimulou práticas de controle e cerceamento dos indivíduos. Ao contrário, os anticontagionistas, relacionando a doença à constituição atmosférica, enfatizaram as práticas centradas fundamentalmente no controle ambiental (CZERESNIA, 1997, p. 55).

Apesar das divergências teóricas e práticas entre contagionistas e anticontagionistas apresentadas por Czeresnia, um ponto de convergência pode ser encontrado em ambas vertentes que, no caso, refere-se ao controle social e espacial: os espaços das cidades foram passíveis de medicalização. Neste espectro, Machado (1978) enfatiza que hospitais, cemitérios, escolas, quartéis, prisões, bordéis e fábricas foram objetos de intervenção de ordem física, moral e sanitária¹⁰⁴. A intervenção no espaço urbano, portanto, foi um instrumento de poder encontrado pelos médicos e pelo Estado para controlar a sociedade e reorganizar as cidades¹⁰⁵.

No final do século XIX, a saúde pública brasileira sofreu mudanças em suas práticas médicas. O saber médico-sanitário esteve sob a influência dos fundamentos científicos da Bacteriologia e Microbiologia. Várias estratégias médicas foram utilizadas, entre elas, a adoção do modelo etiológico para o controle dos insetos e vetores, o controle da investigação médica em instituições estatais e a influência das instituições científicas do Instituto Pasteur¹⁰⁶. Assim,

¹⁰³ Ver em COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*, 2003, p. 87-88.

¹⁰⁴ Ver em MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978, p. 278-345.

¹⁰⁵ Por exemplo as cidades do estado de São Paulo, nesse período, foram alvos do controle médico por razões de ordem econômica, no qual podemos destacar a expansão da produção cafeeira e industrial. Essas razões de ordem econômica permitiram intervenções médicas nos espaços urbanos com a finalidade de proteger os trabalhadores – trabalhador nacional e trabalhador imigrante – das doenças e epidemias. Para prevenir as doenças foram elaborados serviços sanitários a partir das contribuições científicas do Instituto Bacteriológico, sob a direção de Adolfo Lutz, em 1893, que aplicou técnicas de Parasitologia e Bacteriologia as quais visaram investigar as doenças e epidemias que assolavam as cidades do estado. Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 41-42.

¹⁰⁶ Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 31-32.

no Brasil, as concepções da teoria microbiana predominaram nos serviços de saúde utilizados para combater as doenças coletivas entre o final do século XIX e início do século XX. As intervenções sanitárias – como a Reforma de Pereira Passos¹⁰⁷, no Rio de Janeiro, na primeira década do século XX – fizeram-se necessárias para combater a varíola, a peste e a febre amarela que ameaçavam os centros urbanos, a força de trabalho nacional e imigrante e as classes dominantes¹⁰⁸.

Nas principais cidades brasileiras, em especial o Rio de Janeiro – sede administrativa do governo imperial e, posteriormente do governo republicano –, configuravam-se uma atmosfera de “perigo urbano”, vinculada por uma tensão de caráter político, médico, higienista e sanitário que mobilizou diferentes agentes – médicos, engenheiros, higienistas, reformadores sociais, educadores, juristas, autoridades públicas e industrialistas – com a finalidade de intervir e controlar os indivíduos e os espaços das cidades. Visava-se, então, romper com o passado colonial arcaico e atrasado para modernizar as cidades brasileiras por meio de reformas. Assim, as elites intelectuais brasileiras calcadas nos ideais de progresso e modernidade vincularam-se as produções *médico-sanitária-científicas* europeias, instaurando uma “euforia modernizadora”. Três agentes tornaram-se fundamentais neste processo: os juristas, os médicos e os engenheiros. Segundo descrições de Micael Herschmann esses cientistas, “portadores de um saber técnico e especializado, reivindicavam a responsabilidade pela organização social e seus discursos foram se constituindo nas diretrizes básicas da sociedade” (HERSCHMANN, 1994, p. 44).

Verifica-se, portanto, o gradual reconhecimento da imagem do “especialista” – seja ele jurista, médico ou engenheiro –, isto é, esse personagem configurava-se como resultado da doutrina do progresso que orientava a construção, embora tardia, da modernidade brasileira. O saber médico, neste feito, foi um dos instrumentos científicos utilizados pelo Estado e pelas elites dominantes para ajustar o Brasil ao modelo europeu, transformando-o em moderno e civilizado. Segundo expresso por Stephanou:

¹⁰⁷ Esta reforma foi inspirada no modelo de reforma urbana realizado por Haussmann na cidade Paris entre as décadas de 1850 a 1870. Ambas as reformas assemelham-se sobre elementos de ordem: higiênica, sanitária, viária, médica e estética. Apesar de contextos históricos distintos, tanto a Reforma de Haussmann quanto a Reforma de Pereira Passos visavam romper com o passado funesto das cidades – Paris das amarras medievais e Rio de Janeiro das heranças coloniais – de modo a transformá-las em vitrines de uma nova civilização, amparada nos pilares do progresso e da modernidade. Ver em LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil*, 1999; REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999; SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*, 1999; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva & MOTTA, Marly Silva da. *O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)*, 2003.

¹⁰⁸ Ver em COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*, 2003, p. 87-90.

Civilizar "à europeia" é a tônica do período que se estende dos anos 1870 à década de 20. Buscava-se uma nova identidade brasileira, instigada pelas mudanças de vida aceleradas pela urbanização. Essa nova identidade, essencialmente cosmopolita, vislumbrada com a experiência urbanizadora, guardou, no entanto, estreitas ligações de dependência com a vida cultural de Paris, ainda mais acirradas pelos novos meios de comunicação, pelas artes gráficas, pela imprensa. Não surpreende, então, que os médicos brasileiros, ao que tudo indica consumidores assíduos das publicações europeias, produzissem uma leitura da realidade brasileira permeada por uma ciência produzida em outro contexto. Era preciso adaptar o Brasil aos progressos das ciências e da civilização (STEPHANOU, 1997, p. 153).

A medicina social brasileira define-se eminentemente como social, corretiva e preventiva, ou seja, os médicos eram concebidos como aqueles que cuidavam dos doentes, mas também eram reconhecidos como agentes condutores da reforma moral e social dos indivíduos. No decorrer do século XIX, as “propostas regenerativas” eram as bases dos discursos científicos produzidos pelo campo médico, isto é, a discursividade médica tinha a pretensão de constituir um corpo social sadio ou curado, conforme sintetiza Stephanou:

Reformar, regenerar, reeducar, eram ideia que inflacionavam os discursos. Uma tal medicina social, urbana, captura e produz sólido discurso, que paulatinamente se legitima pelo caráter de cientificidade, moralizador e salvacionista. A proliferação desse discurso é evidente: os médicos ocuparam os meios de comunicação da época com seus artigos, demonstrações, conferências, livros (STEPHANOU, 1997, p. 154).

Todavia, os discursos não podem ser concebidos como unívocos e homogêneos. Tanto no século XIX quanto no século XX os discursos produzidos no campo da saúde apresentavam divergências entre os grupos médicos do país, embora estes por interesses de cunho político impedissem torná-las públicas quaisquer dissensões médicas. As disputas mais significativas para os médicos deveriam ser travadas com outros agentes sociais – juristas, engenheiros, entre outros. Não trata-se apenas de discordâncias científicas ou da maneira de conduzir o problema, no caso a disputa caminha para “a obtenção da supremacia na atribuição da verdade e da autorização para uma intervenção legitimada” (HARRIS, 1993, p. 13).

O feitiço científico gradualmente adquirido pelo discurso médico insere-se no contexto em que constituía no Brasil o anseio da construção de uma modernidade. Seria necessário para o país inserir-se no caminho do progresso, civilizar-se com base nos moldes europeus. Foi neste cenário, que o Estado estrategicamente requisitou os médicos conferindo-lhes a competência de compreender e produzir saberes sobre a fúnebre realidade brasileira para formular intervenções sociais e urbanas necessárias a sanear, higienizar, corrigir e solucionar os problemas nacionais. Destaca Nicolau Sevchenko (1992), a existência de um jogo discursivo

atrelado ao estatuto de verdade do saber médico. Por um lado os médicos lançam discursos frente ao processo de urbanização destacando as evidências e caminhos para alcançar o progresso, mas por outro lado as discursividades médicas, conforme menciona o autor “enfaticavam a iminência do declínio e da degeneração” (SEVCENKO, 1992, p. 28). Portanto, os discursos médicos apresentavam um combinado do fascínio e do medo sobre a experiência de viver nas cidades modernas.

A nova realidade das cidades brasileiras – em especial, Rio de Janeiro e São Paulo – decorrentes da industrialização, da urbanização e do crescimento demográfico configurou-se nos espaços urbanos uma realidade caótica, mas aos médicos incumbia-se a tarefa de compreender, produzir, ordenar e preparar os indivíduos para uma nova realidade. De acordo com a ótica de Luzia Margareth Rago (1991), os médicos atribuíam que a vida nas cidades instigava a criação de novos comportamentos, sendo alguns destes ameaçadores aos princípios da moral e da família. Isso explica que a vida agitada nas cidades oportunizava relações sociais que ultrapassavam os espaços protegidos das famílias, das escolas e dos trabalhos. As transformações urbanas estimuladas pelos novos espaços da cidade – cortiços, bares, teatros, danceterias, cabarés, prostíbulos – estiveram nos discursos médicos associados à qualidade degenerativa dos costumes morais e raciais¹⁰⁹.

Entre o século XIX e as décadas iniciais do século XX, os discursos do campo médico apresentavam um caráter político-moral, no qual a higiene e saúde passam a ser concebidas especialmente para os grupos sociais dominantes – burguesia, empresários, latifundiários, dirigentes do Estado. Assim, os discursos médicos pautados na defesa dos costumes morais recaíram, especialmente sobre os pobres das cidades. O distúrbio e o colapso dos valores morais deveriam ser combatidos de modo a não contaminarem os outros grupos da sociedade. Conforme salienta Magali Gouvêa Engel (1989), as discursividades assépticas incidiram sobre o povo, já que a miséria confundia-se com sujeira, epidemia e caos. Os argumentos médicos enfatizavam que os modos de vida populares atribuídos a promiscuidade, o ócio, ao alcoolismo, as moléstias físicas e morais, a ignorância popular e a degeneração das raças, corpos e relações sexuais eram um perigo ao progresso civilizatório brasileiro. Em relação aos espaços insalubres e pobres das cidades – como o Rio de Janeiro – eram conferidos, nos discursos, adjetivos

¹⁰⁹ Ver em RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, 1991, p. 141-144.

pejorativos como: mau cheiro, contaminação, imundice, fedor, sujeira, podridão, entre outros¹¹⁰.

As campanhas sanitárias e as discursividades do governo colaboravam para a elaboração de uma reforma social e urbana que exigisse mudanças nos hábitos de higiene da sociedade. Sob esta visão, o projeto médico-político de saneamento tinha como objeto a população marginalizada e trabalhadora do centro da cidade do Rio de Janeiro. De conformidade com as elaborações de Sandes, as palavras sanear, remodelar e civilizar:

Passaram a ser as palavras de ordem do Estado Brasileiro. [...] *Sanear* significava remover os agentes etiológicos causadores de epidemias que afetavam negativamente a dinâmica das nossas atividades agroexportadoras; *remodelar* implica destruir o antigo espaço urbano do Rio de Janeiro, estruturado ao sabor do cotidiano de trabalhadores, vendedores ambulantes, desocupados que enchiam de vida o centro da cidade (SANDES, 2002, p 27-28).

Todavia, a ótica *médico-higienista-sanitária* não se restringia apenas aos pobres e seus espaços insalubres. A teoria miasmática, dominante no século XVIII e XIX, produziu práticas médicas que intervinham, sobretudo nos ambientes insalubres e populares das cidades. Mas nas décadas finais do século XIX e no início do século XX, com o desenvolvimento da teoria microbiana detectou-se que as mazelas não ocuparam exclusivamente os espaços das classes pobres. De acordo com análises de Harris (1993), as doenças atingiram também os espaços das classes ricas – burguesia e empresários. Assim como as grandes cidades industriais europeias, as cidades brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo – também vivenciaram um período caracterizado pela constituição de vida cultural cosmopolita, denominada *belle époque*. Essa vida cosmopolita, segundo as discursividades assépticas da época, produzia novos costumes e comportamentos que degeneravam a saúde física e moral, inclinando, até mesmo, os grupos sociais mais abastados ao ócio e a perversão propiciados pela boemia, bares, alcoolismo, prostituição, jogos e gozos ilícitos¹¹¹.

A medicina social brasileira configurar-se-ia, então, como guardiã da saúde e da moral. Os médicos atribuíam-se como mediadores, ora ordenando o espaço, ora purificando o meio insalubre e ora disciplinando práticas e comportamentos que assegurassem a constituição de indivíduos sadios, moralizados, saneados e higienizados. A ciência médica, deste modo, instituíam-se como um saber preventivo e salvacionista que iria conduzir a sociedade brasileira ao progresso e modernidade.

¹¹⁰ Ver em ENGEL, Magali Gouvêa. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, 1989, p. 32-33.

¹¹¹ Ver em HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*, 1993, p. 21-23.

Conforme as postulações de Stephanou (1997), as ações médicas brasileiras nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, estiveram conectadas as disposições socializadoras, por isso ficaram concentradas a uma medicina sanitária¹¹². O caráter pedagógico e higienista das práticas médicas brasileiras no século XIX, conforme as análises de Freire Costa (1989), não era aplicado para todas as famílias, aos pobres restavam a segregação das clínicas, prisões, asilos, orfanatos e casas de assistência. Para o Estado a educação normatizadora da medicina social familiar não interessava regular suas vidas, mas apenas estabelecer um controle moral e o mínimo de conhecimentos profiláticos para evitar surtos epidêmicos que poderiam causar danos a mão de obra produtiva e pôr em risco a saúde das classes abastadas das cidades. Então, era para as classes burguesas que se destinavam os esforços de purificação, já que para o Estado era importante investir na burguesia em razão deste grupo social, em certa medida, contribuir com impostos e investimentos imobiliários e industriais nas cidades. As ações higienistas buscavam salvar os indivíduos de viver em um caos angustiante. A pretensão médica, portanto, era civilizar os indivíduos com base nos moldes da Europa. Assim, a dinâmica deste processo para Freire Costa:

É mais visível quando se analisa os resultados obtidos pela educação higiênica. Neste caso, vê-se até que ponto chegou a fusão entre aquisição de saúde individual, aquisição de *status* social e manipulação político-econômico da vida dos indivíduos. [...] A educação física defendida pelos higienistas do século XIX criou, de fato, o corpo saudável. Corpo robusto e harmonioso, organicamente oposto ao relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial. Mas, foi este corpo que, eleito representante de uma classe e de uma raça, serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados. Para explorar e manter explorados, em nome da superioridade racial e social da burguesia branca, todos os que, por suas singularidades étnicas ou pela marginalização sócio-econômica, não logravam conformar-se ao modelo anatômico construído pela higiene. [...] O cuidado higiênico com o corpo fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa (FREIRE COSTA, 1989, p. 13, grifo do autor).

Diante destas disposições, nota-se que a medicina social preocupa-se em produzir um adestramento físico ligado em termos de hábitos higiene e profilaxia para impor junto aos indivíduos hábitos saudáveis e comportamentos higiênicos, que nas descrições de Foucault “a família se tornou o agente mais constante da medicalização e o alvo de um grande empreendimento de aculturação médica” (FOUCAULT, 1984, p. 199-200). De acordo com as análises de Freire Costa (1989), os discursos médicos demonstravam uma preocupação com a

¹¹² Na década de 1920, no Brasil, a realidade concreta da cidade requer uma internalização de práticas indispensáveis a vida cotidiana, ou seja, tem-se a necessidade de criar nos indivíduos novos hábitos, novos modos de ser e pensar mediante a coordenação coletiva e a ação disciplinada. Ver em STEPHANOU, Maria. *Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores*, 1997, p. 159.

criança e a família. As medidas educativas e preventivas não resumiam-se ao ambiente escolar, elas buscavam reeducar as famílias em sua totalidade: pai, mãe, gestantes, crianças, adolescentes considerados nocivos à saúde e à moral. Neste caso, caberia aos médicos o papel educativo de ensinar os pais e, principalmente, as mães a maneira adequada de promover a saúde física e moral dos futuros cidadãos do Brasil. A concepção da criança era vista, conforme enfatiza o autor:

Como entidade físico-moral amorfa e da educação higiênica como instilação de hábitos repetia-se na totalidade dos estudos médicos sobre o tema. Era uma noção partilhada por todos os higienistas (FREIRE COSTA, 1989, 174).

No Brasil, a preocupação médica com a saúde física e moral das famílias e das crianças foi intensificada nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Rago (1985), os médicos prescreviam práticas educativas que envolviam pais e filhos estabelecendo normas sanitárias e higiênicas que constituiriam uma nova família e um novo cidadão através da “disciplina ‘inteligente’, imperceptível, sedutora, preocupada em constituir cidadãos modernos” (RAGO, 1985, p. 124).

A autora ainda enfatiza que através do controle político-científico e das intervenções de bairros e habitações populares, os médicos, higienistas e agentes sanitários buscavam produzir novos hábitos ao trabalhador – redefinindo e reorganizando suas relações cotidianas de modo a promover a saúde moral e física. Ações de ordem médica, sanitária e higienista pretendiam “desinfetar” o espaço urbano, principalmente os espaços insalubres e miseráveis. A remodelação dos espaços – a partir da destruição de cortiços, casebres, ruelas, becos, vielas e pequenas casas de comércio – seria a maneira encontrada por médicos, higienistas, engenheiros de produzir nas cidades brasileiras uma nova estética e uma nova assepsia aos bairros populares, eliminando os espaços impregnados de imundices, perversão moral e epidemias. Conforme Rago, os médicos-higienistas:

Percebem-se como as autoridades necessárias e competentes para vistoriar minuciosamente a habitação e os bairros populares, incentivando a asseio e impondo autoritariamente a execução de medidas higiênicas. O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja no espaço doméstico, por parte destes especialistas se funda a crença generalizada de que a “casa imunda”, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz. [...] o medo da “invasão pestosa” incita a penetrar nos “antros de infecção a que chamamos geralmente ‘casas de habitação coletiva’, ou mais precisamente cortiços” [...]. Na ordem dos discurso médico-sanitarista, a doença adquire a dimensão de problema econômico, político e moral, e a miséria se torna o novo veículo de contágio (RAGO, 1985, p. 164).

As reformas urbanas nas principais cidades brasileiras – como a Reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro no início do século XX, que será abordada no próximo capítulo – satisfaziam os interesses políticos do Estado em controlar e disciplinar as classes pobres e retirá-los do centro das cidades empurrando-os para as localidades mais afastadas. Além de também atender os interesses econômicos dos empresários baseados nas especulações financeiras do mercado imobiliário e do setor industrial e comercial. A cidade, portanto, “com sua organização físico-espacial, seus rituais de progresso, por meio da reformulação do espaço urbano, passa a ter um caráter pedagógico” (STEPHANOU, 1997, p. 160). Assim, os princípios positivistas¹¹³ de ordem, progresso e modernidade da recém-criada República brasileira tomaram as cidades brasileiras, isto é, estava instituída uma diretriz: dissolver as amarras do passado colonial – visto como símbolo de atraso – para projetar um futuro promissor, transformando o Brasil em modelo de civilização moderna para o mundo. Logo, sanear e higienizar os espaços das cidades instauraria uma nova gestão à vida dos indivíduos, disciplinando-os e (re)educando-os de modo a manter a sua saúde moral e física necessárias ao progresso.

As políticas de saúde pública, neste sentido, devem ser reconhecidas como estratégias de poder das classes dominantes na República Velha (1889-1930). Para Costa (1985), essas estratégias não são apenas coercitivas, apesar da saúde pública desse período basear-se na polícia sanitária, isto é, através da força repressiva estatal buscava-se estabelecer normas e medidas de saúde na qual a função coerciva não visava apenas excluir, separar indivíduos desviantes da saúde física e moral, mas também apresentava uma função preventiva-educativa – desenvolver nos indivíduos a noção de ordem, disciplina e respeito à hierarquia. O Estado mediante a saúde pública ambicionava controlar o aparato produtivo e a moralidade e padrões de higiene das massas populares¹¹⁴. De acordo com as teorias de Michel Foucault (2011), a medicina, produz técnicas de dominação como os dispositivos de regulação sanitária que controla e intervém nos indivíduos – o corpo –, penetrando na vida cotidiana do corpo social¹¹⁵.

A medicina social, portanto, conforme a ótica Foucaultiana é um saber que apresentou como um dispositivo de poder disciplinador e político, isto é, ela produz discursos que buscam

¹¹³ O positivismo foi uma corrente de pensamento do século XIX, baseada no pensamento do francês Auguste Comte, fundamentado sob a extrema valorização do método das ciências positivas – baseadas nos fatos e na experiência –, bem como, na busca de uma moralidade universal e na confiança nos benefícios da industrialização. Está corrente via na razão, ciência e técnica os sustentáculos condutores do progresso capitalista, por isso, o lema “ordem e progresso”. No Brasil, está corrente teve uma grande aceitação entre os meios intelectuais, políticos e militares, influenciando as bases políticas do período da República Velha (1889-1930). Ver em SIMON, Maria Célia. *O positivismo de Comte*, 1986, p. 63-88; BOSI, Alfredo. *O positivismo no Brasil: Uma ideologia de longa duração*, 2004, p. 157-181.

¹¹⁴ Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 12.

¹¹⁵ Ver em FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011, p. 405.

normatizar e regular a saúde através de mecanismos e técnicas cujo a finalidade seria conduzir as classes pobres a uma conduta racional frente à doença. Reforçando as proposições de Foucault, Costa elucida que:

Os dispositivos sanitários não visaram simplesmente combater os *preconceitos e a ignorância* do público em relação a doença. Sua estratégia compreendeu o esforço de regulamentar, enquadrar, controlar, punir todos os gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos, das classes subalternas e apropriar-se dos modos do saber estranho à visão hegemônica do corpo, da saúde e da doença (COSTA, 1985, p. 14, grifo do autor).

Como disposto pelo autor, esses aparatos sanitários buscavam responder as necessidades sanitárias do capitalismo brasileiro, a partir do controle da saúde da força de trabalho mediante mecanismos legais e discursivos de legitimação de grupos sociais dominantes no país. A saúde pública buscou afirmar-se como prática técnica no combate às doenças epidêmicas, além de ocupar a função pedagógica de normatizar os grupos impervios às regras higiênicas¹¹⁶. Segundo salienta Costa é “importante sublinhar novamente que foi o estilo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, [...], que apontou os limites e possibilidades do projeto higiênico-sanitário no país” (COSTA, 1985, p. 15).

A medicina buscava, assim, medidas de controle sanitário dos indivíduos e espaços, especialmente relacionados a ordens urbanas e industriais que se implantavam no Brasil no início do século XX. A racionalidade das práticas médicas foi baseada em fortes concepções moralizantes necessárias ao estabelecimento de uma nova ordem, que buscava a formação de uma sociedade inserida nos princípios capitalistas de progresso e modernidade. Para alcançar esse objetivo era preciso redefinir o papel do médico na sociedade, a partir da penetração do saber médico nos hábitos, no comportamento, nos costumes, na educação, nas instituições políticas, nas leis e nas normas, ou seja, a medicina se ocupou de controlar toda a sociedade a fim de civilizá-la, higienizá-la e ordená-la. “Sanear e remodelar implicam, portanto, controlar a vida dos cidadãos” (SANDES, 2002, p. 28).

¹¹⁶ Para o autor, o período correspondente a 1889-1930 apresentou dois momentos cruciais na política sanitária brasileira: o primeiro, está conectado a conjuntura da medicina científica de Oswaldo Cruz e suas intervenções sanitárias, como exemplo no Rio de Janeiro no início do século XX; e o segundo, corresponde aos anos de 1918-1924 que registram a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública – esta instituição, sob a direção de Carlos Chagas, organizou todo o campo sanitário nacional, ampliando os serviços e atendimentos à saúde, como: a propaganda sanitária, a higiene infantil e do trabalho, o saneamento urbano e rural e o combate das epidemias urbanas e rurais. A partir da década de 1920 o discurso político e médico apontavam para a centralização, sendo a saúde um problema de âmbito nacional. Nestas duas fases foram “registradas as principais etapas desse processo de institucionalização e rotinização de medidas de controle das doenças de escopo coletivo e generalização de normas e dispositivos higiênicos”. Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 16.

Segundo Sandes (2002), na década de 1910, o saneamento social e urbano era um dos grandes focos da política brasileira em todo o país. Em 1912, os médicos-sanitaristas Belisário Pena e Artur Neiva realizaram viagens científicas buscando mapear as doenças encontradas no interior dos estados da Pernambuco, Bahia, Pará e Goiás. As viagens realizadas por Neiva e Pena permitiram a publicação de um relatório em 1916, que ressaltou preocupações de ordem sociológica apontando a carência de políticas públicas e as péssimas condições de saúde das populações dos sertões. Estas preocupações sanitárias requereram em 1918, a criação Liga Pró-Saneamento sob a influência da obra *Saneamento do Brasil* de Belisário Pena. Os principais objetivos da Liga era refutar as concepções colonialistas e deterministas que apontavam como causa do atraso social, econômico e sanitário do país o passado colonial, o clima, a composição étnica da sociedade. O médico baiano Belisário Pena foi o grande símbolo da campanha saneadora¹¹⁷. É possível perceber o consistente discurso nacionalista e reformista adotado pela Liga, no qual sanear consistia em transformar e ordenar os indivíduos e seus espaços:

Saneando os indivíduos e o ambiente em que exerce a sua atividade, com o aproveitamento dos meios físicos naturais, com a aplicação dos regimes peculiares a cada idade, a cada profissão, a cada estado, a cada ofício, com zelo pela habitação, sua localização conveniente, servida dos requisitos indispensáveis de iluminação e arejamento, de água pura, e munida de conveniente instalação para depuração ou remoção de dejetos e detritos, a higiene remove as causas das doenças, robustece o organismo, eleva o moral e desperta o brio dos componentes da sociedade, estimula a alegria e o trabalho, que se torna produtivo e remunerador, tonifica e enobrece a raça, desenvolve o progresso e impõe a legitimidade do prestígio e da independência de um povo (PENA *apud* SANDES, 2002, p. 31).

Conforme enfatizam Costa (1985) e Sandes (2002), sanear os indivíduos e espaços requeriam medidas médicas eficazes para uma intervenção mais precisa e duradoura nas questões referentes à saúde e moral dos indivíduos. Para isso, o governo buscou, desta vez, uma ação institucionalizada e centralizadora a partir da criação, em 1920, do Departamento de Nacional de Saúde Pública. Este Departamento, sob a direção do médico-sanitarista Carlos Chagas, centralizou e organizou todo o campo sanitário nacional, ampliando os serviços e atendimentos à saúde. Os serviços consistiam, dentre eles: na propaganda sanitária, na higiene infantil e do trabalho, no saneamento urbano e rural e no combate das endemias urbanas e rurais¹¹⁸. Os discursos médicos-político apontavam a partir da década de 1920, para uma centralização, ou seja, a saúde tornar-se-ia um problema de âmbito nacional.

¹¹⁷ Ver em SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*, 2002, p. 30-31.

¹¹⁸ Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 94-96; SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*, 2002, p. 29-30.

O Departamento Nacional de Saúde Pública representava o autoritarismo estatal, que obra paralelamente com o saber técnico-científico médico, com a finalidade de implantar a ordem e o progresso no Brasil.

Diante desta tarefa educativa, os médicos-higienistas desenvolveram medidas de educação sanitária através de conferências populares, instalação de postos de saúde, criação de enfermarias nos hospitais, atendimento gratuito aos indivíduos e até distribuição de medicamentos. Tem-se, de fato, o esquadramento dos espaços das cidades, os médicos-sanitaristas faziam-se presentes, especialmente em: quartéis, escolas, fábricas, oficinas, bordéis, orfanatos, asilos; munindo operários, crianças, alunos, soldados, idosos, prostitutas de lições de higiene moral e física. Na arte médica, muitas vezes, as ações educativas transformavam-se em coibitivas, coercitivas e punitivas. Nos termos elaborados por Maria Alice Rosa Ribeiro, a educação sanitária e moral “transferiram-se da população em geral para o indivíduo em particular (RIBEIRO, 1993, p. 246)”.

Para Ribeiro (1993), a política sanitária não satisfazia apenas em policiar e vigiar o estado da água, das habitações, dos esgotos, dos espaços urbanos, nem tão só combater os surtos de epidemias e promover campanhas de vacinação. Para a equipe médica, higienista e sanitária seria necessário forjar nos indivíduos uma “*consciência sanitária*”¹¹⁹. Nos discursos médicos a concepção de epidemia manteve-se associada a falta de higiene da população, principalmente da classe pobre. Caber-se-ia, então, aos médicos empreender, sob os auspícios do Estado, uma intervenção sanitária que privilegia-se práticas educativas reforçadoras da saúde física e moral dos indivíduos. Os médicos-higienistas através de dispositivos individualizantes tinham a pretensão de produzir hábitos higiênicos e consciência sanitária, conforme Ribeiro relata “era preciso educar e criar hábitos salutaros para se ter saúde” (RIBEIRO, 1993, p. 259).

A medicina social brasileira não se preocupou apenas em sanear e higienizar o estado de saúde e o comportamento moral da população urbana, mas também se dispôs a estratégia de “*medicalizar a raça*”. De acordo com as abordagens de Vera Regina Beltrão Marques (1994), os médicos eugenistas tinham como meta construir uma civilização pautada no progresso e na elevação moral dos indivíduos. “*Reformar as gentes*” tornar-se-ia fundamental a partir da eugeniização de crianças e trabalhadores. As escolas e as fábricas couberam a missão de manipular corpos, adestrando-os para a obediência e para a utilidade. Assim, o eugenismo

¹¹⁹ A autora destaca que a criação dos Centros de Saúde visava despertar na população a importância das práticas higiênicas e saudáveis, constituindo uma “consciência sanitária” nos indivíduos. As estratégias médico-sanitárias eram: empreender visitas domiciliares; elaborar instruções, palestras, conferências e cartazes com conselhos de higiene; e, até o recrutamento da população pobre para os Centros de Saúde. Ver em RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública, São Paulo, 1880-1930*, 1993, p. 252-257.

apresentava-se como um importante dispositivo de administração populacional, cujo o principal foco era a educação sexual para purificar as raças. Em síntese, a política eugenista pretendia, conforme expõe Marques:

Cercar a população e criar a consciência sanitária coletiva pela educação higiênica na escola, no lar, nas fábricas [...] afim de gravar no espírito de toda gente o valor [...] inestimável de normalidade biológica resultante da saúde (MARQUES, 1994, p. 110).

Sob influência da política eugenista, em 1923, teve-se a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, que segundo as análises de Sandes (2002), a assistência aos doentes mentais foi guiada pelas teorias eugênicas, que tinha como objetivo obter avanços no padrão moral e racial da sociedade brasileira¹²⁰.

A concepção de ordem e progresso, portanto, foi o sustentáculo ideológico do Estado brasileiro durante a República Velha. O governo utilizou a medicina social como dispositivo político para controlar, intervir, disciplinar e educar os indivíduos e o espaço urbano. A ciência médica emergiu-se com o papel de sanear e higienizar qualquer miasma físico, moral e mental fruto do comportamento social ou da natureza do ambiente. Para o Estado e a medicina a sanidade mental, moral e física, a salubridade e o trabalho eram princípios que levariam a sociedade ao progresso social e econômico. Portanto, os saberes, as práticas e os discursos médicos-sanitários deste período estiveram conectados ao interesse do Estado em propiciar o progresso e modernidade calcados no modelo capitalista ocidental.

A Revolução de 1930 marcou o fim da República Velha e, conseqüentemente, a posse de Getúlio Vargas no cargo de Executivo Federal. A Era Vargas (1930-1945) configurou novos rumos no que traceja as questões políticas, sociais e econômicas do Brasil. Segundo as proposições de Boris Fausto (1980), o autoritarismo político, o intervencionismo econômico, o nacionalismo, o trabalhismo, o populismo, o incentivo a indústria, a burocratização estatal e o projeto de integração nacional foram os aparatos do governo varguista que sustentaram os ideais de progresso e modernidade¹²¹.

De tal modo, que a política populista de Vargas incorporou a questão social como o dever primordial do Estado, refletindo na saúde pública. Os especialistas apontam que:

Sobre a continuidade da agenda sanitária, há uma mudança significativa em sintonia fina com o processo de constituição do Estado pós-30: intenso processo de

¹²⁰ A Liga Brasileira de Higiene Mental também esteve atrelada às concepções de controle moral, visando combater a ociosidade e o vício. Ver em SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*, 2002, p. 32-33.

¹²¹ Ver em FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*, 1980.

organização, profissionalização, despolitização, burocratização e centralização das atividades de saúde e saneamento vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública. A perspectiva centralizadora da reforma administrativa dos anos 30 fortaleceu a perspectiva de aumentar a capacidade reguladora do governo central sobre os estados no campo da saúde pública. Essa tendência contrastava com a perspectiva campanhista, voluntarista, fragmentada, politizada — diria romântica — dos anos 10 e 20. As estruturas organizacionais e os médicos-sanitaristas vinculados ao Estado que emergem desse processo são bastante diversos daqueles do período anterior (HOCHMAN & FONSECA, 1999, p. 90).

A criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1930, assinalou, então, o intenso processo de burocratização e centralização das atividades de saúde e educação. De acordo com as elucidações de Sandes (2002), durante a Era Vargas (1930-1945) a cooperação entre o Estado, profissionais da saúde e higienistas foi importante para a constituição de valores de cunho moralista, disciplinador e racial. De tal modo, que a difusão de hábitos, de conhecimentos higiênicos, de controle das doenças e da disciplinarização do homem da cidade e do campo por meio da educação e do trabalho foram impostas pelo Estado, objetivando implantar em todo o território nacional uma nova ordem política e social e econômica baseada no controle estatal, na expansão agrícola e industrial, no populismo e no trabalhismo¹²².

Sintetizando, os séculos XIX e XX foram caracterizados pela busca incessante do progresso e modernização do Brasil. No entanto, para chegar a este objetivo, o Estado utilizou estratégias e dispositivos de poder político fundamental para esquadrihar os indivíduos e os espaços da cidade, visando o controle social. Na transição do Império para a República tentou-se estabelecer uma nova ordem política, econômica e social em todo o território nacional para integrar o Brasil a lógica econômica do capitalismo internacional. De tal maneira, que a nova ordem política estabelecida foi caracterizada pelo autoritarismo e pela burocratização das atividades estatais. As novidades sociais e econômicas foram balizadas pelo incentivo a industrialização, a urbanização, ao trabalho e a educação. Toda essa conjuntura possibilitou o Estado empregar o saber médico, assim como, o saber urbanístico enquanto dispositivos político-científicos para sanear, higienizar, ordenar, controlar e educar os indivíduos, evitando que qualquer mazela pudesse impedir o progresso e a modernidade brasileira.

Não diferentemente dos “*anseios da modernidade europeia*”, o Brasil, inseriu-se no clima de “*progresso à europeia*”, inaugurando, entre as décadas finais do século XIX e a primeira metade do século XX, o período dos “*grands travaux brasileiros*”. Mas, muitas vezes, as novidades teóricas e técnicas da medicina, da arquitetura e do urbanismo ocorridas internacionalmente chegaram com um certo atraso no país. Acerca da circulação de ideias

¹²² Ver em SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*, 2002, p. 34-41.

urbanísticas estrangeiras no Brasil, destacaram-se três formas: a primeira remete à exportação do saber e da formação urbanística europeia; a segunda refere-se à execução de trabalhos de organização urbana realizados em diferentes cidades brasileiras por engenheiros e arquitetos europeus; e, a terceira, vincula-se à formação acadêmica de engenheiros e arquitetos brasileiros em diferentes universidades europeias. É importante ressaltar, que as experiências urbanísticas da Europa e dos Estados Unidos foram a “*fonte inspiradora*” das “*intervenções regenerativas*” realizadas nas cidades brasileiras. Sobre esse “*clima reformista*”, Celina Borges Lemos, conclui que:

Após a proclamação da República, em 1889, o espírito da regeneração urbana integrava o clima ideológico dos dirigentes políticos e dos grupos economicamente privilegiados. Uma nova concepção de cidade, aliada a ações de recuperação e planificação, inspirada nos espaços urbanos industrializados da Europa e dos Estados Unidos, começou a surgir no país, simbolizando a necessidade de modernização. A redefinição do quadro econômico e a constituição de uma nova sociedade urbana, aliada às notícias de inovação e modernização europeias, criaram uma mentalidade social peculiar no país. A ideia de progresso, industrialização e vida moderna, tornou-se uma obsessão para a burguesia em constituição (LEMOS, 1998, p. 80).

As “*discursividades do progresso*”, portanto, circulavam intensamente nos meios políticos, econômicos, intelectuais e acadêmicos brasileiros, incentivando a criação de reformas urbanas regenerativas. O período republicano, de fato, inaugurou uma verdadeira “*marcha para o progresso*” através de intervenções urbanísticas que adequassem as cidades às novas realidades sociais e econômicas da modernidade. Várias experiências urbanísticas tiveram a pretensão de superar a condição de atraso, dentre elas, destacam-se: a construção de Belo Horizonte (Nova Capital de Minas Gerais) na década final do século XIX e a Reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

Analisar essas duas experiências sob a ótica do discurso de gestores, médicos, engenheiros, arquitetos e cientistas sociais, pode ser útil para verificar como as questões de saúde pública foram abordadas nos dois casos, em diferentes contextos e se esses exemplos serviram de referência para outras intervenções no Brasil. A inadequação das cidades antigas e a vontade de superação, simbolizaram o progresso próprio da modernidade. Vale colocar em evidência os antecedentes da experiência urbanística de Goiânia, lideradas por engenheiros sanitaristas, que proporcionaram um padrão estético moderno, formas urbanas próprias e uma tecnologia de saneamento.

2.2 - DA HIGIENE À CONSTRUÇÃO DA CIDADE: TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BRASIL NA VIRADA PARA O SÉCULO XX

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Brasil apresentava uma economia estimulada essencialmente pela exportação de produtos primários¹²³ e uma população cuja maioria vivia no campo¹²⁴. Contudo, algumas cidades brasileiras, apesar de possuírem uma tímida economia e rede urbana, começaram a atingir um acelerado crescimento demográfico¹²⁵, acarretando graves problemas nos espaços físicos das cidades. Tal situação inauguraria uma fase de intervenções modernizadoras intercedidas pelo Estado, visando melhorar as estruturas urbanas das principais cidades brasileiras – Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Santos, Recife, Belém, Manaus e Porto Alegre de maneira a adaptá-las às novas exigências do mercado internacional, evitando prejuízos econômicos e problemas sociais.

Conforme as abordagens de Hugo Segawa (2002), em algumas cidades brasileiras as intervenções modernizadoras nos espaços físicos herdados do passado colonial tornaram-se imprescindíveis. Os temas recorrentes das cidades europeias oitocentistas foram assimilados pelas cidades brasileiras como, por exemplo, as preocupações referentes às questões de ordem sanitária, salubre e circulatória¹²⁶.

Validando as ideias de Segawa, Angela Moulin Simões Penalva Santos e Marly Silva da Motta (2003) abordam que a gênese do planejamento urbano no Brasil decorreu de fatores de ordem social, política e econômica, afetando as cidades, em especial o Rio de Janeiro – antiga capital federal. Ordem social, devido “as precárias condições higiênicas de moradias, sobretudo as coletivas, figurou com destaque, no século XIX, nos trabalhos realizados por sanitaristas, os verdadeiros pioneiros na discussão do planejamento urbano” (SANTOS & MOTTA, 2003, p. 23). Ordem política, já que o Estado cercou-se de profissionais habilitados e respaldados cientificamente – como médicos, sanitaristas e engenheiros – para auxiliá-lo na

¹²³ De acordo com Marcelo de Paiva Abreu, até o final dos anos 1920, os produtos primários correspondiam a cerca de 90% do montante total das exportações. Dentre os produtos exportados, destacavam-se o café, a borracha, o açúcar, o algodão, o cacau, o tabaco, couro, peles e mate. Ver em ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a Economia Mundial (1929-1945)*, 1984, p. 9-49.

¹²⁴ Nas décadas iniciais do século XX, apenas 36% da população brasileira vivia nas cidades. Ver em SINGER, Paul. *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930*, 2002, p. 345-390.

¹²⁵ A Synopse de Recenseamento, de 31 de dezembro de 1900, enumerou dados do crescimento demográfico das principais cidades brasileiras na transição do século XIX para o século XX. De acordo com o Recenseamento, entre 1872 e 1900, o Rio de Janeiro cresceu de 274.972 para 746.749 habitantes; a cidade de São Paulo, nesse mesmo período, foi de 31.385 para 239.820 habitantes. Ver em SYNOPSE DE RECENSEAMENTO, 1905, p. XII e 101.

¹²⁶ As preocupações sanitárias, salubres e circulatórias exigiam a projeção de obras de infraestrutura, como: sistemas de drenagem, abastecimento de água e esgoto urbanos, companhias de gás, serviços de eletricidade e transporte urbano. Ver em SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*, 2002, p. 19.

organização das cidades com o objetivo de eliminar as perdas econômicas, a desordem social e as epidemias. Ordem econômica, pelo fato da necessidade de modernizar a infraestrutura (portos, avenidas e estradas), adaptando a cidade às exigências industriais e urbanas modernas, que, conforme as palavras de Santos e Motta:

Enquanto a população estava dispersa no espaço rural, a reprodução social podia ser garantida com pouca ou nenhuma intervenção estatal. As cidades, por exemplo, constituíam apenas uma espécie de “face urbana” da dinâmica econômica comandada pelo campo, mas que não podia prescindir da cidade, onde se localizavam as instituições mercantis. Praticamente toda produção mercantil era destinada ao mercado externo e, nessas condições, as cidades da costa, onde se localizam os portos, tornam-se as mais importantes do país. Entre essas, destaca-se o Rio de Janeiro por sua função administrativa e portuária. O traçado urbano acompanhava a irregularidade da ocupação territorial, estruturando-se para a circulação por tração animal. A emergência de uma sociedade de base urbano-industrial tornará necessária a superação dessa cidade colonial para que dela surja a cidade comercial e industrial (SANTOS & MOTTA, 2003, p. 23).

O acelerado processo de urbanização das cidades brasileiras, em especial a do Rio de Janeiro, atingiu um nível mais elevado quando comparado ao processo de industrialização. Este contexto, segundo as explicações de Santos & Motta (2003), culminou em enormes problemas de ordem sanitária, higiênica, epidêmica, econômica e social às cidades. Com isso, o Estado foi obrigado a intervir na estrutura urbana, porém as autoras ressaltam que:

A legitimidade da intervenção estatal, contudo, foi colocada em xeque e somente pôde evoluir no que respeita ao planejamento urbano porque esse foi defendido como uma necessidade não da nova ordem social e econômica, mas sim como uma decorrência das doenças que eram mais facilmente disseminadas em espaços densamente ocupados. Em sua origem, o planejamento urbano foi respaldado como uma imposição da Medicina Social¹²⁷ (SANTOS & MOTTA, 2003, p. 23).

Sobre estas questões, Segawa (2002) evidencia que a formação da elite intelectual Brasileira na passagem do século XIX para o século XX, ampara-se num tripé entre medicina, ciência jurídica e engenharia, sendo que, conforme o autor, durante o século XIX, a ciência jurídica obteve um importante espaço no exercício do poder político. No entanto, no florescer do século XX, o domínio político passaria a ser partilhado entre médicos e engenheiros devido aos problemas de ordem higiênica, sanitária e estrutural das cidades brasileiras¹²⁸. Os saberes

¹²⁷ Michel Foucault e Roberto Machado abordaram sobre a penetração da Medicina Social em várias esferas de ordem política, econômica, jurídica, social, comportamental e também urbana. Nesta ótica, a medicina constituiu-se num aparato político do Estado para intervir e controlar as cidades e seus habitantes. Ver em FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, 2011; MACHADO, Roberto /et al/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*, 1978.

¹²⁸ As primeiras escolas de medicina datam entre 1808-1809; as academias de ciências jurídicas seriam fundadas a partir de 1827 e, no final do século XIX, seriam criadas as primeiras escolas de engenharia: Escola Politécnica

acadêmicos e técnicos de médicos e engenheiros, pouco a pouco, ganharam prestígio e espaço nas instituições políticas; dessa forma, as duas ciências constituíram-se em aparatos políticos empregados pelo Estado para encontrar soluções para os entraves das cidades. A medicina e, especialmente, a engenharia tornaram-se ciências credenciadas para realizar as intervenções modernizadoras no Brasil na virada do século XIX para o século XX.

O Brasil, então, almejava inserir-se na modernidade moldada nos padrões europeus. O clima e o anseio de mudança nas estruturas sociais e econômicas brasileiras eram notórios. Segundo a afirmação de Segawa, “a elite urbana, progressista, positivista, cosmopolita, contrapunha-se à sociedade tradicional, de índole agrária e conservadora” (SEGAWA, 2002, p. 19). Deste modo, industrializar o país seria o pontapé inicial para o processo de modernização e progresso brasileiros e, conseqüentemente, a cidade seria a plataforma desse processo. Nesta feição, o autor ressalta que a cidade:

Afirmava-se como palco do moderno – modernização tendo como referência a organização, as atividades e o modo de vida do mundo europeu. Os engenheiros colocavam-se como agentes dessa modernização – era a corporação que apostava na ciência e na técnica como os instrumentos de progresso material para o país, nos moldes do desenvolvimento industrial do velho mundo, vislumbrando, na industrialização, um objetivo nacional a se atingir (SEGAWA, 2002, p.19).

Os engenheiros buscaram uma afirmação política mediante a organização de congressos, que abordaram variadas questões de interesses nacionais, destacando-se: o sistema ferroviário; o saneamento das cidades; a hidráulica agrícola; o funcionamento dos portos; a navegação interior; e, a organização das cidades¹²⁹. Portanto, a implantação dessas infraestruturas tornar-se-ia possível mediante a reorganização dos espaços físicos das cidades herdadas do passado colonial brasileiro. Para a realização de uma intervenção urbana não seriam apenas utilizados os saberes e técnicas da medicina, da engenharia, do saneamento e do higienismo, mas um novo saber desenvolvido no final do século XIX que, por conseguinte, consolidar-se-ia como ciência nas décadas iniciais do século XX; também seria utilizado o urbanismo. Assim, sobre o urbanismo, Segawa ressalta que:

Nas pontuais operações urbanas processadas nesse período: a apropriação de um repertório ideologizado de intervenção nas estruturas urbanas – o urbanismo como disciplina, tal como se codificava na Europa –, instrumento modernizador por

do Rio de Janeiro (1874), Escola de Minas (1876), em Ouro Preto, e a Politécnica de São Paulo (1894). Ver em SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*, 2002, p. 19.

¹²⁹ Nesse período destacou-se a elaboração do Congresso de Engenharia e Indústria (1900), pelo Clube de Engenharia – uma agremiação política que buscava uma afirmação nos primeiros anos da recém proclamada República Brasileira. Ver em SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*, 2002, p. 19.

excelência, uma tentativa de equiparação da cidade brasileira aos patamares europeus ou a procura de uma tênue modernidade à brasileira (SEGAWA, 2002, p.23).

O urbanismo encaixa-se como uma disciplina dotada de saberes modernos fundamentais para auxiliar no processo de modernização das cidades brasileiras, isto é, este saber científico gradativamente vai se firmando como um dos instrumentos essenciais do Estado na (re)organização das cidades. Consequentemente, os urbanistas seriam agentes importantes na condução do Brasil rumo ao progresso e à modernidade.

Maria Cristina da Silva Leme (1999) analisando o processo de constituição do urbanismo no Brasil, entre 1885 e 1930, destaca o desenvolvimento de técnicas essenciais para resolver as questões das cidades: o saneamento, a circulação e a legislação urbanística¹³⁰. Diante dessas temáticas, os planos e as intervenções urbanas visavam organizar os espaços públicos – praças, avenidas, ruas e edifícios – conforme as referências normativas, estéticas, higiênicas e sanitárias.

Em uma abordagem semelhante, Vera F. Rezende (1999) expõe sobre a atuação dos engenheiros, arquitetos e urbanistas no que se refere à responsabilidade de respaldar a credibilidade e a importância de suas respectivas ciências através da criação de instituições, sociedades e revistas encarregadas de divulgar ideias, conceitos, teorias e experiências urbanísticas. A circulação de ideias urbanísticas no campo profissional foi realizada mediante a contratação de técnicos para a elaboração de planos, estudos apresentados em congressos (que, muitas vezes, distenderam-se em planos) e a contratação de especialistas estrangeiros¹³¹.

¹³⁰ O saneamento e a saúde pública eram uma das principais preocupações no que se refere à cidade. Isso possibilitou a convocação de engenheiros para chefiar comissões e para elaborar projetos de rede de água e esgoto. Na primeira fase das intervenções urbanísticas brasileiras, destacam-se os engenheiros preocupados com as questões sanitárias, tais como: Saturnino de Brito, que iniciou a sua atuação profissional no final do século XIX e ao longo de sua carreira projetou sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário para mais de 20 cidades brasileiras; Theodoro Sampaio, que realizou empreendimentos sanitários nos Estados: de São Paulo e da Bahia; e, Lourenço Baeta Neves, que atuou em Minas Gerais. Além do saneamento, outra preocupação surge no que acena à cidade: a circulação. Para transformar as estruturas urbanas herdadas de um passado colonial tornar-se-ia necessário flexibilizar a cidade mediante o alargamento das estreitas ruas, adaptando-as aos novos meios de transporte, especialmente, o bonde. Ver em LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965*, 1999, p. 22.

¹³¹ A circulação de ideias urbanísticas internacionais circulava no Brasil, de acordo com Vera F. Rezende, mediante publicações em revistas: Revista Kosmos, que circulou de 1904 a 1920, e a Revista Brasileira de Engenharia, editada de 1920 a 1942, a encontros internacionais de especialistas, como os Congressos Pan-Americanos de Arquitetura nas décadas 1920, 1930 e 1940 e as atuações de especialistas estrangeiros, destacando as realizações do arquiteto-urbanista francês Donat Alfred Agache, contratado pelo prefeito do Rio de Janeiro, Antônio Prado Júnior, para ministrar uma série de palestras e elaborar o plano de Embelezamento e Extensão da cidade, entre 1927 e 1930. Em todos esses meios eram abordadas as questões de ordem estética, sanitária, viária e habitacional. Ver em REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 56-57.

Ainda sobre as questões em torno da formação do urbanismo no Brasil, Leme (1999) esclarece que o urbanismo como disciplina acadêmica e área profissional teve sua gênese nos cursos de Engenharia Civil e Arquitetura. Tal modelo de formação urbanística, segundo a autora, foi mantido nas escolas de arquitetura até a década de 1940 e, somente a partir da década de 1960, outras disciplinas como as ciências sociais, geografia e economia preocuparam-se com esta área do conhecimento¹³².

Para compreender o processo de formação do urbanismo no Brasil, serão evidenciadas duas grandes experiências urbanísticas do contexto brasileiro: a primeira, a Reforma de Pereira Passos, realizada no Rio de Janeiro, durante a década inicial do século XX; e, a segunda, a construção de Belo Horizonte, realizada na década final do século XIX. Todavia, é válido ressaltar que na escolha destas experiências urbanísticas não teve a intenção de hierarquizá-las frente às outras experiências realizadas no mesmo período e/ou em períodos posteriores nas demais localidades do país. A escolha dessas duas experiências foi feita de modo a possibilitar um melhor entendimento das questões que antecederam a experiência urbanística de Goiânia de 1933, isto é, verificar até em que ponto a reforma do Rio de Janeiro e a construção de Belo Horizonte serviram como “*fonte inspiradora*” no que ateam: as discursividades atreladas a noção de progresso e as ações de regeneração e planificação, simbolizando a necessidade de modernização do Estado de Goiás.

A Reforma de Pereira Passos, realizada no Rio de Janeiro entre 1902 à 1906, foi fruto do “*espírito modernizador*” inspirado na ideologia “*civilizar à europeia*”. Nessa reforma é notória a influência recebida pelo modelo realizado por Haussmann na cidade de Paris, no século XIX. Ambas as reformas assemelharam-se sobre os aspectos de ordem: higiênica, sanitária, viária, médica e estética¹³³. Ou seja, tanto a Reforma de Haussmann quanto a Reforma de Pereira Passos visavam romper com o passado funesto das cidades – Paris das amarras

¹³² A primeira geração de urbanistas apoiou a transformação dos cursos de Engenharia militar e civil do Rio de Janeiro, Salvador e Recife em Escolas Politécnicas. Isto permitiu que as Escolas Politécnicas brasileiras apresentassem diferentes modelos e estruturas curriculares. “No caso de São Paulo, a criação da Escola Politécnica, em 1894, seguiu o modelo alemão. Como observa Ficher, o modelo adotado na estrutura curricular da Escola Politécnica em São Paulo aproxima-se mais do modelo germânico, que unificava o ensino do curso fundamental e dos cursos especiais em uma única escola, diferenciando-se da organização das escolas francesas em que o curso fundamental de 3 anos era dado na École Polytechnique e os cursos especiais nas escolas de Ponts et Chaussées ou de Mines. Por esta razão que em São Paulo, da mesma forma que em Zurique e Karlsruhe, a arquitetura é inicialmente uma especialização da engenharia, diferente do Rio de Janeiro onde como em Paris, o arquiteto é formado pela Escola de Belas Artes”. Ver em LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965*, 1999, p. 25.

¹³³ Ver em LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965*, 1999, p. 22; REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 40; SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*. São Paulo: Editora USP, 2002, p. 24; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva & MOTTA, Marly Silva da. *O “bota-abixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)*, 2003, p. 07.

medievais e Rio de Janeiro das heranças coloniais – de modo a transformá-las em “vitrines” de uma nova civilização, amparada nos pilares do progresso e da modernidade.

Conforme as elucidações de Santos e Motta (2003), Francisco Pereira Passos conduziu uma das mais notórias reformas no tecido urbano da antiga capital federal. Esse fato colocou Pereira Passos em um seleto grupo de engenheiros de grande destaque no processo de modernização do espaço urbano do Rio de Janeiro¹³⁴. Do contexto acima, Maria Alice Rezende de Carvalho (1994) enfatiza que a Reforma de Pereira Passos não almejava simplesmente conceber um arquétipo de cidade moderna, mas também ambicionava transformar o Rio de Janeiro, então, a capital federal, num modelo primoroso para a nação brasileira, servindo de referência mundial¹³⁵. O ideal transformador, portanto, esteve pautado na superação das amarras do “*passado nefasto*” para atingir o desenvolvimento incessante – ordem, progresso e modernidade seriam alcançados por meio da razão científica e técnica.

Contudo, Santos e Motta (2003) advertem que o processo de modernização da capital federal tornou-se possível graças à convergência de interesses entre a esfera pública e a esfera privada, assegurando parcerias entre elas, frente aos negócios da construção civil e dos mercados imobiliários. Tanto Santos e Motta (2003) quanto Rezende (1999) destacam o importante papel de Pereira Passos em três pontos cruciais: o primeiro, relaciona-se ao acúmulo de funções – empresário, engenheiro e prefeito –; o segundo, refere-se aos amplos poderes do prefeito concedidos pelo presidente da República, Rodrigues Alves; o terceiro, faz menção à existência de uma estratégia de modernização definida e assistida com recursos financeiros obtidos pelo capital estrangeiro¹³⁶.

¹³⁴ Francisco Pereira Passos foi convidado por Rodrigues Alves, presidente da República, para assumir o cargo de prefeito da capital Federal de 1902 a 1906. No entanto, antes desse acontecimento, Pereira Passos havia alicerçado uma brilhante formação e performance profissionais. Passos graduou-se na Escola Central no curso de matemática, em 1856. Também formou-se engenheiro na École de Ponts et Chaussées e, ao mesmo tempo, presenciou as reformas de Georges Haussmann na capital francesa, Paris, que pretendia modernizar e civilizar a cidade. De volta ao Brasil, o engenheiro obteve diferentes experiências profissionais: fiscalizou a obra da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que depois de implantada em 1867, foi denominada de São Paulo Railway; exerceu o cargo de diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1876; desempenhou a função de diretor do estaleiro da Ponta da Areia; compôs a Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro 1877 e executou a presidência da Companhia de Carris de São Cristóvão em 1884. Ver em SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva & MOTTA, Marly Silva da. *O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)*, 2003, p. 07-10.

¹³⁵ Ver em CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Governar por retas: engenheiros na belle époque carioca*, 1994, p. 65-94.

¹³⁶ Ver em REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 40; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva & MOTTA, Marly Silva da. *O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)*, 2003, p.13-14.

As questões de ordem política e econômica – tais quais os extensos poderes do executivo Municipal e os recursos financeiros disponíveis para a reorganização da cidade – fizeram com que a reforma urbana simbolizasse uma “*cirurgia urbana*”. De acordo com Santos e Motta:

Por “Reforma Pereira Passos” entende-se um grande número de obras públicas que redefiniram do modo radical a estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro durante o governo do prefeito Pereira Passos. Houve uma verdadeira reconstrução do centro da cidade, rompendo com as características da cidade colonial e fazendo emergir novos traçados mais compatíveis com o uso de trens e bondes, em vez de animais e carruagens (SANTOS & MOTTA, 2003, p. 19).

Nesta perspectiva, Maurício de Abreu (1997) aclara que as transformações urbanas foram motivadas para adequar a forma urbana da capital federal às necessidades de ordem econômica, estética, viária, higiênica, sanitária e social. A Reforma de Passos esteve também extremamente ligada aos interesses de ordem econômica, visando integrar o país no contexto capitalista internacional. Por isso, a exigência de uma reorganização modernizadora do espaço urbano tinha como finalidade transformar a cidade do Rio do Janeiro em um símbolo de modernidade e progresso do novo Brasil. Contextualizando esse período, Abreu enfatiza que:

O rápido crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e, conseqüentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluído o espaço urbano de sua capital), condizente com esse novo momento de organização social. [...] a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes políticos e econômicos com carroças, animais e cortiço. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil” (ABREU, 1997, p. 59-60).

Acerca do tema, Segawa (2002) salienta que a intervenção impulsionada pelo prefeito Francisco Pereira Passos tinha como pilares o saneamento físico e social e o embelezamento da capital federal¹³⁷. No entanto, apesar do caráter higienista, estético e civilizador, a reforma de Pereira Passos possuía, ao mesmo tempo, um caráter segregador, como afirma o autor:

Afastar a população pobre de setores estratégicos para a expansão urbana e conferir à paisagem uma estética arquitetônica de padrão europeu caracterizaram iniciativas para

¹³⁷ A reforma de Pereira Passos visava eliminar os resquícios coloniais nos espaços da cidade do Rio de Janeiro a partir de medidas sanitárias e modernizadoras, dentre elas: a remodelação do tecido urbano da cidade, a abertura de novos eixos viários, a padronização das fachadas das novas avenidas, a implantação de parques públicos arborizados e arejados e a erradicação das epidemias que assolavam a cidade durante todo o século XIX. Ver em SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*. São Paulo: Editora USP, 2002, p. 21.

a modelagem de um Brasil condizente com o figurino de uma nação “civilizada” (SEGAWA, 2002, p. 21).

Similar ao espectro de Segawa, Yves Bruand (2002) explicita que a Reforma de Pereira Passos pretendia eliminar os espaços *démodé* de modo a lapidar os aspectos estéticos, sanitários e circulatórios da capital federal por meio da implantação de estruturas modernizantes. Assim, Bruand, sobre a Reforma, contextualiza que:

O Rio de Janeiro era uma cidade de mais ou menos quinhentos mil habitantes, concentrada em torno do núcleo primitivo, com ruas estreitas pavimentadas com pedras redondas e sem calçadas, ladeadas por casas de um ou dois andares no máximo; tinha conservado muito de seu aspecto colonial, embora tenha ganhado em superfície; os transportes eram feitos principalmente com tração animal; os particulares ainda podiam criar uma rua sem a anuência prévia da prefeitura. Pereira Passos decidiu pôr em ordem os abusos e dotar a capital de fisionomia e serviços modernos. Exigiu que toda via aberta à circulação fosse devidamente pavimentada e munida de canalização de água, gás e esgotos, mas seu esforço essencial incidiu no traçado de grandes artérias monumentais que facilitavam as comunicações e romperam o esquema intrincado do plano anterior (BRUAND, 2002, p.334).

Corroborando com o enfoque de Bruand, Rezende (1999) destaca que a reforma de Pereira Passos tinha o escopo de embelezar e remodelar as praças e abrir largas avenidas, destruindo quadras, edifícios e referências históricas da cidade. Porém, a autora também ressalta a união entre o Governo Federal e o Governo Municipal em torno do ideal projeto modernizador da capital federal brasileira. Sendo assim, a reforma do Rio de Janeiro envolveu o Governo Federal, no que diz respeito ao reparo do porto e à construção das avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Central. Simultaneamente, a prefeitura do Rio de Janeiro executou os projetos de embelezamento e remodelação das praças (República e XV de Novembro); de canalização dos rios Maracanã e Carioca e de abertura de avenidas, conectando o centro às zonas norte e sul¹³⁸. Por todas essas cirurgias urbanas, a Reforma de Pereira Passos tornou-se um modelo de intervenção urbanística realizada no Brasil na primeira década do século XX.

Rezende (1999) ainda afirma que, a reforma de Pereira Passos perpassou pelas questões de ordem sanitária, estética e viária¹³⁹. Contudo, as obras modernizadoras de Pereira Passos,

¹³⁸ Ver em REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 40.

¹³⁹ Em 1875, a Comissão de Melhoramento produziu um plano de intervenção para pôr fim às deploráveis condições de salubridade e higiene das habitações e às graves epidemias que afetavam grande parte da população trabalhadora do Rio de Janeiro. Contudo, as obras propostas no plano só foram colocadas em prática na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Preocupado em atenuar a crise sanitária e os problemas estéticos da capital federal, Pereira Passos desapropriou a população de baixa renda dos cortiços, casas de cômodos e pequenos comércios, configurando uma nova fisionomia arquitetônica à cidade, mediante o traçado de novas avenidas e o embelezamento e remodelamento das praças. Já no que se refere às questões de ordem viária, a Reforma viabilizou

por seu caráter segregatório e excludente, promoveram uma crise habitacional na cidade, como elenca a autora:

Enquanto a prefeitura se livra das ruas alagadas e casas insalubres, não são criadas novas moradias que atendam à população de baixa renda. A melhoria das condições de saneamento intensifica a crise habitacional. Essas habitações condenadas pela administração municipal expressam em lei de 1903, que proíbe a execução de reparos nos cortiços, tendem a desaparecer por serem consideradas prejudiciais à cidade. Sem a substituição daquelas habitações por moradias baratas, salubres e em número suficiente, a população pobre vê-se entre a alternativa de se mudar para os subúrbios distantes, ficando longe do local de trabalho ou ocupar os morros próximos ao centro (REZENDE, 1999, p. 50).

Todavia, para amenizar os desdobramentos da crise habitacional causada pelas desapropriações e demolições:

Pereira Passos envia à Câmara Municipal mensagem solicitando autorização para a construção de casas destinadas a operários. O Decreto n. 1.042, de 1905, dispõe sobre a construção de 120 casas, nas sobras dos terrenos desapropriados pela prefeitura para a abertura da Avenida Salvador de Sá. A política habitacional da administração Pereira Passos não prossegue, contudo, além da construção de um certo número de casas populares, de qualquer forma insuficiente diante do número de desabrigados pela reforma (REZENDE, 1999, p.51).

Em contribuição as elucidações acima, Nara Britto (1995) destaca que as intervenções sanitárias no Rio de Janeiro tornaram-se incisivas por volta de 1903, quando o médico-sanitário Oswaldo Cruz foi nomeado Diretor Geral de Saúde Pública, com a finalidade de exterminar as epidemias – febre amarela, malária, peste e varíola – que assolavam a cidade¹⁴⁰. De acordo com Costa (2003), em apoio a Oswaldo Cruz, o prefeito Pereira Passos autorizou a criação de medidas sanitárias e coercitivas, principalmente nos espaços das classes pobres e trabalhadoras da cidade carioca. Dentre essas medidas, implantaram-se: a instalação de mictórios públicos em vários locais da cidade; a viabilização de escarradeiras para o cidadão nos órgãos públicos; e, a substituição dos cortiços, das vielas coloniais, dos terrenos baldios por largas avenidas, ruas e praças arborizadas¹⁴¹. Nota-se, então, que as intervenções sanitárias tinham o escopo maior de “desinfestar” os infecciosos espaços insalubres e epidêmicos e “expelir” os “agentes etiológicos” – a população pobre e trabalhadora – de modo a evitar a completa degeneração

a ligação da zona portuária ao centro e do centro aos bairros vizinhos das zonas norte e sul. Ver em REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 39-50.

¹⁴⁰ Ver em BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*, 1995.

¹⁴¹ Ver em COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*, 2003, p. 85-90.

física, higiênica e moral da capital federal. Sobre o caráter excludente das intervenções sanitárias de Cruz, Márcio Antônio Moreira Galvão, conclui que:

As medidas preconizadas como as demolições de construções antigas com expulsão dos moradores, o reesquadrinhamento de ruas, as leis sobre o comércio e a permanência de vagabundos e animais nas ruas, atingiriam predominantemente os hábitos e os costumes da população pobre e da classe média baixa (GALVÃO, 1989, p. 23).

As práticas discursivas assépticas baseadas nos saberes higiênicos-sanitários foram fundamentais nesse processo. Para Brito (1995), emerge-se a introdução da “*medicina científica*” no Brasil encabeçada pelo médico-sanitarista Oswaldo Cruz – que havia sido discente do Instituto Pasteur em Paris. A estratégia dele foi inspirada no modelo da polícia médica para organizar a cidade do Rio de Janeiro em distritos, cada um chefiado por um delegado de saúde¹⁴². A inspeção sanitária, segundo Costa (2003), tinha atribuições como visitar as casas, aplicar multas e interditar as residências. As ações médicas-sanitárias estavam centradas no combate aos vetores e na vigilância dos doentes, conforme as teorias e práticas microbianas¹⁴³.

Mas, conforme as análises Nilson Costa (1985), os serviços de higiene da União desenvolveram-se a partir da elaboração de medidas de intervenção autoritária e repressiva baseada nos sistemas de vigilância e polícia sanitária, sendo fundamentais para segregar e extirpar, respectivamente: os “*indivíduos corrompedores da saúde física e moral*” e os “*espaços pútridos*” da cidade do Rio de Janeiro¹⁴⁴. As intervenções impuseram um controle social e urbano, principalmente, das classes populares, causando descontentamento, por várias razões: a primeira destaca-se pelo autoritarismo dos agentes de saúde, que exigiam a vacinação nem que fosse pela força; a segunda, atribui-se à descrença no que refere-se à eficiência da vacina no combate a varíola; a terceira, conecta-se pelo medo da vacina ampliar a propagação

¹⁴² Ver em BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*, 1995, p. 30-32.

¹⁴³ Ver em COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*, 2003, p. 87-88.

¹⁴⁴ O Estado – mediante as ações de médicos, higienistas, sanitaristas e engenheiros– utilizou estratégias sanitárias com a finalidade de eliminar os surtos de doenças no Rio de Janeiro. Nesse período, três epidemias foram foco de intervenção médico-sanitária: a peste bubônica, a febre amarela e a varíola. Para o combate da peste bubônica algumas estratégias fizeram-se necessárias: a eliminação dos ratos e as pulgas transmissoras; a criação de um esquadrão de vigilância para percorrer becos, recolher resíduos e aplicar raticidas; e a invasão de casas e a queima de roupas e colchões suspeitos de infecções. Para a eliminação da febre amarela foram criadas as brigadas de mata-mosquitos e a invasão às casas populares por agentes sanitários para promover a desinfecção. Já na luta contra a varíola, foi promulgada uma lei que tornou obrigatória a vacinação e autorizou as brigadas de saúde pública a entrarem nas casas para vacinar a população. Ver em COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 59-60.

da doença; e, a última, vincula-se à reforma urbana conhecida como “*bota-abaixo*” devido a destruição de vielas, ruas estreitas e cortiços sem nenhuma preocupação com seus moradores¹⁴⁵.

O caráter excludente da reforma, conforme expõe Nicolau Sevcenko (1983), fez emergir um movimento reativo da população contra a vacinação forçada, representando uma ameaça à estabilidade do governo Rodrigues Alves. Em “guerra” a cidade do Rio de Janeiro por vários dias inseriu-se em um cenário caótico entre população e polícia. A repressão à revolta por parte do Estado foi intensa, uma vez que seria de grande valia para as autoridades e as classes dominantes eliminarem o contingente indisciplinado e ignorante que causava desordem¹⁴⁶. A repressão e o fim da revolta marcaram a “*regeneração*” da saúde e da “*ordem*” na cidade, representando um triunfo para o Estado. Com o movimento sufocado, as medidas sanitárias de Oswaldo Cruz tiveram grandes congratulações dos aparatos estatais, afinal, as intervenções sanitárias diminuiram os índices de mortalidade por doenças epidêmicas.

Completa Bruand (2002), que rapidamente, nas décadas seguintes, as obras de Pereira Passos tornaram-se insuficientes devido ao rápido crescimento da cidade carioca. Este fato, colocou novamente a necessidade de reorganização da cidade e sua expansão, de forma que uma nova solução foi posta à capital federal, durante a administração do prefeito Antônio Prado Júnior (1926-1930)¹⁴⁷. A missão – elaborar um novo plano para a cidade do Rio de Janeiro – foi competida a um especialista, o renomado arquiteto-urbanista francês Donat Alfred Agache¹⁴⁸.

Em linhas gerais, a Reforma de Pereira Passos, embora, represente um dos modelos mais expressivos no que se refere à experiência urbanística do Rio de Janeiro não contemplou a cidade em sua totalidade, privilegiando a implantação de obras nas áreas do centro, bairros vizinhos e na zonal sul, por duas razões essenciais: a primeira, ligada à abertura de largas

¹⁴⁵ Ver em COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*, 2003, p. 90; COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, 1985, p. 71-75;

¹⁴⁶ Ver em SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*, 1983, p. 20-21.

¹⁴⁷ Ver em BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, 2002, p. 334-335.

¹⁴⁸ Vários autores destacam a influência, especialmente, da escola francesa – *Institut d’Urbanisme de Paris* – no processo de formação e prática profissional urbanística no Brasil. Entre os arquitetos-urbanistas que exerceram influência sobre a capital, destaca-se o arquiteto-urbanista, Donat Alfred Agache (1875-1959) – secretário geral da *Société Française des Urbanistes* e professor do *Institut d’Urbanisme de Paris*. Agache destacou-se pela autoria de numerosos planos urbanísticos internacionais: os planos de Camberra (1913), Rio de Janeiro (1930), Lisboa (1933) e, como teórico, fomentou debates sobre a higiene urbana e a jovem disciplina urbanística por meio de uma série conferências entre 1922 e 1932 no Colégio Livre das Ciências Sociais. Também foi importante para a formação teórica e profissional de engenheiros e arquitetos brasileiros: Armando de Godoy e Atílio Corrêa Lima, requisitando-os para compor a sua equipe de especialistas para auxiliar na elaboração de planos e projetos urbanísticos. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 273; LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965*, 1999, p. 26-31; REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 60.

avenidas e à eliminação dos espaços insalubres com vista a embelezar, higienizar e valorizar economicamente as áreas centrais atendendo aos anseios de modernização pautados no interesse do mercado imobiliário; e, a segunda, conectada aos mecanismos de poder estatal para o controle e segregação social, especialmente, das classes populares. Expulsando-as do centro da cidade e empurrando-as as localidades longínquas – periféricas – com a pretensão de criar um “*cordão sanitário*” de forma a evitar que: revoltas, epidemias e hábitos pútridos expandissem nos espaços das classes abastadas.

Outra experiência urbanística anterior a Reforma de Pereira Passos também materializou-se conectada aos ideais de progresso e modernidade. A República recém-instalada fez emergir um ambiente progressista que circulou entre os meios políticos, acadêmicos, produtivos, profissionais e intelectuais brasileiros. Configurava-se, assim, um objetivo nacional a se alcançar: o desenvolvimento do país via industrialização e modernização dos espaços das cidades. Para os peritos da ciência, a cidade seria o pontilhão desse processo.

Sobre o ideal de modernizar as cidades, Leme (1999) e Segawa (2002) enfatizam que no Brasil instaurou-se um propósito civilizatório: negar as estruturas urbanas coloniais de modo assegurar a modernização dos espaços das cidades. Isto é, recusar o passado inglório e buscar o novo – o progresso. Confirmando esse ideal, a autora atesta que o anseio modernizador foi iniciado com o “projeto de Belo Horizonte, primeira cidade planejada, que denota a ressonância do urbanismo moderno nos meios técnicos brasileiros” (LEME, 1999, p. 21). Ratificando a ideia acima, Hugo Segawa, sobre a negação das heranças urbanas coloniais, evidencia que:

O primeiro evento é a transferência, em 1896, da capital do Estado de Minas Gerais da colonial Ouro Preto para uma cidade nova, inteiramente planejada e construída para abrigar as funções administrativas de sede governamental – Belo Horizonte –, projeto de uma comissão chefiada pelo engenheiro Aarão Reis (1853-1936), formado na Politécnica do Rio de Janeiro (SEGAWA, 2002, p. 19).

Nesta perspectiva, Letícia Julião (2011) elucida que Belo Horizonte inscreveu as marcas do poder republicano recentemente instalado no Brasil. A edificação de uma cidade moderna – Belo Horizonte – substituiria a antiga, colonial e imperial Ouro Preto, “símbolo incontestável do domínio colonial e da administração da Monarquia recém destituída” (JULIÃO, 2011, p. 115).

Em uma visão análoga, Leonardo Barci Castriota (1998) sintetiza que a construção de Belo Horizonte é marcada “por uma espécie de ‘vertigem do novo’, com a sempre renovada negação do passado” (CASTRIOTA, 1998, p. 20). Para os mudancistas mineiros, a criação de uma nova capital conduziria Minas Gerais ao progresso e à modernidade; seria necessário,

então, romper com o passado arcaico da capital mineira Ouro Preto – marcada pelas heranças coloniais e imperiais e também pelas deficiências estruturais que impossibilitavam a integração e desenvolvimento econômico do Estado.

Yves Bruand (2002), ao tecer comentários sobre a criação e a evolução de Belo Horizonte, exhibe um histórico da situação econômica de Minas Gerais do período colonial até os anos iniciais da República. Minas Gerais, apesar do seu destaque político e econômico no cenário nacional, exibiu uma sede administrativa – Ouro Preto – fragilizada, sem condições de exercer uma ação efetiva como centro de desenvolvimento do Estado¹⁴⁹.

A ideia mudancista em Minas Gerais ganhou força quando, em 1891, o Congresso Constituinte Mineiro legislou a primeira Constituição republicana do Estado de Minas Gerais e acabou decidindo pela mudança da sede administrativa do governo. Em mensagem ao Congresso, o presidente de Estado, Augusto Lima, apoiando os anseios mudancistas que reivindicavam a necessidade de uma nova capital, argumentou que a nova capital deveria ser “o centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio para integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade” (LIMA *apud* JULIÃO, 2011, p. 116).

Verifica-se, que no discurso do presidente de Estado a pretensão de romper com os vínculos de uma sociedade que ainda pautava-se nos modelos tradicionais – conexos às estruturas coloniais e imperiais – fazia-se necessário para superar “*passado arcaico*” e construir um “*novo tempo*”, destinado a consolidar a égide do recém instalado regime republicano: o progresso.

Para tal propósito, deveria ser encabeçada a edificação de uma nova capital que representasse o fim do *arcaico/velho* e o despertar do *novo/moderno*. Conforme as proposições de Julião, a ideia da transferência da capital era um desejo antigo em Minas Gerais. Desde o período colonial, no decurso da Inconfidência Mineira (1789), os inconfidentes pretendiam instalar um governo republicano, alterando a sede administrativa de Vila Rica (Ouro Preto) para a cidade de São João Del-Rei. Posteriormente, no Império, a questão em torno da mudança volta a ser alvo de preocupação devido às questões de ordem salubre, higiênica, sanitária. Emergiram-se, assim, “*práticas discursivas assépticas*” sustentando a ideia de que Ouro Preto

¹⁴⁹ No período colonial, especialmente no século XVIII, a Capitania de Minas Gerais exercia um papel fundamental na economia do país, graças à atividade mineradora. Contudo, com o esgotamento de ouro, pouco a pouco as atividades econômicas se transferiram para a agricultura e a criação de gado. Essas atividades, quando proclamada a República em 1889, fez do Estado de Minas Gerais “[...] depois de São Paulo, em plena euforia do ciclo do café, a segunda unidade do país, tanto em população, quanto pelas possibilidades econômicas, esperando tornar-se também em política durante os anos seguintes”. Ver em BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, 2002, p. 346.

“não oferecia condições físicas para exercer o papel de sede do poder e administração da Província” (JULIÃO, 2011, p. 16).

Nos primeiros anos de República, a questão da nova capital desencadeou conflitos dentro das oligarquias rurais mineiras, isto é, motivada por questões de ordem política e econômica. As elites disputaram a manutenção do poder político e econômico do Estado. Para Maria Efigênia Lage Resende (1974), a instalação da República fez eclodir uma disputa oligárquica para a aquisição do poder político em Minas Gerais. Inaugura-se, um período marcado pelo “*jogo de poder*” existente entre as elites políticas e econômicas de diferentes regiões do Estado¹⁵⁰. Diferentes grupos oligárquicos – o próspero grupo de cafeicultores da Zona da Mata e do sul mineiro e o decadente grupo de mineradores do norte e do centro do Estado – tornaram-se hegemônicos e rivalizaram à escolha da localidade a ser construída à nova sede administrativa do Estado¹⁵¹.

As “*discursividades mudancistas*” pautadas nos anseios de “*modernidade à europeia*”, buscaram legitimar e normatizar como verdade a ideia de que somente com a mudança da capital mineira seria possível colocar novamente, o Estado de Minas Gerais, nos trilhos rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Acerca do mudancismo mineiro, Letícia Julião (1996) enfoca que a criação de uma nova capital simbolizaria para Minas Gerais o rompimento com o passado colonial e imperial e iniciaria um novo tempo, marcado pelo progresso. Nas palavras da autora, a nova capital:

[...] aparece como signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho; foco irradiador da civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do estado (JULIÃO, 1996, p. 50).

Segundo as exposições de Rodrigo Ferreira Andrade e Beatriz de Almeida Magalhães (1998), com a inauguração da República no Brasil, a ideia mudancista em Minas Gerais ganhou força em virtude do Decreto nº 7 de 20 de novembro de 1889, aprovado pelo Governo Provisório Federal. Os ideais positivistas e progressistas da República recém instalada forjaram uma “*necessidade reformista*” no país¹⁵². Não é à toa que o Decreto conferia poderes aos governadores dos respectivos Estados para “a mudança de sua capital para o lugar que mais

¹⁵⁰ Ver em RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*, 1974, p. 131.

¹⁵¹ Ver em ANDRADE, Rodrigo Ferreira & MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *A formação da Cidade*, 1998, p. 40-41.

¹⁵² Ver em ANDRADE, Rodrigo Ferreira & MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *A formação da Cidade*, 1998, p. 41.

convier” (*apud* ADRADE & MAGALHÃES, 1998, p. 41). Presumia-se, então, a mudança das capitais de acordo com as necessidades de cada Estado da Federação. Todavia, até nas décadas anteriores a proclamação da República, as expectativas de progresso e modernização já assolavam o país, criando um “*espírito reformista*”. Nos termos elaborados por Julião:

Desde 1870, uma geração de literatos, profissionais liberais, políticos e republicanos de todos os estratos partilhavam a expectativa de superação da herança colonial, animados por utopias sustentadas pela noção de progresso. Consolidou-se, por seguinte, entre a elite nacional, uma ‘cultura de reforma’, comprometida com a ideia de que a ciência e a técnica seriam fiadoras de um novo modelo de sociedade. Em particular, a cidade se tornou o foco das atenções reformistas; em seu espaço reorganizado projetava-se a emergência de uma nova ordem, enraizada em um padrão civilizatório moderno (JULIÃO, 2011, p. 116).

Segundo Castriota (1998), a passagem do Império para a República não representou uma ruptura total com as estruturas sociais, econômicas e políticas brasileiras, pois os interesses das elites agroexportadoras mantiveram-se no país e as mesmas figuras políticas, como Afonso Pena, Conselheiro do Império, tornaram-se as principais referências políticas do recém instalado regime¹⁵³. De acordo com José Murilo de Carvalho (1987), apesar da proclamação da República – em 15 de novembro de 1889 – representar a vitória da democracia e cidadania brasileira frente à recém destituída Monarquia, o novo regime político não elaborou projetos que integrassem a sociedade como um todo, permanecendo os interesses políticos e econômicos de uma minoria dominante que excluía legalmente (com base jurídica) e, ilegalmente (pela opressão) a participação popular¹⁵⁴. Compreende-se, assim, uma ambiguidade entre “*antigo*” e “*novo*”, já que, por mais que o “*anseio do moderno*” buscasse superar o “*passado*”, muitas vezes, não significou romper drasticamente com as práticas sociais e econômicas do passado.

Esta ambiguidade permitiu a criação da nova capital mineira: Belo Horizonte. Andrade e Magalhães (1998) elucidam dois pontos marcantes desse processo: o primeiro, refere-se à predominância da iniciativa do Estado na criação da nova capital e nas intervenções urbanas; e, o segundo, atribui-se à “*vertigem do novo*” e à “*negação do passado*”¹⁵⁵. A ambição por mudança foi fortalecida pela pretensão de libertar o Estado de Minas Gerais do passado colonial para projetar um futuro promissor. Essa conjuntura, de acordo com Andrade & Magalhães:

¹⁵³ Ver em CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Belo Horizonte - A Arquitetura da modernidade*, 1998, p. 25.

¹⁵⁴ Ver em CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*, 1987, p. 12-13.

¹⁵⁵ Ver em ANDRADE, Rodrigo Ferreira & MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *A formação da Cidade*, 1998, p. 37.

[...] carrega em si o germe da mudança. Para a afirmação da nação, a negação do passado. Acrescente-se o engajamento do projeto da capital de Minas, tanto por parte do contratante, quanto do contratado, à legenda positivista do novo Brasil: a ordem como meio e o progresso como meta, o que significa a superação do natural pelo racional, do espontâneo pelo científico, do orgânico pelo geométrico, do cultural pelo progressista e, conseqüentemente, do velho pelo novo (ANDRADE & MAGALHÃES, 1998, p. 39).

A “*cultura do moderno*” afirmou-se no Estado mineiro. A questão da nova capital tomou corpo, a partir da criação de uma Comissão de Estudo para definir a sua localidade; dentre os critérios imperiosos utilizados para escolha do local encontraram-se fatores de ordem política, econômica, bem como, questões ligadas à saúde, higiene, saneamento e salubridade. A Comissão de Estudo foi normatizada pela Lei Adicional nº 1, de 28 de outubro de 1891, conforme trata o artigo número 1:

O Presidente do Estado mandará com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares, para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a Capital do Estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora (MINAS GERAIS, 1927, p. 43).

A Comissão de Estudos, então, tinha como papel fundamental escolher a melhor localidade para edificar a nova capital de Minas Gerais. Destacaram-se, no decurso desse processo, as atuações de engenheiros e médicos-higienistas¹⁵⁶. O engenheiro Aarão Reis foi escolhido – pelo presidente do Estado, Afonso Pena, para dirigir a Comissão de Estudos (1892-1893) e a Comissão de Construção (1894-1895) da nova capital¹⁵⁷. A comissão técnica previa a edificação de uma cidade para abrigar por volta de 150 a 200 mil habitantes. Os peritos concentraram-se esforços para avaliar qual das cinco localidades concorrentes seria a mais propícia para tornar-se sede administrativa do Estado. Critérios de ordem salubre, higiênica, sanitária, geográfica, topográfica, econômica e política foram os requisitos fundamentais para a escolha do local à ser edificada à Nova Capital. No relatório da Comissão de Aarão Reis foi enumerada as qualidades primordiais para a futura Capital mineira, destacando:

¹⁵⁶ A Comissão d’Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital (1892-1893) chefiada e dirigida pelo engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis, era composta por uma equipe de cinco engenheiros – José Carvalho de Almeida, Samuel Gomes Pereira, Manuel da Silva Couto, Eugênio de Barros Raja Gabaglia e Luiz Martinho Moraes – e um médico-higienista Ricardo Pires de Almeida. Ver em *Urbanismo no Brasil*, 1999, p. 448 e 449.

¹⁵⁷ Aarão Reis (1853-1936) nasceu em Belém do Pará, mas transferiu-se com a família para Rio de Janeiro. Em 1872 graduou-se engenheiro geógrafo pela Escola Central (que a partir de 1974 transformar-se-ia em Escola Politécnica do Rio de Janeiro) e, em 1873, completou o curso de bacharel em Ciências Físicas e Matemática, recebendo em 1974 o grau de engenheiro civil. Em 1892, foi convidado pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Afonso Pena, para organizar a Comissão d’Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital. Ver em *Urbanismo no Brasil*, 1999, p. 448.

1º - As condições naturais de salubridade [...]. 2º - Abastecimento abundante de água potável [...]. 3º - Os esgotos e conveniente escoamento das águas pluviais, e, bem assim, a drenagem do solo [...]. 4º - As facilidades oferecidas para a edificação e construção em geral [...]. 5º - Garantia de um farto abastecimento dos produtos da pequena lavoura indispensáveis ao consumo diário [...]. 6º - A iluminação pública e particular, em condições satisfazer às exigências sempre crescentes, da vida moderna [...]. 7º - As condições topográficas em relação à livre circulação [...]. 8º - Ligação ao plano geral da viação estadual e federal, de modo a facilitar a ação política e administrativa dos poderes públicos e o movimento comercial e industrial do Estado [...]. (MINAS GERAIS, 1893, p. 01-03).

Somente em 1893, a Comissão de Estudos havia decidido pela localidade de Várzea do Marçal, próxima a São João Del-Rei. Porém, conforme as ideias de Resende (1974) e Julião (2011), por razões de ordem política e econômica, o arraial de Belo Horizonte (antigo Curral Del Rei) foi escolhido como uma segunda alternativa recomendada pelos especialistas. A escolha definitiva veio por meio da promulgação da Lei Adicional nº 3, de 17 de dezembro de 1893, que designaria Belo Horizonte como a localidade a ser construída a nova capital de Minas Gerais¹⁵⁸. Mas, a preferência por Belo Horizonte não esteve ligada apenas aos interesses de ordem política e econômica, outras razões foram também, essenciais para determinar a sua escolha, destacando-se: o posicionamento geográfico (no centro do Estado) e as condições favoráveis referentes a salubridade, higiene, saúde, clima e topografia.

Em 12 de dezembro de 1897, foi inaugurada a Nova Capital do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte reuniu preceitos urbanísticos barrocos e modernos. Segundo as explanações de Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes e Fábio José Martins de Lima, a nova cidade:

Erguida sobre o Arraial de Belo Horizonte, antigo Curral d'El Rey. Projetada pela Comissão Construtora da Nova Capital, a direção dos trabalhos coube a Aarão Reis (1853-1936), típico engenheiro politécnico que tinha em Belo Horizonte sua primeira (e única, pelo que se sabe) experiência urbanística. Positivista convicto, Reis buscou nos avanços da ciência e da técnica de seu tempo a baliza para a realização de seu trabalho (GOMES & LIMA, 1999, p.120).

Reforçando as ideias acima, Celina Borges Lemos (1998) elucida que os engenheiros positivistas compreendiam que a “*regeneração espacial*” e a “*higienização social*” eram as soluções aos problemas das cidades. Por isso, trazer à tona a experiência de Paris torna-se fundamental para compreender a experiência de Belo Horizonte. Já que, Aarão Reis, assim

¹⁵⁸ Impossibilitar que Várzea de Marçal fosse o local escolhido para capital seria importante para impedir a hegemonia política favorável às elites da Zona da Mata e Sul, evitando um desequilíbrio político e econômico e uma ameaça à unidade política do Estado. Ver em RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*, 1974, p. 149; JULIÃO, Letícia. *Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais*, 2011, p. 118-119.

como, Haussmann utilizaram princípios de (re)organização espacial e saneamento social que tiveram base no progresso e na modernidade.

Nota-se, portanto, que as concepções científicas, técnicas e progressistas, provenientes da Europa circularam no Brasil de tal maneira que a nova capital mineira, Belo Horizonte, foi inspirada nas experiências urbanísticas das cidades europeias e estadunidenses do século XIX. Conforme as análises de Gomes e Lima (1999), o plano proposto pela equipe do engenheiro Aarão Reis para a edificação da nova capital mineira expressava “boa parte da cultura técnica e das preocupações estéticas de seu tempo relativas à cidade” (GOMES & LIMA, 1999, p. 121).

Para Lemos (1998), o plano elaborado por Aarão Reis, de fato, reproduziu alguns elementos de experiências urbanísticas estrangeiras: o plano da capital estadunidense Washington, do engenheiro francês Pierre Charles L’Enfant; e a reforma de Haussmann, em Paris. Reis recorreu às composições urbanísticas barrocas: bulevares arborizados, parques, praças ajardinadas, quarteirões, ruas e largas avenidas. Não obstante, o engenheiro atualizado as “*novidades urbanísticas*” de sua época, não tardou em aplicar elementos urbanísticos modernos: zoneamento funcional¹⁵⁹.

Percebe-se, que o plano de Aarão Reis traz influências referentes às questões de higiene, saneamento, circulação, estética, disciplina social presentes no plano de Washington e na remodelação de Haussmann, além das concepções modernas do zoneamento espacial. O engenheiro combinou princípios urbanísticos tradicionais e modernos no plano de Belo Horizonte, que, conforme as elucidações de Lemos:

Através de uma integração da malha ortogonal, definida pelas ruas, e da malha diagonal, definida pelas avenidas, o autor reiterou o urbanismo moderno neoclássico. A criação de eixos monumentais, hierarquizados topograficamente e em termos de usos, remete o traçado da nova capital tanto ao plano de Washington, quanto à remodelação de Paris. Na busca de perfeita eficácia perspéctica e funcional, um estudo detalhado da topografia local previu uma organização localizacional e estética estrategicamente distribuída no espaço. Acompanhando a ordem e o racionalismo da concepção espacial e ocupacional, o positivista Aarão Reis, como interventor do espaço, e os especialistas que integravam a Comissão atuavam como técnicos e higienistas sociais e políticos. Viam o meio-ambiente como responsável pela saúde do corpo social e de cada indivíduo – ideia aplicadas nos projetos de saneamento, iluminação, sistema viário e de transporte, objetivando boas condições de vida, conforto e beleza da cidade. Um zoneamento inicial foi previsto na malha urbana principal, “evidenciando-se, nesta proposta, a gênese da discriminação e segregação próprias do urbano capitalista moderno” (LEMOS, 1998, p. 83).

¹⁵⁹ Ver em LEMOS, Celina Borges. *A cidade republicana: Belo Horizonte, 1897/1890*, 1998, p. 80-83.

O zoneamento previsto no plano de Aarão Reis estabeleceu uma divisão da cidade em três zonas: urbana, suburbana e sítios. Sobre esse elemento urbano, Gomes e Lima enfatizam que:

Para a zona urbana adotava-se um traçado conjugando duas tramas ortogonais deslocadas a 45 graus, circundado por uma avenida de contorno. As avenidas diagonais foram pensadas como extensos bulevares, tendo a mais imponente delas, a avenida Afonso Pena, uma largura de 50 metros marcando o eixo norte-sul da cidade, em um percurso de pouco mais de 3 quilômetros. A avenida contorno, a “ringstrasse” mineira, além de integrar diversos setores da cidade, fazia a distinção entre as áreas urbanas e suburbana, o que foi pensado para facilitar a administração pública. A zona urbana propriamente dita articulava-se em torno de um centro administrativo formado pelo palácio do governo e pelas secretárias, junto ao qual desenvolvia-se o bairro dos funcionários. Faziam parte ainda da zona urbana o bairro Comercial, conjugando as praças do Mercado e da Estação, os palácios do Congresso e da Justiça, a municipalidade, uma capela, um hotel, escolas, hospital e jardim zoológico. No centro da zona urbana propunha-se um grande parque com 800 por 800 metros, tangenciando em um de seus lados a grande avenida norte-sul. Esse parque, que combinava a preocupação higienista com a intenção de dotar a nova cidade de um espaço privilegiado de recreação, devia ser, na concepção de seus idealizadores, “o mais importante e grandioso de quantos há na América”. No limite entre as zonas urbanas e suburbana, no Alto do Cruzeiro, previa-se a instalação da Igreja Matriz. A zona suburbana foi concebida com um parcelamento em lotes de proporções maiores e traçado um pouco mais flexível. Para ela foram projetados equipamentos como o hipódromo, o cemitério, os reservatórios de água, o matadouro, as casas de máquinas dos esgotos e as oficinas do ramal férreo, tomando-se o cuidado de definir a implantação desses equipamentos a partir de preceitos higienistas. A terceira zona, de sítios, foi prevista como uma transição entre as zonas urbana/ suburbana e a zona rural, tendo como finalidade assegurar o abastecimento da cidade em gêneros alimentícios, com a implantação de pequenas propriedades, posteriormente adaptadas para colônias agrícolas destinadas ao assentamento de imigrantes europeus (GOMES & LIMA, 1999, p. 121-122).

Ao conceber a divisão espacial da nova capital em três zonas, Aarão Reis imaginou que a cidade desenvolver-se-ia gradualmente do centro para a periferia. Para Julião, a divisão funcional da cidade de Belo Horizonte tinha a finalidade de estabelecer “uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana” (JULIÃO, 1996, p. 56). Nesta perspectiva, o zoneamento – princípio urbano moderno – foi utilizado como um dispositivo de controle e de disciplina da cidade, cuja classificação e hierarquização dos espaços seriam realizadas de acordo com suas respectivas funções, objetivando por ordem à cidade.

Em 22 de maio de 1895, de acordo com Bruand (2002), Aarão Reis exonerou-se da chefia dos trabalhos de construção da nova capital mineira, alegando problemas de saúde¹⁶⁰. Em decorrência da saída de Reis do cargo de engenheiro-chefe, Castriota afirma que esse episódio facilitou “a força do capital privado” subverter-se “as regras rigidamente traçadas dos planos” (CASTRIOTA, 1998, p. 31). Com a exoneração de Aarão Reis do cargo de engenheiro-

¹⁶⁰ Ver em BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, 2002, p. 347.

chefe da construção de Belo Horizonte, permitiu-se a revisão dos projetos e planos iniciais, de forma que a edificação da cidade recaiu nas mãos dos especuladores e comerciantes. Sobre este contexto, o autor elucida que:

Sem recursos financeiros, o governo de Minas passara a recorrer cada vez mais à iniciativa privada, ao ponto de, a partir de 1896, todos os prédios públicos e as casas para funcionários serem construídas por empreiteiros. A cidade ideal, que simbolizaria para o positivista Aarão Reis a República que surgia, não podia realizar-se, na prática, tal e qual fora projetada: o desenvolvimento de Belo Horizonte dependeria, na verdade, muito mais de outras forças, que não aquelas representadas por um poder central esclarecido. (CASTRIOTA, 1998, p. 32).

Sobre a influência especulativa do setor privado durante o processo edilício de Belo Horizonte, Bruand (2002) ressalva que mesmo com as transgressões sofridas no plano, ainda permaneceu na cidade-capital, alguns traços originais do pensamento urbanístico de Aarão Reis. Mas, o plano original foi alterado sobre os seguintes pontos:

- 1) O parque foi reduzido e disposto segundo uma orientação diferente; deveria ter sido limitado pela Avenida Afonso Pena, pelo Viaduto Santa Tereza, pelas Avenidas Francisco Sales e Alfredo Balena, ocupando uma superfície quase o triplo da atual. O quadrado impecável, flanqueado nos cantos e nos lados por uma série de praças geométricas, desapareceu totalmente; o contraste desejado entre o rigor do traçado da cidade e a liberdade desse lugar de repouso com aléias serpenteando na vegetação foi notavelmente atenuado.
- 2) Os demais jardins públicos não foram executados, bem como a maioria das praças projetadas, estas deveriam ser constituídas pelos espaços de um ou mais quarteirões ou até uma ou mais metades de quarteirão consecutivas deixadas livres; os quadrados, retângulos, ou triângulos formados assim em nada alterariam o quadro geral. Só a Praça Liberdade (aliás, a única que foi feita) escapava um pouco, na medida em que estava aberta no eixo de uma artéria e modificava sensivelmente as dimensões dos quarteirões vizinhos, reduzidos à área congruente; essa disposição especial tinha por objetivo sublinhar o significado desse lugar eminente, concebido para servir de moldura ao palácio do governo.
- 3) Todas as praças previstas por Aarão Reis destinavam-se a abrigar os edifícios públicos essenciais, propositalmente dispersos, a fim de emaranhar ao máximo a trama urbana e desempenhar o papel de perspectivas axiais a valorizar as artérias nobres. Mas, na realização, optou-se por um dispositivo diferente: os edifícios administrativos foram, no conjunto, agrupados em torno do palácio presidencial, formando um verdadeiro paço [...]. (BRUAND, 2002, p. 347-348).

Em uma análise similar, Castriota (1998) aponta que a ideia inicial do projeto de Aarão Reis foi transposta no que refere-se ao crescimento da cidade na perspectiva *centro-periferia* previsto no plano original elaborado por Aarão Reis. Essa inversão do plano sucedeu em virtude dos interesses econômicos ligados a especulação imobiliária. A expansão da cidade processou-se no sentido *periferia-centro*. Sobre a modificação do plano original, o autor destaca que:

Se tivesse voltado a Belo Horizonte no início do século, como pretendia, Aarão Reis encontraria uma cidade bastante diferente daquela que imaginara. Se percorresse, conforme seu desejo expresso, “em meia hora de delicioso prazer” os dezessete quilômetros da Avenida 17 de dezembro, o engenheiro veria como esta fora transposta rapidamente pela cidade, que já galgava as “faldas da Serra do Curral d’El-Rei numa profusão caótica de loteamentos”. A lógica inicial do projeto – o crescimento centro-periferia – inverteu-se: a região suburbana fora maciçamente procurada pela população expulsa da área central. De fato, a especulação imobiliária, com a consequente acumulação em poucas mãos dos lotes da zona urbana, somada as exigências urbanísticas estabelecidas para aquela região, elevaram de tal maneira os preços dos lotes urbanos, que praticamente não restara outra alternativa à população. Assim, em 1912, 68% das moradias já se situavam nas zonas suburbanas e rural. Os operários que construíram Belo Horizonte, expulsos da zona urbana, haviam se fixado em barracões improvisados, “cafuzas”, constituindo vilas e favelas destituídas de serviços públicos e totalmente refratárias a qualquer ordenação (CASTRIOTA, 1998, p. 32-33).

As discursividades de ordem, progresso, modernidade e integração empregadas com o escopo de sustentar os “*anseios mudancistas*” (das novas elites mineiras) e vencer os “*jogos políticos*” diante do “*grupo de antimudancistas*” (da tradicional elite ouro-pretana). Logo nas primeiras décadas do século XX, subverteram-se em prol dos interesses políticos e econômicos das oligarquias hegemônicas do Estado. Nota-se, então, que as práticas discursivas serviram de estratégias de poder para legitimar a mudança da capital correspondendo aos ideais progressistas das “*novas elites emergentes*” do Estado. Por isso, destaca-se o caráter excludente, segregatório e, até mesmo, caótico do processo de ocupação territorial de Belo Horizonte, expulsando as classes populares para as regiões longínquas da cidade.

Da inauguração até os anos de 1930, instaura-se uma notória ambiguidade na Nova Capital do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte – *cidade-capital* – espelho da “*utopia do progresso*” e dos princípios científicos modernos fundados na salubridade, higiene, saúde, organização, harmonia e integração, viram-se corrompida pela especulação imobiliária desenfreada que subverteu o plano original. A cidade, especialmente nas regiões periféricas conviveu com os “*espaços improvisados*” (barracões, cortiços, vilas e favelas) destituídos de qualquer serviço público de saúde, higiene, iluminação e saneamento. Esses espaços desprovidos de ordenação abrigavam os segregados, discriminados e excluídos socialmente: as classes populares. Contraditoriamente, as classes abastadas concentraram-se nos “*espaços organizados*” da zona urbana e central.

Sintetizando, a edificação da *cidade-capital* de Belo Horizonte foi consolidada sob égide das práticas discursivas de ordem, progresso e modernidade baseadas nas bandeiras ideológicas da recém instalada República. Romper com o passado colonial e monárquico do Estado mineiro tornou-se as palavras de ordem; com o escopo de superar as condições arcaicas e deficientes de infraestrutura, habitações e organização espacial de Ouro Preto. A antiga

capital, nesta visão, não atenderia as novas necessidades econômicas do Estado de Minas Gerais e do mercado capitalista nacional e internacional. Por essas razões, emergiu a ideia pautada na construção de uma nova capital que tivesse um papel fundamental: de “*centro gravitacional*”¹⁶¹ com a pretensão de integrar economicamente as regiões do Estado, eliminando o “*isolamento*” das regiões afastadas da Antiga Capital. Todavia, em contradição as péssimas condições naturais de Ouro Preto, considerados “*graves empecilhos*” ao progresso do Estado. Apresentaram-se essenciais à Nova Capital: as condições topográficas, geográficas, salubres, higiênicas e sanitárias.

Evidencia-se, portanto, que as “*intervenções purificadoras*” decorreram de práticas discursivas fundamentadas nos saberes técnico-científicos multidisciplinares – médicos, higienista-sanitários, urbanísticos e outros – que vislumbravam a “*utopia da modernidade*”. A “*modernidade brasileira*” constituiu-se de forma tardia, pautando-se nos moldes europeus, isto é, apesar da modernidade europeia e brasileira ocorrer em tempos históricos diferentes e atenderem distintas especificidades, fizeram-se de maneira excludente, segregatória e traumática. O projeto de modernidade europeia e brasileira exibiram de forma análoga as “*discursividades maquiadoras*”, que forjaram uma concepção universalista do progresso e da modernidade, mas que na verdade, reforçaram os interesses políticos e econômicos das classes dominantes, sobrepondo e, até mesmo, ofuscando às necessidades das classes populares. Nota-se, então, que o “*progresso*”, embora, muitas vezes, presente com uma conotação discursiva universalista e harmônica, não encontrava-se pertinente a todos os indivíduos; já o princípio da “*ordem*” fundamental ao desenvolvimento das coisas, impunha-se a todos, sobretudo, as classes populares.

De forma análoga as experiências, carioca e mineira, a construção de Goiânia, em 1933, inseriu Goiás no caminho da modernidade. O Estado de Goiás também presenciou a chegada do “*mito do novo*” e da “*utopia do progresso*”, ou seja, de projetar um *futuro promissor* a partir da negação do *passado inglório*. Goiás foi impulsionado pelo “*movimento modernizador*” que tomou o país após a proclamação da República, quando a concepção de ordem e progresso, nas palavras de Lemos, “*tornou-se uma obsessão para a burguesia em constituição*” (LEMOS, 1998, p 80). Mas, apesar das especificidades e dos contextos distintos da Reforma de Pereira Passos, da construção de Belo Horizonte e da construção de Goiânia, elas relacionam-se sob a “*vertigem da mudança*”. Isto é, a capital federal, o Rio de Janeiro, era caracterizada pela deficiência de infraestrutura, de espaços sadios e higiênicos e, de

¹⁶¹ Ver em JULIÃO, Letícia. *Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais*, 2011, p. 123.

organização espacial. Igualmente, ao Rio de Janeiro, as cidades coloniais de Ouro Preto e Goiás, demonstraram, na ótica progressista, inadequadas aos modos de vida modernos e incapazes de representarem o progresso próprio da modernidade.

Finalizando, a reforma de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, simbolizou a “*regeneração*” da saúde e da “*ordem*” na capital federal, transformando-a em vitrine do “*Novo Brasil*” para o mundo. Semelhantemente, tanto a construção de Belo Horizonte quanto a construção de Goiânia tiveram nos “*anseios mudancistas*” a pretensão de estabelecer um “*novo tempo*” marcado pelo progresso nos, respectivos Estados: Minas Gerais e Goiás.

2.3 - A REVOLUÇÃO DE 1930 E O MUDANCISMO EM GOIÁS

A representação da modernidade em Goiás na década de 1930 baseou-se nos pensamentos oriundos do século XVIII e, sobretudo do século XIX, conduzidos pela *razão-técnico-científica* capaz de levar os homens ao progresso. Resumindo essa concepção, nas palavras de Francisco Falcon:

A modernidade quer como época histórica, quer como ideologia ou discurso filosófico, apresenta-se como realidade multifacetada, rica e variada; um autêntico jogo de luzes e sombras cujo “*leitmotiv*” é a “aposta” iluminista na razão, no progresso, na emancipação do homem, ou seja, em síntese, na História (FALCON, 1996, p. 133)

Esta concepção de modernidade intensificou-se no Brasil e, conseqüentemente, em Goiás a partir da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas instituiu um golpe de Estado e ascendeu-se no poder, aniquilando os representantes das oligarquias paulistas tradicionais ligadas ao café: o domínio político do *Executivo Federal*. Mas para afastar definitivamente do poder federal e do poder regionais as antigas oligarquias – representantes do atraso – que dominaram cenário político nacional anteriormente, o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, empregou um mecanismo político eficiente: a nomeação de interventores nos Estados.

Implantando esta estratégia política em Goiás, Getúlio Vargas nomeou para o cargo de interventor federal do Estado de Goiás, o médico Pedro Ludovico Teixeira¹⁶², sendo este, o

¹⁶² Após a Revolução de 1930 foi empossado interventor federal Carlos Pinheiro Chagas, mas, este, dias depois retornou a Minas Gerais. Em decorrência deste fato, foi criada uma Junta Revolucionária, composta por três membros: o médico, Pedro Ludovico Teixeira; o desembargador, Emílio Francisco Póvoa; e, o magistrado, Mário Alencastro Caiado. Todavia, essa Junta durou poucos dias, já que o chefe do governo provisório federal, Getúlio Vargas, nomearia como interventor federal do Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira. A razão da nomeação de Ludovico ao cargo de interventor federal pode ser explicada pela sua participação ativa no movimento de 1930, em Goiás, e pela afinidade política de seu concunhado, o médico Diógenes Magalhães, com Getúlio Vargas. Já Mário Alencastro Caiado, teria sido vetado da interventoria do Estado em razão de seu sobrenome “Caiado”, uma

responsável por implantar o “*projeto varguista*” – moldado nas utopias de progresso e modernidade – no Estado goiano.

Em Goiás, portanto, os *discursos modernos* ganham força a partir da década de 1930. Com a Revolução de 1930, ascenderam ao poder: Getúlio Vargas, em âmbito nacional; e, Pedro Ludovico Teixeira, em âmbito estadual. A união desses dois personagens políticos trouxe à Goiás uma nova representação da vida social, econômica e cultural, abalizada no ímpeto de prosperidade, isto é, fundamentada nas *discursividades progressistas* que tinham a pretensão de romper com o passado de atraso e decadência do Estado de Goiás. Sobre esse período da história de goiana, Luiz Palacín destaca que:

Em Goiás, onde o atraso era tanto mais palpável e a mesquinhez do meio tornava mais pungentes os aspectos pessoais, a revolução foi sentida como uma autêntica libertação, quase como um novo nascimento. As proclamações da hora tem uma vibração inconfundível: os telegramas de felicitações recebidos pela Junta Revolucionária saúdam à “*verdadeira democracia*”, ao “*regime de liberdade e justiça*”, ao “*sepultado regime de opressão que anquilosava nossa terra*”, à “*abolição aviltante cativoiro*” (PALACÍN, 1976, p. 21).

Observa-se, que Palacín (1976) partilha a concepção de que a “*Era Ludoviquista*” inauguraria um “*novo tempo*” à Goiás. Já que desde a crise da mineração – segunda metade do século XVIII ao século XIX, Goiás encontrava-se inserido na decadência, conforme salienta o autor:

As manifestações profundas e duráveis da decadência: uma de caráter sócio geográfico, a ruralização; as outras duas, a crise do trabalho e o derrotismo moral, com base na psicologia coletiva (PALACÍN, 1994, p. 138).

vez que o “*novo governo*” precisava representar uma ruptura com as oligarquias caiadistas da “*Velha República*”. Assim, Mário Caiado assumiu a Secretaria Geral do Estado e Domingos Netto Velasco, em virtude de sua ligação com o tenentismo, foi nomeado a secretário da Segurança Pública do Estado. Essas três lideranças políticas pretendiam disputar as eleições para a chefia política do Estado: Velasco detinha um bom prestígio em nível nacional, mas necessitava expandir suas alianças no interior e na Capital; Mário Caiado, por sua vez, possuía uma grande influência sobre os prefeitos e líderes do interior, gozando de muito prestígio nas hostes revolucionárias; Pedro Ludovico apresentava a chefia provisória do executivo do Estado de Goiás e uma estratégia para perpetuar-se no poder: a mudança de capital do Estado. Isto posto, em 1934, sobretudo, Pedro Ludovico e Domingos Velasco travariam uma disputa pela chefia do poder estadual. Velasco, para ampliar suas forças políticas criou uma nova legenda política, o Partido Libertador de Goiás, aliando-se, contraditoriamente, ao ex-senador Antônio Ramos Caiado, representante da “*velha oligarquia*” goiana deposta do poder do Estado com a Revolução de 1930. Por sua vez, Pedro Ludovico, com a cisão de Velasco, tornou-se a principal liderança situacionista, submetendo o Partido Social Republicano às suas pretensões políticas: transferir a capital e permanecer à frente da chefia política do Estado. Em 1935, vitória de Pedro Ludovico nas eleições indiretas para o cargo de governador consolidaria seus anseios mudancistas, contudo, em virtude da oposição dos antimudancistas, somente em 1937, contando com o apoio da maioria da bancada estadual e federal, o chefe do Executivo Estadual selaria a transferência definitiva da capital do Estado para Goiânia. Ver em CÂMARA, JAIME. *Os tempos de mudança*, 1973, p. 28-240; Palacín, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*, 1976, p. 27; SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia Global*, 1980, p. 157-159; CHAUL, Nars Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 61-65-211.

Em uma visão menos pessimista sobre as fragilidades econômicas e sociais de Goiás no século XVIII e XIX, Paulo Bertran (1978) buscou analisar mediante o conceito de “*sociedade de abundância*” as singularidades cotidianas dos goianos no que refere-se, enfaticamente, o homem e a terra. Deste modo, sobre a sociedade goiana pós-mineração, Bertran evidencia que:

A economia agrícola, propriamente, surge, por excelência como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia comercial pecuária. Nem economia de subsistência nem comercial, a agricultura goiana do século XIX poderia caracterizar-se talvez como de abundância, vez que seu mercado só raras vezes ultrapassava as barreiras extra-regionais pelo proibitivo da relação preço/custo de transporte (BERTRAN, 1978, p. 66-67).

Argumentando a decadente da situação de Goiás em fins do século XIX e no início do século XX, Itami Campos (2003) caracteriza o Estado como periférico, quando comparado com outros estados brasileiros – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia. O autor analisa que as condições desfavoráveis alusivas à economia, à demografia, à conjuntura geográfica, à comunicação e o transporte foram as razões principais que induziram, o Estado de Goiás, a uma situação de periferia. Sobre essa conjuntura goiana, Campos, ressalta que:

A pecuária, com um rebanho expressivo, era a atividade econômica principal do Estado – Goiás detinha 8,8% do rebanho nacional [...]. Mesmo assim, a economia goiana não se destacava no âmbito nacional, pois, além de não ter indústria, não dispunha de um produto agropecuário de importância para o mercado nacional, como era o caso do café para São Paulo e Minas Gerais e do charque para o Rio Grande do Sul. [...] Não somente pela atividade econômica principal, a pecuária, mas também pela concentração populacional na zona rural é que se pode afirmar ser Goiás um Estado agrário por excelência. A afirmativa acima é reforçada pela distribuição da população ocupada: 81,8% dedicavam-se à atividade primária. Apenas 3,25% da população total do estado era proprietária rural, e dos que se ocupavam na agropecuária somente 13,9% tinham terra. [...] As estradas de rodagem, quando havia, eram precárias e, no mais das vezes, cabia a particulares construí-las e explorá-las, já que o poder público não dispunha de recursos para tal. (CAMPOS, 2003, p. 34-37-39).

Conclui-se, portanto, que a situação de “*decadente*” de Goiás, conforme os argumentos Campos, engendrou-se em virtude da:

Pouca importância econômica, pobreza, atraso, baixa densidade demográfica, população rural dispersa e isolada –, somada à pequena bancada de representantes federais, reforça a situação de periferia, tornando o Estado de Goiás também politicamente periférico (CAMPOS, 2003, p. 49).

Contudo, os indícios da modernidade chegaram a Goiás antes da década de 1930. Ou seja, ainda na *Primeira República*, período esse, tido como o responsável pelo atraso do Estado, segundo as representações discursivas dos revolucionários de 1930. Conforme as análises de Itami Campos (1982), na década de 1910, iniciara em Goiás o seu processo de inserção no mercado nacional. Duas razões fizeram-se fundamentais: o desenvolvimento da economia cafeeira no centro-sul do país e a introdução da estrada de ferro no território goiano. Sobre essas razões, Campos observa que:

A expansão do capitalismo no período é associada à ampliação da econômica cafeeira e conseqüentes modificações na divisão social do trabalho, bem como na difusão da rede ferroviária. Em Goiás, por volta de 1914 – início da Primeira Guerra – o processo de expansão capitalista é já perceptível e a ferrovia se apresenta como desencadeador do processo, uma vez que ela vai tornar possível o produto goiano chegar ao mercado. Na medida em que a ferrovia se aproxima de Goiás, vai ocorrendo uma lenta, porém crescente, produção de alimento que é comercializado (CAMPOS, 1982, p. 133).

Em uma análise análoga, Barsanufio Gomides Borges (1994), enfatiza que a economia brasileira especializara-se na produção de bens primários destinados à exportação. A forte demanda por produtos primários no exterior, na década de 1910, fez estimular a expansão da fronteira agrícola para além dos limites do centro-sul e do sudoeste, beneficiando a economia goiana. Todavia, o autor ainda destaca que estes incentivos nacionais somados a outros essenciais como:

A implantação da Estrada de Ferro Goiás e a construção de rodovias favoreceram o crescimento deste movimento migratório e intensificaram a ocupação econômica do Estado. A melhoria dos meios de transporte e comunicação arrancou Goiás do isolamento físico e econômico em que se encontrava. Com a Estrada de Ferro, os grilhões que prendiam a economia agrícola regional a uma situação de estagnação começaram a ser quebrados ao ritmo da expansão dos trilhos. Ao lado da pecuária, a agricultura começou a se organizar como atividade mercantil. Os produtos primários, que antes apodreciam na roça por falta de transporte para escoá-los, passaram a ser largamente exportados (BORGES, 1994, p. 158).

Nota-se, que acanhados indícios de modernização chegavam ao Estado de Goiás antes da década de 1930. O ritmo desses avanços caracterizava-se pela morosidade, mas, mesmo aos passos lentos, o Estado, caminhava para superar o “*isolamento geográfico*”, a “*estagnação econômica*”, a “*retrógrada pecuária e agricultura de subsistência*” e a “*situação de decadência e atraso*” após o colapso da mineração na metade do século XVIII. Estas expressões, entre meados do século XVIII até as décadas iniciais do século XX, tornaram-se palavras de ordem para definir a “*situação catastrófica*” de Goiás. No entanto, a construção das ferrovias e de algumas raras estradas tornaram-se fundamentais para o “*despertar*” da produção agropecuária

goiana de modo a atingir, gradualmente, os mercados nacionais. Sobre esse contexto, Borges afirma que:

Produzindo para seu próprio consumo através da economia de excedente, o estado se beneficia de um mercado que se lhe abre. Neste sentido, deve-se considerar a importância da lavoura de subsistência como reguladora da atividade econômica. Independentemente do mercado, produzia-se e na medida em que a demanda aumenta, tende-se a produzir cada vez mais (BORGES, 1990, p. 102).

Ressalta-se, assim, que a chegada da estrada de ferro ao Estado de Goiás promoveu uma nova dinâmica à economia agrária goiana por meio da valorização das terras, do desenvolvimento de cultivos de grãos e da oferta de mão de obra. Segundo as abordagens de Chaul (2010), entre as décadas de 1910 a 1920, as elites agrícolas das regiões sul e sudoeste tiveram, nesse período, uma rápida e meteórica ascensão econômica. Entretanto, conforme enfatiza o autor,

Controlado por setores ligados economicamente à pecuária, Goiás não direcionou seus esforços de produção à ascensão plena da agricultura. Este quadro permanece por toda a primeira República, e, nos arautos do movimento de 30, a política econômica do Estado sofrerá um rol de alterações marcadas pelo choque de interesses entre agricultores e pecuaristas (CHAUL, 2010, p. 147).

Verifica-se, a emergência de uma futura disputa política entre as “*velhas oligarquias*” – que controlaram o cenário político do Estado da “*Velha República*” até a década de 1930, estes grupos estiveram ligados aos interesses do setor pecuarista dos Caiado – e as “*novas oligarquias*” – representantes do setor agrícola das regiões sul e sudoeste do Estado, que ganharam destaque econômico a partir da década 1910 com a implantação da estrada de ferro no território goiano, e que, posteriormente, passaram a almejar uma maior participação política no que refere-se decisões econômicas do Estado. Não obstante, as “*novas elites*” viram suas pretensões políticas e econômicas ruírem, pelo menos temporariamente, em razão da falta de abertura política expressada no monopólio do poder estatal pelo grupo dos Caiado. Sintetizando o período supracitado, Chaul ressalta que:

Embora a política goiana continuasse dominada mais pelos grupos ligados ao setor da pecuária do que pelos do setor agrícola, a partir de 1913, com a estrada de ferro, a agricultura possibilita vez e voz à lavoura. Com a importância que a agricultura assume, mormente, a partir da década de 1910, os agricultores passam a fazer parte do poder, que ainda é controlado pelos pecuaristas, possuidores de grandes extensões de terra e principais ocupantes dos postos e cargos da administração estadual. Fruto deste desenvolvimento econômico estimulado pela estrada de ferro, vamos notar também o crescimento, mesmo que tímido, de uma oposição liderada especialmente por agricultores, vítimas confessas da política estatal, que os alijava de maior

participação no poder. Estes clamavam por uma maior atuação nas decisões econômicas de Goiás, mas só iriam conquistá-la em 1930, apoiando o movimento que depõe os Caiado do poder. É nesse movimento de 1930 que as regiões sul e sudoeste do estado encontram a necessária correspondência política e seus anseios e potencialidades econômicas (CHAUL, 2010, p. 121).

Abordar a Revolução de 1930, torna-se fundamental para compreender os “*novos rumos*” da política brasileira e goiana. Segundo Boris Fausto (1980), a heterogeneidade é a grande marca do movimento de 1930. Comprovando esta tese, o autor destaca que as forças sociais antagônicas – proletariados, classes médias, tenentistas, burguesia industrial e oligarquias dissidentes – aliaram-se, momentaneamente, por partilharem um objetivo análogo: derrubar do poder Federal a “*velha ordem oligárquica*”. Assim, sobre o caráter heterogêneo na formação do movimento de 1930, o autor salienta que:

O agravamento das tensões no curso da década de vinte, as peripécias eleitorais das eleições de 1930 e a crise econômica propiciaram a criação de um frente difusa, em março/outubro de 1930, que traduz a ambiguidade da resposta à dominação da classe hegemônica: em equilíbrio instável, contando com o apoio das classes médias de todos os centros urbanos, reúnem-se o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores, e as classes dominantes regionais (FAUSTO, 1980, p. 113).

Constata-se, então, uma pretensão por mudança. Os indicativos desta pretensão podem ser enumerados em cinco pontos: o primeiro, refere-se a cisão entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais; o segundo, remete-se a formação da Aliança Liberal¹⁶³ que colocava Getúlio Vargas na disputa presidencial contra Júlio Prestes, representante da oligarquia paulista; o terceiro, atenta-se às reivindicações – políticas, sociais e trabalhistas – dos “*tenentes*”, das classes médias e do proletariado urbano; o quarto, encontra-se conectado as pretensões econômicas da emergente burguesia industrial; e, o quinto, tangencia às frações oligárquicas dissidentes excluídas do poder político. Mas, apesar de “se encontrarem articuladas nacionalmente, as oposições foram derrotadas pelas forças dominantes nas eleições de 1º de março de 1930” (CHAUL, 2010, p. 197). Não aceitando o resultado das eleições de 1930, Getúlio Vargas promoveu um manifesto alegando fraudes e distorções praticadas nas eleições. Abria-se, de fato, o caminho para a Revolução de 1930, que marcaria o fim da República Velha.

¹⁶³ Nas palavras de Boris Fausto a Aliança Liberal “era uma coligação de oligarquias dissidentes cujos nomes ilustres não visavam outra coisa senão pressionar a burguesia de São Paulo e obter concessões. No seu interior se encontravam, porém, alguns quadros jovens que sem diferenças ideológicas essenciais como os velhos oligarcas deles se distanciavam por uma disposição de alcançar o poder pelo caminho das armas, se necessário. Além da existência destes quadros, a possibilidade de contar com a articulação dos tenentes e apoio das classes médias eram os elementos capazes de alterar os dados de uma tranqüila sucessão”. Ver em FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*, 1980, p. 97.

Sobre a transição da “*Velha República*” para a “*Nova República*”, Ruben George Oliven sintetiza que:

A República Velha se caracterizou pela descentralização política e administrativa, a República Nova reverte essa tendência e acentua uma crescente centralização nos mais variados níveis. Em poucas palavras, estas mudanças foram a formação de uma indústria de substituição de importação de bens não duráveis, o crescimento de cidades que eram centros de mercados regionais, a crise do café, a falência do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias [...] e o surgimento de revoltas sociais e militares que começaram na década de vinte e culminaram com a Revolução de 1930. Esses processos em curso durante a República Velha e as consequências da crise mundial em 1929 colocaram em marcha mudanças que afetaram o país de modo fundamental. É a partir desse período que um aparelho de Estado mais centralizado é criado e que o poder se desloca crescentemente do âmbito regional para o nacional (OLIVEN, 1992, p. 39).

Certifica-se, que a Revolução de 1930 torna-se um divisor de água na história política brasileira. Décio Saes (1975) afirma que esse movimento foi liderado pelas oligarquias dissidentes e apoiado pelas classes médias urbanas, tendo a ambição de provocar mudanças no cenário político brasileiro¹⁶⁴. A vitória da Revolução inaugurou um novo quadro político no Brasil, conforme analisa Boris Fausto:

Abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para essa situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem na intocabilidade sagrada das relações sociais do campo (FAUSTO, 1980, p. 113).

Inicia-se, com a Revolução de 1930, a denominada “*Era Vargas*” (1930-1945), caracterizado pela emergência de um “*Estado de Compromisso*”, que reunia elementos políticos, econômicos e sociais baseados: no autoritarismo político, no intervencionismo econômico, no nacionalismo, no trabalhismo, no populismo, no incentivo à indústria, na burocratização estatal e no projeto de integração nacional¹⁶⁵. A “*Nova República*” ou também conhecida como “*Era varguista*”, nesta perspectiva, buscou legitimar seus projetos políticos mediante práticas discursivas fundamentadas nas “*utopias*” de progresso e modernidade.

¹⁶⁴ Com a intensificação do processo de urbanização no Brasil, mais tornavam-se análogas os interesses político-eleitorais das camadas médias, por isso, ora vinculavam-se às oligarquias situacionistas e ora às oligarquias dissidentes. Ver em SAES, Décio. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*, 1975, p. 15.

¹⁶⁵ Ver em FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*, 1980.

Em Goiás, a Revolução de 1930 conduziu mudanças de ordem política, econômica e cultural. A transformação política foi marcada pela ascensão de Pedro Ludovico e das oligarquias rurais do sul e do sudoeste goiano no poder do Estado, extirpando gradualmente o domínio político da “*velha oligarquia caiadista*”. A “*nova política*” goiana marcada pela “*Era Ludoviquista*” aliara-se a plataforma política nacional “*getulista*” baseada nos pilares discursivos de modernidade e progresso. A transformação econômica pode ser destacada pela consolidação da hegemonia financeira das oligarquias das regiões sul e sudoeste do Estado e pelos investimentos estatais regionais e federais característicos do *intervencionismo econômico* da “*Era Vargas*”, que tinha a pretensão de fortalecer os setores: agropecuário, industrial e terciário. Por último, não menos importante, a transformação cultural foi promovida a partir da emergência de um “*espírito de renovação*”, que atingiu grande parte dos indivíduos goianos seduzidos pelas “*discursividades mudancistas*” abalizadas nas ideias de transformação das coisas para alcançar um “*futuro promissor*”. Nas palavras de Palacín, o movimento de 1930 “*tinha a ilusão, ou a ambição, de ser uma ruptura total com o passado. Um começo radical*” (PALACÍN, 1976, p. 21).

Reflexos do movimento de 1930 em Goiás devem ser destacados. De acordo com Ana Lúcia da Silva (1982), esse movimento esteve amparado na ideia de superação do quadro de atraso do Estado. Sobre esse contexto, Silva argumenta que:

O conjunto de medidas tomadas após 1930 pelos governos federal e estadual, ou seja, a supressão das barreiras comerciais, a intervenção no mercado de trabalho, a criação de Goiânia e a Marcha para o Oeste, criou condições para acelerar a expansão do capitalismo em Goiás, gerando uma série de transformações na região (SILVA, 1982, p. 190).

Nota-se, que no espectro de Silva, a Revolução de 1930 promoveu a superação da condição de atraso da economia goiana em razão dos esforços tanto do Governo Estadual quanto do Governo Federal mediante às ações como a edificação de uma Nova Capital, ao aumento dos meios de transportes e comunicação, ao crescimento demográfico e, por último, a expansão das fronteiras agrícolas do Estado.

As diretrizes da Revolução de 1930 em Goiás obedeceram a lógica do movimento nacional, mas também engendrou as especificidades do contexto goiano. No Estado goiano, até o êxito da Revolução, havia-se uma predominância hegemônica do poder político nas mãos dos

grupos oligárquicos tradicionais¹⁶⁶. Nas argumentações de Chaul, tal “hegemonia tinha como base o domínio da propriedade da terra, possibilitando aos coronéis estenderem seus mandos aos centros urbanos” (CHAUL, 1999, p. 42).

Sobre esta situação política goiana, Silva (1982) explana que os centros urbanos do Estado – até mesmo a capital, a cidade de Goiás – apresentavam uma letargia no que refere-se a dinâmica urbana, bem como, precariedades nos meios de comunicação e transporte e a morosidade econômica. Analisando essa conjuntura econômica desfavorável do Estado, a autora considera que:

Goiás não estava integrado ao complexo agrário-exportador que comandava a economia nacional, sua função principal era produzir excedentes alimentares para abastecer as cidades que comandavam o setor de mercado externo e, nesta perspectiva, a população goiana estava ligada às atividades agropastoris e seus núcleos urbanos tinham mais um caráter de formações urbanas em meio rural do que propriamente caráter de cidades (SILVA, 1982, p. 30).

Compreende-se, que a “*vocação agrária*” do Estado de Goiás favorecia no que acena às relações de poder, o domínio das oligarquias rurais tradicionais não somente nos limites do campo, mas também nas cidades. Argumentando sobre a dependência dos centros urbanos goianos em relação as atividades econômicas do meio rural, Silva (1982) enumera que na década de 1920, em Goiás, existiam apenas 16 indústrias e 244 operários, isto é, o setor industrial era muito embrionário¹⁶⁷. Demonstra a fragilidade econômica das atividades urbanas, bem como, a ausência de grupos sociais urbanos – como exemplos industrialistas e operários – com força política nas cidades.

Todavia, Eliane Dayrell (1974) enfatiza que as classes médias foram as principais condutoras da Revolução de 1930 no Estado de Goiás e, por isso, as mais beneficiadas com o êxito deste movimento. Conforme a autora, as forças políticas “que se formaram em âmbito federal e aí afugentaram as pressões das classes médias encontraram em Goiás a adesão das classes ao movimento revolucionário que, embora apoiadas por oposições oligárquicas locais, vão assumir o poder” (DAYRELL, 1974, p. 61).

Na ótica de Dayrell (1984), a formação da classe média nos centros urbanos de Goiás se deu no momento em que os jovens de famílias tradicionais saíram para os grandes centros

¹⁶⁶ As oligarquias tradicionais regionais, aqui, referem-se as elites rurais ligadas a família dos Caiado da cidade de Goiás, a capital do Estado. Com a Revolução de 1930, novas oligarquias – as elites rurais do sul e sudoeste do Estado – ascenderam ao poder sob representação do médico Pedro Ludovico Teixeira.

¹⁶⁷ Ver em SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 1930 em Goiás*, 1982, p. 30.

do país em busca de uma formação acadêmica, ou seja, superior. Deste modo, a “*juventude elitista*” estava seduzida, segundo afirma a autora:

Pelos padrões de progresso observados nas regiões mais desenvolvidas, mediante o ‘atraso’ observado em seu Estado de origem, aderem quase majoritariamente ao projeto de desenvolvimento da região, a partir daqueles padrões – urbanos, modernos (DAYRELL, 1984, p. 54).

Observa-se, que a “*juventude elitista*” após concluir os estudos acadêmicos retornava ao Estado de origem e, em muitos casos, vários jovens tornaram-se líderes imbuídos de uma ideologia progressista, urbana e moderna que conduziria as correntes oposicionistas formados pelas novas oligarquias e pelas oligarquias dissidentes lesadas em virtude do domínio e das ações políticas das oligarquias tradicionais – que simbolizavam o “*velho*”, o “*antigo*” e o “*atraso*”. Parafraseando Dayrell, “Goiás diante da ausência da industrialização, como da ainda perplexa incorporação dos setores agrários a uma ordem ainda estranha aos desígnios das atividades rurais, restará aos setores urbanos a liderança desse processo” (DAYRELL, 1984, p. 55). Compreende-se, assim, a existência de uma certa convergência de interesses entre as classes médias urbanas e as oligarquias rurais, conforme ressalta Silva, as classes médias:

Na prática dependiam totalmente do universo econômico, político e cultural das oligarquias rurais. As chamadas classes médias em Goiás foram as aliadas naturais das oligarquias, ajudando-as na manutenção da dominação sobre o restante da população (SILVA, 1982, p. 32).

Politicamente teve-se na “*Velha República*” uma hegemonia das oligarquias tradicionais¹⁶⁸ no que refere-se a política nacional e regional, bem como, o domínio econômico das regiões por estas elites. Este quadro político brasileiro e goiano favoreceu, segundo Chaul, a constituição de classes médias “carentes em níveis nacionais e regionais de um projeto próprio”, por essa razão, “as camadas médias se inserem no projeto das oligarquias e o respaldam. Em 1930, em Goiás, tal respaldo se torna mais real, com o apoio que essas camadas sociais dão aos grupos oligárquicos dissidentes, engajados na Aliança Liberal” (CHAUL, 1999, p. 44).

¹⁶⁸ As oligarquias tradicionais em âmbito nacional acenam, especialmente, as elites rurais ligadas ao Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Republicano Mineiro (PRM), que dominaram o poder do Executivo Federal, até a dissidência mineira, que, resultou na criação da Aliança Liberal e, posteriormente, encabeçou a Revolução de 1930 – permitindo a ascensão política de novas oligarquias.

De acordo com Silva (1982), em Goiás, as classes médias urbanas eram compostas por profissionais liberais – advogados, engenheiros, comerciantes, médicos, entre outros – que encontravam-se ideologicamente ligados:

Aos grupos oligárquicos e, muitas vezes, foram os elementos fundamentais de ligação entre proprietários rurais e os eleitores. Entre eles e os proprietários rurais não haviam antagonismos de classes, mas complementariedade no domínio sobre o restante da população. Na medida mesmo em que a sociedade se torna mais complexa, os profissionais liberais se tornam os aliados necessários para o domínio do município e do Estado (SILVA, 1982, p. 35).

Configura-se, no Estado de Goiás uma disputa de caráter político e econômico entre as oligarquias. Isto é, esta ruptura foi caracterizada pelo rompimento entre as oligarquias do sul e do Sudoeste em relação à oligarquia caiadista da cidade de Goiás, a capital, hegemônica no poder político do Estado. Tal rompimento, conforme argumenta Chaul: “fez com que as oligarquias dissidentes se unissem à aliança liberal – chegando a conquistar o poder, pela via armada, em 1930” (CHAUL, 1999, p. 45).

A Revolução de 1930 trouxe consequências ao Estado de Goiás no que acena as questões de ordem política, econômica, social e cultural. Segundo a visão de Silva (1982), após 1930, em Goiás, materializou-se em termos políticos a alternância de oligarquias no poder, permanecendo assim, o poder político atrelado às questões agrárias. Ou seja, a “*vocação agrária*” do Estado não modificou-se com a Revolução de 1930. Sintetizando essa questão, Itami Campos (1977) afirma que “em Goiás a produção, a população e a vida em geral eram fundamentalmente agrárias. Características que aliás não se alteram com a Revolução de 1930” (CAMPOS, 1977, p. 31).

No tocante das questões econômicas, Silva (1982) e Chaul (1999), (2010) atestam que as relações econômicas conservaram-se densamente conectada a terra, mesmo após o movimento de 1930. Contudo, a hegemonia política e econômica antes configurada na oligarquia caiadista transferiu-se para as oligarquias do sul e sudoeste do Estado de Goiás¹⁶⁹. Sobre as questões sociais e culturais, Dayrell (1984) ressalta que com a Revolução de 1930 a afirmação política das classes médias – que não era algo novo – tornou-se mais frequente nas representações políticas goianas. A autora ainda destaca que com a ascensão política das classes médias – médico, engenheiros, advogados, comerciantes e outros profissionais liberais – fizeram-se emergir também uma mentalidade burguesa pautada nas “*utopias*” de progresso e

¹⁶⁹ Ver em SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 1930 em Goiás*, 1982, p. 87-90; CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 32-50; CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, 2010, p. 193-208.

modernidade inspirada nos moldes europeus que percorriam os grandes centros urbanos brasileiros e, que na década de 1930, adentrava-se no Estado de Goiás com maior evidência¹⁷⁰.

Em suma, a Revolução de 1930 em Goiás simbolizou um período de transição¹⁷¹, que entre rupturas e permanências assinalou novos rumos no que traceja os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais ao Estado. O “*novo governo*” representado pelo médico Pedro Ludovico Teixeira e seus aliados políticos buscou legitimar-se por meio de práticas discursivas imersas nas diretrizes do progresso e da modernidade. Todavia, para consolidar a quimera do “*novo*”, do “*moderno*”, do “*desenvolvimento*” tornou-se fundamental criar uma estratégia política com o escopo de extirpar de vez, qualquer ameaça e ranço oriundos das oligarquias representantes do “*antigo*”, do “*arcaico*”, do “*atrasado*” de modo a promover uma continuação de Pedro Ludovico e seus aliados no domínio político do Estado. Essa estratégia política retomava uma ideia antiga que havia percorrido Goiás nos séculos XVIII e XIX, mas que na década de 1930 recrudescceu: a mudança da capital.

Em Goiás, a ideia da mudança da capital fez-se presente pela primeira vez, ainda no período colonial, mais precisamente no período da mineração. As motivações da mudança encontravam-se “seja nos descaminhos do ouro, seja na necessidade de alterar o marasmo global de uma região rica em minérios e pobre em motivação social” (CHAUL, 1999, p. 66). Conforme destaca Palacín (1976), foi, por volta de 1754, que o governador da Capitania de Goiás, o Conde dos Arcos, lança a ideia da mudança da capital argumentando à Coroa portuguesa as deficiências climáticas e as precariedades de comunicação e transporte de Vila Boa (atual cidade de Goiás), a sede administrativa da Capitania. Por isso, sugeriu a mudança da capital de Vila Boa para Meia Ponte (atual Pirenópolis). Mas contra esse discurso fundamentado no *determinismo geográfico* “estava em 1754 o instinto de poupança do governo português: o custo dos edifícios públicos a construir impediu desta vez a mudança” (PALACÍN, 1976, p. 12).

No Império brasileiro, mas precisamente, em 1830, a ideia da mudança da Capital ressurge com o então, presidente de Província, o marechal-de-campo Miguel Lino de Moraes, que manifestava-se favorável à mudança. Deste modo, Miguel Lino propôs a mudança da sede

¹⁷⁰ Ver em DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB-GO: 1936-1948*, 1984, p. 30-55.

¹⁷¹ Para Chaul, o período de transição “vai de 1930 ao pós-1937 – rumo ao autoritarismo governamental, que teve em 1937, com a decretação do Estado Novo, seu principal momento. Goiás e seu contexto histórico nos permitem avaliar o processo histórico conduzido no pós-1930 rumo a tal autoritarismo”. Portanto, no contexto goiano o período de transição “é a passagem de uma economia e sociedade agrária para uma estrutura considerada de modernização; uma passagem que pode compreender a transição da estrutura de poder oligárquica para o domínio capitalista burguês”. Ver em CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 48 e 55.

administrativa da Província para Água Quente, situada ao norte, região mais povoada e de comércio mais fraco. Segundo os apontamentos do historiador Americano do Brasil: “A opinião não agradou ao espírito da histórica bacia do Rio Vermelho, onde uma lenda, resultante de má interpretação colocou as antigas malocas dos Goiás” (BRASIL *apud* SABINO JÚNIOR, 1980, p. 31).

Ainda no Império, outro presidente de Província, Couto de Magalhães, em 1863, apoia a ideia de mudança da capital, destacando os entraves de ordem econômica e social da cidade de Goiás, a sede administrativa. Sobre as problemáticas da capital da Província, o presidente da Província relatou:

Temos decaído desde que a indústria do ouro desapareceu. Ora, a situação de Goiaz era bem escolhida quando a província era aurífera. Hoje, porém, que está demonstrando que a criação do gado e a agricultura, valem mais do que quanta mina de ouro há pela província, continuar a capital é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a indústria que indicou a escolha deste lugar. As povoações do Brasil foram formadas a esmo; a economia política era uma ciência desconhecida, de modo que o governo ainda que quisesse não poderia dirigir com acerto essas escolhas: hoje, porém assim não é. Uma população de 5 000 homens colocada em lugar desfavorável, não pode nada mais produzir, do que o necessário a sua nutrição (MAGALHÃES *apud* LIMA, 1942, p 85).

Todavia, além das questões econômicas e sociais, o presidente da Província de Goiás, Couto de Magalhães, também enumerou problemas referentes: a salubridade, a saúde física e mental, ao transporte e a posição geográfica da cidade de Goiás, como exposto em sua narrativa:

Quanto a salubridade, não conheço, entre todos os lugares por onde tenho viajado (e não poucos) um onde se reúnam tantas moléstias graves. Quase se pode asseverar que não existe aqui um só homem são ... Os meios de transporte são imperfeitos, a situação da cidade encravada entre serras faz com que sejam péssimas e de difícil trânsito as estradas que aqui chegam. Em uma palavra... Goiás não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne para ser abandonada (MAGALHÃES *apud* PALACÍN, 1976, p. 13).

A ideia de mudança da capital permanece na recém instalada República, em 1890, o presidente do Estado de Goiás, Rodolfo Gustavo da Paixão, criticou rigorosamente as condições higiênico-sanitárias e de saúde da cidade de Goiás. Condenando a péssima situação da capital, o presidente do Estado maldizia:

Espreguiçando-se às margens do rio Vermelho, mas curtindo uma verdadeira sede de Tântalo, visto como a água viscosa deste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é e nem pode ser convenientemente distribuída às casas, porque fornecida pelo único chafariz existente e parcas fontes, carece das condições de abundância e potabilidade; desprovida de bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as matérias fecais, sem

escoamento entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas, e absorvidas pelo sub-solo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinário abertos nas proximidades daqueles focos de infecção, a decadente Vila Boa, hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão de em breve, transformá-la em vasta necrópole, onde a morte campeie com todo seu cortejo de horrores (PAIXÃO *apud* LIMA, 1942, p. 91).

A ideia de mudança mesmo ainda não materializada, perduraria entre os legisladores goianos mediante os escritos constitucionais do anteprojeto de 1891 e nas reformas de 1898 e 1918, que previam no artigo 5º: “A cidade de Goiás continuará a ser a capital do Estado, enquanto outra cousa não deliberar o Congresso” (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DE GOIÁS *apud* MONTEIRO, 1938, p. 18). Reforçando a ideia de mudança, em 1918, um contrato firmado entre o Estado e a Empresa de Força e Luz da cidade de Goiás determinava na clausula 35.^a que:

Se a capital do Estado for mudada para outra localidade, a Empresa fica com o direito de montar aí o serviço de iluminação e força elétrica, continuando com o privilégio até terminar o prazo do contrato (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 93).

Mesmo com todas as discursividades adversas a permanência da capital na cidade de Goiás, a mudança não seria efetivada ainda. Mas esse panorama alteraria, quando na década de 1930, a ideia de mudança da capital tornar-se-ia um dos mecanismos encontrados para legitimar a Revolução e também de afastar cada vez mais do poder político do Estado a “*velha oligarquia caiadista*”.

Imprimia-se, assim, o ressurgimento de uma ideia antiga que pautava-se na mudança da capital. Em 1930, um dos chefes das tropas revolucionárias que entrara em Goiás, o Dr. Pinheiro Chagas, proferiu um discurso no comício de exaltação da revolução vitoriosa, que frisava: “a necessidade de mudança da Capital para um lugar mais acessível, para maior desenvolvimento do estado” (CHAGAS *apud* CÂMARA, 1973, p. 32). Não obstante, admitindo as *pretensões mudancistas* de seu companheiro revolucionário, em relatório enviado ao Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, em 1933, o interventor Pedro Ludovico proclamava que:

O ambiente de sadia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de 30, não ficou, felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação operou-se também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou neste Estado veio proporcionar à ideia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para a ambicionada realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande Estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem, revolucionário na oposição; hoje revolucionário no governo não poderíamos permanecer surdo à vontade incontestável da maioria do povo goiano, de cujos anseios

nos cumpre ser o defensor (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 122).

Detectando as razões do atraso do Estado de Goiás, Pedro Ludovico via na mudança da capital à solução de todos os problemas da região. Sobre a *‘tese mudancista’*, o interventor defendia que:

Pondo-nos em contato permanente, diário e intensivo, com as necessidades de Goiaz, estudando-as nas suas fontes, perquirindo, observando, analisando detidamente as causas que tem impossibilitado o desenvolvimento econômico de um Estado rico de reservas naturais como este, chegamos à convicção, já agora cimentada por mais de 30 meses de governo e investigações, de que a mudança da capital não é apenas um problema na vida de Goiás. É também a chave, o começo de solução de todos os demais problemas. Mudando a sede do governo para um local que reúna os requisitos de cuja ausência absoluta se ressentia a cidade de Goiás, teremos andado meio caminho na direção da grandeza desta maravilhosa unidade central (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 121).

Associava-se, a mudança da capital a ideia de *“renovação”* e *“regeneração”* do Estado de Goiás, isto é, a ruptura com o *“passado infausto”*, criando uma *“nova realidade”* marcada pelo progresso. Nesse sentido, Goiás, a *“velha capital”*, segundo argumenta Palacín:

Passou a significar na mente dos revolucionários a inércia, o atraso secular confrontando com o ímpeto criador da revolução. Significava a politicagem das oligarquias dispostas frente a limpidez transparente dos verdadeiros democratas. Significava, sobretudo, os homens da *“república velha”* com seus densos sistemas de relações pessoais e suas articulações de poder. Por isso às razões geográfico-econômicas da mudança, já antigas, a partir de 30 há que acrescentar a compulsão psicológica da mudança nos homens da Revolução. A mudança como libertação do passado e como criação de um mundo novo (PALACÍN, 1976, p. 22-23).

Neste cenário de transição, Pedro Ludovico foi nomeado interventor federal do Estado de Goiás, em novembro de 1930, substituindo à Junta Revolucionária. O panorama político era favorável aos *anseios mudancistas* do interventor. Sobre a situação privilegiada de Pedro Ludovico, Palacín afirma que:

Sem compromissos com os eleitores, sem Assembleia, livre ante os interesses e as pessoas do sistema antigo, só era responsável para com a Revolução – uma revolução sem programa –, isto é, ante o êxito de seus próprios empreendimento. A construção da nova capital oferecia uma oportunidade única: a possibilidade de continuar revolucionário depois da revolução (PALACÍN, 1976, p. 27).

Identifica-se, que a ausência de um programa político definido possibilitou ao chefe do governo provisório do Estado de Goiás criar uma plataforma política pautada na ideia de mudança da capital, com o escopo de perpetuar-se no poder.

A Revolução de 1930 e a ascensão política de Pedro Ludovico Teixeira no Estado de Goiás inauguraram uma nova fase para Goiás, isto é, a “*Era Ludoviquista*” buscou extirpar ideia cristalizada de atraso do Estado mediante as práticas discursivas atreladas a concepção de progresso, criando uma “*nova identidade*” à Goiás. Deste modo, o interventor federal Pedro Ludovico, estrategicamente, combateu incessantemente o domínio político da “*velha oligarquia caiadista*” concentrada na sede administrativa do Estado, a cidade de Goiás. Não obstante, o interventor Federal e seus aliados políticos proferiam discursos que articulavam os vocábulos: “*decadência*”, “*atraso*”, “*isolamento*” e “*pobreza*” com o objetivo de forjar imagens e representações alusivas ao “*passado calamitoso*” que encontrou-se o Estado durante o domínio político das velhas oligarquias goianas dos *Bulhões-Caiados-Jardim*, estas famílias oligárquicas simbolizavam os “*antigos donos*” do poder político da “*Velha República*” desarticulada e suprimidas com a Revolução de 1930.

Buscava-se, então, uma prosperidade para Goiás. A “*Nova República*” recém instalada por meio da Revolução de 1930, teve o escopo de romper com o “*passado funéreo*” para inaugurar um “*futuro promissor*”, ou seja, marcado por uma “*nova era*” de progresso e modernidade para Goiás. Na visão de Nasr Fayad Chaul,

Estas ideias representaram, [...], uma forma política que os críticos da situação utilizavam para desqualificar seus adversários. Posteriormente, irão significar as bases e parâmetros com os quais os arautos de 30 contarão para desconceituar, política e economicamente, os grupos dominantes na Primeira República. Com o auxílio deste artifício, lançando mão dos argumentos de decadência e atraso, os grupos em ascensão procurarão construir a ideia de modernidade, confrontando o velho com o novo, o atrasado com o moderno, o decadente com o próspero. Para estes, Goiás não teria sido despertado pelo apito do trem e só viria a acordar econômica e politicamente após 1930, quando então viveria a antítese de seu passado: a modernidade, ideia salvacionista que afloraria para tirar Goiás da decadência e do atraso (CHAUL, 2010, p. 166).

Percebe-se que, para Chaul (2010), a modernidade em Goiás foi pautada no pensamento mudancista da década de 1930, através do “*renascimento*” de uma antiga ideia que retomava um interesse fundamental: *a mudança da capital*. Nesse sentido, a modernidade foi construída em Goiás, conforme o autor, enquanto representação. As práticas discursivas pautaram-se nas “*análises depreciativas*” dos períodos que antecederam a Revolução de 1930. Ainda na concepção do autor, a modernidade seria uma representação construída pelos mudancistas com o objetivo de desvencilhar das antigas oligarquias o domínio político do Estado, buscando

acusá-los e responsabilizá-los pelo estágio de atraso e decadência que se encontrava o Estado de Goiás, além da incapacidade da cidade de Goiás continuar sendo a capital do Estado¹⁷².

Nota-se, então, que os discursos produzidos pelos mudancistas defendiam como solução maior dos problemas do Estado de Goiás: a construção de uma Nova Capital projetada nos princípios urbanísticos modernos. Goiânia seria construída como uma estratégia política para que o interventor Federal Pedro Ludovico e seus aliados políticos perpetuassem no poder. Nas práticas discursivas mudancistas a Nova Capital aparece como “a grande bandeira dessa pretensa modernidade sertaneja” (GONÇALVES, 2002, p. 21). Neste espectro, Eliézer Cardoso de Oliveira enfatiza que a “*imagem de Goiânia*” é utilizada como um discurso cristalizado,

[...] empregado por diversos grupos sociais, a exemplo do discurso que considera Goiânia uma cidade moderna e construída pelos mudancistas para legitimarem suas posições perante os seus adversários. Esse discurso cristalizou-se e foi apropriado por diversos outros discursos sobre a cidade, como o da academia, da imprensa, da literatura etc., embora coexistisse, paralelamente, com um outro discurso, o discurso crítico, ou contra discurso (OLIVEIRA, 2005, p. 138).

A prosperidade do Estado foi pauta *sine qua non* das discussões políticas do Estado na década de 1930. As *práticas discursivas* relacionadas ao futuro político e econômico de Goiás produziram dicotomias peculiares da modernidade, isto é, engendrou-se representações ambivalentes expressadas nos vocábulos: “*atraso e progresso*”, “*velho e novo*”, “*moderno e tradicional*”. Buscando compreender as representações da modernidade em Goiás, Chaul pondera que:

Goiânia será o símbolo maior da modernidade ou do progresso em Goiás. A representação da nova capital reuniu o tradicional e o moderno, expressos tanto nas formas como nos debates sobre a pertinência ou não da realização desta obra, nos quais ficam demonstradas as contradições daquela sociedade ao se confrontar seu *modus vivendi* com a questão da modernidade. Entre perplexidade e a fascinação, a ideia de progresso iria sustentar as propostas políticas dos homens dos anos 30 em Goiás, trançando caminhos sinuosos e arquitetando novas formas de representação (CHAUL, 2010, p. 170).

Inicialmente, o interventor Pedro Ludovico, mesmo associado a “*plataforma política varguista*” calcada na “*bandeira do progresso, do novo, do moderno*”, encontrava-se ainda sem grande expressividade política no Estado Goiás. Por isso, Pedro Ludovico utilizou uma estratégia política para combater as oligarquias rurais ligadas a família Caiado, que durante décadas dominaram o cenário político goiano. Este mecanismo de poder empregado pelo

¹⁷² Ver em CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, 2010, p. 169-220.

“*Doutor Pedro*” calhou-se na ideia de edificar uma Nova Capital com o escopo de manter-se no poder, afastando seus inimigos do controle político do Estado.

Deve-se ressaltar, que a ideia de mudança da capital não baseou-se apenas nos anseios de Pedro Ludovico perpetuar-se no poder do Estado de Goiás suprimindo do poder seus inimigos políticos, mas também amparou-se nos *discursos modernos* pautados nos anseios de progresso e modernização econômica do Estado. A edificação de uma Nova Capital, inexoravelmente, representaria a inserção de Goiás na modernidade.

A representação de modernidade, em Goiás, remete a noção do pensamento progressista do século XVIII e, especialmente do século XIX, no qual buscou-se a constituição de uma “*nova civilização*” engendrada na *razão-técnico-científica*, isto é, na emergência de uma “*sociedade moderna*” capaz de racionalizar-se de maneira a desenvolver-se, obtendo o progresso. Sobre a ideia de modernidade no contexto goiano da década de 1930, Chaul sintetiza que:

A modernidade, sinônimo de progresso à época, era o manto que cobria a mudança da capital, embora à estrutura fundiária. Modernidade aqui está entendida dentro da visão dos grupos políticos que se assenhoram do poder em 1930: como progresso, o culto do novo e a rejeição do passado, como forma de introduzir Goiás no cenário nacional. Goiânia representava, por assim dizer, a etapa do moderno em Goiás [...]. Com a edificação de nova capital, Pedro Ludovico Teixeira não só estaria concretizando seu ideal político de se sustentar no poder, como também passaria a contar, cada vez mais, com o apoio dos grupos políticos do sul e do sudoeste do estado ao representar seus interesses. De quebra, criaria um novo centro de poder político, distante dos grupos depositos pelo movimento de 1930. Em suma, Goiânia serviu de estratégia política para seu mentor, Pedro Ludovico, em uma época em que o governo era provisório e ele, o governante, um interventor indo ao encontro das eleições de 1933, que elegeriam os representantes governamentais e senatoriais para o ano seguinte. A ideia de mudança da capital era uma bandeira eleitoral que ocultava a verdadeira face de seu intento: não se tratava apenas de deslocar os Caiado do centro de poder; Goiânia representava o veículo de condução político-burocrática capaz de levar o estado a uma maior inserção no mercado nacional, a uma dinamização do processo de acumulação capitalista nas fronteiras economicamente mais desenvolvidas de Goiás (CHAUL, 2010, p. 235-236).

Identifica-se, que o protejo de modernização de Goiás norteava-se em cinco pontos fundamentais: mudar a capital; afastar as “*velhas oligarquias*” – o grupo dos Caiado – do poder; manter a chefia do executivo estadual sobre o controle de Pedro Ludovico; elevar as “*novas oligarquias*” – a elite agrária da regiões sul e sudoeste do Estado – à hegemonia política; e, não obstante, impulsionar o progresso e integração do Estado de Goiás. No entanto, o ponto inovador da “*política ludoviquista*” foi empregar um dispositivo político para legitimar e materializar os seus “*estratagemas de poder*”: o saber científico, especialmente, o saber médico. Nos termos elaborados por Chaul, ao “*valer-se do saber médico como forma de controle político do estado, Pedro Ludovico incorporou a problemática da higiene pública*”

(CHAUL, 2010, p. 212). A higiene pública, portanto, tornar-se-ia o instrumento empregado pelos médicos, segundo versa Machado:

Para dar à medicina estatuto político próprio, o que significa seu aparecimento como um poder capaz de tomar parte efetiva nas medidas de organização, controle e regularização da vida social. Propondo projetos, elaborando teorias, criando instituições, a medicina, [...], penetra na sociedade (MACHADO, 1978, p. 258).

Foi, pois, a partir dos “*discursos médico-sanitaristas*” que o interventor Pedro Ludovico e seus correligionários pretendiam fortalecer a “*tese mudancista*”, apontando as causas do atraso do Estado de Goiás. Identifica-se, portanto, que os “*discursos mudancistas*” advindos dos saberes científicos *médico-higienista-sanitárias* foram um dos dispositivos políticos encontrados por Pedro Ludovico e seus correligionários para a legitimar e materializar as suas “*vontades políticas*”: a mudança da capital e a permanência no poder do Estado de Goiás. É sobre o *discurso médico-sanitarista* como instrumento político do *Governo Ludovico* que permearam as discussões do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – A NOVA CAPITAL DE GOIÁS: O DISCURSO MÉDICO-SANITARISTA E AS NOVAS CONCEPÇÕES URBANÍSTICAS

Ao buscar analisar o papel da medicina em Goiás na década de 1930, torna-se fundamental valer-se das reflexões teóricas de Michel Foucault, no que refere-se à medicina social enquanto caráter social, coletiva e urbana. Conforme afirma Foucault, a “*Medicina de Estado*” reagrupa dois feitos: o primeiro buscar produzir um saber “cujo o objeto é o Estado”; e o segundo “designa [...] os métodos que ajudam o Estado a produzir e acumular os conhecimentos que lhe permitem garantir seu funcionamento” (FOUCAULT, 2011, p. 405-406). Buscando compreender o contexto goiano a partir das proposições foucaultianas, observa-se que Pedro Ludovico Teixeira, por meio da medicina moderna, buscou promover uma “*Reforma Sanitária Geral*” no Estado de Goiás. Todavia, as suas pretensões *higiênico-sanitárias* falharam em razão das limitações econômicas do seu governo. Mas apesar das limitações de seu programa sanitário, o médico-interventor implantou, em certa medida, uma “*Medicina de Estado*”, mediante a elaboração do *Regulamento de Saúde Pública de 1931*, que apresentou um arcabouço *técnico-científico* que laborou de modo a produzir “*discursos oficiais*” fundamentais à normalização da “*tese mudancista*”. O *Regulamento* de 1931, nesse espectro, cunhou os alicerces discursivos essenciais às argumentações contrárias à continuação da Cidade de Goiás no posto de Capital do Estado e, ainda, ofereceu elementos para constituir no Estado, o que Foucault conceitua de “*Medicina Urbana*”, “assentada aparentemente não na estrutura estatal[...], mas em um fenômeno inteiramente diferente: a urbanização” (FOUCAULT, 2011, p. 410). Em outras palavras, uma medicina amparada nos princípios do planejamento urbano fundamentais à construção de uma Nova Capital – Goiânia.

A ciência moderna constituiu-se em um importante instrumento político adotado pelo interventor Pedro Ludovico para afastar seus opositores do poder, bem como, também servir de sustentáculo para legitimar outro projeto: a edificação de uma Nova Capital, a cidade de Goiânia. A modernidade goiana, nesta perspectiva, vinculava-se a uma racionalidade forjada na crença de que a “razão-técnico-científica” seria a *mola impulsora* do progresso humano. É sobre esse feito científico que Pedro Ludovico Teixeira “se apresenta [...] como portador de um saber especial, como quem está preparado para resolver as dificuldades dos homens (OLIVEIRA, 2005, p. 149)”.

Constata-se, conforme as análises de Oliveira (2005), que o Interventor se colocava como um representante do saber moderno, ou seja, como um “*homem da ciência*” que possuía

habilidades e competências especiais, por isso, enquadrava-se sobre o prisma de um perito – “*especialista*” – responsável pela promoção da modernidade goiana¹⁷³. Esta imagem de Pedro Ludovico era legitimada pelos “*discursos oficiais*”, que apresentavam o Interventor, como um “*agente indutor*” do progresso de seu povo e conseqüentemente de seu Estado. Assim, a “*Era ludoviquista*” pautou-se em um dos pilares da modernidade: a “*razão-técnico-científica*” como instrumento de poder para promover o domínio político e social fundamentais ao labor de governar.

A “*racionalidade-científica*” tonar-se a arma política de Pedro Ludovico para (re)organizar de modo a “*curar*” o Estado de Goiás das “*mazelas*” deixadas pelas antigas administrações. Para alcançar este objetivo, o Estado deveria racionalizar-se nos moldes da ciência moderna de modo a incentivar o desenvolvimento, isto é, o progresso.

Foi nessa perspectiva, que o saber médico, um dos campos da ciência moderna, tornou-se um dos mecanismos políticos utilizados por Pedro Ludovico e seus correligionários para legitimar e, não obstante, materializar a construção de Goiânia – a Nova Capital atuaria como centro dinamizador responsável por impulsionar modernização do Estado – bem como, manter-se no poder do Estado, favorecendo a ascensão das novas oligarquias– do sul e do sudoeste goiano – e das classes médias: advogados; engenheiros; médicos; farmacêuticos; jornalistas, entre outros.

Pedro Ludovico, portanto, seria o “*herói modernizador*” com notável “*vocação política*” para concretizar “*projetos impossíveis*” – modernizar Goiás através da edificação de uma Nova Capital (Goiânia). Sobre a experiência histórica deste personagem, a partir das tipologias explicativas de Max Weber, observa-se que o Interventor:

Não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. [...] o homem deve ser um líder, e não apenas um líder, mas também um herói, num sentido muito sóbrio da palavra (WEBER, 1974, p. 153).

Verifica-se que um herói nasce em meio às dificuldades, em meio às crises. Pedro Ludovico representaria esse “*super-homem*” a partir da Revolução de 1930 e da “*tese mudancistas*” cujo, esses atos heróicos, colocariam fim ao “*domínio perverso*” dos “*Vilões Caiado*”, que acarretou o atraso e a decadência do Estado de Goiás.

Foi, por meio de atos discursivos, que os revolucionários de 1930 e os mudancistas promoveram a criação de um líder com “*vocação política*”, segundo as tipologias weberianas

¹⁷³ Ver em OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As imagens de Goiânia na literatura mudancista*, 2005, p. 149-151.

evidenciadas por Maria Cristina Teixeira Machado (1990), urgido na autoridade do “*carisma pessoal*”, em outras palavras, no “*dom da graça*” do condutor. Sobre a tipologia weberiana do carisma, Machado enfoca que:

A dinâmica histórica resulta de múltiplas forças, as mais diversificadas – econômicas, sociais, políticas, ideais, religiosas, etc. –, sem privilegiar nenhuma delas com peso determinante, atribui grande papel ao líder carismático que é visto como um elemento revolucionário de muita significação: os heróis, os profetas, os chefes militares e os líderes políticos. Assim delineada, a grosso modo, [...] o papel do *carisma*, [...]. A teoria do carisma situa-se naquela parte da obra de Weber, por ele denominada *Sociologia da Dominação*. Uma situação de dominação seria aquela em que dominantes ou dominador gozaram de poder, ou seja, exerceriam a possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio, estando relacionada com o regime de governo, se manifestando e funcionando em forma de governo (MACHADO, 1990, p. 21).

Pode-se compreender, nesse sentido, que, após a vitória da Revolução de 1930, Pedro Ludovico Teixeira urgiu-se como um “*líder carismático*” esculpido mediante às “*discursividades oficiais*”, que forjaram “*imagens*”, colocando-o, como o “*herói condutor*” que iria superar a condição de decadência e atraso de Goiás através de um projeto político: a *mudança da capital*, um anseio antigo no Estado.

Todavia, como todo grande “*herói*”, Pedro Ludovico para superar as dificuldades impostas pelos seus adversários políticos, e, pôr em prática o seu ambicioso “*projeto mudancista*”, utilizou o saber médico fundamentado nos discursos *médico-higiênicos-sanitários*, como instrumento político para legitimar como *verdade científica* a “*tese mudancista*” e, bem como, manter-se na chefia política do Estado.

É sobre este prisma, que o presente capítulo tem o objetivo de analisar os “*discursos oficiais*” proferidos pelo “*Governo ludoviquista*”, que encontraram-se municiados de argumentos “*médico-higiênico-sanitários*”, servindo de dispositivo de poder e dominação para legitimar e materializar a “*tese mudancista*” com a intenção de consolidar construção de uma Nova Capital para o Estado de Goiás. Mas torna-se fundamental, também abordar as “*discursividades dissonantes*” que derivaram das próprias contradições do processo edilício de Goiânia. Por fim, verificar nas propostas do arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima e nas consultorias do engenheiro-urbanista Armando Augusto de Godoy, os preceitos higiênicos-sanitários do urbanismo moderno que visavam atender os anseios de modernização da “*Era ludoviquista*”, a partir da edificação de uma “*urbs moderna*” em Goiás.

3.1 - MUDANCISMO LUDOVICISTA: O DISCURSO MÉDICO-SANITÁRIO A SERVIÇO DO PODER

A modernidade em Goiás na década de 1930 encontrou-se fortemente vinculada ao “*projeto de regeneração*” que estabelecia a profilaxia da sociedade goiana a partir da higienização e sanitização das cidades e do meio rural. Sobre essa questão, no relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas de 1930-1933, Pedro Ludovico demonstrava preocupações de ordem médico-sanitária, argumentando que:

A assistência sanitária, no Brasil, o maior bem que os governos podem prestar aos seus habitantes, somos de opinião que deve ser encarada com o máximo de carinho. Quem cultiva o sentimento de justiça e de solidariedade humana e percorre os nossos Sertões, observando as condições miseráveis em que vegeta o nosso trabalhador rural, o morador dos campos, se convence da absoluta necessidade de se lhe proporcionar amparo profilático e terapêutico (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 61).

Observa-se, que o interventor Pedro Ludovico preocupou-se com as questões *higiênico-sanitárias* dos indivíduos goianos. Não obstante, as suas pretensões *médico-sanitárias* também se fizeram enquanto uma estratégia de poder, isto é, a *saúde pública* tornou-se um dispositivo estatal com o objetivo de esquadrihar os indivíduos de modo a regenerá-los, bem como, conduzi-los ao “*progresso civilizatório*” e ao “*desenvolvimento econômico*” do Estado de Goiás.

Verifica-se, assim, que o projeto de modernização pautou-se no saneamento físico e moral dos indivíduos goianos. Inspirando-se no feito do “*herói modernizador*” de Pereira Passos, Pedro Ludovico lançou um “*projeto reformista*” com o escopo de (re)organizar e modernizar as questões referentes a higiene e o saneamento do Estado de Goiás e, em especial, da cidade de Goiás. Exaltando a modernização da cidade do Rio de Janeiro na época da reforma de Passos, Ludovico relatava:

Chegado ao Rio, fiquei embevecido com os novos horizontes que se me deparavam. A cidade possuía, apenas, cerca de um milhão de habitantes. Copacabana consistia em umas casas velhas e uma praia inteiramente primitiva, sem o mínimo trato. Mesmo assim, era interessante assistir ao espetáculo do mar, muitas vezes revoltado, quebrar-se ou estirar-se pelas praias. Mas acabava de ser concluída a avenida Rio Branco, realizando-se o desejo inquebrantável do Prefeito Passos, que tudo arrostou para modernizar a sua cidade (TEIXEIRA, 1973, p. 13).

Seduzido pela “*ambição modernizadora*” de Pereira Passos, Pedro Ludovico instituiu um projeto fundamental para colocar em prática os seus *anseios progressistas*: modernizar o

Estado de Goiás calcado nos princípios científicos da medicina-sanitária. Iniciando suas ações “*higienistas-modernizadoras*”, o governo Ludovico suspendeu o *Serviço Sanitário do Estado* de 1926, criado na gestão do presidente de Estado, Brasil Ramos Caiado (1926-1930). O *Serviço Sanitário* implantado por Ramos Caiado foi, de fato, o primeiro regulamento de saúde e de higiene-sanitária que buscou estabelecer uma base mais sólida às questões médicas em Goiás. Contudo, não se mostrou efetivo e, muito menos, priorizado pelo governo. Segundo os dados citados por Itami Campos:

As poucas verbas e os poucos recursos orçamentários destinados ao setor indicam a pouca importância e as limitações de intervenção da saúde pública em Goiás. Foram mínimos os recursos destinados nos orçamentos: em 1927, 1,38% das despesas realizadas [62:649\$] e, em 1928, 1,18% das despesas realizadas [59:832\$], aliás, sempre inferiores às despesas orçadas (CAMPOS, 1996, p.179).

Além da questão de ordem *financeira-orçamentária*, a *improbidade administrativa* foi outra razão que pesou a favor da extinção do *Serviço Sanitário* de 1926. Sobre essa questão, no relatório enviado a Getúlio Vargas, Pedro Ludovico justificava que:

O Serviço de Higiene, logo após a vitória da revolução, fora extinto, porque não correspondia às suas nobres finalidades. O regime decaído dele se servia como arma política contra os seus adversários. Os charlatães que rezavam pela cartilha do situacionismo tinham franca liberdade de ação ou eram tolerados. Já o mesmo não acontecia com os que lhe opunham. Não havia a preocupação dos preceitos científicos de defesa sanitária das populações urbanas ou rurais. Impunha-se, desta arte, a sua remodelação. Como a situação dos cofres públicos era precária, estando com o funcionalismo do interior atrasado de mais de dez meses, tornou-se imprescindível o seu desaparecimento, para ser reorganizado, oportunamente, sob novos moldes (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 61).

Nota-se, que Pedro Ludovico criticava a falta de efetividade do *Serviço Sanitário*. Na opinião do Interventor, este órgão servia apenas para atender as “*barganhas políticas*” do governo de Ramos Caiado, que, muitas vezes, ignorava-se os preceitos científicos privilegiando os charlatões, indivíduos estes, que não possuíam a qualificação e nem a competência necessária para atuar na medicina. Mas, posteriormente, em contrapartida, Ludovico expõe no relatório a necessidade de modernizar e (re)organizar os serviços *médico-higiênico-sanitárias* do Estado de Goiás, apoiando-se nos princípios científicos e na eficácia administrativa.

Instaura-se, assim, o *Regulamento da Saúde Pública* de 1931, que, minuciosamente, delineava as pretensões *medico-higiênico-sanitárias* para todo o Estado. De acordo com Campos, foi a partir da implantação do *Regulamento* de 1931, que o saber médico em Goiás:

Se afirmar nos regulamentos, enquanto normatiza a vida e o cotidiano da cidade e do cidadão, ao mesmo tempo em que, via delegacias de higiene e classe médica, procura melhor conhecer a realidade. É o dispositivo do saber-poder. As estatísticas, os levantamentos da situação médico-sanitária, as informações sobre as condições de vida da população, porquanto permitem um conhecimento mais específico, mais próximo, realimentam o saber médico, utilizado pelas estruturas de poder como forma de dominação. O poder permite conhecer, o conhecimento reforça o poder, a dominação (CAMPOS, 1996, p. 176-177).

Constata-se, que os “*argumentos políticos*” utilizados por Pedro Ludovico calcavam-se no “saber médico como estratégia de poder” (CAMPOS, 1980, p. 37). O *Regulamento* de 1931, além das preocupações com as questões relacionadas a saúde e a higiene-sanitária, também atentou-se aos anseios de modernização e progresso econômico do Estado. Neste sentido, sobre a ótica *econômica-sanitária*, Tarso de Camargo, relator do *Regulamento*, expõe os motivos deste ao interventor Pedro Ludovico, advertindo que:

Não seria admissível que o Regulamento ora entregue à [...] V. Ex. não procurasse adaptar moldes mais aperfeiçoados, por isso que, destinado ao mais seguro desenvolvimento econômico, o nosso Estado precisava amparar, sob o ponto de vista sanitário, os surtos de progresso das localidades, cujos requisitos básicos repousam, antes de tudo, nos serviços de água e esgoto (REGULAMENTO da Saúde Pública de Goiás, 1931, p. 8).

Certifica-se, que o *Regulamento de 1931* contemplava questões ligadas ao saneamento, a higiene dos espaços públicos e privados, a saúde dos indivíduos, as normas sanitárias, a fiscalização dos profissionais da saúde e, até, previa medidas coercivas, em caso, de infração a legislação sanitária. Sobre as atribuições do *Regulamento*, Campos sintetiza que:

O Regulamento define uma profilaxia geral que trata, entre outras coisas, das doenças transmissíveis, prevendo vacinações, cuidados e isolamento para um conjunto de 24 doenças. Define, também, a vigilância sanitária, diária e obrigatória, para os portadores das enfermidades, especificando cuidadoso controle do domicílio e pessoas próximas ao doente. Em seguida, o Regulamento define a profilaxia rural com ela, a ação da saúde pública procura abranger o campo, suas construções e atividades. Especifica, além disso, uma polícia sanitária da zona rural. As construções recebem especificações detalhadas, desde o preparo do terreno, altura da edificação e pé direito, até questões de instalação e ventilação. Em 217 artigos, os diferentes tipos de construção são objeto de criterioso exame por parte da autoridade sanitária. Assim, o domicílio, a fábrica, a casa de banho, os hotéis e pensões, os hospitais e maternidades, as igrejas e templos, os prédios e logradouros públicos, escolas, barbearias, estúbulos, cemitérios e necrotérios são sujeitos ao crivo da inspeção sanitária que pode, nos termos da legislação, fornecer ou não o “habite-se”. O Regulamento é detalhista para cada item mencionado. Normaliza a ação sanitária, especificando cada ponto a ser obedecido na construção, na limpeza, na fabricação e nos diferentes itens de que trata. Para as infrações, prevê punições e estabelece multas a ser aplicadas pelas autoridades sanitárias (CAMPOS, 1996, p. 183-184).

Contudo, em razão dos poucos recursos financeiros do Estado, o “*projeto higiênico-sanitário*” de Pedro Ludovico fracassou apresentando, em certa medida, falhas semelhantes ao *Serviço Sanitário* de 1926, implantado na gestão de Ramos Caiado. Sobre a frustração dos planos de higienização e saneamento do Estado e, sobretudo, da capital goiana, a cidade de Goiás, Tasso de Camargo, relator do *Regulamento da Saúde Pública*, já antevia o fracasso deste, alegando que:

[...] infelizmente, [...] as condições financeiras em que se debate nosso Estado não permitem a execução integral dos pontos básicos do programa traçado, cuja eficiência repousa, antes de tudo, no fator monetário (REGULAMENTO da Saúde Pública de Goiás, 1931, p. 3).

Delinear-se-ia, assim, com a derrocada dos planos de higienização e saneamento do Estado e da cidade de Goiás, a viabilização de outra estratégia política: a mudança da capital. Pedro Ludovico aproveitou-se dos dados obtidos no programa sanitário para promover *discursos oficiais* que se resumiram em ataques às deficiências higiênico-sanitárias e à morosidade econômica da cidade de Goiás. Acerca deste mecanismo político ludoviquista, Chaul enfatiza que:

Os ataques contra Goiás não simbolizavam apenas ataques à cidade decadente, mas sim, ao centro de poder da oligarquia que se desejava apagar, de uma vez por todas, da liderança política do Estado. Atacar Goiás era uma forma de atacar o Caiado; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República (CHAUL, 1999, p. 78-79).

Compreende-se, que o plano de higienização e saneamento por meio do *Regulamento* de 1931, muito mais, que uma fracassada tentativa de modernização e normatização da “*política higiênico-sanitária*”, foi uma estratégia de poder do interventor Pedro Ludovico para marginalizar politicamente, sobretudo, a oligarquia dos Caiado concentrada na Capital – a cidade de Goiás. A ênfase nas questões “*médico-higiênicas-sanitárias*”, nesse sentido, serviu apenas de pretexto político para produzir uma “*representação discursiva oficial*” que “atribuiu-se à cidade de Goiás a imagem de doente em estado terminal” (CHAUL, 2010, p. 218). O *Regulamento* de 1931, portanto, atribuiu-se a uma estratégia de poder “*ludoviquista*” calcada no *discurso médico-sanitarista* com a finalidade de segregar politicamente os seus inimigos – a oligarquia caiadista –, contestando a capacidade da cidade de Goiás em permanecer com o título de capital do Estado. Sobre o *Regulamento* de 1931, Campos conclui que:

Sua forma de detalhar que ofereceu o suporte científico para o discurso oficial que retira da cidade de Goiás as condições para continuar sendo capital, ao mesmo tempo em que serve de base à construção de uma nova cidade, destinada a ser a sede do governo — Goiânia. A construção de Goiânia fornece a base do poder e da liderança do interventor Pedro Ludovico. No início dos anos 30, é apoiando-se na construção da nova cidade que ele se firma como principal líder político goiano. Tendo como bandeira a construção de Goiânia, Pedro Ludovico, nos anos em que se mantém no poder, constrói uma sólida estrutura política (CAMPOS, 1996, p. 185).

Depreende-se, que para legitimar e materializar suas pretensões políticas, Pedro Ludovico valeu-se do “*discursivo mudancista*” fundamentado sob a “pretensão de verdade no conhecimento científico moderno”, isto é, as “*discursividades oficiais*” exibiam “um otimismo na capacidade de homem em vencer as dificuldades do mundo em um futuro próximo” (OLIVEIRA, 2005, p. 149).

Diante desta ótica progressista, o interventor Pedro Ludovico¹⁷⁴ se atribuía como um detentor do *saber moderno*, ou seja, “como portador de um saber especial, como quem está preparado para resolver as dificuldades dos homens”. Contudo, “para resolver os problemas de Goiás, ele o fez [...] segundo um saber universal da ciência moderna”. Nesta perspectiva, Pedro Ludovico qualifica-se como um “*perito moderno*”, portanto, “como o homem que encarna em si o saber racional” e, não obstante, “passa a ser visto como sendo aquele capaz de mudar, para melhor, o mundo” (OLIVEIRA, 2005, p. 149-150).

Foi, então, com o auxílio da ciência moderna que Pedro Ludovico ambicionou legitimar o seu “*projeto mudancista*”, ao empregar-se do “saber médico para governar e se manter no poder” (CAMPOS, 1980, p. 29). Todavia, a medicina consistia apenas em uma das áreas do conhecimento moderno no qual o interventor era um perito, mas ainda insuficiente para

¹⁷⁴ Torna-se fundamental, destacar a biografia de Pedro Ludovico Teixeira para compreender o seu perfil de “*homem da ciência*”. Pedro Ludovico nasceu em 23 de outubro de 1891, na antiga capital do Estado de Goiás. Em 1901, ingressou no Liceu de Goiás, concluindo no mesmo Liceu o curso secundário em 1909. No ano seguinte, viaja à capital federal, o Rio de Janeiro, ingressando na Escola Politécnica, mas abandona de imediato, optando pela Escola de Medicina. Ludovico formou-se em medicina em 1915. Foi em Bela Vista de Goiás, em 1916, que o médico iniciou suas atividades profissionais, contudo, transferiu-se para Rio Verde, no sudoeste goiano, onde passou a clinicar. Pedro Ludovico casou-se, em 1919, com Gercina Borges, filha de Antônio Martins Borges – senador, chefe político em Rio Verde, que pertencia à tradicional família Borges, enraizada em Uberaba, no Estado de Minas Gerais – e da Maria Borges Leão. Em 1924, integrou-se ao grupo de redatores do Jornal “O Sertão”, de Rio Verde, no qual passou a ser um opositor da elite caiadista, criticando o governo situacionista da época. Em 1930, participou do movimento revolucionário de 1930, iniciado em 4 de outubro em várias partes do país. Pedro Ludovico viajou para Uberlândia, Minas Gerais, diante do recebimento de um telegrama enviado por seu conchudo Diógenes Magalhães. Inserido na causa revolucionária, Ludovico organizou um grupo de 100 voluntários, atravessando o Porto de São Jerônimo, no Paranaíba, no distrito de Capelinha. Em 11 de outubro de 1930, atacou a cidade de Rio Verde, mas não teve êxito, em razão da resistência oferecida pela polícia e civis aliados à oligarquia caiadista. Pedro Ludovico ficou preso até a notícia de que a Revolução tinha triunfado em 24 de outubro de 1930. Em 29 de Outubro de 1930, Ludovico foi nomeado um dos membros da Junta Governativa do Estado de Goiás, juntamente, com o magistrado Mário de Alencastro Caiado e o desembargador Emílio Francisco Póvoa. Em 21 de novembro de 1930, foi nomeado pelo chefe do executivo federal, Getúlio Vargas o interventor federal do Estado de Goiás, assumindo o cargo dia 23 de novembro de 1930. Ver em SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia Global*, 1980, p. 157-159.

legitimar e materializar totalmente o seu objetivo. Por isso, Ludovico buscou um amparo discursivo em outras especialidades da ciência moderna – como o direito, a engenharia, a arquitetura, o urbanismo, entre outras – de modo a fortalecer a sua “*política mudancista*” examinando as causas do atraso de Goiás e validando a ideia da mudança da capital.

Para legitimar a ideia e materializar a mudança da capital, uma arma política foi utilizada: o “*discurso médico-sanitarista*”, que aparecia frequentemente nos relatórios e documentos oficiais do governo ludoviquista. As práticas discursivas reuniam diversos saberes científicos, tal como: direito; engenharia; arquitetura; urbanismo, integrados a um saber especial: o saber médico. Desta forma, argumentos de toda ordem desqualificavam a cidade de Goiás de maneira a legitimar a “*causa mudancista*”. Sobre os discursos mudancistas pautados no saber *médico-higienista-sanitário* mudancista, Campos aclara que:

Não somente no que tange ao aspecto sanitário, mas também nos outros setores em que analisa educação, navegação, colonização, situação econômico-financeira e, principalmente, mudança da capital. Ele diagnostica história, analisa e propõe uma política, uma ação. Goiás é examinado como a um doente: o trabalhador rural e suas condições miseráveis e suas verminoses; a economia, a fartura e a indolência; o saneamento urbano e rural a viação as atividades escolares o exercício das profissões, o sistema educacional, a justiça e a força pública. Em tudo, interfere, esquadrinha. A “ação médica” de Pedro Ludovico está ligada à questão política - à permanência no poder (CAMPOS, 1980, p. 30).

Pedro Ludovico apesar de nomeado interventor federal por Getúlio Vargas encontrava-se em um governo provisório, por isso, esboçou uma estratégia política para perpetuar-se no poder. Neste espectro, a ação médica de Ludovico, nos termos elaborados por Campos:

Está ligada à questão política – à permanência no poder. [...], continua uma surda disputa pelo poder no Estado: Mário de Alencastro Caiado principal político da oposição aos seus parentes com prestígio na Capital e também no interior e Domingos Neto Velasco com prestígio na política federal competiram com Pedro Ludovico. Tornam-se cada vez mais claras estas disputas. Pedro Ludovico, no Executivo Estadual, vai trabalhar para estabelecer suas bases de poder e eliminar os que lhe opõem (CAMPOS, 1980, p. 30-31).

A tese da mudança, portanto, foi o trampolim político de Pedro Ludovico, mas para concretizar tal objetivo, foi necessário que o Interventor utilizar de “*discursos médico-sanitários*” como o objetivo de desqualificar a cidade de Goiás, o centro do poder da “*antiga oligarquia caiadista*” destruída pela Revolução de 1930. Por isso, estrategicamente, negar o posto de capital da cidade de Goiás e, conseqüentemente, segregar a “*velha oligarquia*” símbolo maior do atraso e do isolamento do Estado, eram os anseios de ordem de Pedro Ludovico e seus correligionários. Calhava-se, portanto, nas “*discursividades médico-*

higienista-sanitárias” a fundamentação científica necessária a legitimar e concretizar a *tese mudancista*.

Faz-se necessário destacar a importância do relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, entre anos de 1930-1933, para a compreensão do contexto mudancista de Goiás na década de 1930. Este relatório reúne um conjunto de documentos, argumentos, pareceres de antecessores e contemporâneos da época favoráveis a tese mudancista. Torna-se fundamental salientar, que Pedro Ludovico e seus correligionários através deste documento buscaram legitimar e concretizar a mudança da capital.

Contra a cidade de Goiás, pesaram argumentos sanitários que condenavam a sua péssima localização geográfica, assim como a sua insalubridade física. Conforme mencionado no *Relatório* de 1930-1933, a situação calamitosa da Capital reclamara “as mais prontas e enérgicas providências”, isto porque a cidade de Goiás situava-se “em meio de uma bacia, conquanto sobre terreno acidentado, cercada de altos montes que a comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe, o horizonte visual” (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p.111).

Além das lamentáveis condições *físico-geográficas*, o documento também tecera comentários no que se refere às precárias condições higiênico-sanitárias das habitações, do abastecimento de água e da rede de esgoto da cidade de Goiás. Assim, o discurso médico-sanitário do *Relatório* de 1930-1933 exibiu que:

Hoje, como em 1890, as habitações da cidade de Goiás, que ainda são as mesmas, abrem de todos os princípios de higiene e de todas as utilidades de conforto. 98% da população da capital dorme em alcovas bacinetas, que nunca receberam sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior. [...] O problema do abastecimento de água permanece insolúvel, tal como em 1890, tal como sempre. Toda a água potável, consumida pela população da Capital, é transportada na cabeça, em potes, e fornecida pelas únicas e pobres fontes existentes, que ainda são as mesmas mandadas levantar, há 160 anos, [...]. Devido à perpetua escassez de água potável, com que a população da Capital se vê a braços o ano inteiro, principalmente nos meses da seca. [...] De onde se concluem quanto difícil e, sobretudo, quanto dispendiosa seria a construção da rede de esgoto nesta Capital. E como pôde uma cidade ser limpa, higiênica, habitável sem possuir um sistema de galerias subterrâneas para o escoamento dos detritos, águas servidas e matérias fecais? (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 112-114-116).

As práticas “*discursivas mudancistas*”, também se ampararam nos princípios “*sanitários-eugenistas*” calcados nas concepções “*geográfico-deterministas*” que via

indivíduos, sobre a ótica de “produto do meio”, isto é, a cidade com espaços organizados, higienizados e modernos produziria indivíduos saudáveis fisicamente, moralmente e mentalmente. Sobre esta perspectiva, o *Relatório* de 1930-1933 destacava que:

A contingência secular de necessitar a população de um exército de baleadores de água deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local – o *bobo*. Caracteriza-se esta instituição pela tendência comum, verificável em muitas das famílias goianas, de manter cada uma delas um bobo – mentecapto, idiota, imbecil – para o serviço de transportes doméstico, especialmente o de água. [...] Contam-se às dezenas, nesta Capital, os infelizes classificáveis no extenso grupo patológico dos débeis mentais, desde imbecis natos até os cretinizados pela miséria física ou por outras causas degenerescentes, congênitas ou adquiridas, os quais como verdadeiras máquinas, se esbofam nos trabalhos caseiros das famílias que os acolhem (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p.115).

Além dos discursos *sanitários-eugenista*, os argumentos referentes às horríveis condições “*climático-geográficas*” e a insalubridade da arquitetura colonial da Antiga Capital fortaleciam a “*causa mudancista*”. Deste modo, no *Relatório* de 1930-1933 foi evidenciado que a cidade de Goiás era castigada pela:

Excessiva temperatura graças à sua baixa latitude de quase 16° S, não corrigida pela altitude ou por causas locais; com uma edificação à antiga, obedecendo, *in totum*, à arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais salutares preceitos da moderna higiene (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p.111-114).

Verifica-se, que as discursividades *médico-higiênico-sanitárias* legitimaram e produziram representações de modo a forjar uma imagem epidêmica, calamitosa e decadente da Antiga Capital, colocando-a sob o prisma de “*necrópole*”, e ainda para fortalecer a “*tese mudancista*”, o interventor Pedro Ludovico valeu-se de argumentos “*econômico-demográficos*” para reforçar a ótica de atraso da cidade de Goiás, no *Relatório* de 1930-1933 enviado ao presidente Getúlio Vargas. Sobre estas questões, o Interventor Federal pronunciava que:

Há outros fatores responsáveis pelo atraso de Goiás. Negá-los, para atirar toda a carga à velha capital goiana, seria atitude unilateral e vesga, que jamais perfilharíamos. Mas o fator flagrante, o que se apresenta em primeiro plano, o imediato é, inquestionavelmente, a incapacidade da capital atual para impulsionar o progresso do Estado. É sabido que a cidade de Goiás estaria até hoje às escuras se o Estado, com os tributos dos demais municípios, não lhe pagasse a iluminação pública. Por conta própria, a velha capital, não teria promovido esse melhoramento, como, por conta própria, é quase certo que não se promoverá nenhuma obra de vulto. O fato que demonstra, de modo inexorável, a incapacidade do desenvolvimento, ou antes, a

decadência invencível da cidade de Goiás, é o seu índice de construções. De 1890 até 1914, Goiás não chegou a construir, em média, uma casa por ano. E de 1914 a 1932, apesar do advento do automóvel e da lenta mas registrável melhoria operada na situação econômica do Estado por influência da Grande Guerra, a média de construções na cidade de Goiás não passou de 1^{1/2} casa por ano. Porém, a média das casas que, no período de 1890 a 1932 deixaram de existir, derruídas pelo tempo, reduziria a zero o índice de construções, ainda que este se elevasse a 3 por ano. Basta acrescentar que, até na população, tem havido decréscimo sensível. Em 1890, a população da cidade de Goiás atingia 10 000 almas. Em 1932, segundo o recenseamento realizado, a sede desse município tinha apenas 8 256 habitantes (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 121-122).

Apesar dos discursos mudancistas oficiais entoados por Pedro Ludovico e seus correligionários forjarem “*imagens*” de atraso e decadência da *Velha Capital*, nem todos os goianos colocavam-se a favor da construção de uma Nova Capital. Os “*antimudancistas*”, contrários ao tal empreendimento, buscaram contra-argumentos centrados na recuperação da cidade de Goiás, porém viram seus argumentos antimudancistas ruírem, quando o Interventor Federal justificou a inviabilidade financeira de recuperar a *Velha Capital*, dizendo que:

Se realizasse a captação e canalização de águas em volume suficiente para atender às necessidades da população da cidade de Goiás, como se poderia construir, como os poucos recursos da municipalidade, ainda que auxiliada pelo Estado, a obra complementar, no caso, a rede de esgoto, que, a ser traçada e realizada como a exigem as condições de centro urbano, importaria dispêndio talvez superior a 2.000 contos? Houve um técnico que orçou, em tempos, os serviços de água e esgoto da Capital em 3.000 contos, soma absurda se atentarmos para a circunstância de que a população da Capital, toda centralizada numa pequena área, compõe-se de 8.256 habitantes. Para dotar, pois, a Capital de tais melhoramentos, [...], teria a municipalidade que empregar aquela enorme soma – inoportuna sem dúvida na pobreza do meio – gastando 326\$160 para dar água canalizada e esgoto a cada habitante. Ora, todo o melhoramento coletivo que custa, *per capita*, mais de 100\$000, é economicamente inexequível em Goiás, porque a renda municipal, como vimos, não dá margem [...], ainda que recorressem à política dos empréstimos (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 116-117).

Para Pedro Ludovico seria portanto, inexequível recuperar a cidade de Goiás em virtude dos exorbitantes custos, impossíveis tanto para a municipalidade quanto para o Estado. Deste modo, na visão do Interventor, recuperar Goiás era “beneficiar uma minoria, principalmente se era esta minoria que, na verdade, se queria superar” (CHAUL, 1999, p. 81). Isto é, edificar a Nova Capital, significava favorecer uma maioria impulsionando o progresso e a modernidade do Estado. Ludovico, então, como “*herói da mudança*”, afirmava que:

Entre inverter os recursos do povo na remodelação impossível de uma cidade velha e afeiçoável às conquistas e às utilidades da vida moderna e aplicá-los na construção de uma capital nova, que seja a verdadeira metrópole do seu progresso - a lógica, o senso das realidades, o interesse comum e o futuro do próprio Estado gritam ao

administrador bem intencionado qual a resolução que lhe cumpre adotar. Aí não cabe nenhuma hesitação (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 117).

Nota-se assim, que o interventor Pedro Ludovico ambicionava validar sua “*tese mudancista*” mediante ao argumento de que uma Nova Capital seria o motor propulsor do progresso do Estado. Para isso citou positivamente, o exemplo mudancista de Minas Gerais, quando a colonial cidade de Ouro Preto necessitou, em razão do progresso do Estado mineiro, ser substituída por uma Nova Capital. Assim, dialogando sobre o contexto mudancista mineiro e o goiano, o Interventor salientava que:

Foi este o dilema que se apresentou ao Governo de Minas, em 1893, quando os seus dirigentes se convenceram de que Ouro Preto, apesar do seu riquíssimo patrimônio histórico, já não poderia vanguardar, como capital política, o progresso do Estado. Faleciam lhe, como falecem à cidade de Goiás, todas ou quase todas as condições essenciais para se metamorfosear numa capital condigna e apresentável que encabeçasse e dinamizasse o desenvolvimento da grande terra de Santo Dumont. Ali, como em Goiás, o critério da escolha do local fora determinado exclusivamente pela existência do ouro. Os fundadores de Vila Rica, bem como os de Vila Boa, ávidos do valioso metal e imprevidentes da vida complexa das cidades do Futuro desconheciam totalmente os requisitos cuja falta viria, mais tarde, condenar as duas velhas vilas coloniais ao estacionamento e ao desaparecimento (RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, por Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p.117-118).

No anseio de afirmar a “*tese mudancista*” como verdade científica, o Interventor recorreu aos argumentos técnico-científicos de peritos renomados do cenário brasileiro, que viam na mudança da capital a possibilidade de promover a modernização, o desenvolvimento econômico, enfim, o progresso do Estado de Goiás. O engenheiro Armando de Godoy – perito nas questões referentes ao urbanismo –elaborou discursos defendendo a “*tese mudancista*” de Pedro Ludovico, recorrendo à experiência mudancista de Minas Gerais de 1897. Godoy, assim destacou o grande sucesso do empreendimento mineiro, uma vez que, em poucas décadas após a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, o Estado de Minas Gerais, inseriu-se em um intenso processo de modernização e progresso econômico. Sobre essa experiência bem sucedida, no *Relatório apresentado ao Dr. Pedro Ludovico, interventor no Estado de Goiás*, em 1933, o engenheiro enfocou que:

A história de várias cidades surgidas neste século, algumas com menos de três décadas de vida, aí está para responder com eloquência aos que receiam que se agravem as condições financeiras de Goiás com a mudança da sua capital. Com efeito, Belo Horizonte, não obstante haver surgido em pleno sertão, atraiu vultuosos capitais, inúmeras indústrias e é hoje um grande centro comercial e de cultura, sendo de notar que a antiga capital mineira, Ouro Preto, continua a viver como outrora, tendo mesmo

se expandido algo, e não havendo regredido como se supunha (GODOY, 1943, p. 213-214).

Ainda argumentando em favor da edificação de uma cidade moderna para ser a nova capital do Estado de Goiás, o engenheiro Armando de Godoy ressaltou as experiências das cidades de Letchworth e Gary. Para o engenheiro, estas cidades-jardim foram edificadas sob os preceitos do urbanismo moderno e, em poucas décadas, tiveram relevantes índices de desenvolvimento comercial e industrial. Sobre as experiências de Letchworth, na Inglaterra, e Gary, nos Estados-Unidos, Godoy enfatizou que:

Com menos de trinta anos, não obstante ficarem relativamente pouco afastadas de grandes centros são hoje campo de uma considerável atividade industrial por terem sido convenientemente projetadas. E' que a indústria e o comércio, em virtude das exigências resultantes da sua expansão, só se acomodam nas cidades onde se acham reunidos os elementos que unicamente a cidade moderna pode proporcionar (GODOY, 1943, p. 214).

Entende-se, que na ótica do perito, a projeção de uma cidade talhada nos princípios do urbanismo moderno – como as experiências de Belo Horizonte, Letchworth e Gary – poderia alavancar o progresso econômico, social e cultural para todo o Estado de Goiás. O parecer favorável de Armando de Godoy fortalecia, ainda mais, o projeto de mudança da capital, que elevava o interventor Pedro Ludovico “ao topo das preferências políticas goianas” (CHAUL, 2010, p. 2019). Deste modo, a Nova Capital, nos termos elaborados por Chaul:

Seria o caminho para sintonizar Goiás com o novo Brasil que se anunciava. Ela era a alegoria do progresso e da modernização, atestado de mudanças na política goiana. Uma nova capital seria o símbolo capaz de espelhar o estado perante a nação, de dar suporte político e econômico aos grupos do sul e sudoeste de Goiás, e ainda de proporcionar a Pedro Ludovico Teixeira uma argumentação que o sedimentasse no poder, numa época de transição e instabilidade política de toda ordem nos cenários regional e nacional. Com a construção de Goiânia, o estado teria então o símbolo exato dos novos tempos, fruto do novo bandeirismo, fachada de modernidade e suporte político de Pedro Ludovico Teixeira na consolidação de seu poder político em Goiás. Goiânia seria o resultado do saber médico que possibilitaria a passagem da necrópole (Goiás, antiga capital) para a metrópole (Goiânia), representando, na prática, a vitória do discurso ludoviquista de saneamento (CHAUL, 2010, p. 219).

Foi, pois, em meio a disputa política, entre os próprios revolucionários de 1930 pelo controle político de Goiás, que pela primeira vez, o interventor Pedro Ludovico manifestou-se publicamente sobre a mudança da capital. Foi durante um Congresso de Municípios na cidade de Bonfim (atual Silvânia), em julho de 1932, que o Interventor pôde sentir o apoio da população do interior ao seu “*projeto mudancista*”. Referenciando o evento supracitado, o *Correio Oficial* de 4 de julho de 1932 publicara que:

Fala [...] em nome do Prefeito uma senhorita da alta sociedade bomfiense. Refere-se à mudança da capital goiana e faz vibrar todo auditório. Muito felizes foram também, nessa ocasião, as palavras do Dr. Laudelino Gomes, sobre o assunto. Em resposta o Dr. interventor disse que *o grande problema está em estudo e promete resolvê-lo brevemente de acordo com os interesses do Estado* (apud MONTEIRO, 1938, p. 25).

Ainda sobre a receptividade da ideia mudancista no Congresso de Bonfim, Chaul observa que:

Se Pedro Ludovico precisava de um termômetro para medir as aspirações das cidades do interior goiano quanto à mudança da capital, talvez o Congresso de Bonfim tenha lhe dado mais do que apoio, ou seja, tenha lhe dado condições de acirrar os ânimos das regiões interessadas na mudança, o que, no fundo, facilitaria cada vez mais a necessidade comprovada de realizar tal ato. O Congresso de Bonfim teria sido, digamos uma construção a mais na ideia da mudança da capital e vinha demonstrar as aspirações do Sul e Sudoeste em deslocar, para perto das regiões economicamente mais dinâmicas, o centro do poder político (CHAUL, 1999, p. 70).

Consolidava-se, de fato, em Goiás a ideia de mudança da Capital. No interior várias cidades reivindicaram e disputaram os méritos de erigirem-se à cátedra de Capital. Remetendo à “*questão mudancista*”, a revista mensal, *Informação Goyana*, em Julho de 1932, noticiara que:

Os goianos estão dispostos a mudar a capital do seu Estado. Cidade velha, com um mundo de condições desfavoráveis, a capital do Rio Vermelho tem de ser, fatalmente, abandonada mais dia, menos dia. E’ uma consequência inevitável do progresso que dia a dia mais se acentua no grande Estado vizinho. Os moços do governo revolucionário de Goiás compreendendo a necessidade dessa mudança abriram discussão no assumpto e, a estas horas, corre todo Estado uma rajada de entusiasmos pela ideia. Várias cidades reivindicam a honra de se erigir em capital do Estado. Morrinhos, Pires do Rio, Anápolis, Itaberá, todas, em suma, disputam essa primazia. Bomfim, grande cidade do sul do Estado, servida por Estrada de Ferro, também se enfileirou na vanguarda do movimento [...] (INFORMAÇÃO GOYANA, 2001, p. 1666).

Aproveitando-se da grande aceitação da ideia mudancista no Estado, na época, o prefeito de Bonfim, Mário da Costa Ferreira, focado em fazer de sua cidade a Nova Capital, enviou ao Interventor um documento que versava dois pontos centrais: às péssimas condições de Goiás e as condições favoráveis de Bonfim. Sobre os dois temas, o documento abordara que:

A má localidade da atual capital, as insalubridades de seu clima, excessivamente quente, tiraram não só aos governantes mas também a todos os que nela habitam, toda a disposição para o trabalho, para o estudo de nossos magnos problemas pois ali se estiolam todas as energias de encontro à ingrata situação topográfica, que tem sido, até hoje, a única causadora da falta do seu desenvolvimento material, tão útil e necessário a uma capital. [...] Bomfim, sob todos os aspectos, Sr. interventor, é a

cidade que melhores vantagens oferece para esse alevantado desiderato por ser a única que está atualmente em condições de ser adoptada e adaptada para a capital de nosso rico e futuroso Estado. Segundo a respeitável opinião de referido engenheiro Dr. Carlos Hass, quinze são as condições exigidas em urbanismo moderno:

- I – Possível ausência de acidentes fortes no terreno a ser edificado;
- II – Absoluta salubridade local;
- III – Possibilidade de purificação do ambiente por meio de jardins e bosques;
- IV – Máxima de insolação e arejamento;
- V – Bom clima;
- VI – Facilidade no abastecimento de água e altamente potável, calculada em 140 a 180 litros, “per capita”, em 24 horas;
- VII – Facilidade nas instalações sanitárias e esgotos;
- VIII – Fácil obtenção de força hidráulica para a produção de energia;
- XI – Facilidade na obtenção de matéria prima para a fabricação de materiais de construção;
- X – Facilidade no abastecimento de primeira necessidade;
- XI – Fertilidade do solo na zona suburbana e rural;
- XII – Facilidade na construção de extensa rede de vias de comunicação para todos os lados;
- XIII – Facilidade na defesa e fortificação;
- XIV – Impossibilidade de inundações, desbarrancamentos e outras catástrofes calculáveis, e
- XV – Existência de terrenos adequados para a prática de esportes (*apud* INFORMAÇÃO GOYANA, 2001, p. 1666).

Constata-se, que no documento acima, o Prefeito de Bonfim empregou-se, especialmente, de argumentos *médico-higienista-sanitários* com base em preceitos científicos modernos de um perito para tentar elevar sua cidade ao posto de Capital. Posteriormente, a partir da aclamação favorável ao “*ideal mudancista*” no Congresso de Bonfim, Pedro Ludovico viajou para o Rio de Janeiro em novembro de 1932, com a finalidade de obter o auxílio financeiro do Chefe do Governo Provisório Federal para concretizar a mudança da Capital do Estado de Goiás. Sobre a estadia do Interventor no Rio de Janeiro, o *Diário da Noite* publicara que:

Encontra-se nesta capital, desde ontem, [...], o Sr. Pedro Ludovico Teixeira, interventor federal do estado de Goiás. O chefe do governo do grande estado do Planalto Central veio resolver vários problemas de vulto, que constituem o seu programa administrativo. Entre eles destaca-se a construção de uma cidade para a nova capital do Estado. Goiás é uma das unidades da federação onde a sede do governo carece de todos os requisitos para a higiene, os transportes e o progresso em geral. A primeira notícia chegada ao Rio desse novo empreendimento do governo goiano foi por meio de um telegrama endereçado pelo interventor federal ao ministro de viação, quando foi ordenada a construção de um prédio em Goiás para as repartições correios e telégrafos. O Sr. Pedro Ludovico fez ver ao Sr. José Américo a importunidade dessa construção, visto ser projeto do governo estadual a mudança da capital (*apud* MONTEIRO, 1938, p. 28-29).

Nota-se, que qualquer investimento na cidade de Goiás poderia se tornar um entrave a “*causa mudancista*”. Entretanto, por meio de um telegrama enviado ao Ministro da Viação, Pedro Ludovico propôs um adiamento das pretensões do ministro José Américo em construir

repartições públicas na cidade de Goiás. Alegando, assim, problemas de ordem econômica e higiênica na Antiga Capital, o Interventor requeria, advertindo que:

V. Ex. me científica ter recomendado próxima construção aqui prédio departamento Correios e Telégrafos. Ato bem recomenda criteriosa administração V. Ex. que olha indistinta e patrioticamente para todos os Estados. Todavia, tenho prazer comunicarlhe que esta Interventora cogita em mudar dentro em breve a capital de Goiás, realização que se impõe por vários motivos de ordem econômica, higiênica, etc., por essa razão, solicito V. Ex. fineza de adiar aludida construção. Saudações cordeais (*apud* INFORMAÇÃO GOYANA, 2001, p. 1683).

Durante sua estada no Rio de Janeiro em 1932, Pedro Ludovico foi questionado a respeito dos possíveis gastos financeiros com a construção de uma Nova Capital em um Estado com graves dificuldades econômicas. No entanto, o Interventor não hesitou em defender a edificação de uma Nova Capital, replicando que:

Antes de tudo, é preciso notar que vamos iniciar uma obra modesta. O Estado construirá as sedes do Governo e das suas repartições e 150 casas para funcionários, ao preço de 15 contos cada uma. Nestas construções serão gastos, aproximadamente dois mil e setecentos contos. As repartições federais serão construídas pelo governo da República. Acho-me no Rio para resolver esse problema e tenho certeza que o meu Estado possuirá nova capital em 1933. Todo o povo goiano tem confiança nesse empreendimento que é uma velha aspiração geral (DIARIO DA NOITE *apud* MONTEIRO, 1938, p. 30).

Ao justificar-se economicamente e receber o apoio do chefe do Governo Provisório para concretizar o empreendimento mudancista, Pedro Ludovico regressou a Goiás em dezembro de 1932. Mas quando interrogado sobre a mudança da capital, replicou, dizendo que: “Não há mais motivos para dúvidas ou discussões. A mudança da capital está plenamente resolvida. Ela se fará, dependendo a ultimação da iniciativa apenas de negociações que espero ver realizadas dentro em breve” (CORREIO OFICIAL *apud* MONTEIRO, 1938, p. 31). Para evitar qualquer legitimação do *argumento antimudancista* contrário ao *empreendimento mudancista*, o Interventor além de utilizar argumentos *médico-higiênico-sanitários*, recorria também à discursividades que justificavam a mudança da capital como um investimento, isto é, como empreendimento necessário ao progresso e desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. Não obstante, quando questionado pela dispendiosidade financeira do “*grande empreendimento*”, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 1932, Pedro Ludovico redarguia, dizendo que: “As condições e as possibilidades financeiras do Estado permitem, por outro lado, as necessidades de expansão de sua economia e do progresso social, o requerem” (*apud*

INFORMAÇÃO GOYANA, 2001, p. 1694); e, ainda, quando interrogado pela situação econômica e a receita anual do Estado, o Interventor rebatia, relevando que:

“Nada devemos. O funcionalismo está quase em dia, no recebimento dos seus vencimentos. O pequeno atraso agora ocorrente é motivado pelo movimento insurrecional de São Paulo, que tão sensível reflexo teve em Goiás, obrigando-o a tomar a atitude de pronta defesa dos ideais da Revolução de 1930, em que está profunda e sinceramente integrado. Não temos compromissos externos. A dívida que nos legou a situada passada, feita no Banco do Brasil, temos amortizado, estando, presentemente, reduzida a pouco mais de mil contos. De quase nove mil contos de réis. Ao assumirmos o governo, a arrecadação produzia para o erário apenas cerca de seis mil contos. Pois bem: a elevação da renda que conseguimos, não resultou de aumento de impostos. Estes, ao contrário, foram reduzidos. O revigoramento atual das finanças goianas é consequente dos processos de honestidade e de atividade que hoje imperam em todos os sectores da administração estadual. Prefiro abandonar a interventora, a desistir dessa medida, que considero a maior necessidade e mais séria garantia para o futuro de Goiás (*apud* INFORMAÇÃO GOYANA, 2001, p. 1694).

Engendrava-se, assim, um tema que percorria todo o Estado de Goiás: a mudança da Capital. Sobre o *projeto mudancista ludoviquista*, a *Informação Goiana* noticiara, em 1932, com bons olhos que:

O assunto mais palpitante neste momento em todo Estado é o da mudança da sua capital, projetada pelo Interventor Pedro Ludovico, para outro local. No interior do Estado reina um verdadeiro entusiasmo pela ideia, sendo que a maioria é pela transferência da sede do governo. Na capital, entretanto, dos terços são a favor, sendo a minoria contraria, composta de grandes proprietários (INFORMAÇÃO GOYANA, 2001, p. 1699).

Mas, é válido advertir, que apesar do amplo apoio da sociedade goiana e do Governo Federal ao “*projeto mudancista*” encabeçado pelo Interventor, aviltava-se também, simultaneamente, a “*campanha antimudancista*” realizada, sobretudo, pelas elites agrárias da cidade de Goiás. Não obstante, quando atacado pela “*oposição antimudancista*”, o interventor não se sentiu estremecer sua pretensão mudancista, como revelou ao “*Correio Oficial*”:

V. Ex. Se refere ainda à campanha não mudancista de uma parte dos habitantes da velha Vila Boa. Acha-a natural e até humana; mas ela não o fará mudar de opinião, mesmo porque não se pode contrariar um todo para obedecer a uma parte. São os interesses coletivos que reclamam a mudança. A velha capital será protegida [...] (*apud* MONTEIRO, 1938, p. 31).

Compenetrado a “*causa mudancista*”, Pedro Ludovico “se mantém na fixa ideia de transferir a capital, sabedor que era da importância de se ter no momento uma plataforma política que reunisse as aspirações de uma forte maioria”, sem tardar, em dezembro de 1932, o Interventor, em virtude dos extensos poderes conferidos ao seu cargo e do apoio político dos

seus correligionários do Partido Social Republicano (PSR) ao “*projeto mudancista*”, nomeara por meio do *Decreto nº 2737* de 20 de dezembro de 1932 “uma comissão para proceder a estudos necessários à escolha de um local para se edificar a futura capital” (CHAUL, 1999, p. 71).

Pautando-se nas “*discursividades progressistas*” fundamentadas nos “*argumentos higiênico-sanitários*” e econômicos de outrora, bem como, na confiança técnica de uma nova especialidade da ciência moderna: o urbanismo. O Decreto nº 2737 dizia que:

O Interventor Federal, neste Estado, considerando que é pensamento do governo dotar o Estado de uma capital moderna, que satisfazendo às exigências do urbanismo, seja um centro de irradiação em todas as esferas da evolução econômico-social; considerando que, por fatores diversos, a atual Capital não tem preenchido esses requisitos; [...]; considerando que o problema em causa tem sido objeto de cogitações dos governos anteriores, desde as mais remotas administrações (*apud* MONTEIRO, 1938, 32).

Depois de relatadas as “*mazelas incuráveis*” da Antiga Capital, o decreto nomearia uma Comissão de peritos composta por engenheiros, urbanistas, médicos, advogados responsáveis por escolher – baseado nos critérios técnico-científicos dos saberes moderno – à localidade a ser edificada a Nova Capital¹⁷⁵. Estrategicamente, na ata da sessão da instalação dos seus trabalhos, a Comissão reuniu requisitos essenciais para ser erigida a Nova Capital. Assim, nos termos elaborados pelos especialistas da Comissão:

Outros postulados básicos deviam de início, ser fixados para o critério da escolha. Assim, uma vez próxima à via férrea, deveria a localidade a ser escolhido, dispor de três requisitos essenciais: ABUNDANCIA DAGUA, BOM CLIMA E TOPOGRAFIA ADEQUADA, analisados e estudados os demais requisitos também criteriosamente e concomitantemente para uma feliz conclusão (ATA DA SESSÃO DA INSTALAÇÃO DOS SEUS TRABALHOS *apud* MONTEIRO, 1938, p. 34).

Nota-se, que a Comissão de estudos pautou-se em critérios *geográfico-higiênico-sanitários*, abundância de água, bom clima e topografia, bem como aspectos *logístico-*

¹⁷⁵ Art. 1º. – Fica nomeada uma comissão composta dos Srs. Dom Emanuel Gomes de Oliveira; engenheiro João Argenta, urbanista; Dr. Colemar Natal e Silva, advogado; Cel. Antônio Pirineus de Souza, oficial superior do Exército; Dr. Laudelino Gomes de Almeida, chefe do Serviço Sanitário do Estado; Antônio Augusto de Santana e Gumerindo Alves Ferreira, comerciantes, e o engenheiro do Estado, para proceder aos estudos atinentes à adaptação ou escolha de local para nele ser edificada a nova cidade. Ver em DECRETO Nº 2737 *apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*, 1938, p. 32. No entanto, pode-se advertir que a preferência do local a ser construída a Futura Capital não seria estritamente técnica, mas, principalmente, política. Isto é, levariam em conta os interesses políticos de Pedro Ludovico e seus correligionários, bem como, das elites agrárias do sul e sudoeste do Estado. Segundo a ótica de Silva, “mais do que uma capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sul e o Sudoeste, isto é, para o centro econômico de Goiás.” Ver em SILVA, Ana Lúcia. *A Revolução de 30 em Goiás*, 1982, p. 184.

econômicos, proximidade com a estrada de ferro de modo atender às necessidades de integração econômica do Estado. Foi, pois, calcado nesses critérios, que a Comissão indicou quatro localidades a concorrerem a cátedra de Nova Capital: Pires do Rio, Bonfim (atual Silvânia), Ubatã (atual Orizona), e Campinas¹⁷⁶. Antes da escolha definitiva da localidade à ser edificada a Nova Capital, o interventor Pedro Ludovico baixou o *Decreto nº 2851* de 13 de janeiro de 1933, com a finalidade de obter empréstimos para liquidar as dívidas do Estado e dar início a construção da Futura Capital, como exposto nos artigos 1º. e 2º.:

Art. 1.º –Fica o Governo do Estado autorizado a contrair um empréstimo, em dinheiro, até 6.000 contos de réis, dentro do País, [...]. Art. 2. – A importância autorizada no artigo primeiro (1.º), que será de quanto julgar o Governo necessário, se destina, não só às despesas com a construção da nova Capital do Estado, como também levar a termo todos os seus restantes compromissos e facilitar a liquidação de seu débito com um único credor (DECRETO Nº 2851 *apud* MONTEIRO, 1938, p. 36).

A localidade da Nova Capital seria forjada com base nos critérios salubres, geográficos, higiênicos e sanitários. Concluído os trabalhos técnicos da subcomissão¹⁷⁷, a comissão de estudo finalmente elegeu:

A nova capital fosse construída em Campinas, nas proximidades da “Serrinha”, em local que deverá ser oportunamente demarcado por estudos definitivos, ou que, caso venha a convir aos interesses do governo na mudança urgente, a melhor localidade para esse fim é a cidade de Bomfim (ATA DA REUNIÃO FINAL DA COMISSÃO INCUBIDA DA ESCOLHA DO LOCAL DA NOVA CAPITAL DO ESTADO *apud* MONTEIRO, 1938, p. 46).

Corroborando com a “*tese mudancista ludoviquista*”, o engenheiro-urbanista de renome nacional, Armando de Godoy, argumentou que as potencialidades de Estado não foram ainda totalmente exploradas em razão da inexistência de uma “*cidade moderna*” que preenchesse os requisitos necessários para irradiar o progresso em Goiás. Sobre a questão referida, no Relatório apresentado ao Dr. Pedro Ludovico, o engenheiro-urbanista advertia:

Atribuo o pouco ponderável progresso do vosso Estado, ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandirem e estimularem as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo. Esta necessidade se vem impondo há muito tempo e vós e outros goianos ilustres, bem como vários homens importantes que visitaram Goiás,

¹⁷⁶ Ver em ATA DA SESSÃO DA INSTALAÇÃO DOS SEUS TRABALHOS *apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*, 1938, p. 34-35.

¹⁷⁷ O médico Laudelino de Almeida, diretor do Serviço de Higiene; o João Argeta, engenheiro-urbanista; e, o Jerônimo Fleuri Curado, engenheiro do Estado. Ver em ATA DA SESSÃO DA INSTALAÇÃO DOS SEUS TRABALHOS *apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*, 1938, p. 34.

compreenderam que já não se pode adiar a solução de tal problema, tão premente ele se apresenta (GODOY, 1943, p. 211).

Ainda no relatório ao interventor Pedro Ludovico, Armando de Godoy demonstrou-se favorável a escolha de Campinas como o local a ser construído a Nova capital. Mediante as análises técnicas, o engenheiro-urbanista observou na localidade requisitos essenciais para erigir uma cidade moderna. Dentre os critérios avaliados destacaram-se: a centralidade geográfica; o clima; as condições topográficas; as condições hidrológicas; a fertilidade dos terrenos; a luz; e os materiais construtivos. Sobre os requisitos supracitados, Godoy positivamente avaliava que:

Uma das circunstâncias que mais deveriam ter influenciado no espírito dos ilustres membros da comissão que optou por Campinas, foi a de se encontrar à pequena distância da linha férrea que penetra no Estado, distância que pode ser vencida em pouco mais de uma hora, [...]. Julgo não haver necessidade de se recorrer à ligação ferroviária, pois penso que os modernos ônibus e caminhões automotores satisfarão a todas as necessidades da comunicação, sem que seja necessário apelar-se para aquela solução, sobretudo onerosa. Mas para o futuro poder-se-á recorrer à estrada de ferro. Outra condição realizada por Campinas [...] é a de estar o local em questão no centro da zona mais próspera e habitada do Estado de Goiás. O referido local é como que o centro de gravidade da mencionada zona, de onde provêm os recursos e os elementos de vida do Estado. Trataremos agora do clima [...]. [...] que é bem favorável no local, pois concorre sobretudo para a doçura do clima é o grau hidrométrico, para o que concorre a circunstância de, nos arredores de Campinas, os ventos não encontram obstáculos de ordem orográfica. Todos os terrenos se acham bem expostos à influência das correntes aéreas. Com relação às condições topográficas, [...]. Graças à suave declividade que se nota nas formosas ondulações nos arredores de Campinas, o problema dos esgotos, tanto das águas residuais, como das pluviais, será resolvido sem exigir consideráveis dispêndios. Entre os elementos mais indispensáveis à fundação e ao desenvolvimento de um centro urbano figura a água. O consumo d'água tem crescido nos últimos anos nas aglomerações humanas civilizadas. E que as cidades tendem a ser cada vez mais limpas. Além do aumento do seu consumo no interior das habitações, verifica-se também um maior gasto nos logradouros públicos, nos jardins e parques. É igualmente, necessário que se faça referência à fertilidade dos terrenos [...]. Vi alguns milharais [...]. Examinei também alguns feijoadais, mandiocais e arrozais, etc. Em suma, as plantações e o gado que pude ver, indicam que os terrenos são magníficos para a cultura de cereais, algodão, fumo e frutas e para a pecuária. Já em linhas anteriores mostrei o papel importantíssimo que representa a energia em um centro urbano. Felizmente, Campinas é banhada pelo rio Meia Ponte que apresenta, [...], uma queda natural com uma potência de cerca de 450 cavalos, a qual poderá ser aumentada no caso de se recorrer à queda artificial. Entre os elementos que mais influem sobre a expansão de uma cidade figuram a pedra, a areia, a argila, a cal, a madeira, etc. [...] nos arredores de Campinas há rochas calcárias, permitindo, pois, que aí se funde a indústria de cal e mais para o futuro a do cimento, cujo consumo tem crescido nas cidades. O ferro e os outros materiais têm de ser importados (GODOY, 1943, p. 223-228).

Vale destacar, além dos critérios explanados pelo engenheiro Armando de Godoy, a escolha de Campinas correspondia, fundamentalmente, aos interesses político-econômicos: do

interventor; de seus correligionários políticos; das oligarquias do sul e sudoeste goiano; e das classes médias dos municípios do interior. A mudança da Capital, conforme evidencia Campos:

Teve ressonância e apoio dos municípios e regiões do Estado - do interior sempre marginalizado pelos políticos da Capital. Um elemento que comprova este apoio à mudança da Capital é dado pelas expressivas vitórias do Partido Social Republicano, situacionista, nas eleições de maio/1933 e de outubro/1934 em que este partido fez da mudança da Capital a sua plataforma eleitoral (CAMPOS, 1980, p. 38).

De acordo com Chaul, as eleições ratificaram a supremacia política do PSR dando vitória à chapa governista, ou seja, a chapa oposicionista não elegeu nenhum candidato. As eleições de 1933¹⁷⁸ marcariam, nas palavras do autor, “a decadência dos Caiado, enquanto elementos ligados à Primeira República (CHAUL, 1999, p. 74)”. Posteriormente as eleições evidenciariam duas questões políticas em Goiás: a mudança da capital e a presidência do Estado¹⁷⁹.

Nesta perspectiva, com a finalidade de reforçar seu projeto político mudancista, o interventor Pedro Ludovico ratificou o *Decreto nº 3359* de 18 de maio de 1933, que no artigo 1º. estabelecia que:

A região às margens do córrego “Botafogo”, compreendida nas fazendas denominadas “Criméia”, “Vaca Brava” e “Botafogo”, no município de Campinas, fica escolhida para nela ser edificada a futura capital do Estado, devendo o governo mandar organizar o plano definitivo da nova cidade, [...] (DECRETO Nº 3359 *apud* MONTEIRO, 1938, p. 67).

O referido Decreto contemplou o máximo de nove artigos, que abordavam as questões alusivas: a demarcação e o zoneamento dos espaços da Nova Capital; a abertura de concorrência para a construção dos edifícios públicos; a regulamentação da construção de edificações com base nos preceitos de higiene; proteção à cidade de Goiás de modo a evitar sua decadência; regulamentação da venda de lotes ou casas; abertura de créditos por conta de despesas com a

¹⁷⁸ As eleições de 1933 seriam marcadas pela disputa hegemônica de dois partidos políticos para a esfera Federal: PSR, liderado por Pedro Ludovico e, PD, liderado por Antônio Caiado. Delineava-se, assim, uma disputa entre situacionistas e oposicionistas. Os candidatos situacionistas do Partido Social Republicano à representação Federal eram: Mário Caiado, Domingos Neto de Velasco, José Honorato da Silva e Nero Macedo de Carvalho; já os candidatos oposicionistas do Partido Democrata à representação Federal eram: Joviano de Moraes, Agenor Alves de Castro, Benjamim Luz Vieira e Ernâni Cabral. Essas eleições ratificariam a hegemonia dos candidatos do PSR no cenário político do Estado de Goiás. Ver em CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 74.

¹⁷⁹ Ver em CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 74.

execução da edificação da Nova Capital; o estabelecimento do prazo máximo de dois anos para ser transferida definitivamente a sede do governo para a Nova Capital; entre outras¹⁸⁰.

Os atos discursivos médico-higiênico-sanitários que outrora fora ponto chave das críticas perpetradas à Antiga Capital, fizeram manifestos nos parágrafos 3º. e 5º. do artigo 1º. e nos artigos 4º e 7º do Decreto nº 3359, como requisitos fundamentais para a edificação da Nova Capital. Nos termos elaborados pelo referido Decreto:

§ 3º – Regulamentação do plano geral de edificações, com estabelecimento das regras de higiene e arquitetura que deverão presidir as mesmas; [...]; § 5º – Concessão de favores ou privilégios a particulares ou empresas para o serviço de iluminação, abastecimento de água, esgotos e viação urbana, ouvindo o Conselho Consultivo; [...]. Art. 4º. – A Prefeitura da nova Cidade construirá em zona para esse fim demarcada, prédios em condições higiênicas e de aluguel barato para os operários. [...]. Ficam sem efeitos todas e quaisquer concessões, ou privilégios, que se relacionem com os serviços de abastecimento de água, esgoto, iluminação pública e viação urbana da futura capital do Estado, [...] (DECRETO Nº 3359 *apud* MONTEIRO, 1938, p. 67-69).

Consolidaria, com a publicação do Decreto nº 3359 a “*tese mudancista*” em Goiás. Em 6 de julho de 1933, afim de levar avante o “*projeto empreendedor*” que idealizara, o interventor Pedro Ludovico através do *Decreto nº 3547* encarregara

O urbanista Atílio Correa Lima, representante da firma P. Antunes Ribeiro e Cia. do Rio de Janeiro, do estabelecimento do projeto da futura capital do Estado, mediante o pagamento da importância de cinquenta e cinco contos de réis (55:000\$000) [...] (DECRETO Nº 3547 *apud* MONTEIRO, 1938, p. 74).

Além de encarregar o renomado arquiteto-urbanista de formação internacional para a elaboração do projeto, o referido Decreto também determinava as diretrizes necessárias à organização do esboço geral do traçado da cidade, partindo de um núcleo central ou se desenvolvendo em torno dele, bem como, à coordenação do Plano Diretor da Nova Capital sobre os seguintes parâmetros:

- a) Sistema de logradouros públicos;
- b) Indicações relativas à circulação;
- c) Zoneamento ou divisão da cidade em várias zonas, cada uma com determinada finalidade;
- d) Esquema de rede de esgoto de água, esgoto, de luz e força;
- e) Sistema de parques, jardins, ruas-jardins, terrenos, para esporte e recreio, bem como indicação sobre a arborização das ruas;
- f) Plano detalhado do centro cívico e dos principais edifícios correspondentes;
- g) Indicações sobre coleta, transporte e tratamento do lixo;

¹⁸⁰ Ver em DECRETO Nº 3359 *apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*, 1938, p. 67-69.

- h) Cadernos de obrigações relativas aos edifícios a serem construídos nas quadras centrais;
- i) Relatório justificando as soluções dadas pelo plano aos diferentes problemas compreendendo:
 - I. –legislação relativa ao plano diretor;
 - II. – regulamento sobre abertura de ruas e loteamentos do terreno;
 - III. – regulamento de construções;
 - IV. – projeto de organização administrativa (DECRETO Nº 3547 *apud* MONTEIRO, 1938, p. 74).

É notório que na cláusula 3^a. do Decreto os itens “d”, “e” e “g” tratam especificamente das questões *médico-higiênico-sanitárias* e nos itens “b” e “c” abordam aspectos fundamentais do urbanismo moderno como a circulação e o zoneamento funcional da cidade, que separava os espaços da cidade por funções. O Decreto nas cláusulas 1^a. a 14^a. ressaltou os seguintes pontos: organizar o esboço geral do traçado da cidade; definir o tipo de cidade e os seus elementos planimétricos; organizar o Plano Diretor da Nova Capital; prever no projeto uma população máxima de cinquenta mil habitantes; conter na planta da cidade o loteamento com a dimensão dos lotes; especificar, calcular e orçar a construção de edifícios e vinte tipos diferentes de casas para funcionários; entregar o projeto completo em seis meses; estabelecer prazos para a entrega do projeto dos principais edifícios públicos; estabelecer prazos de pagamento ao arquiteto-urbanista; apresentar o anteprojeto de todos os planos de modo à ser aprovado pelo governo; estabelecer o engenheiro Benedito Neto de Velasco como o interlocutor entre o governo estadual e o urbanista Atílio Correa Lima de modo a solucionar as dúvidas que por acaso surgirem no projeto; colocar à disposição o agrimensor, João Argenta, para os serviços necessários a execução dos projetos; projetar uma cidade que comporte inicialmente quinze mil habitantes e, que, na planta da cidade esteja prevista uma área para comportar um população de 50 mil almas; constar no projeto completo normas fundamentais para as edificações¹⁸¹.

Apesar das disposições manifestadas do Decreto supracitado, muito mais, que corresponder aos “*anseios médico-higiênico-sanitário*”, a Nova Capital respaldaria as necessidades político-econômicas que visavam o progresso e modernização do Estado, forjando assim: o “*novo*” Goiás. Tais objetivos eram ambicionados por Pedro Ludovico, por seus correligionários, pelas oligarquias goianas do sul e do sudoeste, e pela *política varguista*. Sobre a *ideia mudancista*, Chaul salienta que:

Não era apenas de Pedro Ludovico. Era um desejo de Vargas, era uma necessidade do capitalismo. Era uma dinamização da economia goiana, incorporando-se mais e mais à economia nacional. Era, enfim, a meta política das oligarquias do Sul e do Sudoeste (CHAUL, 1999, p. 77).

¹⁸¹ Ver em DECRETO Nº 3547 *apud* MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*, 1938, p. 74-77.

Todavia, a modernidade goiana, urdida tardiamente, apresentou-se ambivalente no que se refere ao velho/tradicional e ao novo/moderno. No Brasil, durante a Era Vargas a expressão modernização simbolizava industrialização, contudo conforme evidencia Chaul, “a base da economia goiana continuava ligada à terra, conseqüentemente aos grupos oligárquicos. Tal fato demonstra a interação entre o ‘velho’ e o ‘novo’ em Goiás” (CHAUL, 1999, p. 77), ou seja, a modernidade goiana na década de 1930 foi um misto de *tradição* – domínio das oligarquias agrárias no poder e a economia predominantemente associada à terra – e *moderno* – edificação de uma Nova Capital, ascensão das classes médias (médicos, engenheiros, advogados, comerciantes) no poder e o anseio à industrialização – As argumentações *oficiais* forjaram “*imagens*” da Nova Capital colocando-a no rol máximo da modernidade goiana, contudo, ao mesmo tempo que, Goiânia representou o novo/moderno, ela também expressou a continuidade do velho/tradicional. Sobre a representação contraditória da Nova Capital, Chaul afirma que:

Goiânia expressava a modernidade e o progresso, e amalgamava o urbano e o rural. Uma parcela da sociedade da época com voz na política local escondia o fazendeiro por trás do profissional liberal. O médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, o bacharel etc., quase todos ligados à estrutura fundiária, procuravam, por si mesmos ou por meio de seus representantes, uma mudança nos quadros da política estadual. Difundiam a crença de que o velho – os grupos políticos depostos – tinha cedido lugar a uma nova ordem, de novos homens, que, entre jalecos e leis, remédios e construções, dirigiam o estado guiado por uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. Era o aflorar de uma mentalidade urbana dentro de uma sociedade com os pés fixados em solo rural. Tal mesclarem pode, até os dias atuais, ser notada nas várias facetas da cidade que se tornou Goiânia (CHAUL, 2010, p. 256).

Observa-se que embora Goiânia fosse forjada em meio a uma mentalidade progressista expressada nas imagens do urbano e do moderno, a Nova Capital encontrou-se simultaneamente imersa na “*vocação econômica*” do Estado, isto é, pautada nas atividades agrário-rurais.

Em 24 de outubro de 1933, “dia escolhido em memória da revolução [...]. Nascia a cidade” (PALACÍN, 1976, p. 59); lançada a pedra fundamental onde se edificaria à Nova Capital do Estado de Goiás¹⁸². Iniciara, portanto após esta data, a construção de Goiânia – a futura capital¹⁸³.

¹⁸² O lançamento da pedra fundamental da Nova Capital foi concretizado pela publicação do Decreto nº 3929 de 21 de outubro de 1933, que determinava que: “O Interventor Federal, neste Estado, considerando que a 24 do corrente mês se realizarão, em Campinas, as solenidades do lançamento da pedra fundamental da futura capital do Estado; [...], resolve: Art. 1º – Decretar ponto facultativo em todas as repartições públicas estaduais, nos dias 23, 24 e 25 do corrente. Art. 2º – Transmitir telegraficamente o presente decreto aos prefeitos municipais a fim de que os interessados dele tenham ciência”. Ver em *apud* SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia global*, 1980, p. 194.

¹⁸³ O nome da Nova Capital se deu mediante a um concurso. “O periódico ‘*O social*’, que se editava na antiga Capital, promoveu um concurso sob o título ‘Como se deve chamar a Nova Capital?’. Isto, em sua edição de 5 de outubro de 1933. Do concurso participaram grande número de pessoas, saindo vencedora a sugestão apresentada

De acordo com Chaul (1999), o primeiro passo para a construção da Nova Capital centrou-se na meta de “obter as terras que margeavam a área escolhida” (CHAUL, 1999, p. 93). Foi, pois, por meio de doações, compras, permutas, desapropriação que se adquiriram as terras necessárias para iniciar a construção¹⁸⁴. Segundo afirma um historiador, a maioria das terras obtidas:

O foram ou através de doações ou de compras. A primeira escritura pública de doação foi feita em 27 de abril de 1933, na cidade de Campinas – na época, comarca de Bela Vista. Foram doados cinquenta alqueires de terras de campo, por Andreino de Moraes e sua esposa Bárbara de Sousa Moraes. Além dos cinquenta alqueires doados, estes proprietários comprometeram-se a permutar, recebendo terras anexas à sua propriedade, para formar o perímetro da nova capital. Comprometeram-se, também, a vender de 30 a quarenta alqueires para o mesmo fim, ou seja, para a área perimetral, pelo preço de duzentos mil réis o alqueire. Tais terrenos estavam situados entre o Botafogo e o Capim Puba, locais escolhidos para erguimento da nova capital. Além das terras doadas, permutadas e vendidas, os fazendeiros doaram mais alqueires dentro do perímetro urbano da nova capital, com a finalidade de serem utilizados pela família dos doadores e para a construção de uma catedral e outro prédio, que não tinha sido definido (CHAUL, 1999, p. 93).

Após passar a etapa de obtenção de terras, nasceria uma problemática: o dinheiro para dar início à edificação da nova cidade. Como o Estado de Goiás com evidentes dificuldades financeiras arrecadaria verbas suficientes para dar início à empreitada construtiva da Nova Capital? A resposta encontra-se em duas ações, parafraseando Chaul: “Duas origens podem ser observadas para responder tal questão: a primeira teve origem nos empréstimos feitos pelo Estado junto ao Governo Federal; a segunda, procedeu de vendagem dos lotes” (CHAUL, 1999, p. 95)¹⁸⁵.

As *discursividades oficiais* forjaram a ideia de que Goiânia, a Nova Capital, seria um investimento que traria o progresso materializado nos expressivos saltos da economia do Estado de Goiás, retirando-o da condição deficitária e de pobreza. O engenheiro-urbanista, Armando de Godoy, no Relatório sobre a conveniência da mudança, em 1933, teceu comentários

pelo Prof. Alfredo de Faria Castro, com o pseudônimo de Caramuru Silva do Brasil: [...] GOIÂNIA – Nova Goiás, prolongamento da histórica Vila Boa, monumento grandioso que simbolizará a glória da origem de todos os goianos. Goiás, 10-10-33”. Ver em BRASIL *apud* SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia global*, 1980, p. 210.

¹⁸⁴ Ver em PALACÍN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*, 1976, p. 59; CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 93.

¹⁸⁵ Conforme analisa o autor, Goiânia – a Nova Capital – foi de interesse do Governo Estadual, bem como, de conveniência para o Governo Federal. Por isso, o Governo Federal “cooperou com verbas para sua edificação nos quadros expansionistas do capitalismo, cada vez mais apoiado pelo Estado. Foram doadas ao Governo de Goiás, desta forma, 5. 663 apólices do Tesouro Nacional, sendo que, em troca, o Estado seria obrigado a construir quatro prédios capazes de abrigar os Correios e Telégrafos, a Delegacia Fiscal, o Tribunal Eleitoral e Juízo Federal e a Inspeção Agrícola e Inspeção Regional do Trabalho. Isso, num prazo de 12 meses, ressaltando que o custo de cada prédio não devia ficar em menos de 300 contos cada um. Ver em CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 96.

alertando, o interventor Pedro Ludovico, de que se na Nova Capital fosse construída com base na execução fiel dos planos das obras, a nova cidade teria, inexoravelmente, uma valorização crescente dos terrenos, cujo a venda destes, faria o Estado adquirir verbas suficientes à construção de obras essenciais e de edifícios públicos. Sobre o prisma de que a Nova Capital seria um investimento, o engenheiro relatava que:

Cumpre-nos, agora, mostrar que é infundado o receio de que o estabelecimento da capital de Goiás em outro local vai determinar despesas que ele não pode enfrentar. Com efeito, a fundação da capital em uma determinada zona lhe valoriza enormemente os terrenos. De maneira que, no caso de se observarem as determinações do plano de valorização gradativo, que o projeto da futura capital estabelecerá, bastam venda dos lotes para que o Estado alcance todos os recursos necessários à execução das obras principais e dos edifícios públicos. Temos a prova disto no que se vem observando em vários centros novos e em diferentes bairros de algumas cidades. A execução fiel do plano das obras produz uma valorização crescente dos terrenos. Outro elemento de valorização será o aumento rápido da população, [...] (GODOY, 1943, p. 214).

Simultaneamente, ao início das empreitadas construtivas da Nova Capital, dois partidos disputavam, fervorosamente, as eleições para deputados federais e estaduais a serem realizadas em outubro de 1934. Em um ambiente bipartidarista, a disputa eleitoral envolveu: os *situacionistas* o *Partido Social Republicano (PSR)* – composto por membros ligados a vitoriosa Revolução de 1930 – contra os *oposicionistas* unidos na embrionária *Coligação Libertadora Goiana (CLG)* – formada por “*antigos caiadistas*”, liderada por Antônio Ramos Caiado, e por dissidentes do PSR, encabeçados por Domingos Neto Velasco¹⁸⁶.

Delineava-se assim, uma guerra entre *situacionista* e *oposicionistas*, uma vez que, “as eleições adquiriam um caráter especial de plebiscito sobre a questão da mudança, que dividia à população” (PALACÍN, 1976, p. 64). Os discursos proferidos produziam “*imagens ambivalentes*”: ora contrários, ora favoráveis a “*tese mudancista*”. De acordo com os membros da *Coligação Libertadora Goiana (CLG)*, a mudança da capital:

Arruinaria a todos: comércio, lavradores, rentistas etc. Com a mudança, a cidade iria converter-se numa “*tapera*”, em breve não seria senão um “vasto cemitério de casas despovoadas”. [...] Votar nos candidatos da Coligação libertadora é desagruar a Cidade de Goiás de todas as humilhações que tem sofrido. Nada de contemplações: pau nos mudancistas (A COLIGAÇÃO *apud* PALACÍN, 1976, p. 64).

Ocorridas às eleições de 14 de outubro de 1934, um mês depois, concluem-se as apurações, “o P.S.R. conseguira 15.590 votos nas legendas federais e 15.108 nas estaduais; a

¹⁸⁶ Ver em PALACÍN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*, 1976, p. 63; CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 130.

C.L.G. 8.052 nas federais e 7.981 nas estaduais. Uma relação de dois a um aproximadamente: três dos quatro deputados federais e 18 dos 24 estaduais pertenciam ao P.S.R.” (PALACÍN, 1976, p. 65).

Nota-se portanto, que o resultado das eleições de outubro de 1934, não colocaria mais dúvidas quanto ao apoio maciço da sociedade goiana ao projeto mudancista ludoviquista, além de não oferecer qualquer entrave à vitória de Pedro Ludovico na eleição para governador do Estado em abril de 1935 – realizada de maneira *indireta* conforme as determinações da Constituição de 1934¹⁸⁷.

Passado o período eleitoral, com maioria da base aliada tanto na esfera Estadual quanto na esfera Federal, o governador Pedro Ludovico, reafirmou seu *projeto*. O Governo do Estado baixou o *Decreto nº 327* de 2 de agosto de 1935, que estabelecia no artigo 1º. que:

Ficam fundidos em um único os atuais municípios de Campinas, Hidrolândia e parte dos territórios dos de Anápolis, Bela Vista, e Trindade, que passarão a constituir o Município de Goiânia, com sede na cidade do mesmo nome, ora em construção no Município de Campinas, desaparecido por efeito deste decreto (DECRETO Nº 327 *apud* MONTEIRO, 1938, p. 269).

Nascia-se, de fato, o município de Goiânia, que teria como seu primeiro prefeito: o professor Venerando de Freitas Borges. Este nomeado, por Pedro Ludovico, mediante ao *Decreto nº 510* de 7 de novembro de 1935¹⁸⁸. “Poucos dias depois, a 4 de dezembro, de uma forma sigilosa, o Governador deixava a cidade de Goiás, para fixar-se definitivamente em Goiânia” (PALACÍN, 1976, p. 72). Sobre esse episódio, o *Correio Oficial* noticiaria que o Governador Pedro Ludovico despedia-se da *velha capital*, dizendo: “Amo esta terra que é minha. Mas há um imperativo mais alto que é preciso obedecer” (*apud* CÂMARA, 1973, p. 199).

Pedro Ludovico, nas entrelinhas, referia-se a transferência da capital, embora ainda em caráter provisório. Foi com a criação do *Decreto nº 102* de 16 de maio de 1935, que o Governador buscou antecipar a mudança da capital sob um pretexto imperativo: acompanhar o

¹⁸⁷ “A eleição do governador não podia oferecer dúvidas. Ao reunir-se a Assembléia Legislativa a 14 de abril, o candidato do P.S.R, Pedro Ludovico, saía eleito por 16 votos, contra os 7 do candidato da Coligação, Emílio Póvoa”. Ver em PALACÍN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*, 1976, p. 65.

¹⁸⁸ Este decreto determinava que: “atendendo a que a multiplicidade de trabalhos de construção da Nova Capital tem atraído grande número de forasteiros de toda a parte, exigindo, por isso, grande atividade por parte das autoridades municipais de Campinas para o perfeito controle dos serviços que lhe são afetos; Atendendo a que a instalação desse município deve proceder a transferência da sede do Governo do Estado; Atendendo, finalmente, a que, nos termos do art. 78 da Constituição, cabe ao Poder Executivo nomear as autoridades municipais, em caso de criação de municípios, RESOLVE: a) nomear para exercer, em comissão, o cargo de prefeito provisório de Goiânia, o professor do Liceu de Goiás, sr. Venerando de Freitas Borges” Ver em DECRETO Nº 510 *apud* SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia Global*, 1980, p. 223.

andamento das obras, em especial, a construção dos edifícios públicos, os serviços de luz elétrica, os serviços de água e esgoto e a construção de casas para funcionários. Todas essas obras seriam, segundo evidenciava o Decreto, supervisionadas com base nos preceitos científicos do urbanismo moderno. Nos termos enunciados no Decreto, o Governo do Estado de Goiás:

Considerando que, no art. 6º do decreto nº. 3359, de 18 de maio de 1933, ficou estipulado o prazo máximo de dois anos para a transferência definitiva da sede do Governo para a Nova Capital ora em construção; Considerando que, apesar de muito adiantadas as obras, estando já quase terminadas as construções dos Edifícios do Palácio do Governo, Secretaria Geral, Grande Hotel, e de várias casas modelo, dificuldade de vias de transporte de materiais, máxime estação chuvosa, têm impedido a realização de outras construções imprescindíveis à acomodação das diversas repartições que, com seu pessoal, devem acompanhar o Governo para a sua nova séde; Considerando que um obra de tão grande vulto e que se vae efetivando em bases científicas do moderno urbanismo não comporta construções apressadas nem provisórias; Considerando que o serviço de luz elétrica, embora já iniciado, demanda um certo prazo para sua instalação definitiva na cidade; Considerando que o Governo está estudando várias propostas de importantes firmas e companhias para o serviço de água e esgotos e construção de casas para funcionários (DECRETO Nº 102 *apud* MONTEIRO, 1938, p. 284).

Entretanto é válido ressaltar que acompanhar e supervisionar o andamento das obras de Goiânia, esse mecanismo político ludoviquista concretizara, quase que por definitivo, a mudança da Capital. Uma vez que, para os *antimudancistas* seria inexequível, já em ampla e certa altura, reverter essa situação¹⁸⁹.

Todavia, empecilhos foram criados pelos *antimudancistas*, que impuseram barreiras e protelações à aprovação da lei que determinaria a transferência da capital em definitivo. Faltava para consumir a mudança definitiva, a transferência dos poderes: Judiciário e Legislativo, que ainda encontravam-se residentes na cidade de Goiás. A estratégia antimudancista consistia-se em “*negociar*” a mudança definitiva da capital por meio de uma *política de barganha*, isto é, em salvaguardar os interesses econômicos da Antiga Capital¹⁹⁰.

Instaurava-se em meados de 1936, um cenário político apreensivo para Pedro Ludovico e seus correligionários, conforme enfatiza Chaul, que:

A oposição, que contava com oito deputados, tinha a perspectiva de quatro a mais. A situação, com um total de 12 deputados, não podia contar, no momento com dois – José Ludovico e Moisés Costa Gomes – ficando em minoria de 10 contra os 12

¹⁸⁹ O que confirma essa ideia, é a criação do Decreto Nº 560 de dezembro de 1935, que determinava que: “para Goiânia, a Nova Capital do Estado, se transportem, com o pessoal que os respectivos titulares julgarem necessários ao exercício de suas funções, as Secretarias Geral e do Governo e a Casa Militar”. Ver em DECRETO Nº 560 *apud* SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia global*, 1980, p. 241.

¹⁹⁰ Ver em PALACÍN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*, 1976, p. 76-77.

possíveis da oposição. Para um homem acostumado, desde 1930, ao poder, com ideias a serem concretizadas numa época em que a liberdade era sinônimo mais de obediência do que de vontade, Pedro Ludovico fez valor o argumento mais propício no momento: a violência! (CHAUL, 1999, p. 148).

Observa-se, que Pedro Ludovico não se encontrava disposto a realizar nenhuma “*barganha política*” com os oposicionistas. Ao recorrer à violência¹⁹¹, segundo a visão de Chaul, “Pedro Ludovico tinha noção dos poderes concentrados em suas mãos e dos caminhos que o Brasil não tardaria a percorrer. [...] Pedro Ludovico se adiantando ao Estado Novo”¹⁹² (CHAUL, 2010, p. 248-249). Neste sentido, presumindo as novas aspirações políticas do país, Pedro Ludovico em resposta ao manifesto favorável à mudança da Capital de seus correligionários, declarou em tom autoritário: “Quereis a capital aqui? [...] POIS BEM: COM A LEI OU SEM A LEI, PELA FORÇA DO DIREITO OU PELO DIREITO DA FORÇA, TÊ-LA-EIS AQUI MUITO BREVE!” (*apud* MONTEIRO, 1938, p. 577).

Observa-se, que pelo tom autoritário da declaração do governador Pedro Ludovico, a Capital do Estado seria transferida da cidade de Goiás para a cidade de Goiânia mesmo com as “*medidas protetoras*” da oposição. As ações políticas coercivas de Pedro Ludovico desarticularam os oposicionistas, de tal modo que, em 23 de março de 1937, o Governador, “com a maioria na Assembléia, assinava o decreto de transferência da capital” (CHAUL, 2010, p. 250). Na época Goiânia, segundo os dados emitidos por Palacín, apresentava por volta de seis mil habitantes, cujo antes da publicação do *Decreto nº 1816 de 23 de março de 1937*, “todos viviam num estado de permanente agitação política” (PALACÍN, 1976, p. 79).

¹⁹¹ A situação política desfavorável à mudança, levou o governador Pedro Ludovico “partir para a violência. E foi o que ele fez. Uma centena de soldados foi deslocada para a cidade de Goiás, com o calculado objetivo de estabelecer o pânico entre sua população. Retratos do sr. Pedro Ludovico eram pregados por agentes do oficialismo em toda a cidade e, de preferência, na fachada das casas dos antimudancistas e nem todos podiam removê-los sem o risco de ameaças por parte dos soldados, postados por perto. As tipografias eram visitadas, numa espécie de censura prévia para evitar qualquer boletim contra o governador ou a mudança da Capital”. Ver em CÂMARA, Jaime. *Os tempos de mudança*, 1973, p. 217.

¹⁹² O referido autor fez menção a instauração, em 10 de novembro de 1937, do Estado Novo (1937-1945), a fase ditatorial de Getúlio Vargas, pois criaria uma nova dimensão política e econômica tanto para o Brasil quanto para Goiás. “A partir do Estado Novo, a propaganda política de Pedro Ludovico caminhou no intuito de buscar uma aproximação cada vez maior com Getúlio Vargas – não faltavam afirmativas de que Vargas representava o Brasil o que Ludovico representava para Goiás”. “Deste modo, Goiânia seria a Nova Capital, que serviria como centro absorvedor de mercadorias das várias regiões do Estado, repassando-as – e interligando-se economicamente com as regiões urbano-industriais do país”. Foi, portanto, na década de 1940, que Goiânia foi incorporada no “*discurso progressista*” da “*política estadonovista*” de Getúlio Vargas da *Marcha para o Oeste*. Isto é, na política de expansão das fronteiras agrícolas no sertão brasileiro e que, em Goiás, materializar-se-ia com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres. Ver, respectivamente, em CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, 2010, p. 251; CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999, p. 100.

Contudo, o referido Decreto legitimaria e concretizaria a mudança pondo fim à tensão política. O “*governo ludoviquista*” alegou que já estavam construídos os edifícios dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Não obstante, também foi colocado como argumento favorável à transferência definitiva da Capital, que as “*questões higiênico-sanitárias*” e de conforto encontravam-se razoáveis condições em virtude dos serviços parciais de canalização de água para o abastecimento; da disponibilidade de habitações compatíveis com os padrões de vida moderna; e do pleno funcionamento dos serviços de iluminação e energia elétrica. Sobre estas questões, o Decreto deliberava que:

Considerando que na cidade de Goiânia já foram construídos todos os edifícios necessários ao regular funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado; considerando que na cidade já existem, em pleno funcionamento, os serviços de iluminação e energia elétrica e, parcialmente, de canalização de água para o abastecimento da população local; considerando que a cidade de Goiânia já dispõe das condições de habitações e dos elementos de conforto compatíveis com o padrão normal de vida nos centros mais adiantados do Estado; [...] Decreta: Art. 1º. – Fica transferida; da cidade de Goiás, para a de Goiânia, a capital do Estado de Goiás (DECRETO Nº 1816 *apud* MONTEIRO, 1938, p. 606-608).

Goiânia foi resultado de um “*projeto político*” que vislumbrava o “novo”, o “moderno”, o “progresso” para o Estado de Goiás, isto é, fruto da “*Era ludoviquista*”, em escala estadual e conseqüentemente, apropriada pelas “*discursividades progressistas*” da “*Era varguista*”, em escala nacional. Neste prisma, a Nova Capital seria uma superação às “*antigas mazelas*” políticas e econômicas do Estado de Goiás, herdadas da “*Era caiadista*”. Todavia, a antiga ideia de mudança da Capital ganhou um novo fôlego com a vitória dos revolucionários de 1930 no Estado. Este foi no período entre 1930 a 1942, que erigiu o “*mudancismo goiano*” calhado em uma conjuntura política estadual e nacional, sobrecarregada de tensão¹⁹³.

Após a transferência definitiva da Capital do Estado de Goiás, um acontecimento de cunho nacional colocaria fim “a qualquer esperança dos vilaboenses, naquela altura habitante

¹⁹³ Entre 1930 a 1942, eclodiram-se vários eventos históricos estaduais e nacionais que de alguma forma tiveram influência em Goiás e, conseqüentemente, no processo de construção e transferência da capital do Estado de Goiás. Dentre esses eventos, sobressaíram-se: A Revolução de 1930, que contribuiu para o renascimento das pretensões mudancistas no Estado; O movimento constitucionalista paulista de 1932, que teve uma repercussão em Goiás e de certa forma engendrou-se como empecilhos aos anseios mudancistas de Pedro Ludovico; a eleições de 1934 e 1935 marcaram o termômetro do “projeto *mudancista ludoviquista*” no Estado; e, a criação do Estado Novo varguista em 1937, que a partir de 1938 colocou em prática o projeto político-econômico da Marcha para o Oeste, cujo na década de 1940, este projeto, incorporaria a “*Nova Capital sertaneja*” nos atos discursivos oficiais estadonovista de Getúlio Vargas pautadas, na nova mentalidade brasileira, de progresso e modernidade. Ver em MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*, 1996; CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, 1999; CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, 2010; MELLO, Marcia Metran de. *Goiânia: cidade das pedras e de palavras*, 2006.

de uma ‘Estância Balneária’, sem direitos de eleger, ao menos seu prefeito” (CHAUL, 1999, p.150), deste modo um novo golpe de Estado insurgira no Brasil, era Getúlio Vargas anunciando em novembro de 1937, o Estado Novo.

A constituição do Estado Novo neste contexto reforçaria a aliança política “*Vargas-Ludovico*”, ou seja, o *Novo Governo* inspirado nos regimes fascistas, consolidaria, Getúlio Vargas como chefe do Executivo Federal e, reforçaria o pacto “*regional-nacional*”, já que Pedro Ludovico, novamente, seria nomeado Interventor Federal do Estado de Goiás. Sintetizando esse contexto histórico, Chaul afirmar que:

O universo político que vinha sendo posto em prática nos leva a reforçar as perspectivas com as quais Pedro Ludovico jogava na busca da concretização de sua estratégia política, ou seja, da mudança da capital, tutelada, no momento, pelo Estado Novo. Por trás de toda a propaganda reunindo Vargas-Ludovico-Estado Novo, podemos observar que, na esfera da centralização de poder, Ludovico realmente espelhava Vargas no decorrer do Estado Novo. O contexto político estava com os ventos soprando; como nunca, a nau da ambição política de Pedro Ludovico e, concretizando a transferência da capital, demonstrava, cada vez mais, ao poder Central, sua habilidade de timoneiro, na direção de esquadra-menina dos olhos de Vargas: *A Marcha para o Oeste* (CHAUL, 1999, p 158).

No limiar do ano de 1938, Getúlio Vargas pronunciava um discurso nacionalista e heroico fundamentado na “*nova mentalidade*” do “*novo Brasil*” inspirada nos ideais de progresso e modernidade. Laçava-se, assim, oficialmente, uma “*nova brasilidade*” por meio da *Marcha para o Oeste*, como exposto no anúncio proferido pelo chefe do Executivo Federal, no qual dizia que:

É uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. [...], precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar – dos vales férteis e vastos, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. Persistiremos na disposição de suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homoganeamente, e a expansão do mercado interno se faça sem entraves de nenhuma espécie (VARGAS, 1942, p. 1-2).

Constata-se, que a *Marcha para o Oeste* constituiu-se como uma “*estratégia estadonovista*” a fim de estabelecer no Brasil: um “*novo bandeirantismo*” pautado, conforme destaca Cassiano Ricardo, “na nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos das regiões que pedem novos bandeirantes equipados de nova técnica, para o seu melhor aproveitamento econômico e social” (*apud* MACIEL, 1996, p. 114).

Segundo as análises de Dulce Portilho Maciel (1996), a “*política estadonovista*” de Getúlio Vargas baseou-se em três pontos fundamentais: “a ‘*Marcha para o Oeste*’, o nacionalismo e a política social” (MACIEL, 1996, p. 113). Para a autora, a *Marcha para o Oeste* vislumbrava “*ocupar e colonizar*” economicamente o interior do país, sobretudo, a região do Planalto Central. A respeito da *política nacionalista*, a autora enfatiza sua manifestação nos estabelecimentos de ensino mediante a “*padronização*” de uma cultura pátria e, no que acena a *política social*, Maciel salienta que ela concretizara-se sob as bases da “*legislação trabalhista*”, em outras palavras, na “*proteção do trabalhador*” e na restrição de greves e imigração estrangeira¹⁹⁴.

O discurso varguista da *Marcha para o Oeste* foi de fato, o mecanismo encontrado pelo Estado Novo para implantar uma “*doutrinação*” econômica e social, que visava a expansão das fronteiras através da ocupação do interior do Brasil. Divulgando tal política, o presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1940, visitou Goiânia. O Estado de Goiás encontrava-se radiante diante desse momento histórico, pois “era a primeira vez que um chefe da Nação Brasileira pisava em solo goiano” (MACIEL, 1996, p. 116). Recebendo o “*Grande Líder da Nação*”, o prefeito da cidade, Venerando de Freitas Borges, reforçava o discurso da *Marcha para o Oeste* ao mesmo tempo em que exaltava à ilustre pessoa de Vargas, expressando que:

Ao proclamar que o “verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste” – sentimos como que novo alento e reconfortados de tantas lutas titânicas, diante das perspectivas que se nos abriam. Não que nos julgássemos ao abandono. Não! É que as nossas necessidades estavam, como estão ainda, muito além de nossos ideais, de nossa capacidade de trabalho, de nosso desejo de crescer. Em vindo a este Estado, quis Vossa Excelência dar mais uma demonstração de amor ao Brasil, auscultando lhe o coração bem de perto. E é por isso que Goiânia se engalana se enche de luz e de sons, abrindo num sorriso imenso os seus horizontes para festejar o dia de hoje[...]. Marchando para o Oeste, Vossa Excelência depara a cidade, que “não é ainda a guardiã das tradições históricas deste povo, mas é a vanguardeira de *Marcha para o Oeste*” na expressão feliz do Interventor Pedro Ludovico. Goiânia é sua. Nem mesmo o simbolismo histórico das chaves eu preciso evocar nesta hora. Basta que Vossa Excelência saiba que cada pedra de suas construções representa um pouco de sacrifício, que cada linha de seu mapa constituiu um traço luminoso na senda do progresso e que – obra de um irmão de ideal de Vossa Excelência – é também símbolo da energia criadora do goiano. Ela lhe pertence. A Vossa Excelência e à ilustre comotiva, as boas vindas da TERRA GOIANA (BORGES *apud* TEIXEIRA, 1973, p. 114-116).

É plausível, que “Goiânia inserira-se já no discurso da *Marcha para o Oeste* na condição de um símbolo de um Brasil Novo, um Brasil brasileiro, voltado para si próprio, cheio de esperanças” (MACIEL, 1996, p. 117). Getúlio Vargas, durante sua visita épica a Nova Capital

¹⁹⁴ MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*, 1996, p. 113.

de Goiás, proferiu um discurso exaltando o “*feito edilício*” de Pedro Ludovico e divulgando a doutrina da *Marcha para o Oeste*. Neste propósito, o Chefe da Nação anunciava que:

O que vos faltava era o amparo do poder público, e, tão cedo ele chegou, mostrastes a vossa ação organizadora e o vosso empenho progressista, realizando empresas como a de construir – diria melhor – improvisar, em pleno descampado, uma cidade como esta – a segunda do Brasil edificada de acordo com um moderno plano urbanístico, atendendo, não a eventualidades políticas, mas às exigências do crescimento demográfico e econômico do Estado. [...]. A visita que ora vos faço é prova de uma concepção renovadora da Pátria grande e forte. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste (VARGAS, 1942, p. 123-124).

Goiânia, na visão de Vargas, era o motor que impulsionaria a “*onda civilizadora*” para o Centro-Oeste brasileiro. A representação de a modernidade goiana forjar, simbolicamente, entre os meses de junho e julho de 1942, quando se talhou o “*Batismo Cultural*” de Goiânia. Cerimônia essa, que promoveu a inauguração oficial da Nova Capital do Estado de Goiás. Segundo Maciel, neste evento,

Vários setores da administração federal promoveram eventos de caráter nacional, entre eles, o VIII Congresso Brasileiro de Educação, a II exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, a Semana Ruralista do Ministério da Agricultura e as assembleias gerais do conselho Nacional de Estatística, do Conselho Nacional de Geografia e da Sociedade Brasileira de estatística. Entre os numerosos eventos promovidos pelo governo goiano, no decorrer daqueles dias, cabe que se mencione o lançamento da revista *Oeste* e a inauguração do Cine Teatro Goiânia – este, na época, um dos mais modernos do Brasil, inclusive pela sua arquitetura arrojada (MACIEL, 1996, p. 118).

Observa-se, que a qualidade dos eventos oficiais no qual à Nova Capital recebera em sua inauguração oficial, criara-se uma expectativa futura de que Goiânia tornar-se-ia “*cosmopolita*” em um futuro próximo. Outra impressão favorável à Nova Capital foi expressa na arquitetura oficial da cidade, inspirada nas bases técnico-científicas fundadas nas pretensões nacionalizadoras e disciplinadoras da “*arquitetura moderna*” do Art Déco. Nas palavras de Gustavo Neiva Coelho, era “o Art Déco o modelo que melhor representava o ‘desenvolvimento’ proposto por Vargas, e o ‘progresso’ que igualaria o Brasil ao mundo civilizado” (COELHO, 2000, p. 36). As “*imagens*” de Goiânia foram traçadas por “*discursos progressistas*” que entornavam à ideia de que a edificação de uma cidade moderna no sertão goiano promoveria o progresso e a modernidade do Estado de Goiás. De acordo com Coelho, foi como proposta de modernidade que, o Déco “deveria se expressar em todas as frentes de ocupação. Coube, à

Marcha para o Oeste, consolidada com a fundação de Goiânia, contribuir para tal” (COELHO, 2000, p. 42).

Na inauguração oficial de Goiânia, o interventor Pedro Ludovico aproveitou-se dos holofotes e da repercussão nacional da mudança da Capital de Goiás, e proferiu um discurso sintetizando a significação cultural e econômica de Goiânia para Goiás e, bem como, para o Brasil. Em 5 de julho de 1942, na sua “*Mensagem ao Brasil*”, o Interventor Federal anunciava pujantemente que:

Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado em meu Estado. Inaugura-se hoje a jovem Goiânia, Capital de Goiás. Ao entregar a comunhão nacional à cidade cuja construção foi parte primordial de meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum antevendo o seu futuro esplendoroso. Tenho a honra de saudar, na pessoa do grande condutor, o Presidente Getúlio Vargas, o Brasil gigante e poderoso. Saúdo a Amazônia, tão cheia de mistérios e tão rica de promessas; as terras dos palmares e babaçuais esplendidos do Paranaíba longínquo. Saúdo o nordeste, de atitudes heroicas e fecundas ante as durezas do clima que o flagela; Os Estados de leste, de riquezas tão numerosas e de um labor tão intenso, em benefício da economia nacional. Saúdo as terras dos vales históricos da Paraíba e do Tietê, onde vicejam os cafezais, os algodoados e tantas outras riquezas; as regiões admiráveis dos pinheiros paranaenses e catarinenses. Saúdo os pampas do Sul, berço de heróis, celeiro do Brasil; as terras que, a leste e oeste de Goiás, com ele se irmanam na grandeza de suas glebas, na variedade de seus produtos e no labor intrépido de seus filhos. Saúdo o Brasil todo, símbolo de pujança, dignidade e elevação. A ele, Brasil entrego um grande ideal que se tornou em grande realidade: – Goiânia” (*apud* PIMENTA NETTO, 1993, p. 14).

Verifica-se, que nos discursos oficiais a representação de modernidade da Nova Capital, Goiânia, estava relacionada com a *Marcha para o Oeste*. Esta incorporação de Goiânia no discurso do “*campanhista*” do Estado Novo, pode ser observada nos vocábulos pronunciados por D. Aquino Correia, Arcebispo de Cuiabá e membro da Academia Brasileira de Letras, que salientava que:

Estamos aqui, portanto, comemorando uma significativa e fulgida etapa dessa marcha para o Oeste, que encontrou um dos mais estrênuos vanguardistas, na pessoa do Interventor Pedro Ludovico, que, nestes dias, com as revelações do seu governo, filiam-se na estirpe homérica dos Buenos da Silva, os ínclitos e lendários Anhangueras, descobridores de Goiás. Goiânia, pois, não é tão somente uma flor destes cimos soalheiros, dominados, ao longe, pela poesia altaneira do Pirineus e Serra Dourada; é muito mais. Goiânia é uma flor miraculosa do Estado Novo, que nela tem hoje um momento de sua política de realizações (*apud* PIMENTA NETTO, 1993, p. 35-36).

Representando o “*novo Brasil*” e o “*novo Goiás*”, em outras palavras, a modernidade brasileira e goiana, a Nova Capital do Cerrado goiano seria para o Dr. Renato de Almeida, Ministro do Exterior:

A antevisão do Brasil do futuro, que constrói a sabedoria do Presidente Vargas. Brasil que sobe da terra pela vontade do homem, multiplicando a ação, fecundando o deserto. A terra não é mais a maravilha da paisagem, as cores e os volumes das montanhas, das matas e das águas, mas o prodígio da energia disciplinada, que vence o tumulto e domina a realidade infrene. Para ser sincero eu devo saudar o ilustre Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, como um artista moderno, o criador de Goiânia, que oferece hoje à admiração do Brasil. E Goiânia é uma obra de arte, porque não é apenas uma formosa cidade que se edifica no coração do Brasil, mas contém uma sugestão profunda, que encanta e comove. O Chefe do Governo goiano não é só um plantador de cidades – (a evocação do Bandeirante é inevitável) – ele é, sobretudo, um animador do Brasil moderno (*apud* PIMENTA NETTO, 1993, p. 20).

A Nova Capital de Goiás, de fato, era a bola da vez, ela era o símbolo de uma “*nova era*” promissora e heroica para o sertão brasílico. Foi sobre essa representação discursiva que, o Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), leu os escritos enviados pelo Presidente do IBGE, que dizia que:

Aceitamos a contingência misteriosa do milagre telúrico que emergia dos “sertões” como se a própria voz da terra conclamasse a audácia dos homens para a epopeia da conquista e do desbravamento; nenhuma outra, mais do que elas, poderá refletir os grandes valores morais que disciplinam o ritmo da nossa história. Valores de coesão, ante as forças desagregadoras das tradições transmitidas pelo Império e a Fé; valores de autonomia, a antecipar na consciência geográfica da Pátria, ainda informe, o próprio sentido de uma soberania política; valor de unidade que permitem ao Brasil conserva-se fiel à sua vocação cristã, sob o signo eterno dos Goiazes, pelas mãos predestinadas de anhanguera (*apud* PIMENTA NETTO, 1993, p. 32).

Identifica-se, que os discursos emitidos no “*Batismo Cultural*” de Goiânia além de promover “*imagens glorificas*” da Nova Capital de Goiás, preocupou-se também em fortalecer a campanha da *Marcha para o Oeste*, incorporando a “*Capital-Sertaneja*” na tonalidade discursiva afinada aos ideais de progresso e modernidade. No entanto, pouco tempo antes da inauguração oficial de Goiânia, inúmeras “*representações lúdicas*” sobre a “*Nova Cidade-Capital*” eram manifestadas fora do Estado de Goiás, como na palestra pronunciada no estúdio da Rádio-Difusora do Distrito Federal, pelo engenheiro Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia e Diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, que em 15 de maio de 1942 narra que:

A mim coube ventura maior, a de ver Goiânia. Acabo de visitá-la, podendo, pois, vos prestar um depoimento vivo. Goiânia surpreende e educa. Goiânia é uma afirmação e é uma lição. Viajar-se no meio de extensa vegetação, para, depois de horas e horas de reflexo de paisagens verdes, e só verdes, encontrar-se um núcleo urbano, moderno, planejado, cheio de habitações, de movimento e de vida, em que se respira a ânsia do progresso, é qualquer coisa de surpreendente e constitui uma afirmação expressiva, afirmação de vontade e de confiança, pelo que se realiza hoje na visão do futuro. Por isso, é Goiânia uma lição proveitosa e educativa. Mostra à geração atual de brasileiros,

pelo que é, em expressão social e política, pela influência que está exercendo, no povoamento e no fomento econômico, e pelo que será, como contribuição à organização nacional, mostra o caminho que cumpre seguir na solução do magno – de todos o maior – problema nacional, o problema da ocupação do nosso imenso patrimônio territorial (CASTRO, 1942, p. 113-114).

Goiânia encontrou-se no ano de 1942, nos holofotes editoriais de todo o Brasil. Segundo os dados enumerados por Maciel:

A imprensa brasileira, intensamente, na divulgação dos fatos relativos à inauguração de Goiânia. No Arquivo Pedro Ludovico, desta cidade, encontramos recortes de 138 matérias, publicadas em jornais editados fora do Estado de Goiás, entre o final de junho e o começo de julho daquele ano de 1942, alusivas ao, então, grande acontecimento nacional. Para a aquilatação do que representou tal volume de matérias, lembramos o estado embrionário em que se achava, na época, a atividade editorial no país (MACIEL, 1996, p. 123).

Em Goiás, local da grande epopeia homérica, não podia ser diferente. Goiânia esteve, notoriamente, estampada nas manchetes de diferentes periódicos, jornais e revistas. Sobre este contexto, vale destacar a atuação da revista *Oeste*, lançada na mesma data, 5 de julho de 1942, do Batismo Cultural de Goiânia. Porém, ela teve circulação somente até 1945, servindo como um dispositivo político do Estado. Esta revista, por fazer parte da imprensa oficial do “*Governo Ludovico*” produziu narrativas discursivas com a finalidade de promover “*representações homéricas*” do “*Novo Goiás*” e, de sua menina dos olhos, Goiânia.

A revista *Oeste* urgiu-se, ideologicamente, alinhada com a “*política ludoviquista*”. Isto pode ser notado na apresentação da revista, em 5 de julho de 1942, que dizia que:

Oeste é assim o veículo oficial do pensamento moço de Goiás. Limita seu aparecimento a fase mais vitoriosa de Goiás, dentro de aspectos absolutos. Mensagem de contemporâneos a outra posteridade mental, equivale a fixação de nosso estado social-político-intelectual. Grava, em depoimentos são de brasilidade sã, uma obra e um autor. A obra é Goiânia; Pedro Ludovico, o autor. Vale pelo que a mocidade goiana deva a retribuir a seu benfeitor. Benfeitor que nos oportunizou cooperação nos destinos comuns da raça goiá. Benfeitor que veiculou a seiva inovadora de uma geração rumo a processos de revitalização política (OESTE, 2001, p. 34).

É notório, que a revista *Oeste* manifestava-se, claramente, associada a corrente política e ideológica do “*Novo Goiás*”, isto é, da “*Era Ludovico*”. Não foi obstante que a revista trouxe uma narrativa em tom de epopeia, elucidando que o seu nascimento coincidiu com o maior momento da história de Goiás, expressado pelo o “*grande herói goiano*” Pedro Ludovico e por sua “*obra prima*”, Goiânia. No texto publicado pela revista, em 5 de julho de 1942, “*O sentido ideológico de Goiânia*”, o escritor Castro Costa remeteu-se a Nova Capital do Estado de Goiás como expressão da modernidade sertaneja do Centro-Oeste, fruto do esforço do “*herói*

visionário” Pedro Ludovico e da concretização do “*novo bandeirantismo*” da *Marcha para o Oeste* anunciado pelo “*Chefe da Nação*”, Getúlio Vargas. Sobre esse prisma, Castro Costa entoava um discurso político e ideológico, que proferia que:

Goiânia, cidade que só a vontade de um Pedro Ludovico poderia erguer, representa um fato sociológico inédito no país, em virtude de traduzir um movimento centrífugo, isto é, que parte do centro do nosso território para se irradiar para a periferia. Jamais havíamos os brasileiros assistido, em tal longitude, a um esforço local tão alevantado em prol da civilização do oeste. Goiânia não é a cidade populosa, não é o arranha-céu que não tem, não é o luxo dos salões, não é a receita pública fabulosa, nem tampouco os cassinos que porventura queiram ver. E’ uma grande ideia na vida nacional, é um símbolo. Conseguiu chamar a atenção de todos brasileiros para a magna questão das potencialidades econômicos-sociais de nossas zonas mediterrâneas. Fez-se o ponto de referência para o aquilamento do valor e da energia moral do sertanejo, conquanto orientados, um e outra, por administradores idealistas e de visão. A marcha para o oeste, hoje tão admiravelmente preconizada pelo maior apaixonado do Brasil, o Presidente Vargas, encontrará sempre em Goiânia um de suas maiores conquistas, eis que essa cidade encerra uma série de circunstâncias excepcionais aferidoras do sentido ideológico desse esplêndido movimento. Por outro lado, sua localização a torna talvez o maior entreposto comercial do Brasil futuro (OESTE, 2001, p. 35).

Em linhas gerais, Pedro Ludovico Teixeira, inicialmente utilizou a “*saúde pública*” como estratégia política para intervir, controlar e esquadrihar os indivíduos goianos e, sobretudo, todo o Estado de Goiás. Para alcançar tal objetivo, o Interventor Federal buscou promover uma “*Reforma Sanitária Geral*”, mas, viu suas pretensões *higiênico-sanitárias* ruírem, em virtude, da impossibilidade financeira do Estado em “*sanear seu território e sua população*”. Contudo, a “*Medicina de Estado*” instaurada por Pedro Ludovico por meio do *Regulamento de Saúde Pública de 1931*, ofereceu um sustentáculo científico que serviu de fundamento para a produção de “*discursividades oficiais*” essenciais à legitimação da “*tese mudancista*”. O *Regulamento* de 1931, nesse sentido, criou os alicerces científicos que argumentaram contra a permanência da Cidade de Goiás na autoridade de Capital do Estado, como também, ofereceu meios para criar uma “*Medicina Urbana*” amparada nos preceitos científicos do planejamento urbano essenciais à edificação de uma Nova Capital – Goiânia.

Goiânia, entretanto foi a “*arma política*” de Pedro Ludovico Teixeira para manter-se na chefia do *Executivo Estadual* do Estado de Goiás e consolidar a ascensão política e econômica das elites agrárias do sul e sudoeste goiano. Para legitimar e materializar a “*tese mudancista*”, o *médico-interventor* utilizou como dispositivo político o “*saber médico-sanitarista*”, bem como, em outros saberes da ciência moderna – engenharia, arquitetura, urbanismo e direito – com a finalidade de produzir “*discursividades mudancistas oficiais*” calcadas nos “*argumentos médico-higiênico-sanitários*”, que tinham a pretensão de “*verdade científica*”. Contudo, essas estratégias discursivas não foram suficientes para consolidar seu

“*anseio mudancista*”. No curso da década de 1930, Goiânia foi construída em um ambiente de intensas disputas discursivas entre *mudancistas* e *antimudancistas*, por isso, outras estratégias fizeram-se essenciais para consolidar a mudança da Capital em 1937, como o autoritarismo e a aproximação política com o Governo Federal. Ainda em 1937, a implantação do Estado Novo contribuiu para o fortalecimento dos laços políticos entre Vargas e Ludovico. Goiânia, na década de 1940, foi incorporada no discurso da *Marcha para o Oeste*. As discursividades desta “*Campanha Estadonovista*” fizeram emergir “*representações discursivas*” que colocaram à Nova Capital do Cerrado goiano no rol do progresso e da modernidade.

Todavia, as “*representações discursivas*” sobre a Nova Capital nem sempre acenavam para o otimismo, tampouco, para uma cidade capaz de conduzir o progresso e a modernidade do Estado de Goiás. Entre os anos de 1933 a 1942, Goiânia foi edificada em meio às dificuldades políticas, econômicas e sociais que fizeram produzir, simultaneamente, ao otimismo do “*discurso oficial*”, o pessimismo do “*discurso cotidiano*” de alguns indivíduos. A modernidade goiana materializada pela construção de Goiânia foi, portanto, marcada pela contradição e ambivalência.

3.2 - NOVA CAPITAL: ENTRE O SONHO E A REALIDADE

O arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima, no relatório enviado ao interventor Pedro Ludovico, em 10 de janeiro de 1935, mostrava-se descontente com o andamento das obras devido o descumprimento das regras construtivas, que, deveriam privilegiar, conforme o regulamento construtivo, os preceitos de saúde, salubridade, higiene e conforto. Contrariado, o arquiteto-urbanista, denunciava que:

Estão a iniciar algumas construções em desacordo com as boas regras construtivas, como sejam: emprego de minerais para alicerces tais como o denominado de “*Tapiocanga*”; adobe em panos de parede e assentamento de tijolos com argila, etc. (LIMA, 1942, p. 56).

Além da desobediência às regras construtivas, Atílio expôs outros obstáculos que se fizeram rotineiros na construção de Goiânia, dentre eles: os entraves de ordem física e geográfica em razão da distância e da dificuldade de transporte dos materiais construtivos procedentes de outros Estados; os problemas de ordem técnica em virtude “da falta de operários da construção civil: não havia mestre-de-obras, nem pedreiro, nem pintores e nem

encanadores”. Buscando solucionar esses entraves, o governo resolveu adotar uma estratégia: divulgar – através do Departamento de Propaganda – as ofertas de mão de obra para construção civil com a finalidade de “trazer do Rio de Janeiro, de São Paulo, de onde fosse possível, quem se dispusesse a vir para o interior” (CAMPOS, 2001, p. 106). Em entrevista publica pelo jornal *Vanguarda*, em 6 de julho de 1942, Attílio Corrêa Lima declarava que:

Em pleno sertão deveríamos construir uma cidade. Três fatores deveriam enfrentar: a dificuldade de obter material – ainda inexplorado na ocasião; o problema da mão-de-obra deficiente, não adaptada aos métodos modernos de construir; e finalmente, os transportes para o material vindo de fora. E como se não bastassem as dificuldades acima descritas, tivemos a luta política. De duas maneiras apresentou-se o problema da mudança da capital: a luta aberta desencadeada pela oposição durante o período da propaganda eleitoral e a luta subterrânea da resistência passiva movida pelos interesses prejudicados na mudança do centro vital do Estado (LIMA *apud* MANSO, 2001, p. 108).

Percebe-se, que Attílio atribuiu que as dificuldades de transporte de material, de mão de obra e da distância geográfica, assim como, as disputas políticas entre mudancistas e antimudancistas; contribuíram para o atraso da execução das obras da Nova Capital. Contudo, os argumentos do arquiteto-urbanista, em nada evitaram o “descontentamento por parte do governo estadual com o ritmo dos trabalhos administrados”, no caso, conduzido pelo próprio “Attílio Corrêa Lima, que representava a firma P. Antunes Ribeiro & Cia” (MANSO, 2001, p. 103). Sob o pretexto do ritmo moroso das construções, que, em 15 de janeiro de 1935, que o governo do Estado rescindiu o contrato com a firma de Attílio e conseqüentemente, antecipou o seu retorno para o Rio de Janeiro¹⁹⁵.

Além do descontentamento do governo com a morosidade das construções, outro fator pesou para saída do arquiteto-urbanista da direção das obras: “as divergências com a construtora Coimbra Bueno”. Segundo ressalta um especialista, em novembro de 1934, Oscar Campos Júnior, eleito deputado, foi substituído pelos irmãos Aberlado e Jerônimo Coimbra Bueno¹⁹⁶ na

¹⁹⁵ MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

¹⁹⁶ Os irmãos Coimbra Bueno são naturais de Rio Verde, em Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno nasceu em 1910 e seu irmão, Abelardo Coimbra Bueno nasceu em 1911. Em Rio Verde os irmãos cursaram o ensino primário. Foi ainda em Rio Verde, que a família dos irmãos Coimbra Bueno estabeleceu um importante relacionamento político e econômico com os parentes de Pedro Ludovico Teixeira, que também era natural de Rio Verde. Com a mudança da família para o Rio de Janeiro Jerônimo e Abelardo terminaram o ensino secundário no Colégio D. Pedro II. Entre 1929 a 1933, estudaram na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cursando Engenharia Civil. No final de 1932, Abelardo foi nomeado para o cargo de inspetor de ensino do Estado do Rio de Janeiro, no mesmo período, Jerônimo foi trabalhar no serviço de Saneamento da Fazenda de São Bento, sendo, posteriormente, transferido para realizar atividades no cadastro da Prefeitura do Rio de Janeiro. Jerônimo foi o primeiro a voltar para Goiás assumindo os trabalhos de construção de Goiânia em setembro de 1934. Em meados de 1935, Abelardo também voltou, assumindo os empreendimentos construtivos da Nova Capital pela firma Coimbra Bueno. Inicialmente, a firma era denominada de Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda., composta pelos sócios: os irmãos Jerônimo e

direção da Superintendência Geral, “ao mesmo tempo em que a firma Coimbra Bueno assinava um contrato assumindo a responsabilidade pela administração das obras do Estado, em dezembro de 1934”. A partir da entrada da firma Coimbra Bueno & Penas Chaves Ltda – que depois passou a se chamar Coimbra Bueno & Cia. Ltda. – a construção de Goiânia, conforme evidencia Gonçalves, “permeou uma lógica própria, em que a incoerência e interesses particulares foram mesclados com outra imagem, que passava sentimentos de altruísmo e dever cívico” (GONÇALVES, 2002, p. 35).

A especificidade da construção de Goiânia pode ser explicada pela problemática do financiamento das obras. Para desempacar a execução das obras da Nova Capital, o Governo Estadual valeu-se de empréstimos adquiridos junto ao Governo Federal e, não obstante, fomentou as vendas de lotes de Goiânia. Durante as primeiras etapas construtivas de Goiânia, o Estado incentivou, por causa da escassez de mão de obra, a vinda de operários do interior goiano e de outras regiões brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Nordeste. Entre idas e vindas, estimam-se que aproximadamente 4 mil operários trabalharam na construção de Goiânia. Todavia, o Estado não ofereceu condições de infraestrutura para acolher a elevada massa de trabalhadores migrantes. As improvisações das habitações operárias passaram a descumprir as regras construtivas e as especulações do mercado imobiliário impulsionada pelos irmãos Coimbra Bueno na Nova Capital, minaram, em certa medida, as propostas de Atílio Corrêa Lima no que se refere “as modernas exigências da vida, conforto, higiene, durabilidade e elegância” (MONTEIRO, 1938, p. 124). Sobre essa situação avessa, Campos elucida que:

A cidade de Campinas, situada nas proximidades do sítio onde se edificaria a nova Capital, não oferecia condições para abrigar tão vasta população. Todo o município de Campinas tinha em 1920 apenas 4.445 habitantes, sendo que a maioria deles residia na zona rural, [...]. Surgiram então, em apreciável número, ranchos, barracos e casebres, construídos de madeira e de tábuas, em sua maioria, com cobertura de capim, sem o mínimo de condições higiênicas, verdadeiras favelas que se estendiam pelas margens do córrego Botafogo (CAMPOS, 2001, p. 106-107).

Abelardo Coimbra Bueno e Pena Chaves. A firma firmou bons negócios em virtude de Pena Chaves ser neto de um ex-presidente da República e primo do Diretor do Banco Mercantil da Capital Federal. Mas a sociedade foi rompida quando os irmãos Coimbra Bueno assumiram as obras construtivas da Nova Capital de Goiás, em razão de uma divergência entre os sócios. Com a cisão da sociedade, a firma passou a se chamar Coimbra Bueno & Cia. Ltda. Os irmãos Coimbra Bueno atuaram de forma intensa na fase pioneira de Goiânia, recebendo de Pedro Ludovico Teixeira, o título de “construtores de Goiânia”. Ver em MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*, 1938, p. 656-659; MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 179-181; GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: uma modernidade possível*, 2002, p. 35.

É notório que Goiânia sofreu um processo de ocupação conturbado. O projeto original da Nova Capital foi desvirtuado em razão da violação dos regulamentos de construção, das improvisações de habitações operárias e da especulação imobiliária impulsionada pelo rápido crescimento demográfico da cidade. De acordo com Genilda D’Arc Bernardes, ainda na fase de gestação da Capital-Sertaneja:

O quantitativo dos que chegavam aumentava a cada dia. O Estado se vê na contingência de responder a esta situação. Para tanto, constrói alojamento à margem direita do Córrego Botafogo. O espaço planejado para a cidade se estendia até a margem esquerda do Córrego Botafogo, sendo, portanto proibidas as construções do outro lado. Assim o córrego se transforma num divisor espacial e de classes sociais. Na margem direita, originalmente reservada para módulos de chácaras, os trabalhadores construíam suas casas, dando origem à Vila Nova: ranchos de capim, casas de madeiras, barracões de depósito (BERNARDES, 2009, p. 42).

Compreende-se, que o caráter caótico, excludente e segregatório do processo de ocupação territorial de Goiânia, induziram as classes populares a ocuparem os espaços periféricos da cidade. Jerônimo Coimbra Bueno, superintendente das obras da Nova Capital, por meio de um relatório, buscou explicar esta condição caótica, argumentando que:

Só o alojamento, para uma população operária que orça em mais de 1 000 pessoas (operários, suas famílias e agregados), num local inteiramente virgem, onde há 3 anos não existia uma única moradia, só esta parte, a ser executada de acordo com as exigências mínimas de um padrão moderno e tolerável de vida, exigiria quase tanto se gastou com a totalidade das obras. A maioria dos ranchos operários custou menos de 100 mil réis cada. As casas de madeira, feitas com rapidez, sempre para satisfazer necessidade imediata de alojamento do pessoal mais classificado das obras foram feitas com a mais restrita economia e constituem o mínimo abrigo que se poderia tolerar para viver (*apud* ALVARES, 1942, p. 71-72).

Nota-se, que as primeiras habitações dos bairros operários fizeram-se de forma rústica e, na maioria das vezes, improvisadas de modo a contrariar as normas higiênico-sanitárias estabelecidas nos regulamentos construtivos e nas orientações do arquiteto-urbanista Attílio Corrêa Lima. A Vila Nova, por exemplo, foi uma das localidades em que as “*habitações improvisadas*” estiveram presentes na Nova Capital. Deste modo, nos termos elaborados por Sílvia Clímaco Mattos:

Uma parcela expressiva dos migrantes que chegaram a Goiânia por ocasião de sua construção encontrou na Vila Nova o único espaço onde pôde se abrigar. Nesse local, onde, pelo plano original da cidade, não estava prevista a ocupação residencial, duas formas diferenciadas de apropriação ocorreram: uma conduzida pelo próprio Estado que, em 1933, construiu um alojamento às margens do córrego Botafogo para os operários da construção civil, e outra levada a cabo, de forma espontânea, pelos

próprios migrantes, que se estabeleceram, de forma ilegal, em terras públicas, formando a primeira invasão de Goiânia (MATTOS, 2008, p. 51).

Confere-se, neste espectro, uma nítida incongruência entre os “*discursos de modernidade*” legitimados pelos “*argumentos higiênico-sanitários*” e o que de fato acontecia na vida cotidiana da Nova Capital, em especial, na vida dos operários. No que acena à péssima qualidade de vida nos bairros operários de Goiânia, Bernardes salienta que:

Um cenário pouco confortável, dadas as condições ambientais – quente e úmido –, com péssimas condições de higiene, camas feitas de forquilhas e tábuas, instaladas próximas das outras, favorecendo a proliferação de doenças, piolhos, pulgas, muriçocas e outros insetos, situação que os obrigava a ficar ao redor de fogueiras até que o sono chegasse de vez. As condições sanitárias eram as mais rudimentares possíveis. Não existia rede de esgoto, as águas escorriam por entre os barracões, através de reguinhos improvisados. Os sanitários consistiam em casinhas, com um simples buraco cavado no chão, facilitando a proliferação de insetos e a contaminação do solo. Os banhos, quase sempre eram realizados nas águas do Botafogo. Alimentavam-se muito mal, geralmente sua comida era composta de arroz e verduras da época e muito raramente de carne, que ficava reservada para o fim de semana. No início da construção, a maioria deles levava marmita pronta para o trabalho. Possivelmente, foram eles os primeiros boias-frias, de Goiás (BERNARDES, 2009, p. 43-44).

Delineava-se, uma ambivalência no que refere-se a “*imagem*” da Nova Capital do Estado de Goiás. Goiânia, então, vitrine da “*utopia do progresso*” pensada sob as exigências modernas de saúde, salubridade, higiene e conforto, viu-se “*contaminada*”, especialmente na periferia, por “*espaços improvisados*” (barracos, casebres, ranchos) destituídos de qualquer serviço de saúde, higiene, abastecimento, esgoto e iluminação. Esses ambientes desprovidos de ordenação acolheram os “*segregados*”, “*discriminados*” e “*excluídos*” socialmente: os operários – os verdadeiros construtores de Goiânia. No entanto, em condição oposta, as classes dirigentes concentraram-se nos “*espaços organizados*” da zona urbana e central. Sintetizando, nos termos elaborados por Bernardes:

No início da implementação do projeto de Goiânia, já se pode perceber diferenciação social no tocante à habitação. Para mão-de-obra menos qualificada foram construídos ranchos de capim, enquanto para os mais qualificados construíram-se casas de madeiras. Entre os últimos, estavam os trabalhadores – pedreiros, mestres-de-obras e estrangeiros (BERNARDES, 2009, p. 42).

Os graves problemas “*higiênico-sanitários*” não eram os únicos na Nova Capital, “ao tornar-se capital de Goiás, em 1937, Goiânia não dispunha de hospital público, nem de centro de saúde”, isto é, o Estado, nada fez pela saúde pública de Goiânia, pois priorizava “as obras de construção civil e urbanização”, que, “por sua vez, tinha orçamento reduzido, sendo

inexpressiva a arrecadação” (FREITAS, 1999, p. 273). De acordo com Dalísia Doles, entre 1930 a 1936, a ação do Serviço Sanitário de Pedro Ludovico restringia-se em três pontos: “campanhas de vacinação contra varíola e raiva; tratamento das doenças sexualmente transmissíveis; coibição do exercício ilegal das profissões médica, odontológica e farmacêutica” (DOLES, 1999, p. 305).

Em 1942, no ano do Batismo Cultural de Goiânia, a cidade “tinha cinco hospitais, inclusive a Santa Casa”, sendo que, esta última detinha uma boa aceitação da população, mas ainda insuficiente para atender na área urbana da Nova Capital os índices demográficos de “cerca de 17.500 habitantes – quase o dobro da população alcançada pela cidade de Goiás, em dois séculos de existência” (FREITAS, 1999, p. 277).

A Santa Casa de Misericórdia de Goiânia foi inaugurada em 1938, tendo à frente da casa: Dona Gercina Borges – esposa de Pedro Ludovico – No entanto, a Santa Casa conviveu com dificuldades para continuar as suas obras construtivas, assim como, para manter-se em funcionamento. De acordo com Doles, “no jornal *O Popular* de 8 de fevereiro de 1940, a diretoria fez publicar apelos aos sentimentos humanitários da população sob o título de ‘Movimento da Santa Casa’ (DOLES, 1999, p. 311). Em linha gerais, para Freitas, as Santas Casas:

Inspiravam-se nos preceitos da caridade cristã, que recomendavam ações de misericórdia em favor dos enfermos e necessitados, para o alívio dos sofrimentos físicos mas, sobretudo, para a salvação eterna de suas almas (FREITAS, 1999, p. 273).

A atribuição social expressada na prática de caridade da Santa Casa pode ser notada no depoimento do pedreiro Adolfo Boari, que na década de 1940, tinha sido assistido pela Casa. Com sentimento de agradecimento, Adolfo pronunciava:

Eu recorri até a Santa Casa de Misericórdia para fazer uma operação plástica no rosto. A Da. Gercina foi lá em casa uma vez. Um barraquinho no S. dos Funcionários. Ela disse: – “E essa verruga? É preciso operar. Vai lá em casa amanhã, mas vai cedo. Eu vou te dar um cartão e você vai à Santa Casa, o Dr. Fulano de Tal te opera na mesma hora. Isto é uma coisa ligeira, você faz a operação e vai embora para casa na mesma hora. Mas não fica com isto, é perigoso dar um câncer”. Eu fui lá, clareando o dia. A Da. Gercina Borges estava lá. Estava muito gripada, não podia nem atender às pessoas que queriam falar com ela. Era uma boa senhora. Ela era muito procurada. Tudo indigente. Ela valeu muito (GOIÂNIA, 1985, p. 20).

Nota-se, segundo o depoimento de Adolfo, o esforço humanitário extremado da presidente da Santa Casa, Dona Gercina Borges, que mesmo sem condições físicas em razão de uma gripe, não poupou esforços para atender as necessidades de saúde dos “indigentes” que se

encontravam no local. Segundo elenca uma especialista, as doenças que mais circundavam a Nova Capital na década de 1930 eram: “gripes e desarranjos gastrintestinais, possivelmente decorrentes do excesso de poeira, habitações inadequadas e alimentos contaminados” (FREITAS, 1999, p. 277).

Até o início da década de 1940, Goiânia não se dispôs de condições aceitáveis de atendimento à saúde de seus cidadãos. Esta ideia pode ser confirmada, a partir das análises realizadas por Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, que destaca que:

As doenças transmissíveis foram responsáveis pelo maior número de óbitos, alcançando o mais alto índice nos anos de 1941-1942, em Goiânia: 47%. Na cidade de Goiás, o percentual encontrado, em 1927, foi de 45%. Dado que as doenças transmissíveis podem ser associadas à falta ou deficiência de infra estrutura sanitária, será válido supor que, nos períodos considerados, assemelhavam-se as condições dessas capitais. Dentre as doenças transmissíveis citadas nos registros de óbitos de Goiânia, algumas são velhas conhecidas das populações goianas: febre tifoide, maleita, disenteria bacilar. Outras surgem como tristes inovações relacionadas com as correntes migratórias, que traziam novos males ou faziam agravar alguns dos antigos – como é o caso, respectivamente, da poliomielite e da tuberculose pulmonar. Entre as *causae mortis* predominantes – tanto na cidade de Goiás (1927) como em Goiânia (1941-1942) – vêm em segundo lugar as doenças do aparelho circulatório, que podem ser atribuídas ao mal de Chagas, endêmico em Goiás, e nas regiões limítrofes de onde veio a maior parte dos imigrantes que construíram Goiânia. A falta de assistência médica foi responsável por 38% dos óbitos ocorridos em Goiânia, nos anos de 1941-1942 (FREITAS, 1999, p. 279).

Constata-se, uma discrepância no que refere-se as “*imagens*” de Goiânia. A Nova Capital, já nas primeiras etapas de seu processo construtivo, recaía sob os mesmos problemas higiênico-sanitários da Antiga Capital; problemas esses, que outrora, serviram de argumentos para legitimar a “*tese mudancista*”, agora, davam o tom das “*discursividades pessimistas*”. Goiânia, antes urdida com base nos saberes “*médico-higiênico-sanitários*”, falhara logo nos seus primeiros anos de vida sob os elementos centrais dos “*discursos oficiais*”: a higienização, a sanitização e a saúde pública.

De acordo com Bernardes, além das péssimas condições de habitações, os operários conviviam constantemente com atrasos de salários em decorrência da escassez de verba do Estado. Em relação às adversidades construtivas de Goiânia, a autora analisa que:

O financiamento das obras constituía-se, assim, um verdadeiro problema. Para a construção da nova capital, o governo valeu-se de empréstimos contraídos pelo Estado do governo federal e de vendas de lotes de Goiânia. A carência e até mesmo a ausência de previsão de verbas muito influenciaram no cotidiano dos operários. Segundo o testemunho vida dos trabalhadores, se, por um lado ficaram por quatro, cinco e até sete meses sem receber, por outro, mostraram sua capacidade de organização, parando de trabalhar, realizando greves (BERNARDES, 2009, p. 39).

Entende-se, que durante as décadas de 1930 e 1940, os operários responsáveis pela construção de Goiânia, conviveram com inúmeras adversidades cotidianas como a escassez de “habitação, fornecimento de alimento, meios de transporte, assistência médico-farmacêutico-hospitalar, locais de lazer e de divertimento” (CAMPOS, 2001, p. 106). Todos estes infortúnios vividos pelos trabalhadores fizeram emergir em Goiás na década de 1930: os movimentos de operários. Sobre esse contexto conturbado, Geraldo Teixeira Alvares revelava que:

Passaram pela Superintendência das obras mais de 4.000 trabalhadores. Era uma massa também oscilante: se havia dinheiro, crescia o número de operários em atividades, as construções prosseguiram. Cessando o numerário, reinava a indisciplina, a agitação, e fermento das greves (ALVARES, 1942, p. 63-64).

A Goiânia do “*sonho*” dos mudancistas não se mostrou equivalente à Goiânia da “*realidade*”¹⁹⁷. Vale, nesse sentido, ressaltar a importância da obra *Memória Cultural*¹⁹⁸, por exibir depoimentos que, muitas vezes, destoam das “*representações oficiais*”. As pessoas que residiram em Goiânia no período de sua construção nas décadas de 1930 e 1940, muitas vezes, não viram, em primeira impressão, a modernidade anunciada pelos “*discursos oficiais*”. Este foi o caso de Maria do Rosário Fleury, que chegara com a família em Goiânia no ano de 1936. Ela conviveu em um ambiente de dificuldades em razão das precariedades do serviço de energia e saneamento da cidade, ainda em edificação. Em um tom de desilusão com a Nova Cidade, ela dizia:

Começou, então, sem sonhos nem ilusão, nosso dia-a-dia em Goiânia, Capital do Estado. Pensando bem, isto aqui não passava de uma fazenda: a extensão dos campos em torno e a escuridão à noite. Não havia luz elétrica, mas a fazenda era um tanto diferente porque não ostentava gado, nem garapa, nem o gostoso melado. Talvez pela falta de tratamento da água quase todos que aqui se instalavam acabavam passando pelo batismo do fogo, isto é, uma tremenda disenteria. O entusiasmo dos primeiros dias era coisa já do passado. Restava-nos, muito claramente, certo desânimo, por termos de enfrentar a solidão das longas noites sem retretas nem os aconchegantes passeios no jardim de Goiás (GOIÂNIA, 1985, p. 162-163).

Na ótica de Rosário Fleury, a Nova Capital não se exibia enquanto uma “*urbs moderna*”, muito pelo contrário, assemelhava-se mais a uma fazenda. Diferentemente do que previam os mudancistas, Goiânia, logo nos primeiros anos de sua existência, sofria dos mesmos problemas de infraestrutura da Antiga Capital. Entende-se, que a falta de serviços básicos e de

¹⁹⁷ Ver em FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. *Goiânia: locus privilegiado da saúde*, 1999, p. 263.

¹⁹⁸ Esta obra traz depoimentos de pessoas que moraram, visitaram e passaram por Goiânia entre os anos de 1933 a 1964. Ver em GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. *Memória Cultural: ensaios da história de um povo*, 1985.

lazer da Nova Capital fizeram Maria do Rosário Fleury sentir nostalgia de sua cidade de origem, a cidade de Goiás.

As “*discursividades oficiais*” ostentavam a fundação de Goiânia, uma cidade-capital projetada com base nos princípios do urbanismo moderno. Todavia, contradizendo os discursos governistas, o conceituado antropólogo francês Claude Lévi-Strauss em visita à cidade em construção, mostrou-se bastante frustrado com a paisagem da Nova Capital. Para o antropólogo a modernidade deparava-se longínqua de Goiânia. Decepcionado, então, com a feição da Nova Capital do Cerrado goiano, Lévi-Strauss impiedosamente relatava:

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que parecia, ao mesmo tempo, um terreno baldio, um campo de batalha, erigida de postes de eletricidade e de estacas de agrimensura, exibia uma centena de casas novas dispersas nos quatro cantos do horizonte. A mais importante era o hotel, paralelepípedo de cimento, que no meio desse achamento, evocava uma aeroestação ou um fortim; ter-se-lhe-ia aplicado de boa vontade a expressão “bastião da civilização”, num sentido não mais figurado, mas direto, que adquiria, com esse uso, um valor singularmente irônico. Pois nada poderia ser tão bárbaro, tão inumano, quanto esse empreendimento contra o deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás Velho; nem uma história, nenhuma duração, nenhum hábito havia saturado o seu vazio ou amenizado a sua rigidez; sentíamos ali como uma estação ou um hospital, sempre passageiro e jamais residente. Somente o temor dum cataclisma poderia justificar essa casamata. Produziu-se um, com efeito, cuja ameaça se prolongava no silêncio e na imobilidade reinantes. Cadmus, o civilizador, tinha semeado os dentes do dragão. Numa terra esfolada e queimada pelo hálito do monstro, esperava-se que nascessem homens (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 128).

As críticas com feitiços irônicos à Nova Capital não foram apenas expressadas por Lévi-Strauss, o renomado escritor Monteiro Lobato em passagem pela cidade, manifestou-se desiludido com os problemas higiênico-sanitários da cidade: a escassez de água e luz; e a excessiva lama e poeira. Despedindo de Goiânia, Monteiro Lobato na portaria do Grande Hotel deixara um bilhete, que sob forma de versinho, assim debochava:

Goiânia, cidade linda,
Que nos encanta e seduz
De dia não tem água
De noite não tem luz (GOIÂNIA, 1985, p. 58).

Conforme Bernardo Élis, Lobato ainda ironizava, proferindo: “Então era isso que o Governo do Estado proclamava aos quatro cantos do mundo como o milagre da realização de um povo” (GOIÂNIA, 1985, p. 58). A frustração com a cidade de Goiânia não era somente dos turistas, mas também de seus moradores como Adelaide Félix de Freitas, que, em agosto de 1935, acompanhada de seu esposo e seus dois filhos chegara à Nova Capital, deparando-se com a existência de casas de tábuas edificadas pelo governo, assim como, com a falta de locais de

lazer. Não foi à toa que quando teve a inauguração de um bar na cidade, este se tornou um point da região. Sobre sua chegada a Goiânia, Adelaide narrava:

Estabelecemo-nos na Av. Anhanguera, bem próximo à rua 24, onde existiam algumas casas de tábuas construídas pelo governo. Ali moravam o Dr. Celso Hermínio Teixeira, o Dr. Venerando de Freitas Borges, então prefeito da cidade, e o Dr. Leide Jaime, proprietário de uma pequena farmácia. Ao lado, residia o Dr. Neddermeyer e, mais ao fundo, o Cel. Ferraz de Lima. Sem qualquer comemoração, resolvemos abrir – e dar por inaugurado – o primeiro bar de Goiânia, equipado com uma sorveteria e, logicamente, com um conjunto motor-gerador. Por iniciativa de populares, o estabelecimento foi batizado com “BAR DO ADISABEBA”. Em razão da iluminação, as noites eram marcadas por assídua frequência da população que, na área fronteira do bar, fazia o “vai e vem” com a reunião de moças e rapazes. “O Bar, por influência de seu proprietário, era frequentado pela elite de Goiânia que, à falta de outros locais, elegiam-no como ponto de encontro diário” (GOIÂNIA, 1985, p. 12).

Apesar de Adelaide encontrar-se em uma área frequentada pelas personalidades e pelas elites da cidade, observa-se, o caráter ainda modesto da Nova Capital com casas de tábuas e poucas opções de lazer. Fora do Estado Goiás, corria-se também notícias negativas da Nova Capital, conforme descrito por Adolfo Boari, que fixou-se em Goiânia em 1940:

Eu tinha informação que era muito ruim aqui, de gente lá de Minas que veio para Goiânia, e voltou renegado daqui. Veio porque o Dr. Jerônimo Coimbra Bueno espalhou cartazes de propaganda de Goiânia. Eram enormes. Eles diziam: “Goiânia, um mundo de possibilidades”. Convidando o povo para ir. Mas, eles vieram e não se deram bem. Aqui tinha um empreiteiro de obras do Estado, um pretão, chamado Antônio César. Ele andava vestido com roupa de papel de saco de cimento, porque não tinha roupa. Eu mesmo não vi isso. Quando eu cheguei aqui ele já estava até bem de vida. Terno de casimira... mas, ele fazia isso porque não saía o pagamento do Estado de jeito nenhum. Para se alimentar, ele saía à noite com um saco para roubar mandioca na vizinha aí. Por isto é que os que voltavam para lá chamavam Goiânia de “terra maldita” (GOIÂNIA, 1985, p. 16).

Ainda quando perguntado sobre o pagamento do Estado e as dificuldades da cidade, Adolfo respondia “não sabia que a gente ficava sem serviço e sem comer” [...]. “Aqui era horrível. Você ia de uma esquina para outra não tinha nada”. No que concerne à qualidade das escolas que seu filho estudava, ele dizia: “Tinha uma escola muito ruim. Ele fez o primário. Eu o levava à escola, que era na beira do ribeirão Capim Puba. Um barracãozinho muito ruim. Ali que ele começou” (GOIÂNIA, 1985, p. 17-19-20).

Goiânia, a cidade moderna do Cerrado, convivía com as dificuldades de uma *urbs* em construção: falta de trabalho, atraso de salários, ausência de escolas, escassez de infraestrutura, entre outros. Em outro depoimento, Aládio Teixeira Álvares que se acolheu em Goiânia em 1937, lembrava da paisagem da cidade com poucas edificações, das obras ainda não concluídas e da modesta vida social. De acordo com Aládio, inicialmente a vida social era feita em

Campinas, como: *foothing*, festas, cinemas e bailes de carnaval. Acerca destas questões, ele expunha:

Em 1937 eu cheguei a Goiânia que era uma cidade com apenas algumas casas, o próprio palácio das Esmeraldas não estava concluído – estando-o tão somente a Secretaria da Fazenda, a Assembleia Legislativa [...] e o Grande Hotel, além de outros prédios. Naquele ano, chegando a Goiânia e tínhamos ainda uma vida social. Toda nossa vida social era feita no Bairro de Campinas onde a maior parte da população vivia. Lá fazíamos “foothing”, frequentávamos festas e cinema. De 1937 para 1939 o Jóquei inaugurou sua sede, provisoriamente, e lembro-me bem do carnaval de 1938, que foi o 1º daquele Clube, quando o Jóquei ainda não havia concluído seu bar, só estando concluído o salão de festas. O carnaval como outras atividades das pessoas que moravam em Goiânia era feito também em Campinas (GOIÂNIA, 1985, p. 29).

Constata-se, que Goiânia coexistia em meio as dificuldades de uma cidade em edificação. Mas, esta situação piorava com o descumprimento das regras construtivas, especialmente, nos espaços habitados pelos operários que conviviam com habitações improvisadas, feitas de qualquer maneira, isto é, sem comodidade e higiene. Relatando esses entraves, Antônio de Faria Filho, descrevia:

Eu era funcionário da Imprensa Oficial, e vim, não na época do decreto, que foi em setembro de 1933 e sim, em janeiro de 1934, pois nada havia aqui que pudesse acomodar alguém, pois estava em demarcação, delimitação de área, enfim, nada havia. Descendo pela Av. Anhanguera, atravessando o córrego Botafogo, há uma praça, e era ali que os operários se acomodavam, em casas de capim, de qualquer maneira. E do lado de cá do Botafogo, na av. Paranaíba, perto da Igreja Coração de Maria, também havia acomodações para operários. Tudo muito rústico, como disse anteriormente, no peito e na raça (GOIÂNIA, 1985, p. 37).

Para uma cidade concebida sob as noções do urbanismo moderno, a Goiânia do projeto foi, em certa medida, violada já nas primeiras etapas de sua construção. Bernardo Élis, renomado escritor goiano, veio residir em Goiânia em janeiro de 1939, sobre esse período, o escritor contava sobre as precárias condições de vida na cidade, bem como, as dificuldades de abastecimento e alimentação e até mesmo da política de exclusão de Pedro Ludovico que expulsava as pessoas de “*comportamentos duvidosos*” que causassem qualquer risco a ordem da cidade. No tocante destes aspectos, Élis dizia:

Aqui, as condições de vida eram precárias e difíceis. O Governo teve que providenciar as mais simples coisas. Para garantir o alimento, organizou uma granja que fornecia leite, ovos, aves e verduras ao tempo muito vasqueiros. A partir daí, por vários anos adiante, criou-se o hábito de se constituir o Governo no arbítrio dos problemas da cidade, desde as briguinhas por beira de cama dos casais, até questões de dinheiro. Dizia-se então que um caminho ligava cada cozinha ao gabinete de Dr. Pedro, que estava paternalmente a par de tudo. E como estendia suas asas na defesa de uma pessoa, outra vez dava o prazo de 12 ou 24 horas para alguém deixar a cidade.

Mulheres da vida, por exemplo, não podiam morar em Goiânia: era em Campinas (GOIÂNIA, 1985, p. 51).

Além das difíceis condições de infraestrutura da Nova Capital, Cerise Pinto Carramaschi, que chegara de Minas Gerais a Goiânia com a família em 1936, mencionava as precárias condições de conforto e da violência nos arredores de Goiânia como em Campinas. Sobre as dificuldades supracitadas, Cerise noticiava:

Quando nós chegamos aqui, fomos para Campinas, pois Goiânia não oferecia o mínimo de conforto, não havia casa para morarmos. Ficamos, então, em uma pensão que era do pai do Zoroastro Artiaga. Ali nós ficamos uns dias até meu pai conseguir uma casa. A primeira em que moramos foi na rua Pires do Rio, uma casa muito ruim, composta de uma sala dividida com tábuas e uma cozinha grande, para acomodar onze pessoas. Ficamos nessa casa aguardando uma que ia desocupar na praça da Matriz. Ficamos com medo de morar lá também, pois ali tinha havido o primeiro crime de grandes proporções em Campinas. Uma família foi esfaqueada por um rapaz de 19 anos. Uma família toda: seis filhos, a mulher etc... Era um medo enorme que a gente sentia; o crime tinha horrorizado a cidade inteira. Dona Gercina ficou horrorizada, sei que depois a polícia pegou o rapaz e o matou em picadinho (GOIÂNIA, 1985, p. 66-67).

Ainda sobre a violência, Gerson de Castro Costa, vindo de Trindade para em 1936, proferia sobre os lugares “*puxa-facas*”, relatando que:

Quando chovia, a cidade era triste, muito triste. Muita lama, as casas fechadas desde muito cedo da noite. Então só restava a zona boêmia, com perdão da palavra, os lupanares, entre os quais se avultava o de Maria Branca, na atual avenida Anhanguera, em Campinas, que naquele tempo parece que se chamava avenida Amazonas. Eram casas pobres de apresentação e habitantes, com mulheres infelizes à espera da freguesia sempre escassa e sem dinheiro. Alguns desses lugares eram autênticos puxa-facas. Seus arredores, na escuridão, após certas horas da noite, depois que os frequentadores se alcoolizavam, eram incontestáveis tablados para brigas de foice no escuro (GOIÂNIA, 1985, p. 98).

Além da violência, a iluminação pública da Nova Capital também foi alvo das queixas de Castro Costa: “Era uma lástima o fornecimento de energia elétrica à cidade. Não obstante a boa vontade dos concessionários de seu fornecimento, Levi Froes e amigos, a cidade vivia meio às escuras, apesar da construção da represa do Jaó, ali no rio Meia Ponte” (GOIÂNIA, 1985, p. 101). Outro ponto negativo manifesta do por Gerson de Castro Costa foi o caráter precário e, até mesmo, improvisado do transporte público. Gerson reclamava:

Não havia linha regular de ônibus, de sorte que o governo estadual improvisou uma condução “*sui generis*” para transportar seus funcionários entre o populoso bairro e o centro administrativo, que se circunscrevia à Praça Cívica e imediações. Surgiu a Tareca, misto de ônibus e bonde. Suas laterais eram abertas, podendo os passageiros entrar por qualquer dos dois lados, diretamente nos bancos inteiros, e dele sair. Era

um fordeco super-cansado, que andava no máximo a 10 quilômetros por hora e gemia penosamente (seu motor parecia resfolegar e sua carroceria rangia inteirinha) ao subir a ladeira do córrego Capim Puba, que lhe parecia ter um ângulo absurdo de noventa graus (GOIÂNIA, 1985, p. 99).

A “*propaganda oficial*” foi de posição elementar para atrair a mão de obra necessária à construção da Nova Capital. A partir deste mecanismo propagandístico, que, muitas pessoas partiram para Goiânia em busca do sonho de uma vida melhor. Neste contexto, homens como Pedro Ponchet Meireles foram seduzidos pelo “*marketing oficial*” do Estado. Mas quando chegaram a Goiânia depararam-se com uma realidade totalmente distinta das divulgadas pela “*imprensa oficial*”, em outros termos, as facilidades prometidas de empregos com bons salários, de aquisição de lotes e moradias, de uma vida de grande possibilidade e enriquecimento; não existiam. Sobre essa situação, Pedro Ponchet Meireles, chegado a Goiânia em 1939, denunciava:

Viajei para Goiânia, convencido por uma propaganda que o Dr. Pedro Ludovico mandou publicar nos rádios. E eu, como um tanto aventureiro, procurei Goiânia. Saí de Floriano no dia 16 de junho e cheguei aqui no dia 07 de julho de 1939, em Anápolis. Aí, procurei vir para Goiânia o mais rápido, e o serviço que encontrei para mim foi ser servente de pedreiro nas obras da capital de Goiás, o que fiz com muita satisfação. Quando cheguei aqui, em 39, eu fiquei alojado na casa de uma pessoa que eu conheci no Piauí, ele ficou comigo e a patroa, na casa dele uns três meses, porque eu não podia alugar casa e nem tinha com o que comprar cama, nem utensílios de cozinha, nada (GOIÂNIA, 1985, p. 146-147).

Ao recorrer às memórias de distintos personagens – moradores e turistas – que fizeram parte do corpo social da Nova Capital, constata-se, assim, a constituição de diferentes “*representações*” sobre a cidade, cuja foram, muitas vezes, discrepantes das “*imagens oficiais*”. Entre os anos de 1933 a 1942, forjaram-se, então, “*representações ambivalentes*” que decorreram das próprias contradições do processo de construção de Goiânia. Urdiu-se, portanto, duas “*feições discursivas*” referentes a “*imagem*” de Goiânia: uma, concebia a Capital-Sertaneja enquanto expressão máxima do advento do progresso e da modernidade do Estado de Goiás; a outra, compreendia, que, a Nova Capital não apresenta-se como uma cidade moderna e inovadora e, não obstante, ainda permanecia ligada ao passado, isto é, conservando elementos da antiga tradição goiana.

Para compreender esta contradição, faz-se importante ressaltar o que de fato foi materializado do projeto original da Nova Capital. Por isso, as propostas urbanísticas de Attílio Corrêa Lima – responsável pelas primeiras ideias e projetos de Goiânia – e de Armando Augusto de Godoy – este convidado a revisar os projetos de Attílio – tornam-se foco de análise a seguir.

3.3 - GOIÂNIA: OS DISCURSOS SANITARISTAS NAS PROPOSTAS URBANÍSTICAS DE ATTÍLIO CORRÊA LIMA E ARMANDO AUGUSTO DE GODOY

Como visto anteriormente, Pedro Ludovico Teixeira – que era médico – influenciado pelas especialidades da ciência moderna – a medicina sanitária e o urbanismo moderno – valeu-se de “*enunciados discursivos*” que pesavam a favor da mudança da capital, condenando, a cidade de Goiás enquanto uma localidade “*isolada*”, “*insalubre*”, “*inóspita*”, “*anti-higiênica*” e “*carente de uma infraestrutura sanitária e urbana*”. Sobre a edificação de Goiânia, Freitas elucida que:

Pedro Ludovico [...] pretendia que a nova capital privilegiasse a saúde dos habitantes, que seriam atendidos com abastecimento de água, rede de esgotos sanitários, coleta de lixo e regulamentação das construções, segundo parâmetros ideias de higiene e conforto. A cidade disporia também de parques, jardins, áreas destinadas a esportes e recreio, além de ruas e avenidas arborizadas (FREITAS, 1999, p. 239).

A Nova capital deveria representar a antítese da Antiga Capital, em outros termos, Goiânia forjaria uma “*imagem*” de uma cidade urgida sob os princípios de saúde, progresso e modernidade; enquanto a cidade de Goiás expressaria o retrato da moléstia, do atraso e da decadência. Buscando uma cidade “*locus privilegiado da saúde*” (FREITAS, 1999, p. 240), Pedro Ludovico contratou um perito para realizar o projeto urbanístico da Nova Capital, conforme salienta Alexandre Ribeiro Gonçalves, para “que a sua construção se apoiasse nos princípios do urbanismo moderno e que fosse projetada por um nome de prestígio”. A historiografia goiana, que retrata a história da construção de Goiânia e dos aspectos pertinentes ao projeto original da Nova Capital, “atribuiu a sua autoria a dois personagens que nele trabalharam em momentos distintos: Attílio Corrêa Lima e Armando de Godoy” (GONÇALVES, 2002, p. 31).

Contudo, de acordo com as ideias de Coelho (1997) e Manso (2001), o primeiro nome cogitado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira para cuidar das questões referentes ao projeto da Nova Capital do Estado de Goiás, foi o arquiteto-urbanista francês Donat Alfred Agache, que encontrava-se fora do Brasil na época. Restaram-se, assim, duas opções de renome: Armando Augusto de Godoy – engenheiro de projeção nacional que ocupava o Cargo de Engenheiro Chefe da Seção Técnica da Prefeitura do Rio de Janeiro e, conhecido, de Pedro Ludovico e seus correligionários por haver dado um parecer técnico favorável à construção da Nova Capital no município de Campinas– e o arquiteto-urbanista de formação internacional,

Attílio Corrêa Lima – professor na cadeira de urbanismo na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro¹⁹⁹. Lembrando, que ambos peritos apresentavam-se conexos ao pensamento urbanístico de Agache.

O arquiteto-urbanista Attílio Corrêa Lima²⁰⁰ foi o incumbido da elaboração do primeiro projeto de Goiânia, que materializou-se nos setores Central e Norte²⁰¹. As propostas urbanísticas de Attílio deram “ênfase aos aspectos higiênico-sanitários e apresentou recomendações enfáticas sobre as obras e os cuidados necessários para que, na nova capital, fossem alcançadas condições ideais de saúde física e psíquica” (FREITAS, 1999, p. 240). Verifica-se, que os preceitos de ordem *médico-higiênico-sanitárias* reorientaram a saúde pública, a engenharia e o urbanismo, assim como, foram incorporadas aos regulamentos sanitários e normas de edificação, imperiosos aos projetos urbanísticos.

¹⁹⁹ Ver em COELHO, Gustavo Neiva. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*, 1997, p. 49; MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 85.

²⁰⁰ Para melhor compreender as contribuições urbanísticas de Attílio Corrêa Lima, será necessário recorrer o contexto de sua formação cultural-acadêmico-profissional. Nascido em Roma, em 8 de abril de 1901, era filho do escultor brasileiro José Octávio Corrêa Lima e de Rosália Marzia Benfaremo Corrêa Lima. Retornando ao Brasil, Attílio passou a infância no Rio de Janeiro. Após terminar seus estudos secundários, inscreveu-se em 1919 como aluno livre da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro nos cursos de pintura, escultura, gravura e arquitetura. Em 1920, Attílio ascendeu-se à categoria de aluno matriculado de arquitetura, recebendo, em 1925, o diploma de engenheiro-arquiteto. Ainda no mesmo ano, o engenheiro-arquiteto participou de um concurso, promovido pela prefeitura da Capital Federal na gestão do prefeito Alaôr Prata (1922-1926), para a elaboração de um projeto de ajardinamento da Ponta do Calabouço, no qual Attílio classificou-se em segundo lugar. Após esse acontecimento, o engenheiro-arquiteto foi nomeado para integrar-se a equipe da Diretoria de Obras da Prefeitura do Rio De Janeiro, onde desligou-se em 1926. Inicialmente, sua atuação profissional manteve-se ligada ao campo do paisagismo. No final do ano de 1926, Attílio foi premiado com “Viagem à Europa” em um concurso realizado pela Escola Nacional de Belas Artes, que deu ao arquiteto o direito de realizar um estágio de aperfeiçoamento profissional na cidade de Paris. Em 1927, o engenheiro-arquiteto mudou-se para França, permanecendo por lá por quatro anos como estudante do curso de urbanismo no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Entre 1927 a 1930, Attílio conviveu com mais renomados arquitetos-urbanistas da *Société Française des Urbanistes (SFU)*, dentre eles, teve vários mestres como Alfred Agache, Leon Jaussely, Henri Prost e Jacques Gréber. Em 1928, Attílio participou como ouvinte do Congresso de Urbanismo de Paris, um dos temas principais era as “zonas especializadas”, ou seja, o zoneamento. Em 1930, Attílio Corrêa Lima frequentou o curso de *Institut de Technique Sanitaire du Conservatoire des Arts et Métiers* de Paris. Em novembro do mesmo ano, Attílio defendeu na Universidade de Sorbonne, a tese intitulada *Avant-projet d'aménagement et extension de la ville de Niterói-au Brésil*, posteriormente, está foi publicada em 1932, na revista oficial, *La Vie Urbaine*, do corpo docente do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. No período em que Attílio Corrêa Lima esteve frequentando as aulas no Instituto de Urbanismo de Paris, efervesceu-se um movimento moderno na Europa, que colocava em discussões temas essenciais da arquitetura e do urbanismo através dos CIAMs e do urbanismo modernista de Le Corbusier, que, de certa forma circulou nos ambientes acadêmicos frequentados por Attílio na França. De volta ao Rio de Janeiro em 1931, o arquiteto-urbanista foi convidado a reger na cadeira de urbanismo, ainda embrionário no Brasil, na Escola de Belas Artes. Attílio apresentou uma vasta experiência profissional, como pode-se observar: no Plano de Remodelação da Cidade de Recife; na estação de passageiros do cais do porto do Rio de Janeiro; no Plano de Goiânia; no plano para os conjuntos residenciais da Várzea do Carmo e de Heliópolis, ambos em São Paulo; no Plano Regional de Urbanização do Vale do Paraíba; e, no Plano da Cidade Industrial de Volta Redonda. Ver em LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*, 1999, p. 496-497; MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 134-140.

²⁰¹ O arquiteto-urbanista Attílio Corrêa Lima previu para o núcleo central da Nova Capital uma população inicial de 15 mil habitantes e, posteriormente, com o crescimento da cidade, poder-se-ia, no futuro, atingir 50 mil habitantes.

Attílio Corrêa Lima, de modo a cumprir as determinações estabelecidas no Decreto nº 3547 de 6 de julho de 1933, enviou um relatório ao interventor Pedro Ludovico Teixeira, especificando os pontos cruciais do projeto da Nova Capital. Reconhecendo algumas falhas e dificuldades iniciais, o arquiteto-urbanista justificava o seguinte:

Vimos apresentar a V. Excia. A parte final do contrato para o estabelecimento do projeto da nova capital do Estado, a nós entregue, e o mesmo tempo agradecer a confiança que em nós depositou. Se no projeto existem algumas falhas, parte é devida às dificuldades provocadas pelo atraso no fornecimento de dados topográficos, e parte talvez, pela nossa incompetência que, neste caso, foi atenuada pela boa vontade em colaborar V. Excia. Nesta obra de alcance social inigualável (LIMA, 1942, p. 45-46).

No relatório de Attílio, no que se refere ao seu modo de conceber uma cidade, pode-se verificar uma combinação de princípios urbanísticos que derivam tanto do urbanismo clássico-barroco, quanto do urbanismo moderno. Foi inspirado nos ideais “*médico-higiênico-sanitários*” que o arquiteto-urbanista propôs um traçado à Nova Capital que satisfizesse “de uma maneira geral à configuração do terreno, à necessidade do tráfego e ao zoneamento” (LIMA, 1942, p. 47).

Attílio Corrêa Lima, em consonância aos “*discursos mudancistas*” respaldados pelos argumentos “*médico-higiênico-sanitários*” que rebaixavam a cidade de Goiás sob a condição de “*necrópole*”, buscou projetar uma cidade moderna que se atende os anseios políticos e econômicos dos mudancistas. A Nova Capital, então, deveria exibir-se enquanto a antítese da Antiga Capital, em outras palavras, Goiânia seria a “*imagem*” da higienização e sanitização física, mental, moral, econômica e política do Estado de Goiás. No relatório de Attílio, as preocupações com os aspectos higiênico-sanitários da Nova Capital iam de encontro às questões que envolviam o abastecimento de água, esgoto e coleta e o transporte de lixo.

No relatório enviado ao interventor Pedro, o arquiteto-urbanista demonstra-se bastante atualizado e bem à vontade para aconselhar, detalhadamente, como deveriam ser tratadas às questões dos cursos d’água e do abastecimento de água, recomendando que:

A bacia de infiltração que forma a cabaceira do córrego Botafogo, será interdita a toda e qualquer construção, no perímetro que será marcado pelos engenheiros municipais, oportunamente. Esta interdição que se estende também aos estabelecimentos agropecuários visa proteger de um modo eficaz a pureza da água que deverá abastecer a cidade. Igual atenção deverá ser dada à bacia do córrego Capim Puba, que será o reforço indicado quando a capacidade do Botafogo for ultrapassada. [...]. Da empresa que ora inicia a construção da barragem, deverá ser exigido o conveniente preparo do terreno a ser alagado, afim de não criar condições sanitárias desfavoráveis ao desenvolvimento da cidade, [...]. A água para suprir a necessidade da população, na primeira fase de desenvolvimento da cidade, será a do córrego denominado Botafogo que é formado por dois braços: um denominado Botafogo, e o

outro, de córrego do Areião. Pouco acima da confluência dos referidos córregos, poderá ser construída a barragem que receberá as águas do Areião, por um canal descoberto. Se calcularmos para cada habitante, por dia, o consumo de 300 litros de água, verificamos que o córrego satisfará a uma população de 4 608 habitantes. Atingida essa população, fato que não se daria em um ano, poderia ser cogitado do refôrço do Capim Puba, principalmente para a zona suburbana. O reservatório será colocado no ponto mais alto do local denominado “Paineira”, sendo conveniente, por ser menos dispendiosa, a construção do depósito no sub-solo (LIMA, 1942, p. 53).

Constata-se, que para Attílio os cursos d’águas e o abastecimento da água eram elementos fundamentais para suprir as necessidades básicas da população de uma cidade, por isso, fazia-se essencial, proteger de maneira eficaz a pureza da água, assim como, escolher o local adequado de seu reservatório. O sistema de esgoto, conforme indicado no relatório pelo arquiteto-urbanista, seria o “*separativo*”, onde a rede de materiais fecais deveria ser sistematicamente coletada através de um emissário que conduzisse os resíduos para abaixo da represa do Jaó, mas somente, depois que estes fossem tratados bacteriologicamente e quimicamente de forma a serem aplicados como adubos. Portanto, sobre o sistema de esgoto, Attílio recomendava que:

Para o caso é o separativo. A rede de águas pluviais relativamente simples, pois essas serão despejadas nos córregos, não obrigando a utilizar grandes seções. Quanto à rede de matérias fecais deverá ser coletada num emissário que transporte os resíduos abaixo da represa da “Jaó”, não sendo aconselhável, de maneira alguma, que o despejo se faça acima desta; embora esse só seja aconselhado após um tratamento bacteriológico ou químico. Este último, de preferência, para serem aproveitados como adubo os resíduos (LIMA, 1942, p. 53).

A coleta de lixo, segundo o seu relatório, seria realizada nas áreas públicas da zona comercial “em caixas metálicas com tampas, fechadas hermeticamente”. Lembrava, o arquiteto-urbanista que as caixas não poderiam permanecer expostas à noite, “e sim pela manhã, no momento da passagem dos carros de coleta” (LIMA, 1942, p. 54). No que diz respeito ao transporte do lixo, Attílio sugeriu, por razões de ordem econômica, que os carros de coleta fossem de tração animal, já que estes, após os serviços de coletas deveriam ser aproveitados nas atividades de irrigações, bem como, em outras obras municipais. Por último, no tocante às questões que envolvem o tratamento do lixo, o arquiteto-urbanista mostrou-se conhecedor dos métodos operacionais mais modernos utilizados no exterior e no país, orientando, minuciosamente, que:

Sobre o tratamento do lixo é difícil opinar em vista de ser ainda desconhecida qual a composição deste, que varia com a latitude, com o clima e com os costumes. Nos grandes centros americanos, predominam os metais e a celulose; nos centros europeus a potassa, etc., isto de um modo geral, havendo diferenças sensíveis de cidade para

cidade. No Rio de Janeiro prevalecem, as gorduras. É provável que também em Goiás devam predominar, de forma sensível, as gorduras, pelo sistema de alimentação em que a carne é elemento básico, e também pelo hábito muito nosso da fartura, o que dá margem a aumentar o volume do lixo com grande quantidade de restos de comidas. Não havendo no Estado indústria de papel, estamperia, etc., torna-se supérfluo o aproveitamento industrial dos resíduos destes, excetuando-se o caso das gorduras que poderão ser aproveitadas para o fabrico de sabão. Contudo a cremação é indispensável afim de evitar este aspecto degradante dos urubus sobre a cidade (LIMA, 1942, p. 54).

Além de ressaltar as preocupações higiênico-sanitárias, o relatório de Attílio manifesta considerações pontuais sobre duas temáticas essenciais: o loteamento e a regulamentação das construções. A respeito do loteamento, adotou um critério de que a área mínima deveria ser de 360 metros quadrados, assim como, uma “testada” nunca poderia apresentar números inferiores a 12 metros. Argumentando sobre o emprego deste critério, o arquiteto-urbanista afirmava que “abaixo destes Algarismos, a construção não pode oferecer condições de iluminação, insolação, boa distribuição interna e aspecto agradável”, isto é, propiciar condições de salubridade (LIMA, 1942, p. 54). No que permeia a regulamentação das construções, Attílio referiu-se “apenas parte das edificações encanadas sob o ponto de vista urbanístico”, bem como, não delongou sobre as condições e as qualidades dos materiais, porque, em sua visão, isto seria atribuição dos engenheiros municipais e parte da polícia, “isto é, taxas, emolumentos e multas” (LIMA, 1942, p. 56).

Vale destacar, nesse momento, a considerável influência que o arquiteto-urbanista francês Donat Alfred Agache²⁰² teve na formação acadêmica – como um de seus mestres - como também, na formação profissional de Attílio – o arquiteto adquiriu a cátedra de urbanista quando frequentou o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris e, paralelamente, aos seus estudos no Instituto, estagiou com o Agache – “No escritório de Agache, em Paris, Attílio Corrêa Lima pôde contribuir com a elaboração final do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro (1929-1930)” (MANSO, 2001, p. 140).

Na década de 1920, Agache realizou uma série de conferências no Brasil, cujo tema principal referia-se ao urbanismo. De acordo com Leme (1999), o arquiteto francês queria

²⁰² As concepções urbanísticas da escola francesa – *Institut d’Urbanisme de Paris* – circularam entre os arquitetos, engenheiros e urbanistas brasileiros, em especial, as proposições de Donat Alfred Agache (1875-1959) – secretário geral da *Société Française des Urbanistes* e professor do *Institut d’Urbanisme de Paris*. Agache destacou-se pela autoria de numerosos planos urbanísticos internacionais: os planos de Camberra (1913), Rio de Janeiro (1930), Lisboa (1933) e, como teórico, fomentou debates sobre a higiene urbana e a jovem disciplina urbanística por meio de uma série conferências entre 1922 e 1932 no Colégio Livre das Ciências Sociais. Também foi importante para a formação teórica e profissional de engenheiros e arquitetos brasileiros: Armando de Godoy e Attílio Corrêa Lima, requisitando-os para compor a sua equipe de especialistas para auxiliar na elaboração de planos e projetos urbanísticos. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 273; LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965*, 1999, p. 26-31; REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 60.

convencer a opinião pública e o meio técnico brasileiro sobre a importância da nova ciência para o futuro das cidades²⁰³. Agache, em suas conceituações sobre o urbanismo, ratificava que

É uma ciência e uma Arte e sobretudo uma *Philosophia social*. Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descuidar as soluções financeiras. (AGACHE, 1930, p.4).

Na ótica de Agache, o urbanismo era compreendido como uma ciência responsável pela organização de toda a cidade, “que teria funções análogas às do corpo humano e o plano enfocaria as três funções: respirar, circular e digerir” (LEME, 1999, p. 29). Semelhantemente a Agache, Atílio concebia a cidade “atendo as questões como higienização, sanitarismo, lazer, legislação e códigos de controle do crescimento e uso” (MANSO, 2001, p. 140). Sobre estes princípios urbanísticos, ambos os arquitetos-urbanistas convergiram no emprego de elementos de composição clássica, a partir da utilização de estruturas “do urbanismo barroco-haussmanniano: avenidas, boulevards, praças, valorização dos sítios, traçados geométricos e quarteirões” (LAMAS, 1993, p. 278).

De acordo com Yves Bruand, o plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade de Rio de Janeiro realizado por Agache aborda três elementos fundamentais do *urbanismo clássico-barroco*: “a circulação, a higiene e a estética” (BRUAND, 2002, p. 335). Sobre a ótica urbanística do arquiteto-urbanista francês, Bruand ressalta que:

Agache consistia em encarar o urbanismo com uma disciplina ampla onde intervinham todas as questões referentes à vida da cidade: as causas de seu desenvolvimento os elementos que deviam ser conservados, as necessidades gerais (caráter dos bairros, trânsito local, circulação de conjunto), a superfície e o número de habitantes, os edifícios públicos e a repartição dos espaços livres, os melhoramentos que deviam ser feitos no subsolo. [...], e foi no sentido dessas prioridades que ele concebeu suas propostas para o Rio de Janeiro (BRUAND, 2002, p. 335).

De forma análoga ao plano de Agache²⁰⁴, o projeto de Atílio para Goiânia também buscou atender as necessidades de circulação, higiene e estética fundamentada nos princípios

²⁰³ Ver em LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965*, 1999, p. 26-31.

²⁰⁴ O plano de Agache estabeleceu a mescla de princípios do urbanismo clássico com princípios do urbanismo moderno. O arquiteto francês, na elaboração do plano para o Rio de Janeiro, empregou elementos de composição clássica mediante a utilização de estruturas do urbanismo barroco como: avenidas, bulevares, praças, quarteirões e traçados geométricos. Além de também aplicar os princípios do urbanismo moderno com a utilização do zoneamento, um método e técnicas operacionais que visava organizar racionalmente a cidade por funções. Deste modo, Agache demonstra no plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento da capital federal, o seu ecletismo teórico e metodológico a partir da união de elementos tradicionais e modernos, demonstrando-se antenado aos

do urbanismo clássico-barroco. No que diz respeito ao traçado principal da Nova Capital de Goiás, o arquiteto-urbanista salientava que:

Da topografia tiramos partido também para realçar o principal motivo da cidade que é o seu centro administrativo. A situação que lhe demos é de grande destaque, sobressaindo visivelmente de todos os pontos da cidade e principalmente para quem nela chega. Quem atravessar a cidade ao longo da sua principal via comercial (avenida Anhanguera”, verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para aquele centro. Procuramos adotar o partido clássico de Versailles, Carlsruhe Washington, genericamente chamado de “*Pate d’oie*” pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado (evidentemente que guardando as devidas proporções) (LIMA, 1942, p. 100).

É visível que o traçado da Nova Capital de Goiás inspirou-se nos princípios urbanísticos barrocos do século XVIII, sob o elemento genérico denominado de “*patte d’oie*” (*pé-de-pato*), deste modo, as avenidas Araguaia, Pedro Ludovico (Goiás) e Tocantins convergiram para o Centro Administrativo, produzindo um efeito monumental à Nova Cidade. No tocante das pretensões monumentais barrocas de Atílio à Cidade-Capital, Edgar Albuquerque Graeff elucida que:

Quando o arquiteto aponta Versailles, Karlsruhe e Washington como fontes de inspiração da faceta monumental da cidade em gestação, busca apoio em uma arquitetura que teve seus momentos de esplendor no século XVIII, como expressão arquitetônica da monarquia absoluta. Assim, foi em Versailles e Karlsruhe. Mais de um século depois, L’Enfant, arquiteto de muito talento, inspira-se neste mesmo urbanismo – denominado barroco – para o traçado da nova capital dos Estados Unidos. L’Enfant queria enaltecer valores patrióticos e democráticos, ao contrário dos arquitetos barrocos (GRAEFF, 1985, p. 16).

Verifica-se, que além das preocupações de circulação, higiene e monumentalidade Atílio assim como L’Enfant, pautou-se na racionalidade administrativa, além do mais, o arquiteto-urbanista buscou edificar uma cidade moderna fundamentada na *razão-técnico-*

novos postulados da arquitetura e urbanismo. Mas, apesar do prestígio de Agache, dois fatores impediram que o plano fosse implantado em sua totalidade. O primeiro fator está ligado à acusação de plágio sofrida por Agache, pondo em cheque a sua idoneidade e habilidade na elaboração do plano para a capital Federal. O segundo fator refere-se a razões de ordem política, ou seja, a Revolução de 1930 interferiu na adoção do plano. O plano de Agache foi entregue em 1930, nos últimos meses da administração do prefeito Antônio Prado Júnior, porém, com a Revolução estourada em 1930, Getúlio toma posse como presidente da República, barrando a implantação do plano de Agache. Por volta de 1931, foi instaurada uma Comissão Municipal com o objetivo de avaliar e modificar pontos do plano de Agache. Todavia, embora o plano não fosse aplicado em sua totalidade, este serviu de sustentáculo para o estabelecimento de planos posteriores para a cidade. Durante o Estado Novo (1937-1945), uma nova Comissão Municipal ratificaria alguns elementos do plano de Agache de 1930. Mas a influência do plano de 1930 não findaria na década de 1940; ele serviria como estratégia para a elaboração de novos planos destinados à organização e expansão do Rio de Janeiro até a década de 1960. Ver em LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 1993, p. 278; REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 56-61; BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*, 2002, p. 333-340; SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas do Brasil*, 2002, p. 25.

científica de modo a romper com os modelos “espontâneos” das cidades coloniais, onde a Igreja constituía-se o grande marco referencial da cidade – como na antiga capital do Estado, a Cidade de Goiás. A Nova Capital, na visão de Atílio, seria concebida dando ênfase a racionalidade “*político-científica*”, de maneira que, Goiânia representaria a “*imagem*” da chegada do progresso e da modernidade no Estado. A Capital-Sertaneja, portanto, teria como ponto principal da cidade: o Centro de Poder, ou seja, o Centro Administrativo – a razão e o coração da cidade.

As filiações barrocas de Atílio podem ser notadas nas suas pretensões urbanísticas fundadas nas questões que envolvem a circulação, a monumentalidade, a higiene, a salubridade, o lazer e o convívio social. No relatório do projeto da Nova Capital, o arquiteto-urbanista destaca as atribuições das vias públicas, praças e jardins, evidenciando que:

Todas as ruas e avenidas tem as suas larguras proporcionais à importância do tráfego ou ao seu caráter artístico e monumental como por exemplo, as avenidas Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico. Todas as ruas serão arborizadas, e as principais avenidas ajardinadas. Os passeios terão parte de sua área gramada, tudo de acordo como os desenhos apresentados. As praças obedecem ao sistema da circulação giratória, o mais adequado para evitar os conflitos de veículos, e por exigir menor número de inspetores de trânsito, fazendo o cruzamento automaticamente. A praça principal do centro administrativo, que não está sujeita a trânsito intenso, apresenta um caráter monumental. Os edifícios públicos que a guarnecem formam um conjunto arquitetônico único, [...]. Na praça formada pelo cruzamento da avenida Pedro Ludovico, deverá ser construído um marco comemorativo da fundação da nova capital que deverá conter inteiramente o marco de aroeira que serviu para a fundação. Adotamos o partido relativamente aos espaços livres de utilizar a avenida Pedro Ludovico como jardim. Por isso demos a largura excepcional para uma aglomeração relativamente modesta. Apresenta esta como os seus 45 % de área ajardinada e convenientemente arborizada, aspecto monumental e pitoresco. Será futuramente o local onde a elite fará o *footing* à tarde e à noite. O córrego botafogo, a partir do açude onde serão represadas as águas para o abastecimento da cidade, será ajardinado numa faixa mínima de 50 metros de cada lado a contar do eixo do rio. Esse ajardinamento em forma de *park-way*, se prolongará até atingir a mata situada ao sul da avenida Araguaia, que será transformada em grande parque da cidade (LIMA, 1942, p. 50-52).

Observa-se que nos trechos supracitados, o arquiteto-urbanista refere-se aos aspectos fundamentais à vida na cidade. O relatório de Atílio, assim, manifestou diferentes elementos do urbanismo clássico-barroco, que, segundo ratifica Manso:

Ao se referir ao caráter monumental e pitoresco das três avenidas que convergem para o centro administrativo, chama a atenção para uma ambiguidade: o pitoresco é assegurado pela generosa arborização prevista para os passeios e canteiros centrais, enquanto o monumental é representado pelas esplanadas ao modo barroco francamente tratadas como verdadeiras *parkways*. Na proposta de Atílio, para o núcleo central é possível vislumbrar o esforço de unir duas tradições que se imbricaram, numa audaciosa tentativa de conservar a cultura e a identidade do lugar. No Plano de Goiânia, o cenário composto de avenidas, bulevares, praças e traçados geométricos revelam semelhanças com a Paris de Haussman. O modelo haussmaniano

adotava a regularidade de fachadas dos edifícios e dos gabaritos nos quarteirões, os grandes eixos monumentais, interceptados por praças e edifícios públicos (MANSO, 2001, p. 99-100).

A partir da ótica de Manso, é notório que em virtude dos elementos de composição barroca: o núcleo central – o Centro Administrativo e as avenidas convergentes Araguaia, Pedro Ludovico (Goiás) e Tocantins – da Nova Capital de Goiás assemelhava-se à Paris de Hausmann. Todavia, Atílio Corrêa Lima além de estar envolvido profundamente com as concepções urbanísticas clássico-barrocas, encontrou-se “ante o desafio de conceber uma nova cidade moderna para ser a sede administrativa do Estado de Goiás, [...] atento e atualizado com o debate sobre as novas tendências do Movimento Moderno que estavam chegando ao Brasil, via Le Corbusier” (MANSO, 2001, p. 142).

Compreende-se, que tanto os princípios do urbanismo clássico-barroco quanto do urbanismo moderno circularam nos ambientes de formação acadêmica e profissional de Atílio Corrêa Lima. Deste modo, as duas tradições urbanísticas: clássica e moderna fizeram-se presentes, com muita coerência, no projeto da Nova Capital de Goiás. Entre os elementos do urbanismo moderno formulados, por Atílio, no projeto da Capital-Sertaneja, imbricou-se o zoneamento – *zoning* –. Sobre esse método operacional moderno, Lamas afirma que:

O *zoning* é a repartição racional das necessidades da vida urbana: habitação, trabalho, lazer, permitindo regulamentar o mercado fundiário, bloqueando a sobredensificação, definindo o bairro e controlando o crescimento urbano (LAMAS, 1993, p. 276).

Vale ressaltar, que a obra *A Cidade Industrial* do arquiteto francês Tony Garnier torna-se fundamental para compreender as propostas de Atílio para Goiânia. Na visão de Choay, a proposta de Garnier foi, anterior a Carta de Atenas de Le Corbusier, o primeiro manifesto do “*urbanismo progressista*”, que atentava em atender os imperativos de uma cidade: habitação, higiene, saúde, salubridade, circulação, trabalho, produção, comércio, transporte e indústria. Por meio de um método operacional mais racional, Garnier propôs o zoneamento urbano, em outros termos, uma técnica de partilhar os espaços por funções, ou seja, separar “cuidadosamente as zonas de trabalho das zonas de habitat, e estas dos centros cívicos ou dos locais de lazer. Cada uma dessas categorias é, por sua vez, dividida em subcategorias igualmente classificadas e ordenadas” (CHOAY, 1979, p. 22).

Pode-se observar, que semelhantemente à proposta de Tony Garnier, o projeto de Goiânia realizado por Atílio empregou “o princípio do zoneamento funcional, que permite à cidade fragmentar-se por áreas distintas” (LAMAS, 1993, p. 270); isto é, “mantém a separação

da composição urbana por sistemas independentes, com predominância para o sistema viário e para o sistema de áreas verdes” (MANSO, 2001, p. 145). No relatório enviado ao interventor Pedro Ludovico, Atílio aborda o zoneamento da Nova Capital enquanto estratégia para satisfazer as tendências da vida moderna, de modo à “localizar os diversos elementos da cidade em zonas demarcadas afim de não só obter a melhor organização dos serviços públicos, como também, para facilitar certos problemas técnicos econômicos e sanitários, não falando aqui em estéticos” (LIMA, 1942, p. 49).

Nota-se, que o zoneamento para Atílio é uma técnica operacional fundamental para organizar de maneira coerente e racional os espaços da cidade, evitando as grandes aglomerações desordenadas que resultam em graves entraves nos aspectos econômicos e sanitários. Destacam-se, portanto, nas suas propostas para Goiânia, conforme elucida Manso:

As experiências desenvolvidas pelo Movimento Moderno, entre elas o *zoning*, a observação de regras de urbanismo, de higiene e de salubridade, bem como a aplicação de teorias como as *green Belts* (anéis verdes), as cidades-satélites e a desprivatização do solo (MANSO, 2001, p. 100).

Constata-se, assim, que as propostas de Atílio Corrêa Lima convergiram com a “*tese mudancista*” fundamentadas nos saberes “*médico-higiênico-sanitários*”, argumentavam em favor da construção de uma Nova Capital saudável, desqualificando a doente cidade de Goiás. Foi, então, no zoneamento, que, o arquiteto-urbanista, encontrou uma estratégia de organizar uma divisão da cidade em zonas, para que, oportunizasse a existência de espaços arborizados e ajardinados com a finalidade de promover espaços salubres e higiênicos à futura Capital do Cerrado goiano.

O Plano Diretor, apresentado por Atílio Corrêa Lima, organizou a Nova Capital em cinco setores: Central, Norte, Sul, Leste e Oeste. O Setor Central aparecera na proposta delimitando o espaço das atividades político-administrativas da Praça Cívica, assim como, o comércio nas avenidas Pedro Ludovico (Goiás) e Anhanguera; o Setor Norte delinear-se-ia abaixo da Avenida Paranaíba, tendo proximidade com a construção da Estrada de Ferro. Neste setor pretendia-se atender as atividades comerciais e industriais; o Setor Sul apresentara-se de maneira a compor a zona residencial e a Catedral, exibindo extensos espaços verdes e ajardinados, mas, posteriormente, o traçado sugerido por Atílio, seria modificado, por

Armando de Godoy, pautado nas concepções urbanísticas inspiradas nos modelos de cidade-jardins; os Setores Leste e Oeste manifestaram-se apenas em esboços²⁰⁵.

Segundo o relatório de Attílio, a zona residencial de Goiânia seria dividida em duas: “zona urbana ou intensiva; e zona residencial suburbana ou extensiva”. Argumentara o arquiteto-urbanista, que está simples divisão se justificaria pelo fato de que o “zoneamento aos rigores extremos” levaria a cidade a ter um “efeito negativo”. Ainda aludindo as questões que envolvem o zoneamento residencial, o arquiteto-urbanista ressalta que os zoneamentos excessivos cerceiam a liberdade do proprietário, “tendo em vista que não se pode exigir demasiado de uma população ainda em formação” (LIMA, 1942, p. 102).

A zona comercial, conforme exposta em seu relatório, situar-se-ia “em torno do centro geométrico da cidade, e tendo como eixo principal a avenida Anhanguera”. Nesta zona em virtude de seu caráter voltado para atividades econômicas – comércio e serviços – foi previsto, em determinados trechos, o trânsito seria mais intenso, mas no futuro haveria possibilidades de alargamento sem desapropriação. Preocupado com as questões de trânsito e sanitárias da Nova Capital, o arquiteto-urbanista propôs que todas as quadras pertencentes a zona comercial disporia de áreas internas públicas, onde seria possível descarregar “mercadorias, evitando os longos estacionamentos na via pública e, [...] a interrupção do trânsito” e não obstante “a coleta de lixo seria feita diferentemente do desagradável aspecto que apresentam hoje, as grandes cidades” (LIMA, 1942, p. 103).

A zona industrial seria localizada na parte norte, sendo está a parte mais baixa da cidade, “junto à estação da estrada de ferro”. Para Attílio, esta região estaria propícia às indústrias não nocivas, apesar de sua área ser relativamente pequena, de início, seria suficiente para satisfazer o desenvolvimento industrial do Estado. Contudo, na ótica do arquiteto-urbanista, se caso a indústria se incrementasse na cidade “não seria difícil localizá-la ao longo da linha de estrada de ferro, passando então a atual área industrial a ser somente uma zona de pequenas indústrias” (LIMA, 1942, p. 103). A zona rural, consistia em todo o território fora das outras zonas que se encontrava destinada “à cultura do solo e às indústrias pesadas” (LIMA, 1942, p. 103).

Além do zoneamento, outra vertente da arquitetura e do urbanismo moderno pode ser encontrada no projeto de Attílio para Goiânia: o estilo “*Art Déco*”. Esse estilo arquitetônico,

²⁰⁵ Ver em MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 110-111.

originou-se na Europa, na década de 1920, e expandiu-se para toda a América, inclusive para o Brasil²⁰⁶.

No contexto brasileiro, a arquitetura *Art Déco*, conforme analisa Segawa (1995), urdiu da “necessidade de exprimir ideias novas, de tentar ser moderno mesmo sem que se pudesse esclarecer o que isso significa ou como se chegava a essa condição” (SEGAWA, 1995, p. 73). O estilo moderno do *Art Déco* correspondeu às necessidades políticas da “*Era Vargas*”, que viu nessa expressão arquitetural, uma maneira de reforçar e materializar suas pretensões modernizadoras. O *Déco*, portanto, foi caracterizado por Segawa:

Enquanto a arquitetura monumental – que pode ser classificada como um moderno inspirado nos arquétipos “clássicos” – constituiria outro arquétipo: a configuração dos cenários de ideologias e governos autoritários, de direita ou de esquerda. A implantação do Estado Novo no Brasil, com a permanência do presidente Getúlio Vargas à frente do poder, ensejaria os ânimos pela manutenção das veleidades dessa arquitetura (SEGAWA, 1995, p. 83-84).

Compreende-se, que o estilo *Art Déco* no Brasil teve, entre as décadas de 1930 e 1940, uma grande aceitação por corresponder os anseios modernizadores e autoritários da “*Era Vargas*”. Não foi à toa que nesse período, o *Art Déco* foi a arquitetura oficial do país, fazendo-se presente nos edifícios públicos federais e estaduais. Sobre a produção da arquitetura *Art Déco* no Brasil, Coelho elucida que:

Surge, então, um significativo número de edifícios escolares apresentando tais características, além das sedes dos próprios órgãos de representação do governo. Entre esses, o que mais se destacará pela quantidade de novas construções será o Departamento de Correios e Telégrafos, que a partir da contratação de um número significativo de profissionais, implantará sedes regionais e agências com as características do *Art Déco* por todo país. Esses edifícios variavam entre obras mais elaboradas e detalhadas, como as de Belém, Fortaleza e Belo Horizonte, até as mais modestas, como as encontradas no interior de Goiás que, com a sua simplicidade, demonstram a total preocupação da época com o apuro estético (COELHO, 1997, p. 33).

Compactuado com o projeto progressista e despótico de Vargas, Pedro Ludovico almejou induzir o progresso em Goiás. Para alcançar tal pretensão, a Nova Capital reclamaria

²⁰⁶ O etilo *Art Déco* foi apresentado formalmente em 1925, na Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em Paris. Esse estilo apresentava-se como uma proposta de substituição do *Art Nouveau*. Incialmente, o *Art Déco* limitou-se ao design, ou seja, ligado a área mobiliária e decorativa; logo alcançou à arquitetura. O *Art Déco*, enquanto proposta arquitetônica, desenvolveu-se entre os anos 1930, tendo sua consolidação e apogeu na década de 1940 e, algumas manifestações esporádicas na década de 1950. Ver em COELHO, Gustavo Neiva. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*, 1997, p. 17-19; MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 153-154.

a emergência de uma “*arquitetura inovadora*” de modo a expressar o caráter moderno, monumental, estético e artístico da Nova Capital e, não obstante, romper com a “*arquitetura arcaica*” de estilo colonial da Antiga Capital, a cidade de Goiás. Em meio a esse ambiente inovador, que Atílio Corrêa Lima atento e atualizado às novidades da arquitetura e do urbanismo moderno, filiou-se ao estilo *Art Déco* – um estilo arquitetônico-urbanístico específico que se encontrava configurado enquanto uma vertente artística da modernidade – para ser a arquitetura oficial da Nova Capital. Analisando o contexto de formação e atuação do arquiteto-urbanista, Manso saliente que:

Atílio Corrêa Lima teve sua formação influenciada pelos princípios do urbanismo tradicional e pelas novas proposições colocadas em discussão pelo Movimento Moderno, já que, de certa forma, as transformações rumo ao moderno vinham ocorrendo, isoladamente, desde o início do século XX. Sua atuação profissional teve lugar na primeira fase do desenvolvimento urbano industrial do Brasil – que surgiu com Getúlio Vargas e a Revolução de 1930 e encerrou como o final da Segunda Grande Guerra – e foi marcada pelos limites do academicismo presente na implantação espacial do Rio de Janeiro com a realização de construções e no urbanismo Art Déco de Agache, modelo que mais se prestava a simbolizar o poder autoritário do governo Getúlio Vargas e de seus representantes estaduais (MANSO, 2001, p. 144).

Compreende-se, que o estilo arquitetural do *Art Déco*, muito mais, que forjar a ideia de monumentalidade e de modernidade; representava a presença do poder, ou seja, a imponente estatal. Tanto nos edifícios públicos federais quanto nos edifícios públicos estaduais, o *Déco* simbolizaria a presença marcante do Chefe do Poder Federal, Getúlio Vargas, e do Chefe do Poder Estadual de Goiás, Pedro Ludovico. O estilo *Art Déco*, assim, tornou-se, nos termos elaborados por Coelho, “um elemento de referência tradicional da simetria e da monumentalidade, impondo a presença do poder agora em Goiás de igual para igual com o resto do mundo, substituindo o robusto e pesado edifício colonial português” (COELHO, 1997, p. 53).

Nota-se, conforme as ideias de Coelho, que na proposta de Atílio, o centro administrativo, por sua posição de destaque e símbolo do poder na cidade, apresentaria edifícios públicos das instâncias municipal, estadual e federal com arquitetura Déco. Todavia, em outras localidades de Goiânia, o estilo Déco também esteve presente²⁰⁷.

²⁰⁷ Goiânia, a Nova Capital símbolo de modernidade, apresentou, entre as décadas de 1930 a 1950, variados monumentos Déco, como: Palácio do Governo, Secretarias da Justiça e da Fazenda, Grande Hotel, Teatro Goiânia, Estação Ferroviária, Museu, Delegacia Geral de Polícia, Coreto – relógio da avenida Goiás, Amurada do lago da Rosas. Ver em COELHO, Gustavo Neiva. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*, 1997, p. 58-59.

Em linhas gerais, o arquiteto-urbanista buscou estabelecer na Nova Capital, uma arquitetura que representasse, ao mesmo tempo, a monumentalidade, a modernidade e a presença do poder. Parafraseando Manso, “Attílio procurou criar, [...] um estilo que não contrapusesse ao ideário revolucionário nacional e à especificidade (alma) do lugar. Assim, este conjunto de obras goianas assumiu uma forma arquitetônica diferenciada” (MANSO, 2001, p. 158). Isto é, o estilo *Art Déco*, em Goiás, assumiu um estilo próprio não apenas pela genialidade de Attílio, mas também em razão dos poucos recursos financeiros do Estado.

Contudo, no início de 1935, conforme já referido, Attílio Corrêa Lima desligou-se das obras da Nova Capital devido às divergências com a Construtora Coimbra Bueno e a insatisfação de Pedro Ludovico com o andamento moroso das obras. Para continuar as obras construtivas de Goiânia, “o engenheiro Armando de Godoy foi contratado como consultor técnico da Construtora Coimbra Bueno [...] em 1936”. A contratação do engenheiro Godoy pode ser atribuída em dois interesses principais: o político, pois a contratação do renomado perito corresponderia os interesses “*propagandístico-discursivos*” de divulgar a Nova Capital nos quatro cantos do país sob a bandeira de “*cidade moderna*”; e, a econômica, que valorizaria os espaços em construção da cidade, assim como, também elevaria o nome da firma dos irmãos Coimbra Bueno (GONÇALVES, 2002, p. 36).

Faz-se de grande valia, para melhor compreender as contribuições de Armando Augusto de Godoy no plano de urbanização de Goiânia, situar o seu contexto de formação acadêmica, profissional e cultural. Godoy nasceu em Volta Grande- Minas Gerais, em 03 de abril de 1876. Nesta cidade, ele viveu até os 16 anos de idade quando foi para o Rio de Janeiro. Na Capital Federal, Godoy dividia seu tempo entre os trabalhos como empregado de comércio e a preparação em um curso noturno com o escopo de ingressar na Escola Politécnica. No período entre 1893 a 1899, dedicou-se aos estudos de matemática chegando a lecionar esta disciplina. No ano seguinte ingressou na Escola Politécnica da Universidade Técnica Federal, concluindo o curso de Engenharia Civil em 1903. Dedicou-se nos anos seguintes, ao magistério no Colégio Militar no Rio de Janeiro como professor de matemática, física e agrimensura. Vale destacar, que no momento em que Godoy frequentava as aulas na Escola Politécnica, esta passava por mudanças no que refere-se as normas de duração dos cursos gerais – Ciências Físicas e Naturais e Ciências Físicas e Matemáticas com dois anos de duração – e especiais – a Engenharia Geográfica, Engenharia Civil, Engenheiro de Minas e Artes e Manufaturas com três anos de duração – bem como nas reformas de orientação positivista – este ideário cientificista dominou

os campos intelectuais e acadêmicos brasileiros entre a proclamação da República e as primeiras décadas da República Velha²⁰⁸.

Foi inserido neste ambiente intelectual e acadêmico, que Armando Augusto de Godoy concluíra sua formação na Escola Politécnica. No entanto, só na década de 1920, que Godoy assumiria a Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal. O engenheiro foi um dos pioneiros no que acena a discussão do planejamento urbano no Brasil. Entre as décadas de 1920 e 1930, o perito divulgou suas ideias por meio de diferentes meios de comunicação: “como artigos em revistas especializadas (*Revista Municipal de Urbanismo, Revista Brasileira de Engenharia, Revista do Clube de Engenharia e Revista de Arquitetura e Urbanismo*), palestras pelo rádio e conferências [...]” (LEME, 1999, p. 459).

No ano de 1926, Armando de Godoy mencionava a urgente necessidade de se elaborar um plano de remodelação para o Rio de Janeiro. Analisando as precariedades dos aspectos higiênico-sanitários da Capital Federal, o engenheiro ressaltava que:

Além disso, urge que esta capital, sob o ponto de vista de ventilação, da arborização, da ocupação de seus terrenos, do seu abastecimento de água, da sua rede de esgoto, etc., possa ombrear com inúmeras cidades modernas e merecer a honra de ser classificada entre as mais belas capitais do mundo. Infelizmente. Sob tais aspectos estamos atrasadíssimos e um vastíssimo programa de obras tem que organizar para satisfazer às necessidades elementares de uma aglomeração humana, que se desenvolveu a crescer de bem irregular, entre aos caprichos de muitos, sem que a tal expansão presidisse um plano bem traçado (GODOY, 1943, p. 38).

Constata-se, que Armando de Godoy, além de preocupar-se com as questões de salubridade, higiene e saneamento, reclamou da urgência de um plano de expansão bem definido e organizado para o Rio de Janeiro. Na ótica do engenheiro, para a elaboração de um plano de remodelação eficaz, são essenciais: conhecer minuciosamente o tecido urbano para depois estabelecer uma rigorosa investigação no terreno, que, possivelmente, não deixe de prever as necessidades de transformação e de expansão da *urbs*. Sobre o plano de remodelação de uma *urbs*, Armando de Godoy atribui que:

O urbanismo surgiu e foi para pôr ordem nos agrupamentos urbanos, para orientar e sistematizar as transformações contínuas a que estão sujeitas as cidades. Para conseguir tal “desideratum”, é indispensável um estudo profundo do passado, da evolução realizada, das condições físicas e das tendências da “urbs” que se está considerando. Contudo esse estudo, que reclama uma investigação rigorosa sem a qual não podem prever as necessidades futuras e regulares as modificações e transformações, o urbanista pode, então, elaborar o seu plano, que compreende e

²⁰⁸ Ver em LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*, 1999, p. 459-561; MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*, 2001, p. 56-59.

indica todas as obras que fizer no sub-solo e na superfície da cidade. No fundo, um plano de remodelação consiste no estabelecimento prévio de um programa de transformações e expansões, organizado de modo que se consiga que elas se realizem segundo a sua ordem de dependência, sem, portanto se contrariarem, e também segundo o seu grau de necessidade (GODOY, 1943, p. 69).

As concepções urbanísticas de Armando de Godoy convergiam com as ideias de Agache presentes no plano do Rio de Janeiro, lembrando que, o engenheiro brasileiro “teve atuação como elemento de ligação com o escritório do professor Agache e mais tarde a favor da adoção na íntegra do seu plano para a cidade” (LEME, 1999, p. 460). De acordo com Yves Bruand, o arquiteto-urbanista Alfred Agache concebia o urbanismo enquanto uma ciência que examinava e organizava as questões relativas às necessidades da cidade, por isso, as propostas de Agache para o Rio de Janeiro abordavam três elementos fundamentais: circulação, higiene e estética. As disposições urbanísticas do arquiteto-urbanista francês, segundo ressalta um especialista,

[...] consistia em encarar o urbanismo com uma disciplina ampla onde intervinham todas as questões referentes à vida da cidade: as causas de seu desenvolvimento os elementos que deviam ser conservados, as necessidades gerais (caráter dos bairros, trânsito local, circulação de conjunto), a superfície e o número de habitantes, os edifícios públicos e a repartição dos espaços livres, os melhoramentos que deviam ser feitos no subsolo. [...], e foi no sentido dessas prioridades que ele concebeu suas propostas para o Rio de Janeiro (BRUAND, 2002, p. 335).

O plano de Agache (1927-1930), visava abordar a cidade carioca em sua totalidade. Para Rezende, o plano do arquiteto-urbanista francês “produz um retrato da cidade e a compara com a cidade ideal, que seria obtida através de suas proposições”. As propostas de Agache contemplariam várias questões, dentre elas o saneamento, a estética, o sistema viário e a habitação. De acordo com a autora, no plano de Agache, “os assuntos ligados ao saneamento básico, água, esgoto e drenagem”, seriam retratados em todo o espaço urbano da cidade, assim como, a pretensão de transformar o Rio de Janeiro numa cidade monumental – embelezar a cidade mediante as avenidas arborizadas e áreas ajardinadas – de maneira que as pessoas possam “desfrutar da beleza natural e da paisagem construída.” Em relação ao sistema viário, o plano de Agache enfoca que a circulação compõe um dos elementos essenciais da cidade, no qual, a partir de sua importância, recomendava “a implantação do sistema metroviário, prevendo o traçado de linhas que ligariam vários pontos entre si.” Sobre a questão habitacional²⁰⁹, Agache analisa por critério de renda, ou seja, a população de renda alta seria

²⁰⁹ Vera F. Rezende critica a abordagem de Agache sobre o problema habitacional do Rio de Janeiro. Segundo a autora, “a população de baixa renda é tratada de forma paternalista e o autor subestima a questão, quando considera que a urbanização de uma favela é de fácil solução, bastando para isso destruí-la”. REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, 1999, p. 51.

destinada aos bairros cidades-jardins da zonal sul; os cidadãos de renda média seriam alocados nos bairros da zona norte e a população de renda baixa seria assentada nos subúrbios e nas áreas próximas às indústrias (REZENDE, 1999, p. 43 e 51).

Vivenciando esse contexto, Armando de Godoy destacou-se por ser um “*campanhista*” das concepções urbanísticas de Agache, em outros termos, o engenheiro foi um dos grandes defensores da adoção integral do plano de Agache para o Rio de Janeiro. Nota-se, que Godoy, enquanto urbanista, via nos serviços de infraestrutura, se bem orientados nos projetos urbanísticos de formação e de expansão da *urbs*, o mecanismo imperioso para proporcionar uma harmonia entre o “*meio*” e os “*indivíduos*” indispensáveis à saúde, à higiene, ao conforto e ao bem estar. Sobre esta questão o urbanista, no texto “*O verdadeiro saneamento*” publicado em 1931, reclamara que:

O Brasil, sendo um país que já produziu um número regular de higienistas notáveis, havendo já os nomes de alguns transposto as nossas fronteiras e havendo-se imposto ao apreço de outros povos, – é singular que nele se tenha descurado de problemas capitais de saneamento, como o do abastecimento de água e dos esgotos das suas principais cidades, a começar do Rio de Janeiro. Urge que todos aqueles que têm a verdadeira noção da higiene moderna, e se preocupam com o bem público e a saúde geral, se ponham a campo, afim de obter que, nos nossos mais importantes núcleos de população, sejam atacadas, o mais depressa possível, as duas questões a que me venho referindo, sem cuja solução não pode haver saneamento real. Que soma de energias temos gastos e vivemos a dissipar com problemas secundários e questiúnculas, pondo de lado aspectos importantes de nossa civilização (GODOY, 1943, p. 127).

Verifica-se, que na ótica de Armando de Godoy eram critérios fundamentais à vida em uma *urbs* moderna: as noções higiênico-sanitárias. Acerca do saneamento, o engenheiro-urbanista, salientava que:

A saúde resulta da harmonia entre o meio e do ser que nele vive, é indispensável, afim de se conseguirem boas condições de vida, que tudo façamos no sentido de se dar rápido escoamento às águas poluídas, que são as que saem das casas, as que correm pela superfície dos logradouros públicos e dos terrenos públicos e privados. Tais águas se acham tanto mais contaminadas, quanto mais povoadas são as cidades. Se elas não encontram facilidade de escoamento, as condições sanitárias não podem ser boas. É o que se verifica nesta capital e se há de verificar sempre, enquanto não resolvemos o tão debatido e adiado problema de canalização dos vários riachos que atravessam esta cidade (GODOY, 1943, p. 131-132).

Ainda sobre as questões higiênico-sanitárias da Capital Federal, pode-se observar que além das ideias de Agache, as concepções sanitárias do engenheiro Saturnino de Brito – um dos principais nomes brasileiros ligados ao saneamento – estiveram presentes no pensamento urbanístico de Armando de Godoy. Sobre essa referência da engenharia sanitária brasileira, Godoy ressaltava que:

O nosso meio social, devido à má orientação da nossa elite, sobretudo no que diz respeito à engenharia e à arquitetura, não dá ao técnico, em geral, toda a autonomia necessária e a liberdade de movimentos para obedecer e subordinar-se bem às suas convicções e às conclusões dos seus estudos e observações. Nenhum dos técnicos da sua geração compreendeu, sentiu e previu as nossas necessidades urbanas como Saturnino de Brito. O urbanista Agache, através do seu plano diretor, adotou a indicação feita pelo inesquecível e glorioso técnico, cuja obra nesta hora comemoramos. Infelizmente, trata-se agora de um projeto, quase inabordável, visto o seu custo importar em muitas dezenas de milhar de contos. Saturnino de Brito, mediante a brilhante solução que o seu espírito encontrou para o complexo problema urbano a que me venho de referir, procurou atender ao mesmo tempo aos três tráfegos que, em sinal, se encontram ao longo das vias públicas: mediante duas faixas paralelas dotadas de calçamento e situadas ao longo da via projetada, à circulação dos veículos; por meio do canal estabelecido e rasgado na parte central, ao escoamento das águas pluviais que tão graves danos têm causado à nossa cidade; finalmente, por meio de quatro ordens de passeios, à circulação de pedestres. Em relação ao problema em questão ele não se cansou de bem orientar, com grande antecedência mais de uma administração, procurou bem a tempo evitar reincidência em erros e agravação dos problemas sanitários, cada vez mais difíceis de ser resolvidos e atacados, por motivos de adiamentos sucessivos (GODOY, 1943, p. 274-275-276).

Compreende-se, que as noções *higiênico-sanitárias* manifestaram-se como pontos centrais da concepção urbanística de Armando de Godoy. Esta realidade poder ser percebida também, quando Pedro Ludovico Teixeira, no anseio de legitimar e materializar seu “*empreendimento mudancista*”, valeu-se da “opinião de outros técnicos de projeção nacional e internacional” (MANSO, 2001, p. 69). Neste ensejo, o Interventor convidou Armando de Godoy para esboçar um parecer técnico sobre a escolha do local que seria edificada à futura Capital do Estado de Goiás. Diante desta incumbência, em seu relatório-técnico, o engenheiro-urbanista utilizou-se de argumentos de ordem “*higiênico-sanitário*”, bem como, geográfica, climática, econômica e social, emitindo assim, um parecer favorável à construção da Nova Capital nos arredores de Campinas.

Mas o relatório-técnico não foi a única contribuição de Armando de Godoy no plano de urbanização de Goiânia. Como afastamento do arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima no começo de 1935, fora contratado no ano seguinte como consultor técnico o engenheiro-urbanista Armando Augusto de Godoy. Acerca da contratação do ilustre engenheiro, a firma Coimbra Bueno & Cia., Ltda noticiava:

Encontramos aprovado e já aceito pelos técnicos que dirigiam e que se mantinham até então nas obras em início, o plano da zona central da cidade. Quanto as outras zonas, foram apresentadas já agora a nós para nossa aprovação, os projetos das três restantes: Norte, Sul e Oeste. Solicitamos, no interesse da cidade, pela qual tudo temos sacrificado que o Governo entregasse à crítica e aprovação, ou não, dos planos novos, a uma autoridade técnica já consagrada no ramo ainda muito pouco divulgado em nosso meio, que é o urbanismo. Tivemos a grata satisfação de ver vitoriosos nos pontos de vista, quando o Governo resolveu convidar o Dr. Amando de Godoi para

estudar detidamente o plano das novas zonas. Acompanhamos no Rio em nosso escritório onde tudo colocamos à disposição deste técnico, durante dois meses, [...] dispõe esse técnico de um dilatado círculo de relações no Rio, e tem atraído, para as faces do complexo problema do estabelecimento do Plano Diretor de Goiânia, o concurso desinteressado do que mais possui o Brasil na Engenharia, além de ter-se cercado de ótimos especialistas (*apud* MONTEIRO, 1938, p. 460-461).

Também a *Imprensa Oficial* do Estado de Goiás, na edição de 3 de maio de 1936, exaltava a escolha dos Irmão Coimbra Bueno em convidar o engenheiro Armando de Godoy – urbanista de projeção nacional – para ser “*consultor-técnico*” do plano de urbanização de Goiânia, com a seguinte publicação:

O ato de larga visão dos engenheiros Coimbra Bueno & Cia. Ltda, convidando para consultor técnico da firma o notável urbanista brasileiro Dr. Armando de Godoi, encheu sem dúvida de justo jubilo todos os responsáveis pelo destino do nosso Estado, que vêm assim panteando o desejo, que sempre manifestaram, de colocarem ao serviço de Goiânia um corpo de técnicos de real projeção no meio nacional. Desempenha o Dr. Armando de Godoi cargos técnicos da maior responsabilidade, quer em repartições federais, quer na Prefeitura do Distrito Federal, onde foi o maior colaborador do Sr. Alfred Agache, urbanista francês encarregado pelo Prefeito Prado Junior do plano-diretor do Rio de Janeiro. Foi justamente no momento em que começaram a surgir dificuldades sem par, na aplicação do plano estabelecido para o Rio, que se revelou a personalidade combativa do engenheiro Dr. Armando de Godoi (*IMPRESA OFICIAL apud* ALVARES, 1942, p. 37).

Todavia, os diversos afazeres e os encargos de seu ofício – enquanto engenheiro do Distrito Federal – criaram limitações na condição da atuação de Armando de Godoy na urbanização da Nova Capital. Em 1937, os irmãos Coimbra Bueno, em um relatório enviado ao Diretor Geral da Fazenda, Oscar Campos Júnior, mencionavam que o engenheiro “apesar de sua manifesta boa vontade, não pode dedicar, senão uma atenção secundária aos estudos de Goiânia, entre seus diversos afazeres” (*apud* ALVARES, 1942, p. 24).

Verifica-se, que o papel desempenhado pelo engenheiro no desenvolvimento do plano de urbanização de Goiânia restringiu-se a posição de um consultor, isto é, o engenheiro atuava “no escritório dos construtores no Rio de Janeiro, ele dava as diretrizes, as linhas mestras, [...], e a firma Coimbra Bueno se municiava do material e dos profissionais e executava os projetos” (RIBEIRO, 2000, p. 77). Este fato pode ser constatado, no relatório apresentado pelos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno à Diretoria Geral da Fazenda, que, em meados de 1936, exibira a relação do quadro de pessoal que trabalhara na elaboração e definição dos projetos de Goiânia, detalhando a seguinte equipe técnica:

Quanto ao pessoal técnico:
Contratamos para aqui engenheiros portadores de comprovado tirocínio e das melhores referências, assim:

Dr. G. V. Aaderup – conhecido engenheiro calculista do Rio de Janeiro, que entre outros, calculou o edifício da Escola Normal do Rio de Janeiro, [...].

Salvador Batista – desenhista, com estágio de dois meses em nosso escritório no Rio, com curso de Arquitetura na Escola de Roma.

Hely Borges – Topógrafo, com curso de engenharia na Escola de Belo Horizonte, e estágio no nosso escritório no Rio.

Além deste pessoal que trouxemos para as obras, contratamos mas no Rio de Janeiro, sob o mesmo critério, outros engenheiros que lá trabalham no projeto da cidade, sob a direção do Dr. Armando de Godoy, e são eles:

Arquitetos:

Salvador Batista – Professor da Escola Nacional de Belas Artes, [...]. Esse arquiteto projetou as obras da cidade de Poços de Caldas e grande número de arranha-céus da cidade do Rio de Janeiro.

F. Feital – Desenhista, como curso da Escola Nacional de Belas Artes, ex desenhista na “Companhia Construtora S/A” do Rio de Janeiro.

Werner Sonnenberg – a Antigo Engenheiro Sanitário do Serviço Federal de Saneamento e Colonização de S. Bento, no Estado do Rio de Janeiro, e da firma “Companhia Industrial Odeon” que está fazendo o projeto de águas esgotos da cidade, além de todos os cálculos e plantas solicitadas pelo Dr. Armando Godoy.

Arthur Wigderowtz – Engenheiro civil com o curso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que fizemos deixar a firma construtora “Monteiro Heimfurstler & Rabinowick” para nosso serviço (*apud* MONTEIRO, 1938, p. 190).

Deduz-se, que Armando de Godoy não apenas prestava consultoria à firma Coimbra Bueno, como também, indicava os peritos de gabarito para desenvolver os projetos e planos da Nova Capital. Pode-se concluir que, a maior contribuição do engenheiro-urbanista, para o projeto de Goiânia, foi de emprestar o seu conceito, isto é, a sua concepção urbanística. A respeito desta questão, um especialista aclara que:

Ao que tudo indica, Godoy percebeu em Goiânia a oportunidade de colocar em prática as suas teorias e os anos de experiência, mas por falta de tempo e condições, não se dedicou como deveria ao projeto. Emprestou de certa forma o seu nome ao plano, valorizando-o sobremaneira. Tanto foi assim que o único documento que pode ser considerado como o memorial descritivo do Plano de Urbanização de Goiânia, aprovado pelo Decreto-lei 90-A, é o relatório de março de 1937, apresentado pelo Superintendente Geral das Obras, Jerônimo Coimbra Bueno, ao Diretor Geral da Fazenda. O relatório de março de 1937 não deixou claro quais foram as reais contribuições de Godoy na elaboração do plano da cidade. É bastante provável que o urbanista tenha orientado a alteração da zona comercial do Setor Central, que, segundo Jerônimo Coimbra Bueno estava superdimensionada, além de uma pequena alteração na zona industrial do Setor Norte. É também bastante provável que o engenheiro tenha orientado um limite de crescimento para a cidade, limite físico, imposto por um cinturão verde de parques. Sua futura expansão aconteceria através da criação de cidades-satélites, tal qual nas propostas de Howard, que pré-fixava a população de suas cidades. Tanto foi assim que no Decreto-Lei 90-A a antiga cidade de Campinas foi aprovada como a primeira cidade-satélite de Goiânia. Mas, sem dúvida, a sua maior contribuição ao projeto original da cidade foi no campo das ideias para o projeto do Setor Sul (GONÇALVES, 2002, p. 40).

Apreende-se, que o projeto do Setor Sul de Goiânia teve sua formação nas concepções urbanísticas de Armando de Godoy inspiradas no modelo de cidade-jardim do inglês Ebenezer Howard. Para o engenheiro-urbanista brasileiro, a *urbs moderna* tem um papel civilizador, isto

é, ela reflete a urgência de promover para os seus indivíduos o bem estar. A respeito das atribuições da cidade moderna, o perito proferia que:

Tudo se faz, hoje, nos países adiantados com o objetivo de obter, nos núcleos de população, a maior higiene possível, transporte rápidos, boa iluminação, casas confortáveis, mercados asseados e bem situados, alimentação sã para todos, escolas, hospitais, centros de diversão, jardins acessíveis a todas as classes. Isto indica que as administrações municipais modernas se encontram cada vez mais dominadas pela ideia de bem servirem à vida coletiva. Além das preocupações de ordem sanitárias e de bem estar social, há também a de se estabelecer o maior contato entre habitantes da cidade e a natureza. Nas cidades antigas, bem como nas da Idade-Média e Moderna, até os fins do século passado, sobretudo nos bairros pobres, o homem se subtraiu à salutar influência dos elementos naturais: à luz solar, ao ar e ao bosque, isto é, aos fatores que caracterizam a vida ao ar livre. Nos últimos decênios, uma reação benéfica se operou contra tão lamentável fato, que determinou por toda a parte um aumento considerável de letalidade, principalmente entre os seres de tenra idade. Teve início a volta à natureza do habitante da cidade. Os parques e os jardins foram surgindo e multiplicando-se nos diferentes distritos das grandes urbs da Europa e dos Estados Unidos (GODOY, 1943, p. 136-137).

Na visão do urbanista, a *urbs moderna* deve contemplar três elementos essenciais: a higiene, o bem estar social e a união de elementos da cidade e da natureza. Esta tendência em buscar uma vida harmônica, fez surgir a cidade-jardim, que “constitui a mais perfeita e a mais completa criação urbanista da época que atravessamos” (GODOY, 1943, p. 137). Acerca da gênese desta concepção urbanística, o engenheiro aludia que;

O aparecimento da cidade-jardim se filia ao surto industrial dos tempos modernos. E foi em virtude de tal filiação que ela surgiu em primeiro lugar na Inglaterra [...]. O melhor fruto de tão humanitário movimento foi a criação da cidade-jardim, cujo principal fim é dar abrigo às classes pobres, proporcionando-lhes todo o conforto moderno e permitindo a vida de família nas melhores condições possíveis. Como a palavra bem o indica, na concepção e na execução do tipo de cidade de que ora me ocupo, tudo se fez no sentido de criar um verdadeiro ambiente de bosque em torno das habitações, arborizando-se racionalmente todas as praças, avenidas e ruas, formando jardins na frente das casas, pomares e pequenas hortas nos pátios. Quem teve a ideia e a verdadeira concepção de cidade-jardim foi um publicista inglês, cujo nome, Ebenezer Howard, sempre pronuncio com grande emoção e real veneração. Ele imaginou a cidade em questão, não só com o objetivo de dar bom alojamento às famílias dos operários, mas também – o que revela o seu elevado ponto de vista, o aperfeiçoamento moral do proletário. Foi tal ideia que o conduziu a estabelecer, como uma das principais condições a realizar, não se permitir nas cidades-jardins habitações coletivas, tão prejudiciais à vida e ao recato das famílias. As casas devem ficar isoladas uma das outras, com o afastamento necessário, recebendo ar e luz por todas as faces. No sentido de evitar a monotonia e a repetição das mesmas formas, exigiu que os arquitetos projetassem tipos diversos e os distribuíssem do melhor modo possível, de maneira que se oferecesse à vista do observador uma sucessão agradável (GODOY, 1943, p. 138-139).

O modelo de cidade-jardim proposto por Howard, na visão de Godoy, muito mais que promover uma vida mais higiênica, salubre, confortável e harmônica por meio da combinação

dos elementos da vida urbana e da natureza; proporcionou, além de uma perfeita saúde física e mental, um “*lapidamento*” moral dos indivíduos através de novos hábitos de vida saudáveis produzidos pelas habitações individualizadas. Ainda sobre o modelo de cidade-jardim, Armando de Godoy menciona o papel de destaque do urbanista Raymond Unwin que traduziu com exímia competência os conceitos urbanísticos de Howard através de Letchworth. Acerca desta experiência urbanística, o engenheiro-urbanista brasileiro, bendizia que:

A felicidade de Ebenezer Howard foi encontrar um urbanista em condições de bem traduzir e realizar as suas ideias, completando e desenvolvendo algumas. O profissional que efetuou e realizou a primeira cidade-jardim, digna de tal nome, foi Raymond Unwin, que é hoje na Inglaterra a maior autoridade em assuntos de urbanismo. O admirável fruto da sua colaboração com Howard foi a célebre e tão apreciada Letchworth, vila operária, que foi edificada a cinquenta milhas de Londres, em uma vasta área que foi adquirida pela sociedade constituída sob a direção de Howard. A cidade em questão foi projetada para comportar no máximo 30 mil habitantes, constituindo uma verdadeira cidade satélite de Londres. Nela funcionam hoje várias fábricas e vivem alguns milhares de operários. Todos elementos indispensáveis à vida urbana foram projetados e realizados da maneira mais perfeita. A rede de água, de esgoto, de luz, de força, de gás, de telefone, abrangem todas as quadras e correspondem perfeitamente à densidade da população. Graças às excelentes condições de vida a mortalidade é mínima, os habitantes gozam boa saúde, são assíduos ao serviço, fazendo jus aos seus salários, pelo que produzem e não se metem em greves, isto é, os resultados que Letchworth está proporcionando, correspondem perfeitamente às esperanças de Howard e aos seus fins sociais (GODOY, 1943, p. 139-140).

Denota-se, que a experiência de Letchworth, para Godoy, concretizara os preceitos de cidade-jardim de Howard traduzidos pelo projeto do urbanista Raymond Unwin. Mantendo-se atualizado e atento às questões urbanísticas no mundo, Armando de Godoy destacava que:

O exemplo de Letchworth foi deveras impressionante, havendo encontrado eco e imitação em outras cidades e centros industriais. Em vários países da Europa e nos Estados-Unidos inúmeros projetos de cidade-jardins foram logo elaborados, alguns dos quais já se acham realizados (GODOY, 1943, p. 140).

Fascinado pelo conceito howardiano e pelos modelos de cidades-jardins inglesas e bairros-jardins estadunidenses, que Armando Augusto de Godoy – no campo das ideias – contribuiu para a elaboração do projeto no Setor Sul de Goiânia: um bairro-jardim. Em entrevista publicada na década de 1980, sobre a cooperação de Armando de Godoy nos projetos da Nova Capital, os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, diziam que:

Já estávamos estudando a ampliação do Setor Sul. Então nós procuramos o Dr. Armando de Godoy, um dos engenheiros urbanistas da Prefeitura do Rio de Janeiro. O Armando de Godoy deu as diretrizes calçadas nas cidades americanas. Então nós, lá no Rio, começamos a projetar de acordo com os levantamentos. Praticamente o

Armando não chegou a riscar nada. Ele nos deu uma revista americana. [...] Depois nós mandamos buscar uma porção de livros de urbanismo nos Estados Unidos. Armando não fez esboço nenhum (CORDEIRO & QUEIROZ *apud* GONÇALVES, 2002, p. 41).

Verifica-se, que Armando de Godoy participou apenas enquanto consultor para a elaboração das propostas do Setor Sul de Goiânia, isto é, o engenheiro-urbanista colaborou como mentor intelectual da proposta. Acerca desta questão Gonçalves, ratifica que:

Em toda as cópias heliográficas dos projetos originais do Setor Sul, datados de 1936 e 1937, que se encontram guardadas no “Arquivo Janssen”, aparecem apenas o carimbo da construtora e a assinatura de Sonnemberg, o que nos leva a acreditar que ele desenvolveu todo o projeto. Em um cartaz produzido pela própria Construtora Coimbra Bueno provavelmente entre 1937 e 1938, com o objetivo de divulgar o Setor Sul, aparece no canto inferior esquerdo uma ficha técnica do projeto com as seguintes informações: Superintendente Geral: Jeronymo Coimbra Bueno – engenheiro civil; Projetista: Werner Sonnemberg – engenheiro agrônomo; Consultor Técnico: Armando de Godoy – engenheiro civil. No canto inferior direito do cartaz aparece o carimbo da Coimbra Bueno & Cia. Ltda., contendo apenas as assinaturas de Jerônimo Bueno e Werner Sonnemberg, que assinou como engenheiro projetista (GONÇALVES, 2002, p. 42).

Observa-se que, o engenheiro agrônomo Werner Sonnemberg teve uma contribuição de grande destaque na elaboração do projeto do Setor Sul, sendo ele, um dos seus autores. Armando de Godoy, contudo, “foi autor intelectual da proposta, principalmente devido à sua sintonia com o desenvolvimento dos bairros-jardim americanos” (GONÇALVES, 2002, p.41). A concepção urbanística de Godoy fundamentou-se em atender os requisitos *higiênico-sanitários* de uma *urbs moderna*, o engenheiro idealizou para a Nova Capital o modelo de bairro-jardim para proporcionar ambientes saudáveis, salubres, repletos de espaços verdes, habitações arejadas e de baixa densidade demográfica.

Goiânia, foi edificada para tornar-se a Nova Capital, assim como, simbolizar uma “*Nova Era*” marcada pelo progresso e pela modernidade do Estado de Goiás. Foi, neste prisma progressista, que o projeto original da Capital do Cerrado goiano compartilhou conceitos técnicos de dois peritos renomados do urbanismo brasileiro, na época: o arquiteto-urbanista, Atílio Corrêa Lima, que foi responsável pelas primeiras concepções e projeções da Capital-Sertaneja, concretizadas de certo modo no Setor Central e no Setor Norte; e, o engenheiro-urbanista, Armando Augusto de Godoy, que foi revisor dos projetos de Atílio nos Setores Leste e Oeste e o consultor técnico e mentor intelectual do projeto do Setor Sul de Goiânia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se nos três capítulos analisar as discursividades “*médico-higiênicos-sanitárias*” fundamentadas na medicina e no urbanismo enquanto instrumentos de poder e dominação política e social, com a finalidade de compreender os diferentes contextos históricos da modernidade europeia, brasileira e, sobretudo, goiana.

O primeiro capítulo mostrou o contexto do advento da modernidade europeia entre os séculos XVIII e XIX, que envolveu a expansão do capitalismo e o processo de urbanização dos países europeus. Mas esta conjuntura promoveu transformações de ordem política, econômica e social que passaram a afetar os espaços das cidades. Esta situação adversa fez ascender a importância social de uma nova ciência: a medicina moderna, que passou a ser utilizada como dispositivo de poder e domínio para controlar e disciplinar os indivíduos e os espaços das cidades de modo a extirpar as tensões sociais, os maus comportamentos, as doenças, os miasmas e tudo que possa produzir desordem, caos e ameace corromper o projeto de modernidade.

Viu-se, que a medicina a partir da institucionalização de seu saber e de sua prática profissional conquistou o apoio do Estado. Deste modo, observou-se, que o saber médico foi produto da modernidade, em outros termos, a medicina constituiu-se calcada nas ideias de ordem e progresso anunciadas na Europa a partir do século XVIII. Em consonância ideológica com as classes dirigentes e as elites econômicas, a medicina viu-se atrelada aos interesses do Estado e consolidando-se, entre os séculos XVIII e XIX enquanto uma ciência social, coletiva e urbana.

No entanto, o estado caótico e epidêmico das *urbs* europeias inaugurou uma fase de preocupação com a saúde, higiene e saneamento dos indivíduos e dos espaços urbanos. Instaurou-se assim, intervenções sociais e urbanas com o escopo de assegurar os interesses ligados: a manutenção do poder político sob domínio das classes dirigentes e aos negócios da burguesia.

Reformar, (re)organizar, purificar, regenerar e higienizar os indivíduos e as cidades, tornaram-se os vocábulos e atos de ordem dos Estados europeus. Os “*discursos reformistas*” embasaram-se na “*razão-técnico-científica*” expressados nos conhecimentos da medicina e da engenharia, que estavam conexas as preocupações que envolviam o saneamento, a higienização e a modernização das cidades com a finalidade de extirpar as “*mazelas*” e os “*flagelos*” sociais e urbanos. Calhou-se, nesse sentido, uma concepção nos meios científicos da época, que via que o estado de higiene e saneamento das cidades determinariam a situação da saúde física e moral de seus habitantes. Esta visão determinista fez efervescer o higienismo enquanto

estratagemas que nortearam os planejamentos e as intervenções urbanas dos séculos XIX e XX, e, contribuiu para o nascimento de uma nova ciência moderna: o urbanismo.

Observou-se, que no século XIX, muito mais que higienizar e sanear as cidades, as intervenções e reformas urbanas foram uma das estratégias de poder e dominação que as classes dirigentes e as elites econômicas encontraram para intervir, controlar, adestrar, segregar ou integrar as massas populares de modo a “curá-los” de seu próprio “flagelo” físico e moral. Como exemplos destas intervenções sociais e urbanas, evidenciou-se a Reforma de Haussmann em Paris e o plano de Cerdà para Barcelona, que materializaram os anseios da “*utopia da modernização*” das elites dirigentes e econômicas sob as bases discursivas talhadas nos pilares de modernidade e progresso. Estas experiências urbanísticas também fizeram-se em termos estratégicos de poder, de modo a legitimar e institucionalizar o domínio social das classes dominantes com a meta de controlar socialmente e, por vezes, segregar às classes populares.

A Haussmannização de Paris e o plano de extensão de Barcelona elaborado por Cerdà tornaram-se modelos que, em certa relevância, contribuíram para a emergência de um novo saber moderno: o urbanismo, que se manifestou como ciência entre as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX. A partir do processo de normalização do urbanismo pela Europa, fomentou-se a produção de diferentes concepções de “*urbs moderna*”, que, de certa forma, corresponderam às necessidades econômicas da burguesia e dos interesses políticos do Estado fundados nas “*utopias*” do progresso e da modernidade. Este trabalho preocupou-se metodologicamente em abordar duas concepções urbanísticas: o modelo de cidade-jardim de Howard e a cidade industrial de Tony Garnier. As ideias destes dois personagens circularam nos meios acadêmicos em várias partes do mundo, inclusive do Brasil. As concepções de higiene, saneamento e zoneamento passaram a fazer parte das projeções, remodelações e edificações das cidades brasileiras nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX. Inclusive, as ideias de higiene de Howard e as propostas de zoneamento de Garnier, em certa medida, encontraram-se nas propostas urbanísticas de Goiânia – Cidade-Capital edificada na década de 1930, em Goiás.

O segundo capítulo abordou a constituição e desenvolvimento da medicina social brasileira enquanto estratégia de dominação entre os séculos XVIII ao XX. Neste ínterim, engendrou-se, no Brasil, uma aspiração primordial: “*modernizar-se à europeia*” de modo a alcançar o tão almejado: progresso e modernidade. Na transição do Império para a República brasileira, tentou-se estabelecer uma nova ordem política, econômica e social com a finalidade de integrar o país à lógica econômica do capitalismo internacional, de maneira a constituir uma “*Nova Civilização*”, isto é, um “*Novo Brasil*”. Todavia, no Brasil os indícios de modernidade

encontraram-se paradoxais; por um lado, a nova ordem política estabelecida no país substituiu a Monarquia por uma República, mas manteve-se ligada ao tradicionalismo ainda conexo ao autoritarismo e aos privilégios políticos das aristocracias regionais. Por outro lado, as questões econômicas e sociais, de forma embrionária, começaram a concentrar esforços e incentivos no que acena os aspectos ligados a modernização, como: a industrialização, a urbanização, ao trabalho urbano e a educação. Para impetrar o progresso, foi necessário “sanear” e “higienizar” fisicamente, mentalmente e moralmente os cidadãos brasileiros, em outras palavras, “regenerar suas gentes”.

O Estado brasileiro, então, empregou estratégias de poder com a finalidade de esquadriñar os indivíduos e os espaços da cidade, visando o controle social. Configurou-se, de fato, que a “higienização social” e o “saneamento das cidades” tornaram-se as palavras e ações de ordem dos dirigentes brasileiros. Neste espectro, a medicina e o urbanismo sobressaíram-se por manifestarem suas balizas científicas coesas as “utopias” de ordem e progresso. Os peritos destas ciências apoiaram-se na capacidade da “razão-técnico-científica” em conduzir, os homens, a vencer os obstáculos do mundo moderno. Por isso, verificou-se, que os especialistas do universo científico – médicos, engenheiros, juristas, arquitetos e, posteriormente, urbanistas – produziram “enunciados discursivos” fundamentais no que referem-se as estratégias de dominação social.

O Brasil, portanto, buscou modernizar-se nos moldes do “progresso à europeia”, fomentando no país, entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, um “clima reformista”. Foram, então, as experiências urbanísticas da Europa e dos Estados Unidos as “fontes inspiradoras” das “intervenções regenerativas” realizadas nas cidades brasileiras. Essa “onda reformista” fora legitimada pelas “discursividades progressistas” fundamentadas nos saberes “técnicos-científicos” da medicina, da engenharia e do urbanismo, que tinham uma finalidade pragmática – higienizar, sanitarizar e disciplinar – de modo a beneficiar os interesses políticos de controle social do Estado e também satisfazer os interesses econômicos das elites – nos setores da indústria, construção civil e especulação imobiliária. A modernização das cidades, representou ericar novas estruturas – vias, ferrovias e avenidas – e “regenerar” os espaços das cidades e os seus habitantes – a partir da destruição de cortiços, ruas estreitas, vielas, edifícios insalubres, isto é, tudo o que pudesse corromper a saúde física e moral dos indivíduos e, assim, impedir o progresso e a modernidade da “nação brasileira”.

Em termos metodológicos, buscou-se elencar duas grandes experiências urbanísticas ocorridas no Brasil fundamentadas nos preceitos científicos “médico-higiênico-sanitários”, dentre eles, foram analisadas a construção de Belo Horizonte – cidade edificada para torna-se

a Nova Capital de Minas Gerais na década final do século XIX – e a Reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Lembrando que, estas experiências urbanísticas foram alimentadas pelas “*discursividades do progresso*”, isto é, com a pretensão de constituir uma representação de superação da condição de atraso político, econômico e social do Brasil.

No decurso deste trabalho, almejou-se analisar essas duas experiências brasileiras supracitadas sob a ótica do discurso de peritos modernos – gestores, médicos, engenheiros, arquitetos, urbanistas e cientistas sociais – de maneira a compreender como as questões de saúde pública foram abordadas em diferentes contextos históricos, de modo a observar que em virtude da “*inadequação*” das cidades coloniais brasileiras e da “*vontade de superação do arcaico*” forjou-se uma noção de progresso, buscando romper com a situação de atraso. Portanto, esta pesquisa, ao colocar em evidência as experiências urbanísticas europeias e brasileiras, que antecederam a construção de Goiânia, objetivou confirmar a hipótese de que as “*intervenções purificadoras*” emanaram de *práticas discursivas* com base nos saberes técnicos-científicos multidisciplinares – medicina, engenharia, higienismo, sanitarianismo e urbanismo – que vislumbraram a “*utopia da modernidade*”. A “*modernidade brasileira*” emergiu-se tardiamente, inspirada na modernidade europeia do século XIX. Contudo, apesar da modernidade europeia e brasileira urdirem-se em tempos históricos distintos e, certamente, atenderem caracteres específicos de suas realidades, produziram modos de vida contraditórios, caóticos, ambivalentes, excludentes, segregatórios e traumáticos. Tanto o projeto de modernidade europeia quanto a brasileira promoveram, em certa medida, “*discursos maquiadores*”, que calharam uma noção universalista do progresso e da modernidade, que, no entanto, em contradição ao “*discurso progressista*” robusteceram as necessidades políticas e econômicas das classes dominantes, sobrepondo e, até mesmo, segregando as classes populares.

Observa-se, portanto, que a “*modernidade*”, manifestou-se, muitas vezes, apenas enquanto “*representações discursivas*” que deram uma tonalidade universalista e harmônica, mas, que falhou em seu projeto, pois a condição de moderno e progresso não inseriu-se pertinente a todos os indivíduos.

O terceiro capítulo buscou compreender as incongruências do contexto da construção de Goiânia na década de 1930. Por isso, buscou analisar os “*discursos médico-higiênico-sanitários*” enquanto uma das “*estratégias de poder*” utilizadas pelo Estado goiano para legitimar e concretizar a “*tese mudancista*” – que defendia a edificação de uma Nova Capital (Goiânia) – de modo a possibilitar a “*manutenção da ordem política*” sob o domínio do interventor Pedro Ludovico Teixeira, de seus correligionários políticos e das novas oligarquias

do sul e sudoeste goiano. Verificou-se, que os “*discursos oficiais*” foram fundamentados na “*razão-técnico-científica*” pautados nos saberes da medicina sanitária e do urbanismo moderno, que edificaram a Cidade-Capital nos preceitos “*higiênicos-sanitários*” necessários à vida moderna.

Observou-se também, que com a ascensão do Estado Novo e com o anúncio da campanha da “*Marcha para o Oeste*”, Goiânia foi inserida nos “*discursos estadonovistas*” que anunciavam Goiânia enquanto “*símbolo*” de progresso e de modernidade do Centro-Oeste brasileiro. Entre os anos de 1933 a 1942, Goiânia foi erguida em meio a obstáculos de ordem política, econômica e social que fizeram emergir, concomitantemente, a positividade dos “*discursos oficiais*”, a negatividade dos “*discursos cotidianos*” de alguns indivíduos. A “*modernidade goiana*” anunciada a partir da construção de Goiânia foi, de fato, caracterizada pela contradição e insegurança, isto é, as representações da Nova Capital: ora proclamavam *ordem, moderno e progresso* e ora expressavam *caos, tradição e atraso*. Foi, neste cenário ambivalente, que forjaram-se “*discursividades dissonantes*”, que contrário as “*práticas discursivas oficiais*” não validaram a modernidade em Goiás, mesmo com a construção de Goiânia.

Por fim, verificou-se que a Nova Capital do Cerrado goiano foi forjada nos princípios *higiênicos-sanitários* do urbanismo moderno que visavam atender os anseios de modernização da “*Era ludoviquista*”. Mas em virtude dos interesses políticos e econômicos, as normas construtivas foram desrespeitadas, corrompendo consideravelmente o projeto original de Goiânia. No entanto, permaneceu na cidade, de certa forma, as concepções iniciais das propostas do arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima expressas no Setor Central e Setor Norte; assim como, as ideias do engenheiro-urbanista Armando Augusto de Godoy materializadas no Setor Sul.

Delineou-se, portanto, duas “*feições discursivas*” referentes a “*imagem*” de Goiânia: a primeira, expressada no “*discurso oficial*” que proclamava a chegada do progresso e da modernidade com a construção da Nova Capital. A segunda, proferia que a edificação de Goiânia não conseguiu, de fato, colocar o Estado de Goiás nos moldes da modernidade. Assim, a Nova Capital do Cerrado goiano combinou, ao mesmo de tempo, elementos do moderno e da tradição. Concluindo, Goiânia materializou, nas palavras de Gonçalves (2002): “uma modernidade possível”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a Economia Mundial (1929-1945)*. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Editora Difel, 1984, p. 9-49.

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar /IPLANRIO, 1997.

AGACHE, Alfred Hubert Dona. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*. Paris: Editora Foyer Brasiliense, 1930.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira & MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *A formação da Cidade*. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). Projeto Belo Horizonte - A Arquitetura da Modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 37-78.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Edição Martins Fontes, 1993.

ALVARES, Geraldo Teixeira. *A Luta na Epopeia de Goiânia*. Rio de Janeiro: Gráfica do “Jornal do Brasil”, 1942.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura com crítica*. São Paulo: Annablume Editora, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BERNARDES, Genilda D’Arc. *O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: o mundo do trabalho e extratrabalho*. In: Dossiê cidades planejadas na hinterlândia. Goiânia: Revista UFG, Ano XI, nº. 6, jun. 2009, p. 37-51.

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás: modernização e crise (1920-1960)*. São Paulo: USP, 1994. Tese (Doutorado).

BORGES, Barsanufu Gomides. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: Editora UFG, 1990.

BORGES, Venerando de Freitas. *Goiânia*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942.

BOSI, Alfredo. *O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração*. In: Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 157-181.

BRAGA, José Carlos & PAULA, Sérgio Góes. *Saúde e Previdência: estudos de política social*. São Paulo: Editora CEBES/HUCITEC, 1981.

BRESCIANI, Maria Stella. *Cidades e Urbanismo. Uma possível análise historiográfica*. Vitória da Conquista: Politeia: História e Sociedade, v. 9, n. 1, 2009, p. 21-50.

BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

CÂMARA, Jaime. *Os tempos de Mudança*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana Casa do Autor Goiano, 1973.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

CAMPOS, Francisco Itami. *Mudança da capital: uma estratégia de poder*. Goiânia: Cadernos do Indur, n. 2, 1980.

CAMPOS, Francisco Itami. *Oligarquia: sociedade e política*. Goiânia: Revista IHCL/UFG, 1977.

CAMPOS, Francisco Itami. *Política agrária: uma proposta de análise*. Goiânia: Revista do IHCL/UFG, jan./jun.1982.

CAMPOS, Francisco Itami. *Saúde pública: a medicina e a política*. Goiânia: Revista de Medicina Tropical, v. 25, n. 2, 1996.

CASTRO, Cristóvão Leite de. *Expressão social e política de Goiânia*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Governar por retas: engenheiros na belle époque carioca*. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1994, p. 65-94.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Belo Horizonte -A Arquitetura da modernidade*. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). Projeto Belo Horizonte - A Arquitetura da Modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 19-35.

CHARTIER, ROGER. *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés: DIFEL – Difusão Editorial, S A., 2002.

CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora UFG, 1999.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

COELHO, Gustavo Neiva. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*. Goiânia: Editora do Autor, 1997.

COELHO, Gustavo Neiva. *Art Déco: uma vertente da modernidade*. Goiânia: Vieira/Trilhas Urbanas, 2000.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Carlos: Editora FAPESP, 2003.

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

CZERESNIA, Dina. *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia agrícola nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Goiânia: UFG, 1974.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB-GO: 1936-1948*. São Paulo: USP, 1984. Tese (Doutorado em História Social).

DENIS, Henry. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. *A Santa Casa e os hospitais pioneiros de Goiânia*. In: FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora UFG, 1999, p. 291-325.

ENGEL, Magali Gouvêa. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FALCON, Francisco José Calazans. *Illuminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

FALCON, Francisco José Calazans. *Utopia e modernidade*. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Org.). *História & Utopias. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 1996, p. 121-145.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- FORTES, Luis R. Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Coleção Ditos & Escritos (vol. VII). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FRANCELIN, Marivalde Moacir. *Configuração epistemológica da Ciência da Informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de períodos da área*. Brasília: Ciência da Informação, v. 33, n. 2, maio/ago. 2004, p. 49-66.
- FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Editora Papirus, 2006.
- FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. *Goiânia: locus privilegiado da saúde*. In: FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora UFG, 1999, p. 239-290.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo: Editora Pioneira, 1986.
- GALVÃO, Márcio Antônio Moreira. *Origens das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil colônia a 1930*. Ouro Preto: UFOP, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIEDION, Sigfried. *Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição*. São Paulo: Edições Martins Fontes, 2004.
- GODOY, Armando Augusto. *A urbs e seus problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras & LIMA, Fábio José Martins. *Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo do Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel Ltda; FUPAM; FAUUSP, 1999, p. 120-140.
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional / Editora UFG, 2002.
- GRAEFF, Edgar Albuquerque. *Goiânia: 50 anos*. Brasília: Editora MEC-SESU, 1985.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HERSCHMANN, Micael. *A arte do operatório: Medicina, naturalismo e positivismo –1900-37*. In: HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994, p. 43-65.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

HOCHMAN, Gilberto & FONSECA, Cristina. *O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45*. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 173-193.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins de Amanhã*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

JAUSS, Hans Robert. *Tradição literária e consciência atual da modernidade*. In: OLINTO, Heidrum Krieger (Org.). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

JULIÃO, Letícia. *Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 1996, p. 49-119.

JULIÃO, Letícia. *Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais*. São Paulo: História (São Paulo), v.30, n.1, jan/jun. 2011, p. 114-147.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Editora HUCITEC/EDUSP, 1993.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Edições Martins Fontes, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Antigo/Moderno*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. 1, 1997, p. 370-392.

LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

LEME, Maria Cristina da Silva. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel Ltda; FUPAM; FAUUSP, 1999, p. 20-39.

LEMONS, Celina Borges. *A cidade republicana: Belo Horizonte, 1897/1890*. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Projeto Belo Horizonte - A Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 79-125.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

LIMA, Attílio Corrêa. *Goiânia – A nova capital de Goiás*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Goiânia*. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942, p. 82-112.

LIMA, Attílio Corrêa. *Plano Diretor da cidade*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Goiânia*. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942, p. 45-56.

LUZ, Madel Therezinha. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

MACHADO, Roberto /et all/. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea).

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MASSAKO, Iyda. *Cem anos de saúde pública: a cidadania negada*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

MATTOS, Sílvia Clímaco. *Memória e cidade: lembranças do bairro da Vila Nova –1930 ao presente*. Brasília: UNB, 2008. Dissertação (Mestrado em História).

MELLO, Marcia Metran de. *Goiânia: cidade das pedras e de palavras*. Goiânia: Editora UFG, 2006.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As imagens de Goiânia na literatura mudancista*. In: CHAUL, Nasr Fayad & SILVA, Luis Sérgio da (Org.). *As cidades dos sonhos*. Goiânia: Editora UFG, 2005, p. 137-202.

OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. *Cidade-Jardim: formação e percurso de uma ideia*. In: *Cidades-Jardins de Amanhã*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 10-100.

PALACÍN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Editora Oriente, 1976.

PICON, Antoine. *Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização*. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades Capitais do século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Editora USP, 2001, p. 65-134.

PIMENTA NETTO. *Anais do batismo cultural de Goiânia: 1942*. Goiânia: Gráfica e Editora Luzes Ltda, 1993.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*. In: *Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1973, Belo Horizonte. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História*. São Paulo: Editora FFLCH-USP, v. 1, 1974, p. 601-633.

REZENDE, Vera F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel Ltda; FUPAM; FAUUSP, 1999, p. 39-70.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública, São Paulo, 1880-1930*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. São Carlos: USP, 2000. Dissertação (Mestrado).

SABINO JUNIOR, Oscar. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980.

SAES, Décio. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *O pensamento Francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas*. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades Capitais do século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Editora USP, 2001, p. 135-181.

SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*. Goiânia: Editora UFG, 2002.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva & MOTTA, Marly Silva da. *O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)*. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio/ago. 2003, p. 05-40.

SEGAWA, Hugo. *Modernidade pragmática*. São Paulo: Revista Projeto, n. 191, 1995, p. 73-84.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*. São Paulo: Editora USP, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. São Paulo: USP, 1982. Tese (Doutorado em História).

SIMON, Maria Célia. *O positivismo de Comte*. In: HÜHNE, Leda Miranda (Org.). *Profetas da modernidade*. São Paulo: SOFIA SEAF, 1986, p. 63-88.

SINGER, Paul. *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano*. São Paulo: Editora Difel, 2002, p. 345-390.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias; autobiografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

TELES, José Mendonça. *Memórias goianienses*. Goiânia: UCG/SUDECO, 1986.

STEPHANOU, Maria. *Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores*. História da Educação. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPEl, set. 1997, p. 145-168.

VARGAS, Getúlio. *O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942, p. 01-02.

VARGAS, Getúlio. *Planalto goiano: miradouro do Brasil*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiânia. Rio de Janeiro: Serviços Gráfico do IBGE, 1942, p. 122-124.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1988.

WEBER, Max. *A política como vocação*. In: GERTH, Hans; MILLS, Wrigth (Org.). *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 97-153.

FONTES

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Synopse do Recenseamento*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905, 31 de dezembro de 1900.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. *Memória cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia: Assessoria Especial de Cultura, 1985.

IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

MINAS GERAIS. Comissão de Estudo das Localidades indicadas para a nova Capital. *Relatório apresentado a Afonso Pena, presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis; janeiro a maio de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Acervo APM. Relatório. Disponível em: <<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>>. Acesso em 18 maio, 2014, p.2.

MINAS GERAIS. *Lei n.1, de 28 de outubro de 1891*. In: Imprensa Oficial, 1927.

REGULAMENTO da Saúde Pública de Goiás, 1931.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, d.d. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930 – 1933, Seção de Obras da Imprensa oficial – Goiaz – Capital.

A INFORMAÇÃO GOYANA. Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001. (Reprodução fac-similar da coleção completa da revista publicada no Rio de Janeiro por Henrique Silva e Americano do Brasil, no período de agosto de 1917 a maio de 1935).

REVISTA OESTE. Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001. (Reprodução fac-similar da coleção completa da revista publicada em Goiânia, no período de 05 de julho de 1942 até 1945).